

Estudos
REDOR

**ENTRE REFLEXÕES
E PRÁTICAS FEMINISTAS**

Organizadoras:

Maria Helena Santana Cruz

Soraya Barreto Januário

Maria Eulina Pessoa de Carvalho



3

**ENTRE REFLEXÕES E PRÁTICAS
FEMINISTAS**

Maria Helena Santana Cruz
Soraya Barreto Januário
Maria Eulina Pessoa de Carvalho

(Organizadoras)

ENTRE REFLEXÕES E PRÁTICAS FEMINISTAS



Editora
UFPE

2016

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Publicação Especial com a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR)

Conselho Editorial

Ana Maria da Conceição Veloso, Benedito Medrado, Giselle Nanes, Gloria Rabay, Isolda Belo da Fonte, Jorge Lyra, Judith Chambliss Hoffnagel, Luis Felipe Rios, Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, Maria Eulina Pessoa de Carvalho, Maria Helena Santana Cruz, Marion Teodósio de Quadros, Monica Franch Gutiérrez, Russell Parry Scott, Soraya Maria Bernardino Barreto Januário

Comissão da Série “ESTUDOS REDOR”

Giselle Nanes, Isolda Belo da Fonte, Jorge Lyra, Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, Maria Eulina Pessoa de Carvalho, Maria Helena Santana Cruz, Marion Teodósio de Quadros, Russell Parry Scott, Soraya Maria Bernardino Barreto Januário

Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR) – Gestão 2014-2016:

Presidência: Maria do Rosário Andrade Leitão (NPMAC/UFRPE) e Maria Eulina Pessoa de Carvalho (NIPAM/UFPB); Coordenação de Pesquisa: Glória Rabay; (NIPAM/UFPB); Coordenação de Comunicação: Andréa Bandeira (UPE); Coordenação de Formação: Maria Helena Santana Cruz (NEPING/USF)

<http://www.ufpe.br/fages> fages@ufpe.br – coordenação dos números 1, 2 e 3

Créditos Capa | OBMÍDIA - Observatório de Mídia: Gênero, Democracia e Direitos Humanos da UFPE
Projeto Gráfico | Denise Simões – EDUFPE; OBMÍDIA - Observatório de Mídia: Gênero, Democracia e Direitos Humanos da UFPE
Revisão | Amanda Martha Campos Scott

Montagem e Impressão | Editor Universitária da UFRPE. <http://www.editora.ufpe.br/contato>,
Diretor Bruno de Souza Leão.

Catálogo na fonte:
Bibliotecária Josely de Barros Gonçalves, CRB4-1748

| | |
|-----|---|
| E61 | Entre reflexões e práticas feministas / organizadoras : Maria Helena Santana Cruz, Soraya Barreto Januário, Maria Eulina Pessoa de Carvalho. – Recife : Editora UFPE : UFRPE, 2016. 312 p. : il. – (Série Estudos REDOR). Inclui referências. ISBN 978-85-415-0770-7 (broch.) 1. Estudos feministas. 2. Identidade de gênero. 3. Relações raciais. 4. Religiosidade. 5. Mulheres na política. 6. Mulheres – Estudo e ensino (Superior). 7. Mulheres – Emprego. I. Cruz, Maria Helena Santana (Org.). II. Januário, Soraya Barreto (Org.). III. Carvalho, Maria Eulina Pessoa de (Org.). IV. Título da Série. 305.42 CDD (23.ed.) UFPE (BC2016-031) |
|-----|---|

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. Todos os direitos reservados.

APRESENTAÇÃO

A Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR, nascida em 1992, na Universidade Federal da Bahia, por iniciativa do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, visa estimular o desenvolvimento e a divulgação desses estudos nessas regiões do país. Naquele ano, foi realizado o I Encontro Regional de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero do Norte/Nordeste, com a intenção de articular as pesquisadoras das duas regiões. A ata de fundação da REDOR foi assinada por 33 participantes de 12 núcleos e grupos ou articulações pró-núcleo de oito estados: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pará. Desde então, a REDOR impulsionou a criação de novos núcleos e grupos e atualmente reúne cerca de trinta.

Uma das ações de maior impacto da REDOR é a promoção de encontros anuais, atualmente bianuais, de socialização de estudos e pesquisas, que não se restringem mais ao Norte e Nordeste do Brasil, e têm contado com a crescente participação de docentes e discentes da educação superior e da pós-graduação, professoras e professores das escolas de educação básica e membros de organizações não governamentais engajados na justiça de gênero. Nesse contexto, esta coletânea inicia a série ESTUDOS REDOR visando divulgar mais amplamente trabalhos de excelente qualidade realizados pelas diversas pesquisadoras e pesquisadores participantes desses encontros, direta ou indiretamente associados à Rede. A partir de uma seleção criteriosa que combina trabalhos sobre diversos temas e locais, apresentados preliminarmente no 18º Encontro realizado na Universidade Federal Rural de Pernambuco, em Recife, as versões aqui

apresentadas foram revisadas por autoras e autores convidados e por nove professoras e professores, três para cada um dos livros da coletânea. O livro 1 trata de Gênero, Educação e Comunicação; o livro 2 reúne textos em torno da temática Relações e Hierarquias Marcadas por Gênero; e o livro 3 engloba questões sobre Experiências e Práticas Feministas.

A nossa intenção é de estabelecer uma prática contínua após os encontros, para manter a REDOR ativa, desenvolvendo-se a proposta de reunião dos melhores trabalhos apresentados nos encontros, bem como outros de participantes da Rede. Assim, a série ESTUDOS REDOR pretende representar uma referência para os estudos feministas e de gênero realizados pelas/os associadas/os e convidados, e uma inspiração para novos estudos.

Por terem organizado e promovido o 18º Encontro da REDOR, Maria do Rosário Leitão de Andrade do Núcleo de Pesquisa-Ação Mulher e Ciência - NPAMC/UFRPE e Russell Parry Scott do Núcleo Família, Gênero e Sexualidade - FAGES/UFPE, com a colaboração do Instituto Papai e da Fundação Joaquim Nabuco, resolveram buscar financiamento específico para esta produção. Parry Scott recebeu o apoio do CNPQ e coordenou juntamente com a diretoria atual da REDOR, presidida por Maria do Rosário Leitão de Andrade e Maria Eulina Pessoa de Carvalho, a diretoria anterior (Gloria Rabay e Maria Eulina Pessoa de Carvalho) e muitas/os integrantes da Rede, indivíduos, grupos e financiadores, ao longo de um processo de profícua interlocução.

Esta produção é uma colaboração entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco, que realizou a impressão do livro, e a Universidade Federal de Pernambuco, que realizou a diagramação da versão final, apresentada pela revisora, Amanda Martha Campos Scott, e as equipes de organizadoras/es, numa articulação coordenada pela Prof. Parry Scott.

Desejamos boas leituras.

Maria do Rosário Leitão de Andrade, UFRPE

Maria Eulina Pessoa de Carvalho, UFPB

Glória Rabay, UFPB

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Introdução..... | 11 |
| Parte I: Gênero, Relações Etnicorraciais e Religiosidade..... | 21 |
| Educação multicultural: contribuições do candomblé para a discussão de raça e gênero | 23 |
| <i>Denise M. Botelho</i> | |
| Identidade, empoderamento e a prática do direito ao culto das mulheres Angoleiras | 39 |
| <i>Francineide Marques da Conceição Santos</i> | |
| Beatas e diligentes: a contabilidade do conflito. Gênero, religiosidade e luta de classes nas Casas de Caridade | 51 |
| <i>Andréa Bandeira</i> | |
| A bebida ritualística do Sakpó como prática de trabalho genuinamente feminina na etnia Sateré-Mawé, no Amazonas | 69 |
| <i>Iraildes Caldas Torres</i> | |
| Território de maioria negra: uma reflexão sobre a vida de mulheres negras moradoras da favela Bola de Ouro em Jaboatão dos Guararapes..... | 83 |
| <i>Valdenice José Raimundo</i> | |
| Percepção de gênero, sexualidade e raça: o caso de uma ONG não feminista de Salvador/BA | 95 |
| <i>Luciene Assunção da Silva</i> | |

| | |
|--|-----|
| As imagens positivas de meninas e mulheres negras em livros infanto-juvenis hospedados no Programa A Cor da Cultura: “As tranças de Bintou” e “O cabelo de Lelé” | 111 |
|--|-----|

Ivonildes da Silva Fonseca
Danielli Rodrigues da Silva
Dayana Paulino Santos
Roberta Barbosa da Conceição

Parte II: Gênero e Política..... 127

| | |
|---|-----|
| “A quebra do contrato social”: mulheres negras na política do Recôncavo da Bahia | 129 |
|---|-----|

Elane Conceição Anias
Ana Paula Comin de Carvalho

| | |
|---|-----|
| Relações de gênero no horário eleitoral de João Pessoa: Imagem e discurso de Estela Bezerra..... | 147 |
|---|-----|

Jéssica Feijó
Glória Rabay

| | |
|--|-----|
| Feminismo na política: reflexões sobre as plataformas das candidatas maranhenses nas eleições de 2014 | 163 |
|--|-----|

Mary Ferreira

| | |
|--|-----|
| Mulher(es), história(s) e poder(es): versões da política | 181 |
|--|-----|

Maria Luzia Miranda Álvares

| | |
|---|-----|
| A invisibilização das mulheres nas Relações Internacionais: um olhar a partir dos feminismos pós-coloniais | 199 |
|---|-----|

Manuella Donato
Vico Melo

Parte III: Gênero, Educação Superior e Trabalho 217

| | |
|---|-----|
| Política feminista y educación superior | 219 |
|---|-----|

Trinidad Donoso-Vázquez

| | |
|--|-----|
| Trayectorias académicas y profesionales de mujeres y hombres en España en un contexto de cambio | 241 |
| <i>Lola Frutos Balibrea</i> | |
| Conquistas e desafios: a prática da equidade de gênero no mundo do trabalho..... | 271 |
| <i>Keila Sousa dos Santos Monteiro</i> <i>Maria Helena Santana Cruz</i> | |
| A abordagem de gênero no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana..... | 293 |
| <i>Alfrancio Ferreira Dias</i> | |
| Sobre as autoras e os autores | 309 |

INTRODUÇÃO

Os textos desta coletânea foram produzidos e apresentados em alguns GT e mesas-redondas no 18º Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), realizado de 24 a 27 de novembro de 2014 na Universidade Federal Rural de Pernambuco com o tema central: *Perspectivas Feministas de Gênero: Desafios no Campo da Militância e das Práticas Científicas*.

O material que ora trazemos a público expressa a relevância social do conhecimento produzido no campo dos estudos feministas e de gênero, atribuindo-se especial destaque às particularidades e especificidades das regiões Norte e Nordeste do Brasil. A partir de uma variedade de lugares, interesses e posições disciplinares e interdisciplinares, as autoras e autores aqui reunidas/os buscam responder aos anseios e aos desafios feministas de um pensamento teórico-prático complexo, multifacetado e plural.

Os textos estão organizados em três partes. Na Parte I, estão sete trabalhos sobre Gênero, relações etnicorraciais e religiosidade, que enfocam temáticas indígenas e afro-brasileiras, grupos urbanos e da floresta, do presente e do passado, seus rituais, cultos, práticas, identidades, imagens, formas de organização, experiências, contribuições e desafios. São trabalhos que adotam a perspectiva interseccional – articulando gênero, raça/etnia, classe social, religiosidade, geração – e evidenciam interessantes aspectos da vida das mulheres, e de seus processos educativos, de resistência e de empoderamento.

Denise M. Botelho, no texto “Educação e Candomblé: contribuições para a discussão de raça e gênero”, visa a compreender as relações de gênero nos rituais de Candomblé, como também estabelecer uma relação entre

raça e gênero em grupos religiosos. A pesquisa, de natureza qualitativa, realizou-se por meio da observação participante junto a seguidores/as de Candomblé nas cidades de São Paulo (SP), Valparaíso (GO), Recife (PE) e Salvador (BA), priorizando os rituais religiosos afro-indígenas e os espaços de culto aos orixás. A autora examina o processo experimentado no Candomblé pela alteridade de gênero físico e mítico, conduzindo mulheres e homens a adentrar em universos simbólicos, o que em outros espaços não seria possível vivenciar, entendendo que tais experiências são educativas para relações de gênero igualitárias. A autora repensa os papéis femininos por intermédio de vestimentas e aparatos das divindades femininas (yabás), como também por atividades atreladas ao universo dessas deusas.

O texto “Identidade, empoderamento e a prática do direito ao culto das mulheres Angoleiras”, de Francineide Marques da Conceição Santos, investiga como e em que medida a capoeira angola, enquanto prática educativa não-formal, colabora na construção da identidade no tocante ao empoderamento de mulheres para o enfrentamento de violências, especialmente a intolerância religiosa. Sob a perspectiva multidisciplinar de gênero, busca entender o que significa ser mulher capoeirista angoleira que, uma vez exercendo o seu direito ao culto de matriz africana, tem a sua identidade fortalecida para atuar politicamente. Para refletir como mulheres se identificam como “angoleiras” e os desdobramentos deste pertencimento no seu cotidiano, a autora adota, como procedimento metodológico, a observação participante em grupos de capoeira angola. Os resultados informam como se processa a transmissão de conhecimentos dentro de grupos de capoeira angola e em que medida esses saberes colaboram para a construção da(s) identidade(s) e o empoderamento de mulheres capoeiristas na busca pela efetividade do direito à liberdade ao culto religioso de matriz africana.

Andréa Bandeira, no artigo “Beatas e diligentes: a contabilidade do conflito. Gênero, religiosidade e luta de classes nas Casas de Caridade”, pontua que, entre os novos “fazeres históricos”, há estudos preocupados em descortinar as relações de gênero e os efeitos que as diferenças entre homens e mulheres, culturalmente mantidas, têm causado no desenvolvimento material e imaterial, sociocultural e identitário dos

sexos. Nessa linha, com base na abordagem de gênero, seu trabalho pretende ampliar o conhecimento do papel social feminino nas décadas de sessenta-setenta do século XIX, no Sertão e no interior nordestino do Brasil Imperial, utilizando como quadro histórico as Casas de Caridade, fundadas pelo Padre Ibiapina, onde se encontravam as mulheres sujeitos do estudo. A autora evidencia que elas ocuparam um lugar de destaque ao lado do “Padre Santo”, influenciando comunidades e, na sua ausência, administrando espaços públicos; mas que, na dinâmica do cotidiano, reproduziram as relações materiais e de poder patriarcais. Denuncia, ainda, que suas “ausências históricas”, observadas no tolhimento dos seus nomes, estendem-se às suas características de raça/etnia, resultando numa referida hegemonia racial branca que é “inverdadeira”.

No texto “A bebida ritualística do Sakpó como prática de trabalho genuinamente feminina na etnia Sateré-Mawé, no Amazonas”, aborda o tema da mulher indígena e da expressão do feminino. O trabalho de campo, de cunho antropológico, foi realizado em duas comunidades Sateré-Mawé, Simão e Umirituba, localizadas no rio Andirá, município de Barreirinha, no Amazonas. A autora privilegiou dados de entrevistas profundas realizadas com mulheres idosas dessas comunidades, além de lideranças masculinas e um indigenista. O corte analítico focalizou o aspecto do sakpó, bebida mítica, protagonizada pelas mulheres mawé no âmbito do seu papel político dentro da sua etnia. Trata-se de uma presença protagônica tecida por dentro da sociabilidade e das relações de pertença identitária de um povo que se reconhece tributário da potência de uma mulher.

Valdenice José Raimundo, no texto “Território de maioria negra: uma reflexão sobre a vida de mulheres negras moradoras de áreas segregadas e suas formas de organização”, mudanças sociais ocorridas através da organização informal no cotidiano analisa as mulheres negras moradoras de áreas segregadas, denominadas de favelas ou território de maioria negra. O estudo foi realizado com mulheres que se declararam negras, moradoras da comunidade Bola de Ouro, em Jaboatão dos Guararapes/PE. Traçou uma relação entre o passado histórico do negro, em geral, e das mulheres negras na atualidade, em particular, com base em levantamento bibliográfico. Os dados empíricos foram obtidos por meio de observação participante

e entrevista semiestruturada, e analisados a partir da perspectiva crítica, considerando as questões de gênero, raça e classe. Os resultados informam que ocorreram mudanças no cotidiano das mulheres negras a partir da organização informal que se manifesta como alternativa de resistência às situações advindas da pobreza e das desigualdades presentes na condição de mulher e negra na sociedade brasileira.

O trabalho intitulado “Percepção de gênero, sexualidade e raça: o caso de uma ONG não feminista de Salvador/BA”, de Luciene Assunção da Silva, analisa resultados de pesquisa em uma organização não-governamental não feminista em Salvador/BA. O objetivo foi entender a percepção dos/as educadores/as a respeito da categoria gênero, e de que maneira esse entendimento reverbera nos produtos finais elaborados pelos/as jovens a partir das linguagens de vídeo, fotografia, computação gráfica e design gráfico. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, baseado em diversas fontes de informação: levantamento bibliográfico, pesquisa documental, observação direta, entrevista semiestruturada e análise de artefatos (vídeos, fotografias). Os resultados indicam que, por ser uma ONG não feminista, os estudos e discussões em torno da temática de gênero ainda são restritos; isto porque, no imaginário coletivo, gênero é entendido como coisa de mulheres ou feministas radicais. Neste sentido, a autora argumenta que as ONGs não feministas têm um papel fundamental em inserir as discussões sobre a temática nos seus projetos político-pedagógicos, contribuindo para transformar as relações sociais e avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ivonildes da Silva Fonseca, Danielli Rodrigues da Silva, Dayana Paulino Santos e Roberta Barbosa da Conceição, no artigo “As imagens positivas de meninas e mulheres negras em livros infanto-juvenis hospedados no Programa A Cor da Cultura: ‘As tranças de Bintou’ e ‘O cabelo de Lelê’”, refletem sobre a imagem negativa das mulheres negras, uma das questões cruciais no processo de desconstrução do racismo, uma vez que essa imagem interfere nas relações afetivas, nas relações de trabalho, nos processos educacionais, enfim, em todas as situações sociais. Desde o ano de 2001, a partir da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em

Durban, África do Sul, da qual o Brasil foi signatário, muitas ações ligadas à temática ganharam impulso. Portanto, este texto apresenta resultados de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), intitulada “Filhas e Netas de África: imagens de meninas e mulheres em livros divulgados no Programa A Cor da Cultura/ACDC”, na qual constam análises de livros, dos quais foram selecionados “As tranças de Bintou” e “O cabelo de Lêle”, que trazem discursos de positividade sobre a mulher e criança negras.

A Parte II desta coletânea reúne cinco textos sobre Gênero e política, incluindo quatro estudos sobre a inserção das mulheres na política formal, no Maranhão, Pará, Paraíba e Bahia, além de um artigo que explora as contribuições do feminismo para o campo das Relações Internacionais.

O Brasil é um dos países com menor representação de mulheres na política formal, apesar da aprovação da Lei 9.504/97, que assegura a reserva de 30% de candidaturas por sexo em cada partido político e coligação. Reconhecendo nosso incipiente avanço no campo da política e do poder, o trabalho de Maria Mary Ferreira sobre “Feminismo na política: reflexões sobre as plataformas das candidatas maranhenses nas eleições de 2014” analisa a participação das mulheres nas eleições de 2014, com ênfase no seu envolvimento com as bandeiras históricas defendidas pelos movimentos feministas e como estas têm sido traduzidas na ação política das campanhas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com dados coletados a partir de entrevistas, cujos resultados permitem avaliar se houve avanços da representação feminina, e se as candidatas incorporaram as bandeiras feministas: igualdade de direitos, paridade, representação nos cargos de decisão, luta contra a violência, pelos direitos reprodutivos, entre outras bandeiras históricas.

Maria Luzia Miranda Álvares, no texto “Mulher(es), história(s) e poder(es): versões da política”, analisa a história de vida de parlamentares e prefeitas eleitas em 2008, no Pará, considerando o déficit de associadas dos movimentos de mulheres em candidaturas femininas e o percentual significativo de associadas filiadas aos partidos políticos. Questiona: a) quem são as mulheres que logram filiação, inclusão nas listas eleitorais e

elegem-se, independentemente de participarem de ativismo político? b) os partidos políticos demandam candidaturas de mulheres e há oferta de nomes de lideranças femininas com antecedentes sociais centrados em trajetórias pessoais formadas no campo familiar, político e/ou profissional? Dos depoimentos surgiram histórias singulares, contextualizadas numa geopolítica amazônica, ilustrativas da aplicação da teoria da história do tempo presente ao aprofundamento das singularidades do percurso das mulheres na política formal.

No artigo “Relações de gênero no horário eleitoral de João Pessoa: Imagem e discurso de Estela Bezerra”, Jéssica Feijó e Glória Rabay objetivam entender como o papel da mulher e do homem e as relações de gênero foram apropriados durante a campanha à Prefeitura de João Pessoa, em 2012. Analisam o discurso e a imagem pública, construídos pela candidata Estela Bezerra (PSB) no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). O trabalho aponta um paradoxo na propaganda televisiva, isto porque, enquanto reconhece uma demanda por equidade de gênero, a pleiteante reflete, em geral, qualidades arbitrárias, por vezes tidas como “naturais”, para compor a imagem do que seja uma mulher ou um homem “de verdade”. Tais ideias estão presas a valores que perpetuam a subordinação feminina, à medida que reiteram o “lugar comum” delas, entre a preocupação com a casa e os filhos, e deles, entre o trabalho na rua e a vida pública.

O texto de Elane Conceição Anias e Ana Paula C. de Carvalho, com o título “A quebra do contrato social: mulheres negras na política do Recôncavo da Bahia”, analisa a inserção de mulheres negras no cargo de prefeitas, em municípios dessa região. As autoras destacam os elementos que levaram essas mulheres a se exporem, a levantarem a voz, a assumirem um papel de enfrentamento e de poder, o que representa um desafio importante às práticas sexistas, racistas e classistas tradicionais da política naquele contexto específico. A abordagem analítica centra-se nos significados das trajetórias de vida, buscando revelar como os processos sociais operam sobre as práticas sociais dessas mulheres negras. Os resultados chamam a atenção para a importância dessa abordagem, considerando a escassez de estudos voltados para compreender o protagonismo das mulheres negras no espaço de representação da política partidária.

No artigo intitulado “A invisibilização das mulheres nas Relações Internacionais: um olhar a partir dos feminismos pós-coloniais”, Manuella Donato e Vico Melo revisitam os passos da diversidade teórica do feminismo nas Relações Internacionais e identificam as principais contribuições trazidas por tais correntes para a disciplina. Para abranger a discussão da invisibilização das mulheres nas relações internacionais – devido ao sistema-mundo moderno/colonial em que estamos inseridas/os – resgatam os debates teóricos propostos pelo grupo latino-americano “modernidade/colonialidade” e pelos estudos descoloniais sobre o processo de hierarquização da mulher como sujeito oculto. Dessa forma, o trabalho discute a complexidade na formatação de classificações promovidas pela colonialidade (do ser/saber/poder) e as contribuições dos feminismos liberais, críticos e pós-coloniais, com ênfase no último, para a análise e transformação das relações internacionais.

A Parte III fecha o livro com reflexões sobre Gênero, educação superior e trabalho. Os cinco textos que a compõem, de autoras/es do Brasil e Espanha, discutem a inclusão da perspectiva de gênero na política da educação superior, na formação profissional, na pesquisa, no trabalho e, especificamente, na formação docente.

Trinidad Donoso-Vázquez, da Universidade de Barcelona, no texto da Conferência de Abertura intitulada “Política Feminista y Educación Superior”, aborda a mudança curricular sensível a gênero iniciada há mais de 30 anos na educação superior. A autora argumenta que essa mudança tem amplas implicações sociais e pessoais: implica na transformação política da sociedade e da consciência dos/as futuros/as profissionais na direção da equidade de gênero no trabalho e vida. Incluir a perspectiva de gênero no currículo é propor a reconstrução histórica da experiência das mulheres e a construção de novos conhecimentos a partir dessa experiência. Além disso, a perspectiva de gênero incrementa a dimensão social da educação superior e incide no compromisso da ciência com a autonomia, a dignidade e a justiça social. Portanto, incluir as mulheres como objeto e como sujeito do conhecimento, resgatando sua história, sua genealogia, seus saberes e perspectivas, constitui uma espécie de declaração política. Os ganhos formativos são ilustrados pela autora, com base em um estudo

com o alunado universitário, através de diários reflexivos, que possibilitou estabelecer níveis de desenvolvimento de consciência de gênero durante um curso específico sobre a temática. A análise demonstra como a consciência do alunado vai se transformando além da esfera pessoal para adentrar na sua esfera social, levando ao engajamento nas mudanças sociais. A autora finaliza com questões cruciais e provocadoras, dentre as quais: Onde estão os homens acadêmicos? E convida-os a participarem na mudança política para a liberação da mulher.

O texto da conferência de encerramento de Lola Frutos Balibrea, da Universidade de Murcia, Espanha, intitulou-se “Trayectorias académicas y profesionales de mujeres y hombres en España en un contexto de cambio”. Nele, a autora aborda o acesso gradual das mulheres à educação na Espanha em equidade com os homens. Do lado teórico, expõe o pensamento socioeconômico sobre as relações sociais de gênero da perspectiva feminista, assim como os estudos sobre educação superior e emprego. Do lado empírico, analisa o processo de feminização da educação superior na Espanha e no contexto europeu no último terço do século XX, com base em dados secundários; e o rendimento diferente e desigual das titulações no mercado de trabalho para mulheres e homens na Espanha, com base em pesquisa sobre trajetórias acadêmicas e laborais, coordenada pela autora. Por último, analisa os efeitos da crise em mulheres e homens com respeito ao emprego, desemprego e tipo de contratação, que constitui um contexto de vulnerabilidade social e de subemprego para os titulados do sistema educativo, especialmente para as mulheres.

Keila Sousa dos Santos Monteiro e Maria Helena Santana Cruz, com o texto “Conquistas e desafios: a prática da equidade de gênero no mundo do trabalho”, enfocam o processo histórico de constituição das políticas sociais e laborais, com destaque para as representações sociais de trabalhadores/as de um banco público em Sergipe acerca do Programa Pró-equidade de Gênero (PPEG) no período 2005-2010. Por meio da abordagem sócio-histórica, da metodologia qualitativa e do estudo de caso organizacional, foram consultadas fontes de informação documental e realizadas entrevistas semiestruturadas com trabalhadores/as do banco. Com a pretensão de contribuir para iluminar processos relativamente

recentes no país, as autoras ressaltam impasses e perspectivas que perpassam a incorporação da questão de gênero por políticas públicas e programas governamentais, e realçam a natureza e o significado de ações institucionais voltadas para garantir os direitos humanos das mulheres, a igualdade social e a equidade de gênero.

O artigo “A abordagem de gênero no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana”, de Alfrancio Ferreira Dias, trata da inclusão da perspectiva de gênero na formação inicial e continuada de professoras/es no Curso de Pedagogia da referida universidade. Privilegiou a abordagem metodológica qualitativa, por meio de sessões de observação e de acompanhamento das oficinas do Projeto Educação e Diversidade de Gênero e Sexual, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, e de questionário aberto eletrônico aplicado a estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia e a professoras que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental de duas escolas públicas da Rede Municipal de Itabaiana/SE. O autor conclui que tanto as/os estudantes de Pedagogia quanto as professoras referidas não mostram familiaridade com a abordagem de temas relacionados a corpo, gênero e sexualidade.

Esta coletânea pode ser lida como um espelho significativo do que vem sendo produzido nos estudos de gênero no Norte e Nordeste do Brasil. Sua publicação intenciona contribuir para germinar novas questões e futuras pesquisas junto ao universo de profissionais interessados nas questões das mulheres e das relações de gênero.

Maria Helena Santana Cruz

Soraya Barreto Januário

Maria Eulina Pessoa de Carvalho

PARTE I

Gênero, Relações Etnicorraciais e Religiosidade

Educação multicultural: contribuições do candomblé para a discussão de raça e gênero

*Denise M. Botelho*¹

Ser mulher negra significa muitas coisas diferentes, uma vez que somos diferentes umas das outras: somos pessoas, indivíduos, portanto únicas. Ainda assim, classificadas como um grupo, as mulheres negras, temos em comum fortes marcas decorrentes da existência do racismo, que cria um conceito e uma hierarquia de raça. E onde o que representamos, como negras, é considerado inferior, discriminado e desqualificado. E há também a marca da desqualificação do sexo feminino estabelecida pelo sexismo, que traz também a noção de heterossexualidade compulsória, condenando comportamentos sexuais diferentes.

Kimberlé Crenshaw

Introdução

O candomblé é uma religião que, na contramão do machismo, possibilita o exercício feminino do sacerdócio e para os segmentos mais ortodoxos, o sacerdócio é exclusivamente feminino. São essas lideranças religiosas do candomblé que guardaram e continuam zelosamente guardando a história e a cultura do povo negro que não aparece nos livros

¹ Professora Adjunta do departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde, vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UFRPE). denise@ded.ufrpe.br.

didáticos e que não são resgatados por conta de um racismo institucional cristalizado na sociedade brasileira. Estas mulheres também são pilares fundamentais da educação nas comunidades onde estão inseridas. Nos terreiros de candomblé não é uma prerrogativa das mulheres a posseção pelas divindades femininas (yabás): também os homens poderão passar pelo transe das yabás e as mulheres poderão manifestar divindades masculinas. Ainda que este texto não permita uma reflexão mais apurada sobre este assunto, é possível afirmar que o processo vivenciado pela alteridade de gênero físico e gênero mítico conduz minimamente as filhas de santos reviverem feitos heroicos associados a seus orixás, a partir da mítica de seu eledá (Divindade que rege filhas/os de santo) e os homens de adentrar no universo feminino por intermédio de vestimentas e aparatos de sua yabá, como também, por atividades atreladas ao universo de sua deusa. No momento do transe os corpos são tomados pelos orixás e suas filhas e filhos estão submetidos a uma não-razão, mas no tempo da consciência plena, a alteridade se faz presente pelos preparativos que envolvem os orixás femininos e masculinos. Cabe ressaltar, também, que todas as divindades estão em condições de igualdade, não há uma hierarquia que submeta a *condição* feminina à masculina e vice-versa, sem, contudo, eliminar as disputas, mas nas guerras homens e mulheres estão em condições de igualdade. Entretanto, existem situações específicas onde a mulher é detentora do poder da vida como no caso das Iyamis (mães feiticeiras). A força depositada não apenas nas míticas das Iyamis, mas também em todas as yabás merece uma reflexão no caminho do empoderamento de jovens e mulheres negras da contemporaneidade.

Embora estejam em foco nos rituais, os orixás – masculinos e femininos – esses não são os únicos a desvendarem as performances de gênero no povo de santo. A ênfase advém do fato de que as observações levam a pensar que são os rituais, afro-brasileiros e afro-indígenas, o local onde o gênero ganha performances explicitamente diversas do cotidiano. É sabido que embora homens e mulheres tenham uma determinada prática ritual de gênero, a depender do(a) orixá, podem vivenciar outra experiência no cotidiano. A partir de algumas observações do campo religioso, aprofundamos até onde os mitos praticados nos rituais de posseção do

candomblé atingem, no cotidiano, as interações sociais entre esses homens e mulheres. Tivemos por meta tentar compreender o modo como o gênero das pessoas é tratado pelos grupos de praticantes de cultos afro-brasileiros, e iluminar a forma como o sistema simbólico orienta as interações entre essas pessoas no cotidiano.

Educação, gênero e raça

A educação tem importância fundamental para mudanças estruturais, lugar estratégico para a superação de mecanismos que não permitem a ruptura com um passado e um presente racistas. Os indivíduos posicionados na base da pirâmide social são os maiores alvos para as práticas discriminatórias, para a injustiça, para a falta de oportunidades profissionais e sujeitos a uma infinidade de situações que conduzem à subordinação social. Na América Latina, dentre os muitos discriminados se encontram, na maioria das vezes, pessoas negras e indígenas e entre estas as mulheres negras, que estão em maior desvantagem social. São esses indivíduos boicotados em seu direito à cidadania, carregando o estigma da inferioridade, atributo profundamente depreciativo (GOFFMAN, 1975), a eles conferido por um outro que se considera superior, entre brancos e negros, um suposto poder branco.

As condições sócio-econômicas determinam desigualdades sociais, mas, não podemos negar que essas desigualdades têm uma base racial na América Latina. A intenção de caracterizar a problemática das relações raciais como um problema das classes trabalhadoras desvaloriza a discussão da questão racial no Brasil. Um projeto de sociedade democrática não pode ignorar os obstáculos à constituição de uma verdadeira cidadania para a população negra brasileira. O racismo ainda é uma forte barreira a ser superada para a concretização de uma sociedade igualitária (HASENBALG; SILVA, 1988).

Temos como pressuposto que a ignorância sobre as peculiaridades das relações raciais constitui terreno fértil para as práticas racistas. Portanto, estudos que possibilitem a reflexão sobre esse tema são necessários para a mudança do *status quo* da população negra.

Mostra-se necessário aprofundar as discussões sobre relações raciais no âmbito escolar formal e criar oportunidades para a análise crítica da realidade educacional. Dos pesquisadores e pesquisadoras dessa temática esperam-se subsídios para desvendar meandros da teia escolar, de modo a possibilitar reformulações pedagógicas e a melhoria das relações raciais, que influenciam diretamente no processo de aprendizagem das alunas e dos alunos.

Para a efetivação de uma educação para a diversidade étnico-racial, é preciso mais do que elogios às diferenças, é preciso aprofundar a reflexão sobre as particularidades dos grupos etnicorraciais; assim como é preciso, também, implementar políticas públicas, alterar relações de poder, redefinir escolhas, tomar novos rumos e questionar a cosmovisão dominante (GOMES, 2003). Em suma, é preciso que a sociedade brasileira, em todas as suas áreas de atuação – e, particularmente, ressalto a importância da educação – assuma a sua condição multirracial com respeito e dignidade a todas as pessoas.

Percebo que a ausência de material sistematizado sobre os povos africanos e afro-brasileiros inviabiliza o ideal democrático de igualdade, condição essencial para o alcance da equidade étnico-racial em território brasileiro. Como afirma o Parecer CNE nº 03/2004:

a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causada por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra (2002, p. 12).

Nenhum processo educativo ocorre se o ser do ensino-aprendizagem estiver desenraizado de seus valores, de suas crenças, de seus objetos, do seu

próprio ser. Percebo, muitas vezes, no ambiente escolar, que determinados alunos e alunas precisam negar ou camuflar o que são para se enquadrarem na ótica hegemônica da escola. É preciso ser na sua integralidade, para ensinar, aprender e transformar.

A hegemonia teórica que privilegia apenas o conteúdo eurocêntrico nas escolas brasileiras tem aliado negros e brancos de um conhecimento sócio-histórico, presente na cultura brasileira, pertencente a outros grupos etnicorraciais, dificultando uma consciência reflexiva e emancipatória da nossa população, espaços e eger outros atores sociais para um conhecimento educacional diferenciado.

Mulheres negras na sociedade brasileira

As mulheres negras, sejam em solo africano, responsável pelas trocas e possibilidades nos mercados, sejam, já, em solo brasileiro, quando lhe eram impedidos os afetos maternos para desempenhar função de ama de leite, quando não tinha como matar a fome das suas próprias crias, mas cozinhavam grandes banquetes para os senhores e sinhás ou ainda no espaço doméstico ou nas ruas como as quitandeiras, lavadeiras, as negras, negrinhas ou neguinhas estão submetidas a uma lógica de trabalho intenso e baixa afetividade, ainda, que no imaginário² nacional a “mulata³ que seja a tal!!”, na verdade, as mulheres negras sempre trabalharam e “(...) não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar” (CARNEIRO, 2003, p. 50).

Segundo Theodoro (1996), desde a escravidão, as mulheres negras têm se esforçado para ser o sustentáculo econômico da família. As grandes batalhadoras nas senzalas, nos cortiços. E, no mundo contemporâneo, elas continuam a enfrentar as barreiras criadas pela discriminação racial. No mercado de trabalho, mesmo quando conseguem uma escolaridade

2 Para Gilbert Durand imaginário é o “conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do *homo sapiens* – aparece-nos como o grande denominador fundamental onde se vêm encontrar todas as criações do pensamento humano” (DURAND, 1997, p.18).

3 O substantivo mulata foi utilizado apenas para reproduzir um imaginário social, mas consciente que a origem da palavra associa a figura das mulheres mestiças, entre negros(as) e brancos(as), a mulas animal fruto do cruzamento entre o burro e a égua.

maior ou um treinamento efetivo de suas capacidades, e tentam colocações melhores, esbarram sempre no problema do preconceito. A sua ascensão social e econômica se processa em ritmo muito mais lento do que para os homens negros e as mulheres brancas.

Na vida real, a ausência de ícones positivos de negritude, a associação exacerbada de uma libido às mulheres negras e o convívio com jovens negras, percebo a necessidade de resgatar histórias que fortaleçam essas meninas-mulheres-guerreiras em suas autoestimas e em seus autoconceitos, muito provavelmente, fruto da minha própria trajetória de filha de mãe empregada doméstica, e que muito cedo sofreu com as auguras do racismo no próprio seio familiar, com a vergonha da tia em assumir a sobrinha, filha de mulher negra e de um pai pseudo-negro.

Cabe dizer que por muitos anos a minha percepção era que o meu pai era um homem branco, e a menor quantidade de melanina em sua pele muitas vezes foi a minha salvação para negar a minha negritude, muito mais tarde quando os cabelos já se manifestavam se encarapinhados e que o orgulho da raça era consciente que percebi que o meu pai, um homem mestiço, viveu a maior parte da sua vida enganado de pertencer ao grupo dominante, sem nunca ter poder. Talvez seja esta “esquizofrenia” que o conduz a tantos momentos de dissabores, mas enfim, retornemos às mulheres aquelas que mesmo sem saber são mulheres lindas, especiais, e, principalmente, com direito a contar as suas próprias belas histórias.

Uma sociedade permeada por uma lógica machista e racista, como é a brasileira, condiciona as negras a uma situação de duplo processo discriminatório, ou como afirma Crenshaw:

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam

as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

O conceito de interseccionalidade da autora nos faz refletir as diversas vulnerabilidades sociais a que estão submetidas meninas, jovens e mulheres negras brasileiras. A situação de submissão na maioria das vezes não permite um processo emancipatório, ainda que estas mulheres estejam modificando o legado histórico de suas ancestrais aumentando a sua escolaridade formal, assumindo novos postos de trabalho, ainda é bastante difícil para que suas identidades relacionadas a processos de exclusão tanto pelo gênero como pela raça, consigam um rápido processo de emancipação.

Muitas jovens que estão na universidade que foram beneficiadas pelo sistema de reservas de vagas⁴, pela ausência de empoderamento feminino não conseguem assumir um protagonismo político em defesa das políticas reparatórias. Sempre me questionava sobre essa contradição, é almejando auxiliar a essas jovens alcançar uma identidade-projeto⁵, vislumbrei algumas atividades acadêmicas que traziam para o cenário científico ações e saberes muitas vezes ignorados nas universidades. Entre os chamados temas proibidos estavam aqueles relacionados às religiões de matrizes africanas e, em especial, o lugar das mulheres na religiosidade afro-brasileira, tal interesse me indicou um caminho de empoderamento para aquelas jovens e pensar o lugar das mulheres nas comunidades de candomblés foi o resultado satisfatório de elementos de empoderamento, que não está consolidado, mas que tem sido um referencial muito positivo para tratar de resgatar a força das negras mulheres universitárias em seu processo educativo e em suas vidas como um todo.

4 Reserva de vagas ou cotas, ainda, é uma ação diminuta mediante a complexa necessidade de políticas de ações afirmativas, mas que ainda assim tem sido um dos poucos caminhos de acessibilidade da população afro-brasileira aos estudos de terceiro grau.

5 A identidade-projeto, quando os atores sociais, com base no material cultural à sua disposição, constroem uma nova identidade que redefine sua posição na sociedade e, conseqüentemente, se propõem em transformar o conjunto da estrutura social (MUNANGA, 2003, p. 39-40).

Mulheres no candomblé⁶

Pensar nas mulheres no candomblé é pensar uma religião que na contramão do machismo possibilita o exercício feminino do sacerdócio e para os segmentos mais ortodoxos é, exclusivamente, feminino, mas deixemos esta polêmica para outras reflexões e, aproveitemos para reverenciar as grandes lideranças religiosas do candomblé que guardaram e continuam zelosamente guardando a história e a cultura do povo negro que não aparece nos livros didáticos e que não são resgatados por conta de um racismo institucional cristalizado na sociedade brasileira. É a mulher a responsável pela “transmissão das tradições religiosas e culturais (...) o elo entre o sagrado e a vida comunitária” (TEODORO, 1996, p. 59). Estas mulheres também são pilares fundamentais da educação nas comunidades onde estão inseridas.

As sacerdotisas são chamadas de *iyalorixás*⁷, elas são lideranças máximas do candomblé, detêm o maior conhecimento dos fundamentos da religião e a responsabilidade de transmitir esse conhecimento e o *axé*⁸ à sua família de santo. As *equedis*⁹, cujos *orixás* não se manifestam fisicamente, auxiliam as *iyalorixás* na organização ritual de diferentes formas. Há muitos outros cargos femininos relacionados às oferendas, ao vestir e paramentar as divindades, preparo das comidas sagradas, atividades essenciais para a dinâmica da religião (BOTELHO, 2005), que são assumidas a partir da sua condição feminina, como também em relação ao *orixá* a que estão vinculadas.

Nos terreiros de candomblé, não é uma prerrogativa das mulheres a posseção pelas divindades femininas (*yabás*): também os homens poderão passar pelo transe das *yabás* e as mulheres poderão manifestar divindades

6 Peço a proteção às feministas históricas do candomblé, mesmo que não houvesse uma elaboração intelectual do ativismo feminino, suas ações as consagraram como libertadoras, a bênção Mãe Aninha, Mãe Menininha do Gantois, Mãe Senhora, Mãe Maria Jesuína, Mãe Stella de Oxossi, Mãe Beata de Yemonjá, Mãe Railda de Oxum, Makota Valdina, Mãe Nenê, Mãe Juju, Mãe Amara de Aganju e muitas outras mulheres que ao abraçarem o sacerdócio afro-brasileiro lutam contra o duplo processo de discriminação de gênero e de raça.

7 Conhecidas, também, como *mãe-de-santo* e o correlato masculino é *babalorixá*.

8 Força dinâmica e fundamental que dá sustentação ao mundo na cosmovisão *loruba*.

9 Mulheres que não entram em transe com as divindades.

masculinas. Ainda que este texto não permita uma reflexão mais apurada sobre este assunto, é possível afirmar que o processo vivenciado pela alteridade de gênero físico e gênero mítico conduz minimamente as iniciadas nos orixás reviverem feitos heroicos associados a suas divindades, a partir da mítica de seu eledá (Divindade que rege filhas/os do orixá) e os homens de adentrar no universo feminino por intermédio de vestimentas e aparatos de sua yabá, como também, por atividades atreladas ao universo de sua deusa. No momento do transe os corpos são tomados pelos orixás e suas filhas e filhos estão submetidos a uma não-razão, mas no tempo da consciência plena, a alteridade se faz presente pelos preparativos que envolvem os orixás femininos e masculinos. Cabe ressaltar, também, que todas as divindades estão em condições de igualdade, não há uma hierarquia que submeta a *condição* feminina à masculina e vice-versa, sem, contudo, eliminar as disputas, mas nas guerras, homens e mulheres estão em condições de igualdade. Entretanto, existem situações específicas onde a mulher é detentora do poder da vida como no caso das Iyamis (mães feiticeiras), como afirma Cunha:

Ela é o poder em si, tem tudo dentro de seu ser. Ela tem tudo. Ela é um ser auto-suficiente, ela não precisa de ninguém, é um ser redondo primordial, esférico, contendo todas as oposições dentro de si. Awon Iya wa são andróginas, elas têm em si o Bem e o Mal; dentro delas, elas têm a feitiçaria e a anti-feitiçaria; elas têm absolutamente tudo, elas são perfeitas (1984, p. 8).

A força depositada não apenas na míticas das Iyamis, mas também em todas as yabás merece uma reflexão no caminho do empoderamento de jovens e mulheres negras da contemporaneidade.

A educação é vivenciada, é rica de significados e permite que, no devido tempo, o sagrado seja assimilado em sua complexidade. E isto se dá, principalmente, pela atuação da ialorixá – o que aparece tanto na sua fala, como nas falas dos demais entrevistados. Teóricos diversos têm nos mostrado que a cultura africana se funda em valores matriarcais, portanto noturnos, fundantes. Numerosos exemplos são encontrados nos mitos

dos orixás e no próprio panteão das várias religiões africanas, nos quais as orixás femininas atuam *pari passu* com as masculinas e, não raro, são o contraponto ou o complemento destes. Ou seja, valores matriarcais que se orientam e permitem a manifestação de uma outra característica fundante da cultura africana: a conciliação dos contrários, expressos pela estrutura mítica sintética do imaginário. Portanto, como Nanã, a presença da Grande Mãe fundadora, de cujo seio é extraído o alimento da terra e cujos braços apoiam a caminhada daqueles que pretendem empreender sua jornada.

Os tambores que dão o ritmo cíclico (do coração) durante os rituais, as rodas de dança, o retorno constante dos orixás, o respeito aos ancestrais, a eufemização da morte, são outros tantos exemplos que podem ser citados e que confirmam a presença do Regime Noturno nos terreiros de candomblé e, por extensão, nas manifestações religiosas afro-descendentes.

Pensando nestes aspectos propícios para o ensinar-aprender, remeto-me, novamente, aos regimes de imagens propostos por Durand (1997), cuja interpretação permite inferir que o símbolo de identidade grupal, do referente terreiro, é a cabaça, afirmativa reforçada pela referência a esse objeto, A partir de Ferreira Santos é possível afirmar que a cabaça é uma forte representação imagética do universo afro-brasileiro:

altamente emblemática da natureza matriarcal do imaginário negro-africano é a cabaça universal. É uma cabaça cortada em dois lados que contém os segredos da vida [...] A cabaça na tradição dahomey aparece como uma chave para compreender o mundo (2004, p. 141).

A cabaça, em suas formas arredondadas e com a sua relação direta com o útero da grande mãe, traz em seu bojo os princípios da acomodação, do acolhimento e do aconchego. Em outras palavras, é o adentramento na intimidade da terra que protege e minimiza os aspectos trágicos da vida ou, melhor dizendo, possibilita a vida. É a inversão dos aspectos negativos da vida (escoar do tempo e aproximação da morte) que se contrapõe à estrutura heroica do Regime Diurno de imagem, com seus aspectos ascensionais, dicotômicos, de separação e exclusão, atualmente bastante presentes na lógica pedagógica da educação brasileira.

Mitos como fortalecimento das identidades das mulheres negras

Mulheres e homens iniciados no candomblé conhecem, identificam e têm como norteadora a mitologia dos orixás:

a mitologia e o ritual levam a uma transformação do indivíduo, desprendendo-se de suas condições históricas locais e conduzindo-o para algum tipo de experiência inefável. Funcionando como uma ‘idéia étnica’, por outro lado, a imagem prende o indivíduo ao seu sistema familiar de valores, atividades e crenças historicamente condicionados, como um membro ativo de um organismo sociológico (CAMPBELL, 1992, p. 373).

Os mitos manifestam o sagrado no mundo, contam a história sagrada do início da existência. Relatam um acontecimento ocorrido no tempo da criação, dizendo “como uma realidade passou a existir graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais. Seja uma realidade total ou o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição” (ELIADE, 1972, p. 11).

Para explicitar os caminhos percorridos neste trabalho, é importante socializar a ideia de Campbell (1997) de que o mito está presente e permeia todas as manifestações culturais humanas, as crenças religiosas, as concepções filosóficas, as expressões artísticas, as descobertas científicas e tecnológicas e os próprios sonhos da humanidade. O mito assume o papel de decodificador do desenvolvimento humano:

Podemos, portanto, considerar qualquer mito ou rito como uma pista para o que pode ser permanente ou universal na natureza humana (nesse caso, nossa ênfase será psicológica, ou talvez mesmo metafísica), ou, por outro lado, como uma função do cenário local – a paisagem, a história e a sociologia do povo em questão – nesse caso, nossa abordagem será etnológica ou histórica (CAMPBELL, 1992, p. 372).

Com o objetivo de transcender os reveses da vida em busca de conquistas favoráveis à realização de sua emancipação as mulheres têm

como referência as histórias de suas santas guerreiras, guardiãs, mães protetoras. Nos caminhos da vida, há sempre obstáculos a serem superados, e a busca consiste em:

favorecer os símbolos que levam o espírito humano a avançar, opondo-se àquelas outras fantasias humanas constantes que tendem a levá-lo para trás. Com efeito, pode ser que a incidência tão grande de neuroses em nosso meio decorra do declínio, entre nós, desse auxílio espiritual efetivo (CAMPBELL, 1992, p. 21).

O olhar reencantado possibilita novas reflexões sobre a humanidade e a nova episteme leva-nos à percepção inédita que poderá vir a quebrar o condicionante de dores, de pouca valia, de identidades fragmentadas das mulheres negras.

As yabás apresentam uma realidade profícua de imagens e símbolos sagrados presentes no cotidiano e na vida das adeptas do candomblé. O mito da criação da humanidade tem participação essencial de Nanã¹⁰, a senhora da sabedoria, presente no ayê (mundo) desde os primórdios.

A partir das yabás – organizadoras psíquicas – é que os(as) iniciados(as) e também os(as) não-iniciados(as) do candomblé vivenciam uma possibilidade conciliadora entre os opostos, tais como: morte e nascimento; jovem e ancião; homem e mulher; terra e céu; e uma infinidade de outras situações de aparente oposição, mas que são apreendidas e assimiladas de forma complementar, e não excludentes, possibilitando a circularidade da vida, que nasce na ancestralidade e realiza-se nas novas ações e ideias da contemporaneidade. Como na mitologia da deusa das

10 Dizem que quando Olorum encarregou Oxalá de fazer o mundo e modelar o ser humano, o Orixá tentou vários caminhos. Tentou fazer o homem de ar, como ele. Não deu certo, pois o homem logo se desvaneceu. Tentou fazer de pau, mas a criatura ficou dura. De pedra, mas ainda a tentativa foi pior. Fez de fogo e o homem se consumiu. Tentou azeite, água e até vinho de palma, e nada. Foi então que Nanã veio em seu socorro e deu a Oxalá a lama, o barro do fundo da lagoa onde morava ela, a lama sob as águas, que é Nanã. Oxalá criou o homem, o modelou no barro. Com o sopro de Olorum ele caminhou. Com a ajuda dos Orixás povoou a Terra. Mas tem um dia que o homem tem que morrer. O seu corpo tem que voltar à terra, voltar à natureza de Nanã. Nanã deu a matéria no começo mas quer de volta no final tudo o que é seu. Disponível em: <http://www.juntosnocandomble.com.br/2012/08/orixas-sobre-nana-e-sua-lenda.html>. Acesso em: 19 out. 2014.

águas doces¹¹ que oferece uma nova perspectiva paradigmática a pobreza, da maioria das mulheres negras.

Acredito que, para o fortalecimento da educação para a diversidade – em especial contribuições para se pensar gênero e raça – princípios pedagógicos relacionados ao acolhimento (regime noturno¹²) de características matriarcais, tais como comunidade, fraternidade e comunhão são favoráveis para uma prática educativa que concilie os contrários, que estimule a harmonização dos diferentes e possibilite o convívio afetivo entre os muitos e as muitas diferentes presentes no nosso cenário educacional.

Princípios como poder, competição, progresso, êxito, são a tônica do mundo masculino (regime solar, diurno¹³). Entretanto, sem o contraponto dos princípios femininos, como o amor e a coesão, esses princípios masculinos podem ser muito perigosos, pelas práticas de exclusão e de intransigência que estimulam. Entretanto, a união de ambos, melhor dizendo, a restauração do equilíbrio dos opostos.

Pensar a diversidade racial e de gênero na área educacional é possibilitar inclusões, respeitos, conteúdos e solidariedades às crianças e jovens que carregam o estigma da diferença, seja pela sua cor de pele, seja pela sua religiosidade, seja pela sua orientação sexual, seja pelo seu

11 Oxum, com sua força geradora, distribui riquezas e prosperidade. Ore ye yeo! Podemos perceber, em um de seus orikís (louvações), a sua graça e os seus poderes. Poderosa iyabá, nós a louvamos: Ela faz por alguém aquilo que o médico não faz. Orisa que cura a doença com água fria. Se ela cura a criança, não apresenta a conta ao pai. Podemos permanecer no mundo sem temor. Iyalode que cura as crianças, ajude-me a ter um filho. Ela é testemunha da felicidade renovada de alguém. Ela diz à cabeça má que se torne boa. Quando Osun vai embora, ela me chama e segura minha mão. Mulher descontente no dia em que seu filho briga. Osun não consente que as coisas más do mundo recaiam sobre mim. Com as pessoas, ela desvenda de onde vem a maldade. Ela tem remédios gratuitos e dá de beber mel às crianças. Ela segue aquele que tem filhos sem o deixar. Ela permanece na galeria da casa e ensina às crianças aquilo que elas não sabiam. Ela tem um pátio interior onde vamos receber sua bênção. Alguém junto a quem eu me refugio. Ela chega e a perturbação se acalma. (VERGER, 1999: 403).

12 Para Durand (1997), o regime noturno compreende as estruturas mística e sintética ou dilemática, e é o regime da negação dos medos da vida, é o processo de introspecção como negação do exterior que aterroriza. Contrário ao regime diurno, a postura dominante na estrutura mística é a do acolhimento, do recolher-se à terra; a queda é descida suave para a intimidade.

13 Durand afirma que o regime diurno, que compreende a estrutura heroica, é o regime da separação, da representação dicotômica entre a luz e as trevas, da oposição entre elevação e queda, e relaciona-se com a postura ascensional, buscando alcançar o céu (1997).

grupo étnico ou apenas por serem diferentes daquilo que é considerado o ideal ou padrão.

Caminhos de emancipação para as mulheres negras permitem que educadores e educadoras compreendam melhor a relação gênero e raça e, conseqüentemente, a própria experiência educativa que fortalece identidades culturais mais positivas. Assim práticas simbólicas-educativas, solidárias e afetivas que permitam a emancipação das mulheres são componentes essenciais para uma verdadeira revolução paradigmática.

Para a nova ordem social, onde as mulheres negras estão em outro lugar de reivindicações os mitos religiosos afro-brasileiros podem alicerçar uma lógica de poder e fortalecer identidades fragmentadas e consolidar autoconceitos positivos. Axé!

Referências

BOTELHO, D. **Educação e Orixá: Processos Educativos no Ilê Axé Iya Mi Agba**. Tese (Doutorado) São Paulo, FEUSP, 2005.

CAMPBELL, J. **As Máscaras de Deus**. Carmen Fischer (Trad.). São Paulo: Palas Athena, 1992.

CAMPBELL, J. **O Herói de Mil Faces**. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1997.

CARNEIRO, S. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de Gênero. In: **Racismo Contemporâneo** (org.) Ashoka e Cidadania Empreendimentos. Rio de Janeiro: Takano Ed. 2003. Coleção Valores e Atitudes. Serie Valores nº 1.

CRENSHAW, K. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**, 2002.

CUNHA, C. M. “A feitiçaria entre os nagô-yorubá”, **Dédalo**, vol. 23. São Paulo, USP, 1984.

DURAND, G. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário**: Introdução à arqueologia geral. Hélder Godinho (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ELIADE, M. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MUNANGA, K. Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil. In: BARROS, G. M. N.; ADÃO, J. M.; RAMOS, M. N. (Coords.). **Diversidade na Educação**: reflexões e experiências. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

TEODORO, H. **Mito e Espiritualidade**: Mulheres Negras. Rio de Janeiro: Pallas, 1996.

VERGER, P. **Notas sobre o Culto aos Orixás e Voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na Antiga Costa dos Escravos, na África**. Carlos Eugênio Marcondes de Moura (Trad.). São Paulo: EDUSP, 1999.

Identidade, empoderamento e a prática do direito ao culto das mulheres angoleiras

Francineide Marques da Conceição Santos¹

Introdução

Este trabalho pretende compreender como se processa a transmissão de conhecimentos dentro de grupos de Capoeira Angola e em que medida a prática e compreensão desse saber colabora para o empoderamento de mulheres na busca pela efetividade do direito ao culto, às práticas religiosas de matriz africana, partindo-se da pertença de ser uma Mulher Angoleira no sentido ontogênico de ver-se e reconhecer-se praticante da capoeira angola com as implicações decorrentes de estar em um espaço historicamente estabelecido como um reduto de “homens”.

Portanto, aqui, quando se fala em liberdade ao culto, refere-se à liberdade aos cultos de matrizes africanas na forma prevista pela Carta Magna brasileira, promulgada em 1988, a denominada Constituição cidadã, que assim dispõe:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

¹ Especialista em História Social e Econômica do Brasil pela Universidade Federal da Bahia. Este artigo foi comunicado no GT 17: Gênero, Raça e Religiosidades, no 18REDOR, 2014. francineidemarques@gmail.com

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias (BRASIL, 1988).

Escolhe-se utilizar, neste estudo, a categoria mulher, atentando-se sempre para “a noção de um sujeito racional e unificado capaz de agir de maneira consciente e coerente para a sua própria liberação” (PISCITELLI, 2002, p. 17). Entretanto, esclarece-se: mulher não no sentido global, universal, mas sim, no sentido re-formulado, re-criado; de ser historicizado, que, imiscuída nas relações difusas de poder, é interseccionalizada não só pelos marcadores de gênero, como também pelos de raça, classe, nacionalidade, orientação sexual e geracional em que são consideradas as contextualizações e a diversidade de lugares e vozes.

Alinham-se, pois, ao pensamento de Adriana Piscitelli (2002), Ana Alice Costa (2007), Alice H. Puleo (2004) e Kabengule Munanga (1988). Também e de igual maneira, as reflexões apoiam-se no pensamento de Denise Botelho e Wanderson Nascimento (2011), Rosangela Costa Araujo, a Mestra Janja, (2004) e Teresa Kleba Lisboa (2008), ainda que esses pensamentos possam abrigar outras discussões às quais não se detém este trabalho, porquanto o que aqui interessa é refletir sobre a identidade e o empoderamento de “mulheres em contextos específicos” (PISCITELLI, 2001, p.21), com os deslocamentos, construções e desconstruções que o pensar feminista político exige quando se lança à observação das relações de gênero e os seus desdobramentos, pois este trabalho, também, alinha-se à concepção de gênero como uma categoria de análise que possibilite compreender a construção social da diferença sexual (PISCITELLI, 2001, p. 14).

Essa construção social é, aqui, singularizada, sem que se esqueça de que os espaços da capoeira angola são historicamente predominadas e visibilizados pelo masculino. Todavia, atenta-se para o fato de que essa predominância masculina tem muito a ver com a negação decorrente das desigualdades de gênero que transversalizam a sociedade e provocam a invisibilização das mulheres capoeiristas antigas, posto que as suas histórias – assim como das outras mulheres – não são contadas.

Assim, conquanto se guardem as devidas reservas acerca da dimensão e do direcionamento da contação dessas histórias sobre esses capoeiristas antigos – visto que em sua esmagadora maioria eram homens negros e pobres, marcados negativamente pela classe e pela cor – os registros históricos e as pesquisas científicas direcionaram-se sempre para as trajetórias de vida de homens capoeiristas.

É dizer, ser mulher angoleira não foge à invisibilização imposta às outras mulheres, mas desperta a consciência para esses silenciamentos, pois a prática do jogo revela-se um estar no mundo na condição de mulher capoeirista que mostra o corpo e os seus movimentos; que fala, canta e joga com “homem, menino e mulher”, municiando-a de ferramentas discursivas e força, instrumentos importantes na busca da igualdade de gênero e da efetivação de seus direitos, dentre eles a liberdade aos seus cultos de matrizes africanas.

O lugar de fala aqui exposto é de mulher capoeirista, angoleira aprendiz – em um primeiro momento do Mestre João Grande, do Mestre Moraes e do Mestre Cobra Mansa, angoleiros cultuadores do candomblé. E, posteriormente, em continuidade a essa infindável formação de Capoeira, a aprendizagem hoje feita com a Mestra Janja e com a Mestra Paulinha, angoleiras também cultuadoras do Candomblé, acompanhadas do Mestre Poloca, angoleiro do candomblé. Destarte, aplica-se o método da observação participante no grupo Nzinga de Capoeira Angola e em outros grupos de capoeira angola.

1. A Capoeira Angola como espaço de construção da identidade, de empoderamento e de conexão com o sagrado

Compreender a identidade, o empoderamento e a prática do direito ao culto das mulheres angoleiras, desde um processo pedagógico – a Capoeira Angola – que requer a horizontalidade e a circularidade como elemento, é um desafio de pensar sobre a força transformadora dessa prática educativa tradicional, assim como muitas outras, a exemplo do Candomblé, como “uma contribuição das culturas africanas para a constituição da identidade e culturas brasileiras” (BOTELHO; NASCIMENTO, 2011, p. 89).

A presença feminina na Capoeira Angola pode ser estimada em “20 por cento do total de praticantes no Brasil (...)” (ARAÚJO, 2004, p.13). Nas rodas e nos treinos de Capoeira Angola, como “nas antigas aldeias africanas, toda a aprendizagem se dá pela oralidade; o conhecimento é passado pelos mais velhos aos mais novos” (BOTELHO; NASCIMENTO, 2011, p. 102), remetendo as(os) suas(seus) praticantes à ancestralidade africana, ao cotidiano conectado com o divino e à forma de organização tradicional, em que:

Todos os participantes da comunidade são responsáveis pela educação da pessoa que passa pelo processo de iniciação. A educação tem caráter coletivo e social, é responsabilidade do grupo e, em especial, das pessoas mais velhas, que são consideradas depositárias da cultura. A educação é uma impregnação permanente, o indivíduo é educado a todo o momento por todos e todas do grupo, a vida cotidiana serve de pretexto para a educação. A vida e o aprendizado são indissociáveis (BOTELHO; NASCIMENTO, 2011, p. 102).

Assim, quer seja no Candomblé, como citado acima, quer na Capoeira Angola, é possível reconhecer a importância de:

No caso dos afrodescendentes – que tiveram as suas identidades subjugadas por processos racistas, na maior parte de suas vidas – são estimulados (as), pelos candomblés, a abandonarem uma identidade massacrada e oprimida, para florescerem fortalecidas/os, respeitadas/os e amadas/os pela sua comunidade (BOTELHO; NASCIMENTO, 2011, p. 101).

As mulheres angoleiras, construindo-se em suas identidades, no pertencimento de raça, gênero e religiosidade, mediante a prática da capoeira angola, impulsionam-se para a autonomia, para o respeito à alteridade e para o fortalecimento do sentido de seu estar no mundo de forma diferenciada, como continuadora de um saber africano em que os processos educativos se dão de forma integral e “não se divide o saber, não se separam as disciplinas, somam-se os valores ético-filosóficos ao cotidiano, a educação é para toda a vida, é o desenvolvimento do ser em todas as suas potencialidades” (BOTELHO *apud* BOTELHO; NASCIMENTO, 2011, p. 91).

Assim, empoderadas, praticam cotidianamente o poder em diversos espaços, seguindo o sentido de empoderamento do conceito atribuído por Julieta Kirkwood quando, ao discutir os nós do poder, afirma que:

[...] o poder não é, o poder se exerce. E se exerce em atos, em linguagem. Não é uma essência. Ninguém pode tomar o poder e guardá-lo em uma caixa forte. Conservar o poder não é mantê-lo escondido, nem preservá-lo de elementos estranhos, é exercê-lo continuamente, é transformá-lo em atos repetidos ou simultâneos de fazer, e de fazer com que outros façam ou pensem. Tomar-se o poder é tomar-se a ideia e o ato (KIRKWOOD *apud* COSTA, 2007, p. 2).

Sabe-se que o empoderamento há que se dar em diversas dimensões da vida das mulheres angoleiras, pois, ao apropriar-se do poder, ao praticar o seu empoderamento, elas se dirigem para o enfrentamento que se revela em várias frentes, já que as desigualdades das relações de gênero se dão de diferentes maneiras e passam a estrutura da sociedade brasileira.

Então, pode-se perceber a identidade como elemento do empoderamento, pois “sendo a identidade um pilar da autonomia, esta aparece, como conclui Fischmann, ‘uma brecha ideológica, cultural, política pela qual se pode inserir uma nova lógica, a que contempla a ética, o respeito a todos e a cada um’ [...]” (ARAÚJO, 2004, p.160).

Aprende-se, portanto, com os ensinamentos da Capoeira Angola, a enfrentar as discriminações no trabalho, dentro do lar e nos diferentes espaços sociais, desde o espaço da capoeira que coloca a mulher capoeirista angoleira em constante negociação e discussão no intento de apropriar-se do poder não aquele apenas formal, mas dos poderes que se encontram difusos, imiscuidos no tecido social em diversas tramas, em diversos tentáculos. Assim,

Como podemos ver, estes conceitos de poder vão além do poder político, do poder formal presente no âmbito do Estado, do poder resultante das hierarquias funcionais. Na verdade, o poder opera em todos os níveis da sociedade, desde as relações interpessoais até o nível estatal. As

instituições e estruturas do Estado são elementos dentro de certas esferas de poder, cujas concepções se fundem na complexa rede de relações de força. Nesse sentido, o poder pode ser visto como um aspecto inerente a todas as relações econômicas, sociais e pessoais. Pode-se afirmar que o poder está presente do leito conjugal de um casal à sala presidencial do Palácio do Planalto. Estas relações de poder que operam em distintos níveis estão em constante conflito de interesses (COSTA, 2007, p.3).

No intuito de fixar o âmbito de reflexão, apoia-se na classificação em que são especificados três tipos de empoderamento:

Friedmann (1996, p. viii) afirma que empoderamento “é todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania”. Ele aponta três tipos de empoderamento, importantes para as unidades domésticas: o social, o político e o psicológico. **O social** refere-se ao acesso a certas “bases” de produção doméstica, tais como informação, conhecimento e técnicas, e recursos financeiros. Prevê o acesso a instituições e serviços e capacidade de influência a nível público. **O político** diz respeito ao processo pelo qual são tomadas as decisões; não é apenas o poder de votar, mas, principalmente, o poder da voz e da ação coletiva que importa; significa maior participação no âmbito político inclusive o acesso a ocupar cargos de representação e direção. **O psicológico** ou pessoal inicia com o despertar da consciência em relação à sua autonomia e desenvolvimento pessoal; envolve autoestima e autoconfiança; ter controle sobre a sua própria sexualidade, sobre a reprodução e sobre a sua segurança pessoal; decorre da consciência individual de força (FRIEDMAN *apud* LISBOA, 2008, p. 3. Grifos no original).

Uma vez amparada dentro das suas próprias formas de vivenciar o mundo e as suas experiências, a mulher angolense, ciente da potencialidade de ser que se fortalece dentro do seu grupo de Capoeira Angola e das suas vivências, pode conceber reflexões sempre retroalimentadas pelas trocas e

pelos diálogos que são parte essencial dessa “técnica de educação tradicional africana” (ARAÚJO, 2004, p. 14).

O método pedagógico empregado na Capoeira Angola – aqui também bem próximo do Candomblé – baseado ora na fala, ora no silêncio da escuta; ora na observação, ora na demonstração; ora no diálogo, ora na obediência ao que o mais velho fala e às regras do jogo – permite as trocas que se desenvolvem coletivamente no espaço da Capoeira Angola, proporcionando:

Pensar o que se está fazendo é permitir-se à reflexão e requer que se esteja municiada (com o auxílio e o apoio umas das outras) de discurso crítico que a torna capaz de perseverar na luta pela conquista de respeito aos seus direitos, pois ao se verem e se reconhecerem como cidadãs em interação com as pessoas, se reconhecem, também, como pessoa ativa que pode demonstrar a sua condição humana mediante a expressão das suas ideias, opiniões e pensamentos.

O contato com a aprendizagem dialógica em que se proporciona exercício da fala e da escuta; os momentos de discussões dos temas que as afeta e que são componentes diários das suas vidas permitem a reflexão sobre os fatos do mundo que as cerca e a extensão das suas percepções para dentro e para além do individual em um movimento de autoconhecimento e do conhecimento da outra, que facilita a construção da identidade de cidadã, fazendo com que se aprenda a lidar consigo mesma e com os seus papéis sociais e, especialmente, a expectativa de ver os seus direitos serem respeitados.

O conhecimento de si possibilita a descoberta de *quem se é* e, também, do que o grupo ao qual está inserida é (PULEO, 2004, p. 16).

O contato com as ladainhas e as cantigas da Capoeira Angola que, muitas vezes, falam de Orixás/Nquices, de feitos de capoeiristas antigos; os elementos ritualísticos da Capoeira; os toques do berimbau, dos atabaques e demais instrumentos da bateria; as gingas, os movimentos corporais; as saudações antes dos jogos em busca de proteção espiritual, remete ao

mundo do invisível, ao mundo da religiosidade em que “o significado de viver e de ser humano está ligado às formas míticas e às expressões da unidade ser-mundo” (BOTELHO; NASCIMENTO, 2011, p. 93).

Assim, o significado de ser mulher capoeirista angoleira revela-se em um crescente em que os exercícios dos seus direitos à equidade de gênero expandem-se e englobam o exercício ao direito à liberdade de culto, vez que internaliza-se o sentimento de cidadania e protagonista da história como ser capaz do uso e gozo de direitos.

A correlação entre os saberes da Capoeira Angola e as práticas religiosas de matrizes africanas pode ser percebida como estratégia de resistência encontrada pelas Angoleiras contra a assimilação cultural imposta pela sociedade globalizada que apenas se importa com os saberes que possam ser massificados.

Sabe-se que a aproximação da capoeira angola e a religiosidade de matriz africana com a fala do Mestre Pastinha “vem da mesma religião que vem o candomblé” (ARAÚJO, 2004, p. 68). O culto à Religião dos seus antepassados africanos, quer seja o Candomblé de origem Bantu, com os seus Nquices; o de Ketu com os seus Orixás; o Jeje com os seus Voduns; remete sempre ao “envolvimento no mistério do segredo que sublinha sua diferença com relação ao resto do mundo” (ARAÚJO, 2004, p. 31) e permite o **empoderamento social** e **psicológico** às Mulheres Angoleiras, afirmando-as em suas identidades como agentes motriz que podem atuar politicamente sempre respeitando a conduta moral do grupo social no qual estão inseridas na busca da sua totalidade, da completude do “ser-mundo”.

As mulheres angoleiras, por conhecerem fundamentos de saberes que permitem vivenciar a Capoeira e a sua religiosidade, carregam a força e a tradição da negritude, de “um lugar consagrado na memória histórica das lutas dos africanos e seus descendentes [...]” (ARAÚJO, 2004, p. 31).

Carregam, destarte, a força e a tradição desses saberes e podem, também, ser transmissoras dessas práticas educativas que permitem o desenvolvimento de habilidades necessárias à convivência harmônica em que o aprendizado da lealdade e do respeito pautam as relações e o sentimento de pertencimento a um grupo social cotidianamente construído.

2. A ética da Capoeira Angola como instrumento para o empoderamento, para o exercício à liberdade de culto e para o combate à desigualdade de gênero

Se as relações de gênero permeiam a sociedade brasileira, também, perpassam pelos grupos de capoeira, sublinhando a importância de as Mulheres Angoleiras poderem resgatar nas suas lidas cotidianas as negociações, os diálogos e os enfrentamentos havidos dentro do próprio grupo, a todo o tempo exigindo posturas de respeito à ética que advém dos fundamentos da Capoeira Angola, possibilitando que:

Também encontramos entre as capoeiristas que o fato de existir mulheres (ainda que muito poucas!) assumindo posições de liderança é tido como algo muito importante, não apenas por romper uma condição historicamente constituída, mas também porque muitas delas se sentem impedidas (e nem tentam!) aprender o jogo da capoeira por acreditar (e rejeitar) formas de dominação masculina, estejam elas na relação entre o mestre e as alunas, ou ainda entre estas e os demais integrantes (ARAÚJO, 2004, p. 82).

Pode-se pensar que, no grupo de Capoeira Angola, assim como no Candomblé, guardando-se as distintas dimensões, o saber é iniciático. É dizer, o adentramento ao conhecimento, aos mistérios, aos fundamentos é feito de forma lenta, gradual e participativa, o que requer permanente exercício de reflexão e alteridade. Mais ainda quando, na Capoeira Angola, um espaço historicamente ocupado por homens, pode-se ter essa iniciação por uma mulher. Reconhecer uma mulher mestra de capoeira pode significar um descentramento do modelo hegemônico masculino, pois a ritualística da capoeira sendo transmitida por mulheres (e não por homens) leva a uma ressignificação das relações de gênero e dos lugares secularmente impostos às mulheres.

Para as mulheres angoleiras, o aprendizado compartilhado com a Mestra, uma pessoa que conseguiu quebrar o círculo historicamente marcado pela desigualdade de relações de gênero, acarreta desdobramentos capazes de possibilitar deslocamentos e guiar a trajetória pessoal para as escolhas que guardem o respeito à igualdade e à diversidade.

Assim como as mulheres angoleiras praticam os movimentos a serem feitos dentro do jogo, e podem escolher a intensidade que imprime aos seus movimentos e golpes, a prática das suas ações passa a ser, também, pautada pela atitude de autonomia, possibilitando-lhes o empoderamento psicológico para o enfrentamento gerado pelos marcadores de gênero e raça e, também, por suas pertencas religiosas, uma vez que as religiões de matrizes africanas são atingidas pelas práticas do racismo com os seus perniciosos preconceitos e as suas nem sempre veladas – mas, sim, violadoras e violentas – discriminações.

O repasse de saberes que são umbilicalmente ligados à ancestralidade dessas mulheres angoleiras, na perspectiva de ser-uniidade dotadas de complexidades que contemplam a sua ligação com o sagrado, possibilita a elevação da autoestima, o engrandecimento de si enquanto pessoas dotadas de força autônoma capaz de guiá-las nas decisões íntimas e políticas, ou seja, possibilita o empoderamento no sentido de que:

Os estudos feministas partem do pressuposto que o empoderamento das mulheres é condição para a equidade de gênero. O primeiro passo para o empoderamento deve ser o despertar da consciência por parte das mulheres em relação à discriminação de gênero: reconhecer que existe desigualdade entre homens e mulheres, indignar-se com esta situação e querer transformá-la. Para se empoderarem, as mulheres devem melhorar a autopercepção que têm sobre si mesmas, acreditar que são capazes de mudar suas crenças em relação à submissão e despertar para os seus direitos (LISBOA, 2008, p.3).

Com o jogo da capoeira, o colocar-se frente a frente, em rodas de diálogos orais e não orais em que os movimentos corporais vão mostrando outras maneiras de compreensão de si e do mundo, desenvolve o sentimento de solidariedade identitária, no sentido atribuído por Aimé Cesaire, que “é um sentimento que nos liga secretamente a todos as **irmãs(ões)** do mundo, que nos leva a **ajudá-las(los)** e a preservar a nossa identidade comum” (MUNANGA, 1988, p. 44) (destaques de agora).

Ao se verificar que a prática da capoeira pode resguardar uma ética de respeito e de alteridade em que a participação em grupos fortalece o

exercício das trocas interpessoais, os espaços de discussão e a prática da liberdade à religiosidade de matrizes africanas, pode-se pensar que esse é um processo de fortalecimento da igualdade de gênero, considerando-se que “[...] o processo de empoderamento é visto como estreitamente relacionado ao de participação” (LISBOA, 2008, p. 5).

3. Conclusão

Ao se entender a liberdade como indissociável à plenitude e que a liberdade só pode existir quando as práticas individuais e coletivas possam possibilitar o pleno exercício das potencialidades humanas (guardadas todas as suas dimensões da criatividade, do político, do privado, do sagrado, do lúdico, do afeto e das habilidades pessoais), pode-se alinhar na compreensão de que as mulheres devem se tornar seres plenos de todos os direitos humanos a fim de que a liberdade e a história sejam preservadas.

A preservação dos saberes culturais tradicionais pelas Mulheres Angoleiras, mediante a prática da Capoeira Angola, permite o exercício da liberdade para o empoderamento, a construção identitária e o exercício de direitos humanos, aqui especificado o direito ao culto religioso:

Por isso, o “empoderamento” é indicado como passo inicial de um processo mais amplo de conquista da cidadania, que deve ser facilitado através da participação em projetos com vistas a propor demandas de políticas públicas (LISBOA, 2008, p. 5).

As observações realizadas indicam que os instrumentos pedagógicos da Capoeira Angola podem ser utilizados para o processo de empoderamento e é, também, possível avançar na luta pela diminuição das desigualdades de gênero e para o pleno exercício do direito ao culto como exercício dos direitos humanos.

A construção de identidades fortalecidas pelos saberes ancestrais africanos possibilita relações pautadas pela ética e pelo respeito que levará para outra mentalidade, para “[...] a construção de uma nova sociedade, em que todos os mortais poderão encontrar seu lugar” (MUNANGA, 1988, p. 49).

Referências

ARAÚJO, Rosângela Costa. **Iê, viva meu Mestre. A Capoeira angola da ‘escola pastiniana’ como práxis educativa.** Tese de Doutorado. São Paulo, Faculdade de Educação/USP, 2004.

BOTELHO, Denise M. e NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Educação e religiosidades afro-brasileiras: a experiência dos candomblés. In: FILHO, Geraldo Silva e LOPES, Maria Aparecida de Oliveira (Orgs). **Fragmentos de diásporas africanas no Brasil. Sociedade, Escravidão, Cultura e Religiosidades.** São Paulo: Premier, 2011. p. 89 -08.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 set. 2014.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres.** Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA. 2007.

LISBOA, T. K. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. 2008. Fazendo Gênero 8. **Corpo, violência e Poder.** Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf. Acesso em: 14 out. 2014.

MUNANGA, Kabengule. **Negritude.** Usos e sentidos. São Paulo: Editora Ática, 1988.

PISCITELLI, Adriana. “Re-criando a (categoria) Mulher”. In: ALGRANTI, L. M. (org.) **A Prática Feminista e o Conceito de Gênero.** Textos Didáticos, n.48, 2002. Disponível: <http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/Adriana01.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.

PULEO, Alice. H. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p. Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>. Acesso em: 1 out. 2014.

Beatas e diligentes: a contabilidade do conflito. Gênero, religiosidade e luta de classes nas Casas de Caridade

Andréa Bandeira¹

Introdução: quando uma história pede para se começar

As Casas de Caridade do Padre Ibiapina foram construções em expresso benefício de mulheres e com o concurso de mulheres. No entanto, até a presente pesquisa, a historiografia enfatizou os feitos dessas instituições, as missões em si ou o seu idealizador, em detrimento do alvo do seu trabalho: as beatas e as órfãs do adusto sertão brasileiro. Novas pesquisas a seguiram, inclusive este artigo apresenta pequenos avanços em relação à escrita original.

As Beatas de Ibiapina se insere como obra num movimento mais amplo de ressignificar a participação das mulheres na história, para desfazer a imagem negativa das mulheres e incluí-las como sujeitas históricas ativas, e não apenas partícipes, uma vez que a estrutura binária do pensamento tradicional ocidental, incapaz de formular sobre uma realidade complexa e dialética, integrada de personas diversas e mutantes, tende a reproduzir, igualmente, uma sociedade de corpos uniformes e desiguais, em detrimento a sua própria existência.

¹ Doutora (UFBA), Mestra (UFPE) e Bacharela em História (UFPE), Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco – UPE/FENSG. andreabasa@uol.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6933616999108163>. Esta publicação é um excerto, revisto e ampliado de BANDEIRA, Andréa. *As Beatas de Ibiapina: do mito à narrativa história: uma análise histórica usando a Abordagem de Gênero sobre o papel feminino nas Casas de Caridade do Padre Ibiapina (1860 – 1883)*. Dissertação. Recife: UFPE, 2003.

A escolha da mediação hermenêutica do conceito de Gênero de linha Marxista na análise da História Social das Mulheres e na construção do relato histórico precisa da mudança de paradigmas teórico-metodológicos para alcançar o seu objetivo: a reavaliação do conceito de sujeito histórico-social, para a conquista da integridade dos humanos no mundo. Do mesmo modo, o conhecimento do papel feminino, nas décadas de sessenta-setenta dos oitocentos, no sertão e no interior nordestino, tendo como quadro as Casas de Caridade, projeto e iniciativa do Padre Ibiapina, fundadas em cooperação com as elites locais, busca acertar o equilíbrio do sistema político-econômico e social vigentes, ao se inserir um ponto de ruptura na sua armação monolítica, para, assim, abalar seu lastro e desconstruir o ideal de hegemonia do masculino. A amplitude dessa onda comprometerá o pensamento dual que norteia as ações presentes, e ruirão outras realidades que se consideram amalgamadas: a metafísica da raça pura, o plano da sexualidade convergente à reprodução, a composição hierárquica das gerações e a consolidação dos blocos econômicos.

O conceito de Gênero utilizado é o resultado das formulações pós-modernas que reconhecem o sujeito – abrangente, porém, não mais universal – como o resultado da soma das suas muitas participações nas diversas relações constituídas socialmente. Observa, ainda, que a realidade dessas relações é compreendida à luz do discurso. Um discurso arbitrário, mas não metafísico, pois foi gerado no espaço-tempo da matéria, pelo Ser-no-mundo. E, em sendo o discurso uma compreensão arbitrária que depende dos vários interesses encadeados dialeticamente – as muitas relações das quais o sujeito participa – é o efeito interessado dessas relações. Por essa forma, cria imagens próprias para reproduzir não apenas as cadeias de relações, mas também o próprio discurso.

A partir dessa compreensão do Gênero, pelo viés marxista, conclui-se que a economia política do sexo faz parte de sistemas sociais totais, sempre costurados em arranjos econômicos e políticos. Conseqüentemente, observa-se a interdependência mútua da sexualidade, da economia e da política sem subestimar a total significação de cada uma na sociedade. Além de se notar que cada qual inserção de diferença estabelece novo parâmetro de desigualdade e serve para a reorganização do sistema de mercadoria em

constante distensão. Na sua fase áurea de expansão imperialista, é exemplo, no Brasil, a experiência política escravocrata. Mesmo extinta formalmente, permanece a diferença racial, na forma de discriminação pela cor da pele, como *modus operandi* de nutrir a desigualdade econômica. Tal qual, no mesmo período, a ausência do nome público na genealogia das mulheres, mais do que as preterir nas famílias, excluíram-nas da História. Ao mesmo modo, entende-se que o saber na sua relação de saber-poder e poder saber favorece a desconstrução, como se depreende do próprio conceito de Gênero.

1. As caridades: plantar *cazas* para colher *calmarias*

Entre os anos de 1860 e 1876, o Padre Ibiapina construiu vinte e duas instituições que denominou de Casas de Caridade, em várias localidades no perímetro do Polígono da Seca, no Norte-Nordeste do Brasil. Todas possuíam o mesmo objetivo, a caridade cristã, e funcionavam baseadas no *Estatuto* criado pelo próprio Padre para esse fim: normalizar as instituições para que essas cumprissem o seu “papel cristão”. A perspectiva do Missionário era minimizar os distúrbios sociais resultantes de uma seca extraordinária, da migração dos homens para o Norte Amazônico, seguindo o Ciclo da Borracha ou engajados nas fileiras militares na Guerra do Paraguai, do trauma oriundo de uma epidemia do Cólera, da desintegração do sistema escravista nos engenhos de açúcar, da queda dos preços no mercado internacional de produtos tradicionais da economia da região, do desequilíbrio monetário em escala nacional, entre outros fatores, resultando no esfaçelamento das famílias e, nesse processo, no crescente número de mulheres de várias gerações sem expectativas de sobrevivência. O caos social traduziu-se num “Nordeste insurgente”, e exigia uma ação drástica e imediata, num esforço socializado, inclusive, com as elites.

Elucida-se saber que as Casas de Caridade eram implantadas em terras doadas e cultiváveis, diferentemente do que faz entender alguns biógrafos do Padre Ibiapina, ao se referirem às jornadas do Missionário pelo inóspito interior nordestino – “dirige-se para os sertões adustos... e nesses lugares incultos...” (DESROCHERS; HOORNAERT, 1984, p. 11). Bem como, a decisão de fixar uma Caridade nem sempre partia dele, mesmo

que dependesse de sua interferência. Explica-se pelo entrelaçamento da Igreja nos assuntos civis, motivo de tantos protestos pelos liberais do dezenove. Como afirma Caio Prado Júnior, um número expressivo de eclesiásticos estava ligado aos interesses dos grandes proprietários e agiam como uma segunda esfera administrativa do Estado (PRADO JÚNIOR apud CEHILA, 1992, p. 14), minimizando os conflitos resultantes da pobreza que marginalizava homens e mulheres da esfera do trabalho e da condição de subsistência. Na nota do Jornal “A Voz da Religião no Cariri” há uma mostra dessa relação entre as carências do povo e os projetos de cunho religioso apoiados pela Igreja: “A construção desta obra... além dos fructos que a Sociedade e a Religião tem de auferir, foi um beneficio todo misericordioso e paternal da providencia Divina para com os pobres... E todos comião, saciavão sua necessidade” (JORNAL, Anno I, N. 17).

Essas Casas eram, então, construídas nas terras onde as elites careciam de uma solução para os problemas causados pelos desajustes estruturais da sociedade de que eram pivôs. Essas instituições somavam religiosidade popular com paliativos para a miséria e a injustiça social. Seu mentor, o Padre Ibiapina, pouco mais fez que expandir o programa de ações “caritativas” proposto pelas ordens religiosas que percorreram o Brasil antes dele, principalmente a ordem dos capuchinhos, uma vez que essas terras, doadas pelos senhores de engenho, partes de grandes latifúndios, não foram divididas com o povo, então, ansioso por uma reforma agrária que findasse suas mazelas. Essas terras apenas se transformaram em objeto de veneração, onde o chão se confundia com o paraíso, com a ajuda do discurso religioso. Ali findavam os infortúnios. As terras da caridade pertenciam ao pobre através da ligação mística que este mantinha com o “Santo Padre”. E, dessa forma, os sem-terra e os sem-propriedades sentiam-se recompensados pela miséria.

Da mesma forma, os prédios construídos nas propriedades da caridade que acomodavam enfermos e enjeitados eram lugares de passagem, onde o flagelado depositava os restos das suas crenças no divino e esperanças na sociedade, da qual era mais um corpo desagregado. Esses lugares, com a morte do Padre Ibiapina, foram reformados, devolvidos aos seus donos ou entregues à custódia de alguma ordem religiosa oficial, mas perderam definitivamente a sua função original.

2. O estatuto: normalizando a desordem

A realidade contraditória da moral religiosa que predominou nessas ações, refletiram-se no final, quando da desmontagem do ciclo das Casas de Caridade, após a morte do Padre Ibiapina. As beatas e outras mulheres que moravam ou trabalhavam nas Caridades construídas nas terras “doadas”, sem outro destino que a completa miséria, perderam inteiramente o sentido da vida para a qual foram encaminhadas, a vida casta e reclusa, devotada. O falecimento do Padre, em 1883, registrou o fim de uma era. Sem o seu “pai espiritual” e sem propriedade, essas viúvas e órfãs ficaram à mercê das desventuras, da piedade de algum vigário ou do povo, entregues à sorte. As pequenas fábricas, escolas e sanatórios que administraram funcionaram apenas em vida e sob as ordens de Ibiapina. Mesmo aquelas com um interventor fecharam, pois este era subordinado ao Missionário, e as casas eram mantidas como um corpo único, indiferente às mudanças que causaram no cenário local, enquanto produziram e serviram na crise que debelaram. Até a História lhes foi cruel, negando-lhes nomes eternizados nas suas páginas.

E não poderia ter sido diferente, uma vez que o *Estatuto* idealizado pelo “Padre Mestre” subordinava o governo das casas, exigia o seu cumprimento integral, firmava uma série de compromissos entre as irmãs, as casas e uma mentalidade dependente ao “Pai”, como ele próprio se denominava. “O Seo Pai Espiritual”, era assim que sempre assinou as cartas que enviou, e foram muitas. Esse título prova a sua diligência e a abnegação das beatas. A relação que se formou entre esses pares fixava não só uma opressão religiosa, mas também uma subserviência civil. Os trabalhos desempenhados pelas beatas e outras mulheres para a manutenção das casas aglomeravam hospitais, orfanatos, escolas, capelas, indústrias de tecidos, flores e chapéus. Nas casas, essas mulheres se dividiam como professoras, administradoras, artesãs, domésticas, curandeiras, rezadeiras e tornaram mais prósperos muitos dos locais onde se estabeleceram. Além de aumentar a veneração que o povo tinha pelo Padre Ibiapina, cumprido como penitências e pouco valorizadas, apesar do seu resultado político e econômico. Essas mulheres desapareceram da memória e deixaram

um rastro de outras figuras – doadores das terras, religiosos, beatos e, principalmente, o Padre Ibiapina, santificado nesse milênio, mesmo sendo elas que antecediam o missionário na instalação de uma Caridade.

3. Cada casa começa uma nova história: narrativas cotidianas

A instalação da casa obedecia normalmente a um convite, como é exemplo: “Foi chamado para pregar na Cidade do Crato e a missão proceguio por espasso de 14 dias” (HOONAERT, 1981, p. 50), decorrendo dessa Missão a construção da Caridade do Crato. Explica-se por que as Missões e as instalações das Caridades dependiam das doações feitas de prédios existentes ou do terreno, bem como da participação de grupos da elite local para a concessão desses bens, entre outros para a manutenção das obras. Não era raro acontecer de o Padre Ibiapina coagir moralmente os senhores de engenho para que eles participassem das Missões, como se vê nesta passagem das *Crônicas*: “O espirito de avareza tinha também seu partido; alguns Senhores entenderão mais conveniente cuidarem na safra... que vir assistir á missão” (HOONAERT, 1981, p. 51). Além das obras, necessitavam da inserção das mulheres dessa classe social – senhoras, filhas ou parentas dos donos das terras, normalmente o senhor-local – para ocuparem os cargos de regente das instituições, como cita o cronista do manuscrito sobre a conversão de duas senhoritas em Bananeiras, na Paraíba, no ano de 1863: “Com efeito 2 Virgens da principal família, que representava na sociedade com destinação, forão estimuladas pela graça e penetraram as verdades... e depois se recolherão na Santa Caza de Santa Fé, onde estão a 16 anos” (Idem, p. 45).

A dependência do Missionário às elites locais na consecução e na continuidade das obras – sendo, muitas vezes, rejeitadas ou ficando inacabadas, como é o exemplo da Casa de Caridade de Bezerras, que teve suas instalações iniciadas entre os anos de 1866 e 1868, inacabada e aos cuidados dos “Revmos. Senres. Padres Trajano e Siabra que erão muito empenhados pela sua construção” (Idem, p. 49) – demonstra a fragilidade nas teias de relações entre a Igreja e os grupos dominantes, que nem sempre concordavam em como solucionar ou minimizar os descontentamentos

da população. Se alguns setores acreditavam na realização de trabalhos de assistência, mero paliativo sem maiores consequências nas estruturas sociais, que apenas adiam as revoltas, outros preferiram reagir com ações drásticas para conter os anseios do povo (ANDRADE, 1998), desde que impusessem o regime da propriedade privada.

Nas suas Missões, cumpria ao “Padre Santo” inculcar no povo os princípios cristãos como obrigação de todos, ricos e pobres, criando um sentimento de igualdade que apenas se encontrava na religião: “Fulminou o feio vício de amancebia com tanta força que ella desapareceu” (HOONAERT, 1981, p. 52). Essa mesma religião obscurecia as origens das injustiças sociais e estabelecia um acordo entre proprietários e despossuídos. Acordo este que favorecia a continuidade da exploração do excedente da produção do trabalho e justificava a sua permanência, ao introduzir o mistério da fé na realidade das estruturas das relações sociais. Exploração tanto maior quanto as diferenças no papel social dos sexos e as resultantes da divisão sexual do trabalho, além da apropriação que esse sistema opera do trabalho doméstico feminino. Isso se verificou nas fabriquetas instaladas nas casas da caridade, um trabalho que não rendeu às mulheres quando as casas foram fechadas e essas, que nelas habitavam e nelas produziam, não tiveram reconhecido os seus direitos à propriedade dos frutos da sua labuta diária por anos.

A primeira Caridade foi construída na povoação de Gravatá do Jaburu, no final de 1860, onde Ibiapina passou o santo mês mariano fazendo pregações e onde deu início aos trabalhos efetivos de construir, ali, uma casa de caridade, que no conjunto possuía ainda açude e capela. Segundo as *Crônicas*, “tomou por protetores os Sagrados Corações de Jesus e de Maria e comessou o primeiro edifício da Caridade” (HOONAERT, 1981, p. 41), combinando a importância da obra para a comunidade com os recursos existentes e disponíveis na localidade. Para “essa casa, indicou sua irmã Ana como a primeira Superiora, e esta tomou o nome de beata Ana Maria de São José” (ARAÚJO, 1995, p. 123).

Numa sociedade em que o corpo feminino não possuía autonomia, as mulheres necessitavam da proteção do “sexo forte” para existir, sofrendo

duplamente com a ausência dos homens, forçada pelas circunstâncias do êxodo. Motivo principal pelo qual o projeto do “Padre Santo” estabeleceu a direção das Caridades para uma “mulher modelo”, reunidora do espírito prático e religioso (Idem, p. 41-2). E serviam de espelho para o comportamento das outras mulheres. Principalmente, quando essas mulheres, “superiores” e dirigentes das casas, pertenciam à nata da sociedade e já eram reconhecidas senhoras.

Assim, a expressa decisão do Padre de autorizar mulheres para a direção das casas explica-se pela necessidade de copiar uma mentalidade que impunha o lugar das mulheres no âmbito do doméstico, “porque, é um ente fraco e digno de compaixão que não sabe manejar com as armas da defeza” (Ibidem), lugar próprio para o sexo frágil, bem como alimentava o sentimento de hierarquia social e as desigualdades de classe. Por isso, ocupando o lugar de regente da instituição, essas mulheres não estavam obrigadas a cumprir com um papel ativo, mesmo que estivessem responsáveis por outras mulheres e pela produção nos engenhos e nas fabriquetas, uma vez que, financeiramente, estavam subordinadas, primeiro ao “Pai Espiritual” e depois aos Conselheiros, que normalmente eram os Senhores de Engenho – seus senhores – ou pessoas do seu ciclo de confiança, todos homens de bem. Essas mulheres, raramente, negociavam as peças que produziam ou administravam o dinheiro que as instituições recebiam pelas doações e pelos pagamentos das pensionistas. E, quando o faziam, prestavam contas aos seus superiores, que cobravam rigorosamente.

No ano de 1860, além da Casa de Caridade de Gravatá do Jaburu, o Padre Mestre fundou as Casas de Caridade de Sobral e de Santa Anna, no Ceará. No ano de 1862, instalou uma Caridade na cidade de Assú e outra na Vila de Santa Luzia. Na mesma década, foram fundadas caridades na Villa do Acary, em 15 de agosto 1864; na Villa de Missão-Velha, no Cariri-Novo, no dia 2 de fevereiro de 1865, localidade devastada pelo Cólera, onde estabeleceu, primeiramente, um asilo, orfanato e hospital para doentes internos e externos e o “pessoal interno compunha-se de Superiora, Visse-Superiora, Mestra, Enfermeira, Despenseira e Cozinheira. E um pessoal externo que compunha-se de Regente, Capellão, Thezoreiro, Procurador e muitos membros de Conselho” (HOONAERT, 1981, p. 48). No mesmo

ano de 1866, o Padre instalou, na Povoação de Pocinhos e na Povoação das Pombas, duas Casas de Caridade. As obras da Casa de Barbalha, terminadas em 1869, começaram em 1864, com a construção da “Cacimba do povo... da Capelaa do SS. Sacramento erecta com um grande consistório, sacristia e quarto de reserva e a grande porsão de materiais reunidos para a obra da matriz” (Idem, p. 52). É possível que o Padre Ibiapina tenha encontrado apoio para o seu projeto de Barbalha nas Irmandades do SS. Sacramento e das Almas, existentes nessa vila. Em 1868, numa outra visita a essa localidade, deu continuidade à Igreja da Matriz, ao cemitério dos coléricos, ao conserto do cemitério público e ao aterro da estrada que levava ao Crato. Retornando em março de 1869, empreendeu a construção da Caridade que ficou inacabada. Essa obra se inaugurou no dia 28 de abril de 1869, um domingo de Páscoa (JORNAL, Anno I, N. 17).

No final dessa década, foram instaladas: Casa de Caridade na Vila de Milagres, em 1869; outra Casa na Vila de Cajazeiras, inaugurada em 15 de maio de 1870, edificada nas terras onde o Padre Rolim projetou um colégio, e a direção entregue a uma das duas irmãs da família Rolim, a Irmã Victoria, designada Superiora. Das irmãs Rolim, uma delas era professora pública e, mesmo assim, as duas assumiram o hábito. Outra mulher de importante família da região, D. Anna, foi consagrada beata. Ela era filha do Tenente Sabino, rico proprietário de Cajazeiras, que foi escolhida vice-Superiora.

A Caridade da localidade de Souza foi estabelecida em três sobrados, dois doados, um pelo Rvd^o. Coadjuntor da Freguesia, José da Costa Gadelha, e outro pela Senhora D. Maria Gomes Mariz, no dia 23 de janeiro de 1870, ficou pronta e instalada. Na inauguração, segundo as *Crônicas*, estiveram presentes à solenidade entre 5 a 6 mil pessoas (HOONAERT, 1981, p. 67). No dia da inauguração, admitiram-se muitas órfãs, entre elas uma menina recém-liberta, Hermelina, que foi entregue à Caridade. Esse fato observado pelo cronista das *Crônicas* (Idem, p. 67) e pelo redator do Jornal “A Voz da Religião no Cariri” apresentou a ata de inauguração da Casa, assinada pelo relator Bento Correia de Sá, nomeado secretário da instituição. E assim se refere à ocasião: “Em seguida pedio o Senhor Doutor Manoel da Fonseca Xavier d’Andarade licença para fallar e declarou que para abrilhantar este

acto tão sublime da Santa Casa da Caridade e Misericórdia, elle e sua mulher derão a liberdade d'uma escravinha de oito annos, filha legitima de seos escravos, e re[c]lamava a sua admissão na Caridade” (JORNAL, Anno II, N. 49). Essa liberta, entre outras que viveram nas Caridades, aparece no relato das *Crônicas* e nas notas do Jornal como um milagre do “Padre Santo” que tocava o coração duro dos ricos senhores da terra. Esse discurso encobria os necessários ajustes da economia escravocrata moderna, vigente no Brasil, no momento da transição para uma efetiva economia de mercado nos moldes liberais oitocentista, que já não se satisfazia com o lucro do capital promovido nas colônias, onde ainda permanecem resquícios de uma economia arcaica e pouco atraente (OLIVEIRA, 1985).

Essa era uma “liberdade” que as não-escravas também conheciam na forma das peregrinações. Mulheres acostumadas ao anonimato e à reclusão dos cômodos domésticos, possivelmente, sentiam-se “livres” na obrigação de percorrerem os longos caminhos que separavam as muitas instituições da caridade. Tantas inaugurações seguidas obrigavam a transferência de irmãs e de órfãs de uma casa a outra, talvez, na falta de mulheres qualificadas para os serviços. Quando o Padre Ibiapina estabeleceu a Casa de Caridade da Vila de Cabaceiras, levou para essa casa quatro irmãs antes instaladas na Casa de Pombas. Transferiu, também, para a nova casa, duas irmãs e três órfãs da Casa de Santa Fé (HOONAERT, 1981, p. 78). Da mesma forma, relocou para a Casa de Souza duas irmãs e uma órfã da Caridade de Santa Fé. Uma das irmãs ocupou o lugar de vice-Superiora, a outra de esmoler, e a órfã ocupou a vaga de Mestra de Letras. *Da mesma Casa de Santa Fé foi enviada outra órfã para Mestra de Letras na Caridade de Cajazeiras* (Idem, p. 84-5).

Além das funções citadas, comum na maioria das casas, havia a Visitadora. Essa função foi exercida por muitos anos pela Irmã da Piedade, citada nas *Crônicas* pela Irmã Victoria de Santa Julia Ibiapina. A visitadora percorria as casas de caridade para examinar o bom andamento dos trabalhos e o cumprimento do Estatuto pelas irmãs superiores e todas as residentes. Numa carta publicada no Jornal “A Voz da Religião no Cariri”, a pedido da Irmã Superiora da Casa de Caridade do Crato, não assinada, talvez porque não houvesse dúvida da autoria do texto, é possível observar

o sentimento que deveria reger o relacionamento entre a visitadora e as outras irmãs: a obediência (JORNAL, 24/10/1869).

As órfãs das casas de caridade aprendiam a representar. As peças eram pequenas histórias escritas pelo punho do Padre Ibiapina e serviam para educar moral e religiosamente, não somente as órfãs como toda a comunidade, bem como para escrever. Motivo pelo qual há um legado daquela época, um importante trecho do manuscrito *Crônicas das Casas de Caridade* é a passagem descrita por uma das irmãs da Casa de Cajazeiras: “Segue o Itinerário da Irmã Victoria de Santa Julia Ibiapina”. Essa parte das *Crônicas* oferece-nos um relato de punho feminino, já citado, em que apesar de prevalecidas as desigualdades nas relações entre os sexos, pela primeira vez, *há uma valorização da mulher. Nessa narrativa, a Irmã Victoria coloca-se na pessoa que não apenas conta os feitos do Padre Ibiapina, como também aparece na forma de sujeita dessa história, pois ela se apresenta como a cronista e aquela que acompanhava os passos do Missionário. No texto não ocorre, senão no título, sua presença, mas isso não destoia do formato das Crônicas das Casas de Caridade, ou mesmo do sentimento geral de inexistência do corpo feminino, comum numa sociedade misógina. Porém, a passagem “Oh! Como era encantadôr esses dias que se passam tão cheios de animação, fevor e duçuras inefáveis que eu agora com saudoza recordação como vou descrever” (HOONAERT, 1981, p. 85) afirma que as Crônicas, principal documento dessa História, foram escritas por essa Irmã e, possivelmente, copiadas por outras beatas em todas ou quase todas as Caridades para conhecimento da Missão Santa do seu “pai e benfeitor”, porque esses textos de ensinamento moral também eram utilizados para o exercício de leitura pelas alunas das escolas de primeiras letras nas escolas das Caridades.*

Apesar do lugar de direção que a Irmã Victoria cumpria na casa de caridade, onde era Regente, ela ocupava um lugar no mundo do privado, onde as relações de poder feminino não são reconhecidas e, por isso, inexistem. Onde o trabalho é dirigido para a reprodução da vida e, por isso, *não é qualificado, nem mesmo é quantificado, é improdutivo, cumprindo com uma função específica e limitada pelo rigor do modelo proposto e imposto pelo Padre Ibiapina, através dos “Estatutos das Casas de Caridade”. Dessa feita, essa mulher não podia perceber a dimensão e o alcance do seu papel social.*

No anonimato da sua experiência prevaleceu o lugar de poder que pertencia naturalmente ao homem, e antes ao homem santo.

Também, no seu relato-discurso, que mantém o estilo de diário, não há outro lugar para o feminino, senão cumprindo constantes penitências pela sua natureza mesma de mulher, misto de Eva e de Maria. De Eva, a sua compulsividade para o pecado; de Maria, a sua possibilidade de ascender, através da penitência, ao Pai. Motivo pelo qual o trabalho que praticava não carecia remuneração ou reconhecimento, porque um sacrifício, o dela e o das irmãs. Observa-se, assim, que a lógica do trabalho que cumpriam nas Casas já apresentava o formato de transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre, e o reconhecimento da mulher como produtora, mesmo que mantidas as suas funções dentro do papel social específico para o seu sexo, de reprodutora da vida. O que também explica a escolha dos engenhos de fiar e tecer como principais economias das casas², além das obrigações com as pensionistas, que incluía a educação para o lar, para a religião, as primeiras letras, as quarto operações e a tabuada.

A Irmã Victoria descreveu a rotina de uma das casas, a da Baixa Verde, hoje cidade de Triunfo, no agreste pernambucano, onde passou seguindo o Padre na sua rotina de pregador itinerante. Assim, anotou a estada do missionário naquela instituição, e seus comentários variam pouco em relação ao comportamento do missionário e das beatas. Escreveu insistindo na boa ordem moral e religiosa do seu fundador e das residentes e do desejo que as bênçãos alcançassem o povo, resultado de anos de educação modelar para a vida reclusa e casta: “Fallava a respeito da bôa moralidade e reforma de vida que todos devião têr, para tranquilidade daquelle lugar, que hia innundando-se em perversidade de costumes, e ordenava ao povo que ao sair da Igreja cantassem” (HOONAERT, 1981,

2 Outra razão para a escolha de engenhos de fiar como principal núcleo da produção das casas da caridade foi a expansão das fazendas de algodão que, entre os anos de 1861/70, chegou a ultrapassar a exportação do açúcar, e nos anos de 1871/80 foi apenas levemente menor, porém superior aos outros produtos, perdendo apenas para o café. Ver gráfico das exportações em Oliveira, 1985, p. 176. Também o couro é um produto importante das casas da caridade, sendo cobrado constantemente pelo Padre Ibiapina às superiores. Ver Cartas do Padre Ibiapina à Superiora de Pocinhos de 03/09/1876. As Cartas foram copiadas da obra de Mariz, 1980, p. 295-316 e do arquivo pessoal do Padre F. Sadoc de Araújo, gentilmente cedido por ele para este trabalho, e fazem parte dos Anexos da dissertação que deu origem a este texto.

p. 85). Reafirmou a felicidade encontrada na escolha que fez pela caridade na imagem de outras mulheres que aceitaram o véu: “Fez um hospital para a caza, deo habito de N. Senhora do Carmo a 5 Irmans, e botou muitas na ordem de irmans da Caridade” (Ibidem). E continuou contando os prazeres salutareos encontrados na proximidade com o Missionário: “Nos Domingos depois da Missa hia com as Orphans e Irmans a um recreio no Jardim da Caza que continha muitas flores e fruteiras” (Ibidem). Descreveu a Casa de Caridade da Baixa Verde como um paraíso terreal e as órfãs como quase anjinhos a brincar no céu, lembrando as cenas retratadas nas peças pias: “As meninas brincavão alegremente culhendo flores, cantando estes versinhos... E outros muitos, feitos por elle para dar tom a essas scenas de recreios innocentes” (Idem, p. 85-6). E ao Ibiapina vestiu com a aura do Pai, e quase lhe reservou todo o conhecimento: “Depois vinhão todas com elle para a sombra das fruteiras e mandava as Irmans fallar o que sentião e ensinando a todas as virtudes que devião praticar para encherem o fim a que ali vierão” (Idem, p. 86). Prosseguiu sua narrativa contando sobre a Casa de Santa Fé, não muito diferente do que escrevera. Uma repetição que ilude a realidade dos afazeres das casas, a verdade nas relações de trabalho adotadas nos engenhos, nas escolas, nos pensionatos, de deveres cumpridos sob coação, que se descobrem nas linhas e entrelinhas em outros relatos e em outras passagens da sua própria história.

Porém as passagens, mesmo curtas, em que apresenta outros passos no dia a dia da Casa de Santa Fé, ilustram como elas serviam de abrigo às mulheres que as procuravam em busca de residência, de abrigo e de emprego. E no cuidado dos engenhos, trabalhavam incessantemente desde as mais tenras horas da manhã, sempre sob a supervisão de um superior, o próprio Padre Ibiapina ou da superiora, a regente da casa: “Nos dias Semanário, das 7 para 8 horas da manhã, elle vinha vizitar todas as repartições” (Idem, p. 94). Também as cartas enviadas pelo Padre Ibiapina às superiores das casas chamam a atenção para a preocupação com a produção e o trabalho nas oficinas, como também relata as muitas distrações às normas impostas pelo Missionário às casas e às suas moradoras.

Essas cartas, que deixaram traços indeléveis da presença do Padre Ibiapina, apareciam secretamente e sem assinaturas. Sabe-se apenas por

fragmentos que foram escritos por mãos femininas, como foi observado em parágrafos anteriores. Além dessa obra, ou parte dela, existem os poemas publicados no Jornal “A Voz da Religião no Cariri”: VERSOS/1.º/ Oh, mandai-me, Virgem Sancta,/Lindas flôres de virtude,/Para tecer uma corôa,/A qual jamais se desmude./2.º/Mandai-me, em logar da roza/A pureza, e virgindae,/Em vez da roza perpetua,/Linda flôr de castidade./3.º/E trocai-me pelo cravo/A flôr de casto pudor,/A linda flôr de innocencia/E o candido lirio d’amor./4.º/Dai-me em logar da bonina,/Mimosa flôr de clemencia,/Singella flôr de candura,/Caridade e paciencia./5.º/Gravai a flôr de humildade/Dentro do meu coração,/A linda flôr de ternura,/Sancta flôr de devoção./6.º/Estas flôres juntarei,/Se me for isso possível,/Para tecer uma coroa/Que se torne immarcevel./7.º/Agora vou offerecer/Em signal de gratidão/Esta corôa tão singella,/Tecida por minha mão./8.º/A meu Pai Ibiapina/Caro pai Espiritual/Para que me alcance um cantinho/Na Patria Celestial. Amen./Seraphina” (JORNAL, Anno I, N. 33). Somam-se aos versos assinados outros poemas que constituem um conjunto e foram publicados no mesmo número do Jornal, com os títulos: “A Chegada do Padre Mestre Ibiapina”; “Depois da Sagrada Communhão”; “Despedida do Povo”; “Despedida das Irmãs de Milagres”; “Suplica” (Idem, Anno I, S/N., 24/10/1869). As composições parecem ser da mesma autora, *Seraphina* que, possivelmente, é uma irmã da caridade da Casa do Crato. Páginas que foram viradas, mas jamais serão esquecidas.

Apesar de limitada, a submissão da superiora não significava sua completa dependência. Muitas brechas abertas na realidade das condições das casas, sua localização que impunha uma distância no tempo e no espaço entre o Padre, a visitadora ou o inspetor, a quantidade de responsabilidade cumprida e o número de pessoas sob a sua guarda e custódia e as condições materiais de que dispunha facultavam a realização de campos de atuação individual, nas teias das relações de poder. Realizações essas desviadas dos padrões, das normas, mas que apenas a realidade dessas normas tornara possível, autorizando as mudanças no quadro coletivo das permanências, permitindo o movimento interno das relações de poder nas suas próprias teias. Movimento esse que obriga a uma análise relacional, com o uso de modelos epistemológicos móveis na abordagem micro, que abarquem

todas as possibilidades do sujeito histórico, mas, também, mantenha com o conjunto – macro – uma conexão que exigirá uma análise mais ampla, e por isso mais integrada com os modelos totais.

Tais movimentos nas teias das relações de poder, e a análise relacioanal do micro com o macro, observam que as ações individuais percebidas nas mulheres da caridade, apesar das mudanças que surtiram no formato dos papéis social e de sexo que vivenciaram essas mulheres, apenas reforçaram os papéis sociais e de sexo normalizados pela sociedade misógina e patriarcal na qual estavam inseridas. Assim, a leitura de alguns autores da ação revolucionária dessas mulheres para aquele momento é equivocada. As beatas do Padre foram mulheres que na transição do modo de produção senhorial – agrário-escravocrata – estabelecido no Brasil para o sistema econômico do capital periférico – capitalismo agrário – serviram como exércitos de reserva e, para isso, aboliu-se alguns entraves à sua atuação, mas fixando-se sempre a sua participação dependente e transitória (OLIVEIRA, 1985).

Isso explica a possibilidade de inversão no quadro das relações entre homens e mulheres notada nesta citação: “A relação com os Beatos é só para dizer-lhes o que falta; sem mando na Casa nem ingerência nos regulamentos interiores dela” (Cartas, 28/03/1875). Por esse trecho da carta de Ibiapina à Superiora de Pocinhos, percebe-se que a primeira independência das irmãs era em relação aos beatos, homens com algumas funções nas instituições da caridade, mas restritos aos trabalhos nas áreas externas das casas e, também, proibidos nos cômodos nos quais permaneciam as residentes. Mesmo os padres confessores não estavam autorizados a visitar a caridade, por ordem do Missionário: “E a respeito do Vigário, diga-lhe q e minha ordem q a confissão seja na Igreja, que na Casa não tem confessionário” (Cartas, 26/09/1876).

Quando as superiores necessitavam dos beatos para contactarem com o mundo exterior, porque reclusas, não lhes era permitido desenvolver relações fora das instalações das casas, bem como dentro do âmbito doméstico tinham a oportunidade de criar um domínio particular. Nesse domínio particular era possível determinar o cotidiano das casas: decidiam

sobre o engenho e quem cumpriria os trabalhos; estavam autorizadas a despedir um beato, pedir sua transferência ou troca (Cartas, sem data); estabeleciam os horários e comandavam as moradoras; deliberavam quem permaneceria na casa e quem seria excluída dela: “Espero que V. vendo que a porteira é negligente e preguiçosa, mude para outra” (Ibidem). Também, extraordinariamente, negociavam os produtos dos trabalhos e administravam o dinheiro, fruto das esmolas ou das economias advindas das manufaturas que implantavam. Por sua capacidade administrativa, muitos dos engenhos constituídos rendiam para a casa da caridade e para a localidade. Quando eram concorridas as peças fabricadas, tendiam a ampliar o cartel e aceitar mais mulheres nas oficinas do negócio (Idem, 08/04/1875). Elas mesmas eram mulheres públicas porque responsáveis pela imagem construída socialmente para as outras mulheres das comunidades onde estavam inseridas as casas de caridade. Essa preocupação com o modelo ímpar fazia o missionário agir de modo intransigente, indiferente à vontade da beata. Na carta, enviada a Superiora da Casa de Pocinhos, o Missionário insistiu que a Irmã não aceitasse as esmolas de quem tivesse outros interesses além do altruísmo: “Irmã Superiora... lhe digo e ordeno que fuja de toda comunicação com M^{el}. Januário. Trema à vista do perigo... Você sabe que ele está viúvo...” (Cartas, 18/06/1876).

No cotidiano das casas havia sempre um espaço reservado para o ensaio de peças, escritas pelo missionário, para a contínua educação das residentes, bem como para as representações em épocas solenes. Essas peças teatrais guardavam muitos simbolismos e copiavam as relações de hierarquia e de poder comuns da sociedade da época, para multiplicá-las, além de insistir no papel fundamental da mulher como reprodutora da vida e guardiã dos valores morais, protegida no âmbito do doméstico, onde os conflitos do mundo do público não penetravam, e resguardada pelo seu senhor, que devia amar como quem roga salvação. São exemplos dessas representações teatrais o diálogo “A Vocação Cristã da Mulher” e a peça sem título, da qual se apresenta a “1ª Scena” de uma série de pequenas obras, todas de cunho moral e religioso. Essa peça é exemplar no modelo ideal proposto pela Igreja para a mulher e colaborava com o fortalecimento da cultura patriarcal, em que a mulher apenas se coloca como reprodutora

da natureza humana e, quando necessário, dos bens, sendo, então, inserida na economia formal, mas sempre de modo indireto e inconstante, apenas quando as estratégias para manutenção do sistema exigem o seu exército de reserva. Importante ainda frisar que tais modelos incluíam uma “ausência histórica” de nomes, genealogias familiar e étnico-racial, demonstrando a fragilidade do existir e ser mulher, deveras apropriado para a manutenção de desigualdades fundamentais que originam/reproduzem outras desigualdades, além de as naturalizarem.

Conclusão: um final comum para tantas mulheres

O fim da Casa de Caridade de Gravata do Jaburu, em Pernambuco, a primeira de uma série de construções idênticas, foi a demolição do prédio onde funcionava a instituição, pelo fabricante Irineu Leitão. Essa casa foi governada, desde o início, pela Superiora Beata Ana Maria de São José, chamada carinhosamente de Tia Aninha, irmã do Padre Ibiapina, idealizador e instalador do projeto das Casas de Caridade. A Beata Ana faleceu em 1913, mesmo ano em que se extinguiu essa instituição. O prédio onde funcionava a Casa passou, primeiro, ao patrimônio da paróquia e, depois, para particulares. Esse é um dos quase vinte e dois casos com fins semelhantes.

As Casas de Caridade do Padre Ibiapina, que muito modificaram a paisagem social das localidades onde foram inseridas, além de marcarem um novo período na cultura do trabalho brasileiro e no papel social da mulher, notabilizando-a nessas instituições como mestras de escolas, ensinando as primeiras letras, como administradoras de engenhos de tecidos, flores de pano, chapéus de palha e fornecedoras de couros e, principalmente, como modelos de virtude, ao vestirem o hábito da caridade, não sobreviveram à morte do Missionário ou não sobreviveram aos mutantes conflitos do tempo.

Referências

- ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Recife: Universitária/UFPE, 1998.
- ARAÚJO, Padre F Sadoc de. **Padre Ibiapina Peregrino da Caridade.** Fortaleza: Gráfica Tribuna do Ceará, 1995.
- CEHILA. **História da Igreja no Brasil:** ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Petrópolis: Paulinas/Vozes. 1992.
- COBLIM, José. **Padre Ibiapina.** São Paulo: Paulinas, 1993.
- DESROCHERS, G.; HOORNAERT, E. (orgs). **Padre Ibiapina e a Igreja dos Pobres.** São Paulo: Paulinas, 1984.
- HOORNAERT, E. **Crônicas das Casas de Caridade, Fundadas pelo Padre Ibiapina.** São Paulo: Loyola, 1981.
- HOORNAERT, E. **Padre Ibiapina e a Igreja dos Pobres.** São Paulo: Paulinas, 1984.
- HOORNAERT, E. **Cristianismo Moreno do Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1990.
- JORNAL “**A Voz da Religião no Cariri**” (1869-1870). Documentos cedidos pelo Padre F. Sadoc de Araújo, do seu Arquivo Pessoal, Sobral-CE.
- MANUSCRITO “**Livro que pertenceu a pe. Ibiapina oferta da ir. cícera**”. Documento cedido pelo Padre José Florem, do Museu de Areia, Areia-PB.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Religião e Dominação de Classe:** gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

A bebida ritualística do Sakpó como prática de trabalho genuinamente feminina na etnia Sateré-Mawé, no Amazonas

*Iraildes Caldas Torres*¹

Este estudo, parte de minha pesquisa pós-doutoral, traz o tema da mulher indígena, estabelecendo um recorte sobre a expressão do feminino no âmbito da cultura Sateré-Mawé. Trata-se de uma presença protagônica tecida por dentro da sociabilidade e das relações internas de pertença identitária, de um povo que se reconhece tributário da potência de uma mulher.

O que ressoa na potência atribuída à mulher Mawé não é de matriz biológica, uterina, mas, peremptoriamente, da ordem de uma força ontológica que originariamente vem dela, converge nela e volta para ela. Isso conduz à ideia de que é o feminino que emerge com um rico potencial de significação nessa etnia, aquilo que se acredita ser uma aura ancestral que tece o tapete da sociabilidade Mawé.

Esta pesquisa, de base dialogizante, tem o propósito de desviar o olhar das conceptualizações da ciência moderna, para escapar de possíveis armadilhas que se interpõem, sobretudo no âmbito das relações de gênero, embora não deixemos de condescender com elas. Dialógico é aquilo que junta o que está separado, diz Morin (2003).

O trabalho de campo foi realizado em duas comunidades Sateré-Mawé, Simão e Umirituba, ambas localizadas no rio Andirá, município de

¹ Doutora em Ciências Sociais/Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-Doutorado na Université Lumière de Lyon 2, França. Professora associada da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). iraildes.caldas@gmail.com

Barreirinha, no Amazonas. Para os propósitos deste *paper*, privilegiamos dados de entrevistas profundas realizadas com mulheres idosas das comunidades em apreço, além de lideranças masculinas e um indigenista. O corte analítico é feito no aspecto do sakpó, bebida mítica, protagonizada pelas mulheres Mawé no âmbito do seu papel político dentro da sua etnia. Estamos falando de um canto de trabalho, não no sentido de entonação de uma cantiga ou de uma canção, mas no sentido de uma lira melódica de um fazimento ou de um *savoir-faire*, próprio da mulher Sateré-Mawé, sem qualquer possibilidade de transferência desse trabalho para o gênero masculino.

Por seu turno, as composições do feminino no contexto indígena furtam-se a uma interpretação estritamente ocidentalizada, vindo, pois, a enriquecer o debate de gênero na etnologia que pouco tem se debruçado sobre as mulheres indígenas.

Sakpó, expressão do feminino na etnia Sateré-Mawé

O sakpó, elemento distintivo da autoridade da mulher na etnia Sateré-Mawé, é uma bebida mítica mediadora da política que ilumina a prática coletiva no que concerne às tomadas de decisão. Trata-se de uma bebida derivada do guaraná, planta nativa, que dá sustentáculo de trabalho e sobrevivência a esse povo étnico.

O guaraná, planta aclimatada na Amazônia pelos Sateré-Mawé, possui função social, cultural e econômica. É um produto denso de valor simbólico e comercial. O modo de relacionamento dos Mawé com o guaraná estatui sentidos e, sob esse manto, os Sateré-Mawé se autodenominam “os filhos do guaraná”, tendo essa planta primazia na organização social e econômica desse povo. São eles os inventores da cultura do guaraná, “domesticaram a trepadeira silvestre e criaram a técnica para seu beneficiamento” (TEIXEIRA, 2005, s/p).

Observe-se que o guaraná atravessa suas vidas como um feixe de luz, uma pedra de toque, que conduz o povo ao caminho do bem, por isso, o sakpó é fonte iluminadora das decisões que levam ao bem-comum.

Vivaldo Valente (42 anos), índio Sateré-Mawé, é enfático em afirmar que “o sakpó é sagrado. Bebe-se em conjunto, coletivamente, para procurar a graça da natureza, a vida em paz na família. Começa a ser bebido pelo lado direito porque o direito representa a harmonia, o positivo, a ordem cósmica” (entrevista/2012).

O guaraná é uma territorialização, uma identidade, uma relação de pertença dos Mawé, o que “gera um corpo coletivo e engendra um *ethos*” (MAFFESOLI, 2005, p. 110). O desenrolar da vida Mawé, seu modo de ser e estar no mundo, dá-se em torno do guaraná, ainda que essa planta não se constitua na sua fonte de renda. O guaraná é um *ethos*, uma ordem social que remete para a sua ontogênese. A historiografia dá conta de que a origem da etnia Sateré-Mawé é ligada, visceralmente, à planta guaraná, nascida do olho direito do herói civilizador². Destarte, a ontologia desse povo imiscui-se com o guaraná e, por conseguinte, com o sakpó.

Para além do sabor de uma bebida revigorante, o sakpó engendra um significado político, perceptível no seu uso coletivo e nos tipos de acontecimentos nos quais ele é servido. Política para os propósitos dos Sateré-Mawé, em uso ritualístico do sakpó, envolve uma dimensão de pertença tribal em estreita relação com a natureza, com o cosmos e com a vida em sociedade. O seu valor e a sua eficácia, como diz Uggé (1993, p. 28), “estão no momento de tomá-lo juntos e reviver, reforçar a memória tribal”. É também o que diz Leonice Souza (50 anos), mulher Sateré-Mawé da comunidade Molongotuba: “o sakpó é respeitado, ele é o chefe. Onde tem sakpó enche de gente porque ele chama o povo pra discutir, contar história, resolver nossos problemas de forma unida” (entrevista/2012).

O sakpó é o elo da sociabilidade Sateré-Mawé e possui um veio transcendental que se conecta com o universo cosmogônico da mãe

2 A mitologia Sateré-Mawé informa que a origem e a humanidade desse povo advêm da força de uma mulher que, vivendo ainda em uma dimensão encantada pré-humana, teve seu filho morto por dois irmãos seus que não aceitaram sua gravidez gerada por uma cobrinha. Expulsa de casa pelos irmãos, *Anhyá-muasawyp* criou sozinho seu filho longe deles, o qual recebeu o nome de *Kahu`ê*. Já crescido, o menino pede à mãe para voltar à região onde viviam seus tios, já que os humanos ainda não tinham sido criados. A mãe não permitiu, mas o menino resolveu ir sozinho, ocasião em que foi morto pelos tios. A mãe enterrou o filho e do seu olho direito nasceu o guaraná, de onde proliferou o povo awé.

natureza³, com os sonhos, com a esperança. Até a forma como é servido o sakpó tem o significado vinculado a essa visão cosmogônica, pois “a cuia que gira pelo lado direito simboliza a forma positiva de relação com a natureza, o que leva às boas relações econômicas e de prosperidade” (Vivaldo Valente, entrevista/2012).

A experiência e a vivência com as coisas tangíveis e dizíveis brotam de reservas cognitivas efetivas. Heidegger (2012, p. 58) lembra que, “em cada um de seus modos de ser e, por conseguinte, também em sua compreensão de ser, a presença sempre já nasceu e cresceu dentro de uma interpretação de si mesma, herdeira da tradição”. Os Sateré-Mawé são seres nascidos do guaraná, em sua essência mítico-ôntica, que receberam o sopro de Tupana, a *anima*, ainda na natureza guaraná, no olho da fruta, de onde brotaram e se constituíram como povo. É compreensível, a esse propósito, que eles se autodenominem filhos do guaraná de quem são tributários.

O guaraná ferve em suas veias, pois, como diz Vivaldo Valente, “é vida, é transcendente. O sakpó que vem do guaraná é vida dentro de um líquido que é a água e, isso, produz vida” (entrevista/2012). Tomemos essa indicação como uma composição estética, a aura⁴ Mawé, que redundava numa perspectiva estético-política, na medida em que o ‘político’ se passa, como nunca antes, no âmbito estético” (RAULET, 2012, p. 57). E, nesse sentido, os Sateré-Mawé possuem no guaraná uma ontologia aurática, a qual, para Benjamin (1984), é uma categoria de percepção sensorial.

É por isso que o sakpó evoca a autoridade, porque ele é aurático e tem, na noção benjaminiana de rastro, o “seu entendimento como um termo de mediação” (GINZBURG, 2012, p. 109). Há duas dimensões da autoridade que o sakpó evoca. Uma está situada na figura política do Tuxaua que, em alguns casos, serve a bebida às pessoas presentes do alto de sua autoridade. O Tuxaua evoca as relações de poder para chegar a resultados positivos e satisfatórios para o seu povo. O suporte do sakpó, onde o Tuxaua serve as

3 O povo Sateré-Mawé volta a sua crença e a sua utopia para a natureza que é o seu universo. Os clãs dessa grande nação recebem nomes extraídos desse universo cosmogônico, a saber: lagarta de fogo, Hwariá (ou Hwí); Gavião; Watunriã (ou wajaçai-Açaí); Napuwaniã (ou waraná); Guaraná Nhampo - Pássaro do Mato Koreriwá - Cotia.

4 É sugestivo a este propósito a leitura de Walter Benjamin: Origem do drama barroco alemão (1984).

pessoas, recebe o nome de patauí “que, na mitologia, representa, junto com a cuia, a estrutura do mundo onde nós vivemos; é a terra que, com as águas, forma o universo onde vivem os homens” (UGGÉ, 1993, p. 28).

A outra autoridade do sakpó evoca a figura política da mulher, em uma perspectiva ôntico-aurática, que busca rastrear aquela mãe que retirou o olho direito de seu filho morto e o plantou, nascendo dele a planta guaraná, elemento mediador da etnia Sateré-Mawé. Trata-se de reservas cognitivas da memória ancestral, de um rastro, que se interconecta com o mundo sensível das coisas cotidianas em um tempo contemporâneo que canta. O contemporâneo, ensina Agamben (2009, p. 62), “é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são, para quem deles experimenta contemporaneidade, obscuros”.

A poética feminina Sateré-Mawé é, do alto da aura ôntica dessa etnia, um canto contemporâneo que revela sentidos, que confere poder e faz renascer a força dentro da obscuridade, já que essas mulheres sempre estiveram na sombra, escondidas sacralmente do mundo da política tal qual um tabu. “Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente” (AGAMBEN, 2009, p. 63).

O mito fundador do povo Sateré-Mawé dá conta de que há um princípio feminino na origem desse povo. Trata-se do princípio primeiro da etnia Sateré-Mawé, sua fonte nascente e geradora do povo mawé. Uma mulher é banida do seu mundo pelo fato de ter transgredido as normas de um espaço, ainda não humano. Torna-se mãe solteira, tem seu filho morto por seus opressores e, num sopro de sabedoria, ao abençoar o filho antes de enterrá-lo, proferiu um discurso pético-ancestral, dizendo que do seu corpo morto nasceria um povo forte, destemido, que lutaria pela sua prosperidade, e que seu filho voltaria e presidiria as reuniões.

Está aqui a célula fundante do povo Sateré-Mawé, uma mulher com sua sabedoria, profere um discurso que institui a etnia, sendo, pois, esse o sentido ôntico-político de criação do povo. Os espíritos criadores escolheram uma mulher para servir de mediação à sua obra, conferindo

ao evento criador uma dimensão de gênero. Poderíamos, com bom senso, supor ser essa uma etnologia do sensível que envolve a mulher – historicamente excluída dos processos e dos grandes feitos – com o intuito de equilibrar as relações entre homens e mulheres dentro da etnia.

É justamente na nervura dessa simbologia do feminino que podemos pensar com o outro a partir de uma reflexão do sensível. Nesse caso, o outro é a mulher, vista com o olhar do preconceito. Essa célula mitológica feminina estabelece conexões entre partituras do patriarcado, que ainda se mostram soltas e até ininteligíveis no universo indígena. A epifania do feminino no universo Sateré-Mawé sustenta-se nas coisas que, ao olhar leigo, parecem triviais, mas que, para a etnia, têm um significado diferente, porque remetem à sua origem ontológica.

Viveiros de Castro desenvolve sua noção de perspectivismo como uma dobra, lembrando Deleuze, a qual nos permite pensar o feminino no contexto indígena Mawé de forma desbordada. Para esse autor, “o perspectivismo ameríndio procede segundo o princípio de que o ponto de vista cria o sujeito, será sujeito quem se encontrar ativado ou ‘agenciado’ pelo ponto de vista” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 127). A estilização, nesse caso, é do sujeito mulher que é o início e, ao mesmo tempo, o ponto de fuga de toda a política Sateré-Mawé.

Interessa ativar esse sujeito feminino que, no âmbito da política representativa Sateré-Mawé, sempre ocupou espaço invisível ou de pouca luminosidade, embora, paradoxalmente, a mulher Mawé seja o fulcro cultural para o qual tudo converge e encontra significação valoral. Trata-se de cantos interpretativos de sensibilidade cognoscitiva que se furtam a uma visão unívoca. Uma percepção sensorial aurática, como situa Janz (2012) no campo dos estudos benjaminianos. “Perceber a aura de uma coisa significa investi-la do poder de revidar o olhar” (BENJAMIN, 1989, p. 140).

As mulheres, como vínhamos sinalizando neste estudo, são as guardiãs da cultura Mawé em face das raízes mitológicas que conferem a elas força sobre os destinos da etnia. São elas que se ocupam da feitura do sakpó e que introduzem o recipiente contendo a bebida (cuia) no lugar onde são realizadas as reuniões ou outros encontros coletivos. O guaraná é

o elemento nucleador do espaço público, aqui compreendido como o lugar da política, do protagonismo, das negociações e da tomada de decisão. “É justamente nesse ritual, pelo qual é criada a esfera pública regida por uma ética do discurso, que a mulher indígena atua como responsável pelo suporte político da comunidade” (MATOS, 2012, p. 142).

O sakpó não é só uma bebida, é uma prática coletiva conduzida pelas mulheres, e essa prática permeia e está presente em todas as ações e atos políticos desse povo. Não se toma nenhuma decisão política e nem tem fim nenhuma reunião sem o uso coletivo do sakpó. Estamos falando do poder aurático dessa bebida mítico-transcendental que remete para o horizonte da esperança e dos bons dias que virão. Felicidade Lopes dos Santos (72 anos), índia Mawé ouvida nesta pesquisa, revela que, “quando se rala o sakpó é no silêncio, é na calma, não tem agonia, é pra conversar coisas boas, projetos, trabalho. O sakpó traz esperança, prosperidade e dias bons pra nós” (entrevista, 2013).

Atentemos para o fato de que é o sakpó que chama as pessoas. Ele é o tapete que tece a sociabilidade, que costura as relações, que entroniza o discurso, a palavra, e que abre o debate. É o sakpó que ilumina a palavra, que inspira o debate e que dá sustentáculo para o coletivo tomar as decisões que necessita.

Temos aqui uma urdidura, algo que se funda ombreado com a ideia de dobra, em que devemos ver o mito por intermédio de sua inscrição, uma inscrição da história indígena, que se conta através da escrita do desvio que abre pontos de fuga. O ponto de fuga é uma tentativa deliberada de conseguir o deslumbre do valor feminino na etnia Sateré-Mawé. Ou seja, é preciso sair da episteme moderno-ocidental que ilumina as relações de gênero para compreendermos o feminino Mawé, sendo, pois, esse o ponto de fuga. Como diz Deleuze (2006, p. 103), “há como que uma ‘abertura’, uma ‘fenda’, uma ‘dobra’ ontológica que remete o ser e a questão um ao outro. Nesta relação, o ser é a própria diferença”.

A mulher é este ser da diferença e “esta diferença não é ‘entre’, no sentido ordinário da palavra. Ela é a dobra” (DELEUZE, 2006, p. 104). A decodificação assume, por assim dizermos, a forma de transformação ou

inovação simbólica, pois, não é o propósito aqui, percebermos a diferença de gênero entre mulher e homem, mas sim encontrarmos o desvio como o fio da meada ou dobra. O feminino Mawé é visto como uma forma de possibilidade, uma dobra que o mito dá na sua ontogênese. Uma possibilidade de potência, não no sentido de superioridade competitiva com o outro gênero, mas como campo cognitivo de criação, estalos criativos da imaginação, capaz de se inventar dentro da sombra, do obscuro, já que o mundo é um caos dançante (NIETZSCHE, 1985).

O feminino Mawé como possibilidade de potência aparece no mito fundador como uma inscrição, a qual se manifesta por rastro, por traços. A mulher proferiu um discurso “em cima” do filho que jazia morto, dizendo que do seu olho, transformado em guaraná, surgiria um povo forte e livre que alcançaria a prosperidade. Esse discurso é, pois, uma evidência, um rastro que dá vazão a um limiar. O limiar é a porta que se abre para a experiência inteligível, é uma penumbra, uma fresta, onde se acha o rastro que leva à inscrita. O limiar borra a fronteira, mas não se mistura com ela. Não é o limite, “é um mundo intermediário, entremundo, talvez também semi-mundo” (BEHRENS, 2010, p. 96).

O limiar não elimina a ontologia das coisas. O menino *kahuè* continua sendo visto como herói civilizador do povo Sateré-Mawé. O limiar borra essa fronteira, quando remete ao rastro da inscrita que vai esbarrar na mulher que preferiu o discurso que instituiu o povo. O discurso é a inscrita. O limiar dá-se na relação com os dois outros, com o sujeito-sujeito. Nesse caso, entre o discurso proferido pela mulher e o guaraná que brotou do olho do menino.

O mito utiliza-se de uma dobra para explicar como determinada coisa surgiu, ele funda alguma coisa, é uma possibilidade visionária que busca explicar uma situação. A isso chamamos dobra, porque é preciso que saíamos do real para deixarmos o mito existir. A inscrição, para a qual o mito remete, precisa de um suporte, de uma coisa que se apresente e que lhe dê substância, então, aparece a mulher como guardiã do sakpó transvestido em uma prática social “sacralizante”, canonicamente conduzida por elas. Esse é o desvio encontrado para compreendermos de forma intempestiva a condição feminina e o seu valor dentro da etnia Sateré-Mawé.

O teor dessa questão, a forma como foi captada em uma leitura nietzscheana, nas suas *Considerações Intempestivas*, supõe que o povo Sateré-Mawé traz no seu nascedouro um princípio feminino e, com a prática do sakpó, faz guarda de uma cultura da diferença, em que o outro expõe seu saber, a partir da *differance* (DERRIDA, 2001). E, nesse sentido, é claro, trafegamos no campo do perspectivismo. Um mundo diferente é proposto, a partir de perspectivas que traduzem o mundo indígena de outra forma. Interessa-nos a ideia do desvio, não o confronto, mas a ideia de dobra para fazer delirar o intempestivo.

Bernardino Ferreira (63 anos), liderança Sateré-Mawé da comunidade Simão, revela que “antigamente a mulher não tinha valor. Hoje ela tem valor, estão no mesmo tamanho que o homem” (entrevista, 2013). Nessa mesma ordem de fala, o nosso informante situa o fato de que, “quando a mulher oferece o sakpó, ela está oferecendo o filho dela que saiu do guaraná” (Bernardino Ferreira, entrevista, 2013). Damo-nos conta, com assombro, de que o mito faz o seu trabalho, cumpre a sua função social na cultura Sateré-Mawé, porque ele dispõe de um caldo cultural, de uma ambiência onde ele pode se espriar, ser adornado.

As palavras de Bernadino, de que no sakpó a mulher oferece o filho, remetem para a inscrita do discurso de *Anhyã-muasawyp*, no sentido de que era preciso “doar o filho para fazer prosperar a etnia” (YAMA, 2007, p. 56). Esse é, pois, um libelo intempestivo, “porque procura compreender como um mal, um inconveniente e um defeito, algo do qual a época justamente se orgulha, isto é, a sua cultura histórica [...], tem exigência de atualidade” (NIETZSCHE, apud AGAMBEN, 2009, p.58). E o próprio Agamben (2009, p. 58-59) ensina-nos que

É verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo.

Toda a contextura da tradição Sateré-Mawé está ligada a esse princípio feminino do discurso que criou o povo e fez a sua epifania vinculada ao *Waranã* ou guaraná. E esse princípio feminino “sacraliza” a mulher dentro da tribo, sitiando-a estritamente ao mundo mitológico. À luz dessa genealogia arquetípica, podemos dizer que a submissão da mulher é mítica nesse contexto indígena. Uggé (71 anos), indigenista ouvido nesta pesquisa, é enfático ao dizer que “a mulher tem tempo específico para falar. Ela quase não fala, mas quando fala todo mundo escuta. Isto porque ela é depositária da tradição, da memória da tribo” (entrevista, 2013).

As mulheres Sateré-Mawé possuem um valor étnico insuprimível no campo político, pois, “sem elas e o sakpó, a reunião não começa. São elas que comandam o sakpó. Elas estão, afinal de contas, no comando da reunião” (Sônia Vilácio, 38 anos, índia Sateré-Mawé, entrevista, 2012). Essa percepção das mulheres como sujeitos políticos nasce do desvio, pois, na ode hodierna da política, amiúde, concreta e revestida de poder, é o homem que aparece e a ele é dado o cetro que conduz o povo. É essa a dobra que o mito faz em si mesmo, colocando a mulher no centro da política, mas no plano mítico, ou seja, “é uma maneira de oferecer uma ‘solução concreta’ para um determinado problema que se manifesta na sua forma abstrata [...], um elemento de vital importância para o cotidiano e para a cosmologia indígena” (FONSECA, 2013, p.37).

As mulheres, sob o manto mitológico, permanecem em silêncio durante toda a reunião, só falam se os homens as autorizarem, são invisibilizadas, sitiadas ou exiladas no próprio mito. Paradoxalmente, ela é alfa e ômega dentro da etnia, está no princípio e no fim das práticas sociais. Suas práticas sociais estão presentes em todas as ações e atos de seu povo. São protagonistas, mas ao mesmo tempo, não aparecem na ode, não são empoderadas e incentivadas a tomarem a frente dos acontecimentos.

É, pois, exatamente, por causa desse paradoxo que procuramos a dissipação, que procuramos nos refugiar no desvio. Como sugere Agamben (2009), para ser contemporâneo, tem que ser intempestivo, ver não só a luz, mas também trafegar nas trevas. É preciso abrir a fenda do buraco, fazer escavação no escuro, fazendo uma antropoesia.

O riso não vem depois do pensamento, ele complementa o pensamento, assim como o índio não existe, não é nada, é uma invenção. Esse ser aclimatado é homem, mulher, criança, povo, gente, humano. A etnologia produziu o índio, segregando-o e reificando-o, uma espécie de galáxia da interpretação. O mundo é pequeno e sombrio, por isso, buscamos um amanhã que canta, um desejo de ambivalência, evitando a clarividência em tudo.

Considerações finais

Para podermos compreender o alcance simbólico do sakpó, precisamos ter presente o princípio feminino que há nele. Primeiramente, precisamos compreender que o tempo mítico tece o tempo presente, o *Kairós*, grávido de ação (TORRES, 2009). Depois, é interessante e sugestivo percebermos a constituição das relações de gênero por dentro da ontogênese do povo Sateré-Mawé. Está na narrativa sobre a origem desse povo o eclipse de gênero, que só enxergamos se adotarmos o limiar e estabelecermos um desvio, o que nem sempre o fazemos e, assim, contribuímos para que o corte de gênero permaneça imperceptível ou pouco visível no contexto étnico. *Anhyã-muasawyp* é a mulher da qual se desdobrou a criação do povo Sateré-Mawé, aquela que, no princípio de tudo, antes da existência da humanidade, vivia no *nusoquén*, que é o paraíso dos seres encantados inumanos propriamente ditos.

Anhyã-muasawyp também era um ser encantado que, de característica feminina, também se transformava em pássaro para voar e chegar mais rápido aos lugares, possuindo também qualidade de xamã, na medida em que sabia manipular ervas da floresta. Mostra-se performática e multifacetada tal qual as mulheres deste planeta Terra, que executam várias tarefas ao mesmo tempo, possuindo, pois, uma visão periférica das coisas que as rodeiam, além do foco principal.

A decodificação assume, por assim dizer, a forma de reabilitação da simbologia feminina no contexto indígena Sateré-Mawé. O feminino é o início e, ao mesmo tempo, o ponto de convergência e união da tribo presente no ritual do sakpó, elaborado e comandado pelas mulheres. No

sakpó, como pontua Nascimento (2010, p. 30), “as mulheres têm um espaço que é exclusivamente seu e não pode ser substituído pelo homem porque isto implicaria numa ruptura natural daquilo que é próprio de cada um dentro [...] das relações que se travam na sociedade étnica”.

Inexiste, a nosso ver, uma partilha dos bens simbólicos dos Sateré-Mawé sem a presença do princípio feminino. Não existe a partilha sem o objeto simbólico, sem a ontologia das criaturas, esse (com)sentir originário que estatui os Sateré-Mawé. A voz autoral dos sujeitos que vivem a experiência cotidiana com o mito confirma a inscrita ontológica das relações de gênero, fecundando a vida do povo Sateré-Mawé. Os sujeitos da pesquisa identificam no sakpó o princípio feminino que conduz a política, iluminando a palavra e as decisões tomadas pela etnia, este é, pois, um furo ou um desvio pelo qual podemos compreender a importância valoral das mulheres Mawé dentro de sua tribo étnica, a despeito de elas permanecem silenciadas e sitiadas na ode masculinizada da política representativa.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Traduzido por Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BEHRENS, Roger. Seres limiares, tempo limiares, espaços limiares. In: OTTE, Georg; SEDLMAYER, Sabrina; CORNELSON, Elcio (org). **Limiares e paisagens em Walter Benjamin**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. Traduzido por João Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Traduzido por Luiz Orlandi e Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Traduzido por Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

FONSECA, Mário Geraldo Rocha da. **A cobra e os poetas**: uma mirada selvagem na literatura brasileira. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais (Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários). Belo Horizonte: UFMG, 2013

GINZBURG, Jaime. A interpretação do rastro em Walter Benjamin. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG (org). **Walter Benjamin**: rastro, aura e história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Traduzido por Márcia Sá Cavalcante Schuback. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2012

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político**: A tribalização do mundo. Traduzido por Juremir Machado da Silva. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKON, Márcia Maria (Org.). **Gênero e povos indígenas**: coletânea de textos produzidos para o “Fazendo Gênero 9” e para a “279 Reunião Brasileira de Antropologia”. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/Giz/Funai, 2012.

MORIN, Edgar. **O método 5**: A humanidade da humanidade. Traduzido por Juremir Machado da Silva. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

NASCIMENTO, Solange Pereira. **Baku**: Uma Tuxaua na Amazônia. Manaus: Edua, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal:** ou prelúdio de uma filosofia do futuro. Traduzido por Márcio Pugliesi. São Paulo: Hemus, 1985.

RAULET, Gérard. Aura e auctoritas. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime (org). **Walter Benjamin:** Rastro, aura e história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TEIXEIRA, Pery (org). **Sateré-Mawé:** retrato de um povo indígena. Relatório de pesquisa. Manaus: UFAM, 2005.

UGGÉ, Henrique. **As bonitas histórias Sateré-Mawé.** Manaus: Secretária de Educação do Estado do Amazonas, 1993.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio.** Rio de Janeiro: Mana, 1996.

TORRES, Iraildes Caldas. **Arquitetura do poder:** memória de Gilberto Mestrinho. Manaus: Edua, 2009.

YAMÃ, Yaguerê. **Sehaypório:** o livro sagrado do povo Sateré-Mawé. São Paulo: Petrópolis, 2007.

Território de maioria negra: uma reflexão sobre a vida das mulheres negras moradoras da favela Bola de Ouro em Jabotão dos Guararapes.

Valdenice José Raimundo¹

Introdução

A mulher negra tem sido, ao longo da história, uma das maiores vítimas da profunda desigualdade racial na sociedade brasileira. Isto pode ser verificado segundo Bento (2002) pelas baixíssimas condições socioeconômicas, como também através das manifestações do racismo e das contradições de classe e de gênero.

A vida difícil das mulheres negras e sua resistência têm sido reveladoras da sua capacidade de luta e organização. De acordo com Raimundo (2002), a grande maioria nunca aceitou passivamente a condição imposta pelo sistema econômico, social e racial que determinou e definiu as diversas formas de opressão que lhes foram impostas e que as discriminavam e subjugavam.

A luta das mulheres negras é uma luta diária, pois, na sua grande maioria, são elas que mantêm a casa e os filhos(as). Para Moser (1995), as mulheres pobres do terceiro mundo têm, dentre suas diversas tarefas, a garantia da reprodução familiar. Essa situação expressa a importância da mulher negra na manutenção da vida social, como também demonstra que

¹ Doutora em Serviço Social. Professora da Universidade Católica. Pesquisa financiada pelo CNPq. valjrbr@yahoo.com.br

a pobreza que a cerca pode ser vista como um obstáculo ao acesso dos bens e serviços necessários à sua sobrevivência.

Os negros são, majoritariamente, pobres na sociedade brasileira e povoam as favelas que formam verdadeiros centros periféricos. Silva (1995) nos provoca a pensar que as favelas são vistas como espaços geradores de violência, muitas vezes, ocasionada pelo desemprego e a pobreza. Neste trabalho, a favela será entendida como um território de maioria negra, como construção da base material sobre a qual é produzida a história (LIMA; CUNHA, 2001; SANTOS, 2002).

É na favela que, cotidianamente, a mulher negra precisa garantir sua sobrevivência e da sua família. Enfrenta ainda, as múltiplas formas de manifestação do racismo e das desigualdades de gênero. Rezende (1994) aponta que a experiência cotidiana da mulher pobre exige que ela negocie, reivindique, faça alianças, ou seja, estabeleça diálogo com diferentes interlocutores.

A resistência da mulher negra é uma demanda cotidiana. Andrade (1997) concebe a vida cotidiana como sendo a vida de todos os dias, de todas as pessoas, de todos os segmentos sociais, variando conforme o grupo e a classe social. São ações rotineiras que trazem insatisfação, opressão, mas também segurança.

Corroborando com a contribuição acima, Gebara (2000) considera que o cotidiano é o lugar da luta pela vida, pelo trabalho, alimentação, água, troca de gestos de amor e sentido imediato para a existência. A vida cotidiana é uma das principais formas de manifestação da história, sendo circunscrita pelos diferentes momentos socioeconômicos e políticos, por seus limites e condicionamentos. Por sua vez, “está sempre presente a possibilidade de superação desses limites, através da busca da transformação do próprio cotidiano” (LIMA, 1983, p. 41).

É na vida cotidiana que o ser humano encontra alternativas e escolhas, é onde se forma a consciência do “eu” e do “nós”. O cotidiano tem como forte característica a rotina que impõe às pessoas a necessidade imediata de uma reação. Heller (1972) entende a vida cotidiana como um espaço dialético onde convivem submissão e rebeldia, repetição e criatividade.

É no espaço da vida cotidiana que as formas de organização informais, enquanto processos que se estabelecem para manter a existência e a sobrevivência se desenvolvem, originando mudanças sociais. A organização informal emerge espontaneamente entre as pessoas a partir de relações de amizade ou inimizade com duração e intensidade variável, possui alto nível de colaboração entre membros do grupo e pode se desenvolver como oposição ou complemento à organização formal. Para Chiavenatto (1972), o que dá origem a uma organização informal são os interesses comuns que se desenvolvem entre as pessoas que passam a se sintonizar mais intimamente.

Em virtude do que foi mencionado, pode-se considerar que o cotidiano da favela, com sua dinâmica informal, está articulado a estrutura econômica e política da sociedade brasileira. As experiências vivenciadas no cotidiano das mulheres negras na favela estão diretamente relacionadas aos acontecimentos globais, ou seja, não é possível conhecer a sociedade sem conhecer o cotidiano, e o cotidiano sem o conhecimento crítico da sociedade.

1. Mulher Negra, Gênero e Movimentos Sociais

Entender e interpretar a realidade da mulher negra demanda uma compreensão da categoria gênero, entendida enquanto uma construção social, historicamente determinada. Essa forma de entender a realidade vai demonstrar que, nas relações estabelecidas entre mulheres e homens, a mulher é colocada em um lugar subordinado. Outro aspecto importante a destacar é que essa forma de apreensão da realidade difere de uma compreensão meramente baseada no sexo.

Demarcar historicamente a inserção das mulheres negras nos movimentos feminista e negro demanda que, anterior a essa análise, sejam situados historicamente, mesmo que brevemente, os movimentos sociais. Para Ammann (1991), os movimentos sociais existem há muitos séculos, mas apenas na década de 1970 mereceram a atenção dos cientistas sociais.

Analisando o pensar de Touraine e Castells, a autora citada enumera princípios que caracterizam os movimentos sociais e, a partir deles, ela constrói seu próprio conceito, entendendo os movimentos sociais como

“uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade” (Ammann, 1991, p. 22).

Scherer-Warren (1993), ao analisar os movimentos sociais, concluiu que não existe, entre os estudiosos, uma concordância acerca do seu conceito, sendo toda ação coletiva de caráter reivindicatório ou de protesto tida como movimento social, independente do alcance ou do significado político ou cultural de luta.

Uma questão que merece atenção nessa discussão é apresentada por Sousa (1997) e Silva (2000). As autoras vão se posicionar contrárias à ideia de que o surgimento dos movimentos sociais é motivado pelas relações antagônicas entre as classes, cuja base é estabelecida pela relação capital X trabalho. Para as autoras, o movimento feminista e o negro extrapolam os limites de classe e lutam contra uma postura que inclui valores construídos socialmente, que buscam legitimar que homens e mulheres, brancos e negros não são iguais.

A história do movimento feminista, de acordo com Toledo (2001), pode ser compreendida a partir de três grandes ondas. A primeira ocorreu no final do século XIX, denominado de movimento sufragista, ou seja, luta por direito ao voto feminino e por direitos democráticos (direito ao divórcio, educação completa, trabalho etc.). A segunda, no final dos anos 1960, a bandeira era a liberação sexual. E a terceira, no final dos anos 1970, marcada pela luta de caráter sindical, protagonizada em toda América Latina, especificamente, pela mulher trabalhadora.

De acordo com Cunha (1992) e Sousa (1997), o movimento negro é uma organização política que cumpre o papel de explicitar a contradição no cenário social, político e econômico. Nesse processo histórico dos movimentos sociais, para Silva (2000) não foram explicitadas e privilegiadas as experiências organizativas empreendidas pelos movimentos de combate à discriminação racial.

A luta das mulheres negras contra o racismo e suas manifestações, através do preconceito e da discriminação racial, e contra as contradições

presentes na relação entre os gêneros, tem feito progressos notáveis no campo dos direitos sociais e humanos. Contudo, a realidade demanda uma ampliação da luta, com capacidade de apreender, na dinâmica social, os antagonismos presentes e inerentes a ela.

No que diz respeito à luta pela vida, compreendida na resistência cotidiana que acolhe “... é a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família aquela que desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite a suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mas, sobretudo porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel – apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder” (GONZALEZ, 1982, p. 104).

A dinâmica social, na qual a mulher negra está inserida, é movida pela ordem capitalista, o que faz com que a luta da maioria seja por direitos sociais e, muitas vezes, direitos básicos de sobrevivência, reivindicando junto aos poderes públicos a satisfação de demandas que decorrem das próprias exigências do capital, tal como ele se constitui atualmente.

A mulher negra sempre necessitou estar inserida na luta por melhores condições de existência, desde o período escravista, no pós-abolição e até os dias atuais, com organizações que nem sempre se acomodaram nos moldes formais, mas que sempre foram constantes.

Segundo Carneiro (2001), é através da emancipação e da busca de igualdade de direitos que as mulheres negras ganham força, estabelecendo novos desafios. Para Araújo (2001), motivadas pelo desejo de transformação da sua realidade é que as mulheres negras aderiram aos movimentos feministas. Ao longo de sua trajetória, o feminismo criou novos valores, mas também muitos mitos de origem, entre eles o que se traduzia no paradigma de que todas as mulheres eram iguais.

O feminismo promoveu uma perspectiva universalista com um discurso voltado para uma irmandade entre as mulheres e, assim, não

dava ênfase às diferenças. Na década de 1980, diz Araújo (2001), que no seio do movimento feminista as mulheres negras começam levar para as discussões as suas especificidades, tremulando uma nova bandeira de que eram mulheres, mas eram negras, logo com especificidades da raça.

O feminismo, em suas formulações iniciais, pelo menos, tem sido caracterizado pela ênfase na opressão comum entre as mulheres e pela experiência compartilhada da irmandade. No entanto, segundo King (1993) citada por Gehlen (2003), a tendência de focalizar a questão exclusivamente sobre as experiências comuns das mulheres leva a uma desconsideração das diferenças significantes entre as mulheres, particularmente, em termos de raça.

Tal postura ocasionou lutas internas no movimento feminista, pois, segundo comentários de Lélia Gonzalez, em entrevista, as feministas brancas com orientação progressista e, aparentemente, de esquerda, negaram o significado da raça e seu impacto nas vidas de mulheres negras e que as brancas eram hesitantes em relação à discussão sobre raça por causa da cumplicidade com a dominação racial. Caldwell (2000) vai afirmar que enquanto na superfície parecia que as mulheres brancas e negras poderiam se unir e lutar contra sua opressão comum, diferenças entre elas, em termos de experiências e lugares, tornaram-se fontes de conflito e divisão dentro do movimento.

O movimento feminista não acolhe as questões postas pelas mulheres negras, motivando-as para uma ação política organizativa específica em decorrência da insuficiência com que são tratadas as suas especificidades dentro do movimento feminista. O mesmo ocorre com as mulheres negras no movimento negro, posto que, em um, o acesso vai ser negado por serem mulheres, confrontando-as com os desdobramentos de gênero, e, no outro, é negado o avanço nas questões raciais.

O resultado dessa situação vai culminar no que Carneiro (2001) evidencia como dupla militância que se impõe às mulheres negras, como forma de assegurar que as conquistas no campo racial não sejam inviabilizadas pelas persistências das desigualdades de gênero e para que as conquistas do movimento feminista não privilegiem apenas as mulheres brancas.

2. Resistência cotidiana

Toda a história de luta construída pelas mulheres negras é, muitas vezes, desconhecida da população negra e, principalmente, das mulheres negras, como também são restritos os estudos sobre as diversas formas de organização das mulheres negras que povoam as favelas. Para Correia (1999), durante a vigência do golpe militar de 1964, os movimentos sociais tiveram que recuar, o que motivou, na década de 1970, diversos movimentos de base, que surgiram a partir do desenvolvimento de laços de solidariedade.

Marcar caminhos não percorridos ou insuficientes, capazes de levar a descobertas originais, é o início de uma nova proposição, na qual reivindicar melhores condições de vida não representa a conquista do poder estatal, mas significa, segundo Karner (1987), tratar de criar, de viver mais humanamente. As mulheres negras faveladas desconhecem, na sua grande maioria, o caminho de luta traçado pelos movimentos e organizações de mulheres negras. Mas é válido salientar, ao contrário das falácias teóricas e políticas, não são apenas objetos da vontade dos grupos dominantes, mas também sujeitas da sua história, dotadas de percepção da sua situação e que, de maneira informal, tentam para modificá-la.

Gebara (2000), estudando as mulheres pobres, as nomeia de “desorganizadas”. Mesmo compreendendo o caminho traçado pela autora, que utiliza a expressão pelo fato das mulheres não pertencerem a movimentos sociais organizados, não se pode concordar com tal definição, pois, segundo Moisés (1982), é visível a existência de uma ampla gama de formas, as mais variadas, pelas quais as classes populares se organizam. Por isso, não deixa de ser importante procurar essas formas, muitas vezes espontâneas, pois elas indicam uma determinação, poucas vezes conhecida na história da organização.

Concorda-se com o autor supracitado que há espontaneidade nas formas como as classes populares, aqui especificamente as mulheres negras faveladas, se organizam, porém a expressão da espontaneidade exige sempre que se tenha em conta que existem fatores que contribuem para a emergência dessas formas espontâneas de organização. Derivam da situação de pobreza em que vivem as mulheres negras, sobretudo as faveladas.

De acordo com Moisés (1982), a espontaneidade, uma das características fundantes da organização informal, não é desprovida de direção política, podendo ser vista como um esforço de organização e contendo, implícitos ou explícitos, ideais políticos. Por isso, ainda que pese toda a espontaneidade nessas ações, a grande questão que se coloca é a de uma alternativa político-organizatória.

Essas ações contêm a possibilidade de que seus participantes tomem consciência da realidade em que vivem, dos alcances e limites de suas próprias forças e, a partir desses movimentos, possam adquirir experiências, propondo novos modelos de organização e luta. Essas organizações são formas não tradicionais de resistência. A organização informal pode ser vista como uma forma de resistência das mulheres negras faveladas, e dos pobres de maneira geral, dada sua natureza de surgir em “meio à necessidade dos seres humanos de se relacionarem uns com os outros, nas mais variadas formas de relações, que incluem a amizade, inimizade, simpatia, antipatia, conflito, cooperação, busca de identidade e projeção, baseados em valores e crenças que são compartilhadas pelos membros do grupo” (FORTES, 1992, p.2).

Brant (1980) classifica as formas de organização dos grupos populares como organizados de forma defensiva, grupos em busca de caminhos alternativos de organização e organizações voluntários. Tais classificações contêm os aspectos da voluntariedade, da busca de alternativas, da solidariedade, da coesão social e da criatividade existentes na organização informal no enfrentamento e na busca de suprir carências básicas, produzidas e reproduzidas pelo modo de produção capitalista. Tal sistema tenta encerrar os indivíduos no estreito círculo de seus interesses, impedindo, inclusive, que a solidariedade unifique os membros da sociedade, fazendo-os partilhar de modo mais justo os frutos do esforço comum.

A organização informal, com sua espontaneidade, criatividade, solidariedade, é um projeto de resistência e mudança social concreto, revelando que a favela, onde se desenrola o cotidiano da mulher negra, não é um espaço apenas de miséria, mas também de grandeza, não apenas de alienação, mas também de crítica da realidade.

3. Considerações

A luta dos movimentos sociais (feminista e negro) toca de uma forma ou de outra a cultura do povo, introduzindo mudanças no comportamento e valores socialmente aceitos. O discurso acerca dos direitos das mulheres, presente na favela, está impregnado dos ideais feministas, e as “migalhas do feminismo organizado misturaram-se à comida das mulheres pobres e lhes dão um sabor diferente” (GEBARA, 2000, p. 15). A influência do discurso feminista pode ser estendida ao movimento negro, ampliando, assim, o horizonte da sua reflexão.

Essa mudança no comportamento e valores das mulheres negras não tem a mesma força e alcance daquela mudança que ocorre nas mulheres que participam nos movimentos organizados, mas está delineando uma nova compreensão da realidade.

Por todos esses aspectos, podemos afirmar que a organização informal das mulheres negras na favela está pigmentada dos conteúdos desses discursos, apontando o nascedouro de um processo de reflexão, que Erickson (1996) sugere como sendo uma necessidade dos movimentos sociais organizados e institucionalizados pararem para ouvirem o que está acontecendo na favela.

O silêncio dos moradores da favela compõe um discurso social. Para a autora acima citada, o silêncio que se expressa tem fala. Os oprimidos têm vozes que transmitem estratégias de sobrevivência. E, para escutá-los, é preciso ir à favela (*in loco*), pois é nesse espaço de construção da história, e só nele, que se pode aprender como se organizam para resistir ou como cedem às ações fragmentadas e destrutivas da sociedade.

O processo de reflexão nasce e se manifesta através das organizações informais, aqui entendidas como uma compreensão crítica da realidade cotidiana opressora em que vivem. A compreensão crítica e o diálogo crítico supõem a ação. De acordo com Freire (2002), é a reflexão das condições concretas que conduz a reagir. A realidade social objetiva não existe por acaso, não se transforma por acaso. A transformação demanda um processo de organização, originando um processo social, dinâmico e

contraditório. O processo de reflexão anuncia a conscientização que não se opera no vazio, supõe sempre um contexto de referência.

Um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece (FREIRE, 2001, p.26).

Diante do exposto, entendemos que é preciso criar e recriar a existência cotidiana, na qual a pobreza, a discriminação de gênero, classe e raça são disseminadas. As falas não podem ser confundidas com o silêncio, pois há na favela um lugar de reflexão sobre essa realidade, insinuando que processos organizativos acontecem informalmente.

Referências

- ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. **Os nós da esterelização**. Recife: 1997.
- ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. In: **Crítica Marxista**, número 11. São Paulo: Boitempo, 2001.
- BRANT, Vinícius Caldeira. Da resistência aos movimentos sociais: A emergência das classes populares em São Paulo. In: **São Paulo: O povo em Movimento**. São Paulo: Brasileira de Ciências Ltda, 1980.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em preto e branco**. São Paulo: Ática, 1998.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In: **Estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira**. São Paulo: 2001.
- CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. 2000.

CORREIA, Tânia Maria da Silva. **Lemba Odu**: práticas informacionais no contexto do Movimento Negro na cidade de João Pessoa – PB. João Pessoa: 1999.

CUNHA Jr, Henrique. **Texto para o Movimento Negro**. São Paulo: EDICON, 1992.

ERICKSON, Vitória Lee. **Onde o silêncio fala**: feminismo, teoria social e religião. São Paulo: Paulinas, 1996.

FREIRE, P. **Conscientização**: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FORTES, Licéia Cianca. **Grupos informais no contexto de uma biblioteca universitária**. Revista Transformação. V.8 n° 2. 1996.

GEBARA, Ivone. **A mobilidade da senzala feminina**: Mulheres nordestinas, vida melhor e feminismo. São Paulo: Paulinas, 2000.

GEHLEN, Vitória; CADENGUE, Hersília. **Boa prática é uma prática anti-discriminatória**: a introdução da questão de gênero, raça e etnia no curriculum do Serviço Social. GAP, 2003. Seminário preparatório para a disciplina eletiva: Gênero, Meio Ambiente e Políticas públicas do Departamento de Serviço Social da UFPE, Recife, 2003. Mimeografado.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1972.

KÄRNER, Hartmut. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: **Uma revolução no cotidiano?** Os movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LIMA, Maria Batista; CUNHA Jr, Henrique. **Repertórios culturais de base africana, identidade afrodescendentes e educação em Sergipe**. Série Pensamento Negro em Educação. Florianópolis: 2001.

- LIMA, A. Barbosa. **Participação social no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 1983.
- MOISÉS, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: MOISÉS, José Álvaro. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MOSER, C. *La planificación de género y desarrollo: teoría, práctica y capacitación*. Lima: Red entre mujeres, 1995.
- RAIMUNDO, Valdenice José. Mulheres e negras na contramão da história. In: **Pastoral Urbana: a co-responsabilidade no Nordeste**. Viçosa: Ultimato, 2002.
- REZENDE, Maria Valéria. **Existe um lugar da mulher nos movimentos?** Gaveta Aberta n. 1 Equip Mov. 1994.
- SILVA, Marlise Vinagre. Serviço Social gênero e etnicidade: tecendo as primeiras aproximações. In: **Card. de comunicações do 8º CBAS**. Salvador: 1995.
- SANTOS, Milton. **O Brasil a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SILVA, Maria Palmira. O anti-racismo no Brasil: considerações sobre o estatuto social baseado na consciência racial. **Revista Psicologia Política**. São Paulo: 2000.
- SOUZA, Tereza Cristina Vital de. **Com a palavra o Movimento Negro: Contestando o racismo e desmistificando a democracia racial**. Recife: 1997.

Percepção de gênero, sexualidade e raça: o caso de uma ONG não feminista de Salvador/BA

Luciene Assunção da Silva^{1}*

Introdução

Este estudo faz parte do resultado de uma pesquisa mais ampla, em que são abordadas as percepções de gênero entre os(as) educadores(as) de um dos programas desenvolvido por uma ONG não feminista, com jovens de classe popular do município de Salvador/BA, que trabalha com as linguagens de fotografia, vídeo, design e computação gráfica. Durante a pesquisa, a sexualidade e as questões étnico-raciais apareceram de forma espontânea como categorias estruturantes das relações de gênero.

Ao focar a organização, este trabalho visa a solidificar a ideia de que as problemáticas visualizadas pelos movimentos sociais e estudos acadêmicos, a partir das duas categorias acima mencionadas, vêm cada vez mais transcendendo as fronteiras de instituições que trabalham diretamente com mulheres, negros(as) e sexualidades, ampliando para a sociedade como um todo, principalmente para aquelas que se estruturaram com a vertente democrática e de garantia dos direitos humanos.

Vale salientar que apenas nos últimos anos essas preocupações tomaram corpo e ganharam visibilidade no interior de algumas ONGs não

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – FFCH/UFBA. Instituição financiadora FAPESB. Professora Substituta da Universidade do Estado da Bahia. Instituição financiadora: Instituto Diversa. m2607@hotmail.com

feministas. Porém, não basta inserir as categorias nos projetos políticos pedagógicos das organizações, mas percebê-las dentro de uma perspectiva de discussões e ações de forma transversal, pois elas estão presentes em todas as esferas das relações sociais.

Para alcançar esse resultado, é necessário identificar os nós críticos das diferentes visões presentes nas práticas e nos discursos dos(as) profissionais que atuam nas organizações, para que a perspectiva de gênero, sexualidade e racial se tornem realmente passíveis de incorporação. Isso implica uma alteração da lógica das práticas e representações das categorias em todos os espaços, incorrendo na alteração de posturas dos(as) profissionais na busca por transformações que garantam o exercício dos direitos humanos e o combate a qualquer tipo de opressão e preconceito.

A instituição analisada é uma ONG não feminista, que foi fundada em 1999. Sua missão é “[...] contribuir para a construção de uma sociedade que garanta igualdade de oportunidades para o pleno desenvolvimento e a participação social de crianças, adolescentes e jovens, através da democratização e do uso educativo da comunicação”. A educomunicação é a metodologia desenvolvida em todos os programas que a organização desenvolve .

A pesquisa entrevistou 07 (sete) educadores(as), 04 (quatro) da linguagem específica – vídeo, fotografia, design gráfico e computação gráfica, 02 (dois) do DPS – Desenvolvimento Pessoal e Social ² e a coordenadora pedagógica, com a duração em torno de 01 hora cada. Em termos raciais, as declarações dos(as) informantes foram: DPS negros(as), uma da área específica como indígena e o restante brancos(as).³

2 A ONG tem duas categorias de educadores(as), aqueles(as) que trabalham com as linguagens específicas: vídeo, design gráfico, computação gráfica e fotografia e aqueles(as) que trabalham com o DPS – Desenvolvimento Pessoal e Social, hoje, chamado Ser e Conviver. Esses profissionais têm formação em várias áreas: artes plásticas, pedagogia, letras e psicologia. São os(as) responsáveis por trabalhar os temas transversais e fazem dupla com os(as) profissionais das áreas específicas. As ações desses(as) educadores(as) é de extrema importância para que o programa não fique no mero aprendizado técnico.

3 Em linhas gerais, implica garantir o processo de ensino aprendizagem dos(as) jovens educandos(as), que são coparticipantes na materialização de produtos de peças de comunicação (N.A).

Os(as) jovens são inseridos(as) no programa através de um processo seletivo. Eles(as) são pertencentes a bairros populares centrais ou periféricos da cidade de Salvador/BA. A maioria é negra, tem entre 16 e 19 anos incompletos, estudam em escolas públicas e cursam entre o 7º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Esses(as) jovens frequentam o programa durante um ano e meio, para aprender uma das linguagens oferecidas: vídeo, computação gráfica, *design* gráfico ou fotografia.

A metodologia aplicada na pesquisa foi o *estudo de caso*, dentro de uma perspectiva *qualitativa* para a análise. Para operacionalizar a coleta dos dados, foram utilizados vários instrumentos: levantamento bibliográfico, pesquisa documental, observação direta ou de campo, entrevista semiestruturada e análises de artefatos (vídeos, fotografias) produzidos pelos(as) educandos(as) ou postados no blog da instituição.

1. Discutindo gênero no interior das ONGs

A inserção da categoria gênero dentro das organizações não governamentais (ONGs) é historicamente recente, não que as questões referentes às mulheres não fossem tratadas, mas a dimensão gênero é demarcada pelas demandas dos movimentos sociais feministas e pensamentos teóricos contemporâneos, entre eles a antropologia feminista.

Em um breve histórico, as ações das organizações estavam, nos anos 1950 na América Latina, vinculadas ao modelo de desenvolvimento para o progresso, e seus serviços eram voltados para o combate à pobreza e, conseqüentemente, visibilizar a exclusão das mulheres no campo econômico (SIMIÃO, 1999). Algumas ONGs eram vinculadas a partidos de esquerda, sendo claramente classistas.

Segundo Camurça (2002), a questão dos direitos para as mulheres foram os primeiros forjados pelo movimento feminista contemporâneo que buscaram também a garantia desses direitos e inserção em políticas públicas para tipificação de novos crimes, “antes percebidos apenas como práticas costumeiras, no máximo, consideradas moralmente condenáveis, como o estupro, e para o debate quanto à despenalização de práticas como as do aborto” (p.166).

A partir do período de redemocratização do Brasil, nos anos de 1980, houve um aumento significativo de ONGs feministas. Essas instituições aproximaram-se do Estado, causando para o movimento feminista um certo desconforto, na medida em que elas foram acusadas de perder a autonomia, pois passaram a ter financiamento estatal (COSTA, 2005). As ONGs buscaram funcionar como mecanismo de pressão para criação de “órgãos estatais de controle de políticas de gênero, como as secretarias que velassem pelos direitos das mulheres. Essas secretarias foram inicialmente formadas por militantes de ONGs feministas” (NOVELLINO, 2006, p. 10).

Em termos mais gerais, a inserção da categoria gênero no interior das ONGs possibilitou trazer para a arena do debate questões relacionadas às mulheres, que transcendem o caráter econômico e desenvolvimentista, além de visibilizar as mulheres negras como as mais vulneráveis à pobreza e à marginalização (BANDEIRA, 2005). E aqui se inscreve uma das facetas do movimento de mulheres negras que, a partir dos anos 1980, passaram a mostrar que os tipos de opressões vivenciadas por elas diferem das mulheres brancas e burguesas. Em tempo, inclui-se o movimento homossexual e lésbico, em que vemos mais um tipo de visibilização opressiva, no que se refere ao impedimento do exercício livre de manifestações homoafetivas, como também em assumir a orientação sexual que efetivamente vai de encontro com a heteronormatividade. Esses novos atores sociais que emergem na contemporaneidade estão inscritos na busca do direito de ter direitos.

Todavia, para que se tenha um resultado mais eficaz nos trabalhos realizados no interior das ONGs não feministas, é necessário que as pessoas envolvidas compreendam gênero, raça, sexualidade e classe social como os pilares da diferença e discriminação da mulher, e pensem a desigualdade entre homens e mulheres como um problema social relevante que, portanto, deve “nortear o projeto político institucional que se afirme na perspectiva da radicalização da democracia” (SILVA, 2007, p. 43).

Assim, a incorporação das categorias gênero, sexualidade e raça nos trabalhos dessas organizações deve ser deslocada da periferia para o centro das discussões (FARIA; SILVEIRA; NOBRE, 2002). E as ações desenvolvidas devem ser refletidas no sentido de avaliar se elas não reforçam, diminuem

ou mesmo contribuem para a eliminação das desigualdades de gênero, racial e sexual. É óbvio que esse exercício envolverá as decisões políticas pedagógicas, reverberando sobre o conjunto das atividades e, mesmo, nas concepções e ações das pessoas que atuam, direta e indiretamente, nessas organizações.

2. Pensando as categorias no interior da ONG

Neste tópico, discute-se, através das análises das entrevistas, como os(as) educadores(as) entendem a categoria gênero. Em seguida, aborda-se como os(as) mesmos(as) compreendem as categorias raça e sexualidade.

Destarte, observa-se que o gênero é mais problematizado pelos(as) educadores(as) do DPS e pela coordenação pedagógica do que pelos(as) educadores(as) responsáveis pela linguagem técnica específica. Um desses educadores nada respondeu, mostrando um desconhecimento ou mesmo falta de reflexões sobre a temática. Outra demonstrou dúvidas sobre o entendimento, apontando uma certa confusão. *“Mais uma visão das pessoas, de classificação na verdade, eu vejo muito uma classificação né? (silêncio) não sei, eu acho difícil essas coisas assim né?”*. Já um terceiro afirmou que, pelo fato de o corpo da mulher ser capaz de reproduzir a espécie, isso a aproxima da santificação: *“ [...] o que é você possuir um corpo que pode gerar uma vida? (...) O corpo da mulher que é um templo gerador de vida”*. Um ponto de vista que não problematiza a maternidade como condição sócio-cultural, um debate presente entre as antropólogas feministas nos anos 1970. Elas trouxeram o caráter opressor na maternidade de modo universalista, na medida em que o cuidado com os(as) filhos(as) acabou por limitar as mulheres no espaço doméstico, as impedindo de desenvolver atividades públicas.

É importante frisar que os(as) educadores(as) da área técnica se sentem, de certa forma, desobrigados(as) a trabalhar gênero por ser um tema transversal que é trabalhado pelos(as) educadores(as) de DPS: *“[...] tem o educador de DPS, ele trata dos temas transversais. Eu trabalho na parte técnica”*. Atribuo a esse aspecto a principal dificuldade de alguns(mas) deles(as) em tratar o conceito de forma mais complexa e problematizante,

o que pode dificultar a reverberação do conceito nos produtos finais dentro de uma perspectiva crítica feminista, ou seja, que não reproduza estereótipos sexistas.

Como já apontado acima, a categoria gênero ganha destaque nas falas dos(as) educadores(as) de DPS e da coordenação pedagógica. Aqui se percebe que o gênero tem atribuições sociais, culturais e ideológicas que interferem em todas as esferas da vida social, organizando e separando o que é *ser* homem e que é *ser* mulher. Porém, eles(as) descartam a importância do sexo biológico como o estruturante do gênero, sendo como o cabide ao qual as roupas de diversos modelos e cores são encaixadas, existindo entre sexo/gênero uma relação direta.

O educador falou da relação de gênero como poder, na medida em que frisou o uso da força física pelos homens para agredir a mulher, outras pessoas do mesmo sexo, mas fisicamente mais fracas ou de idade inferior: “[...] *porque o homem é biologicamente mais forte, porque é uma covardia*”. Ou seja, o homem, forte e adulto, são três palavras que demarcam o poder nas relações de gênero. Encontra-se essa mesma concepção na fala de uma educadora, na medida em que afirmou que, desde quando nascem, homens e mulheres são diferentes: “*o homem e a mulher na sociedade eles já nascem com o princípio da diferença*”. Mas, por outro lado, não se problematiza, para entender porque essa diferença implicou em assimetria de gênero e, conseqüentemente, em subordinação e opressão da mulher em algumas sociedades.

Tentar explicar o porquê das diferenças entre homens e mulheres é para alguns uma questão de *habitus*: “(...) *já é uma coisa muito ancestral, essa questão de gênero, de poder de homem e mulher, há milênios que já está na nossa mente, no nosso gen, no DNA. Né?*”, relatou a coordenação. Dessa forma, as diferenças estão impregnadas na estrutura do pensar, agir e sentir que parecem fazer parte da natureza humana, portanto, modificá-la torna-se uma tarefa impossível ou quase impossível, segundo a informante em pauta. O que não concordou o educador de DPS, pois, para ele, os trabalhos pedagógicos podem contribuir para desconstruir as diferenças de gênero, ao desenvolver atividades que levem os(as) jovens a refletir que esse pensamento foi construído historicamente pela sociedade, sem essencialização.

Ainda segundo os(as) educadores(as) de DPS, o poder nas relações de gênero é exercido por homens, brancos, adultos e heterossexuais, que detêm a supremacia da forma de pensar na sociedade ocidental, o que implicou na imposição do pensamento hegemônico eurocêntrico sobre as sociedades colonizadas e que ainda perdura na atualidade. Além disso, os estereótipos masculino e feminino, que são veiculados nos meios de comunicação, colocam as mulheres no papel de objeto, sendo reduzidas ao corpo. Já os homens, são retratados possuidores de bens, a exemplo de carros, que os tornam conquistadores de mulheres.

Essa percepção resulta nas reflexões críticas feministas nas análises das relações de gênero. As mulheres são objetivadas e silenciadas, não apenas na mídia, mas também na história e na ciência. Os homens são representados como sujeitos que manipulam o objeto e definem as normas e regras da convivência social.

Os estereótipos são atribuídos por um educador (DPS), pelo que ele chamou de “*ordem patriarcal de gênero*” existente na cultura ocidental, que imprimiu às mulheres características como delicadeza, fragilidade, doçura, irracionalidade, significando feminilidade. Quanto aos homens, estão no campo da força, da razão, da objetividade. Porém, aqueles(as) que conseguem inverter esses papéis e estereótipos, são vistos(as) de forma estranha pela sociedade, incorrendo em discriminações e preconceitos.

Vale salientar que a temática gênero é discutida nas reuniões de coordenação pedagógica, entretanto, a racial aparece com mais força, segundo a coordenadora. Assim, apesar da metodologia aplicada no programa já prever temáticas como gênero e raça, quando surgem questões relacionadas aos temas fora do planejado, ocorrem discussões, propostas de trabalhos, além de buscar outras fontes de conhecimento, como palestras para os(as) jovens. Porém, não se dogmatiza e, sim, mostra as várias facetas, isso porque o grupo de jovens e educadores(as) é heterogêneo, e cada um(a) pensa diferente, vem de famílias diferentes, várias formações religiosas etc., trabalhando dessa forma o respeito à diversidade, isso segundo a informante em pauta.

A necessidade de se pensar a categoria gênero em conjunto com racial é relevante para os(as) educadores(as) de DPS. Um deles reconhece que as mulheres negras são mais injustiçadas: *“Eu acho que a mulher negra, que é a maioria aqui (Salvador, BA) está abaixo dos homens e das mulheres brancas, mas quem está cuidando das famílias hoje é ela”*. É importante se perceber que o educador traz as categorias gênero, classe e raça como demarcadores das relações de poder que servem como parâmetro para organizar a sociedade de forma desigual (SAFFIOTI, 1992; CARNEIRO, 2010).

No campo da sexualidade, é discutida a orientação sexual, principalmente, a homoafetividade. Para os(as) informantes, todos(as) do DPS, a presença de homossexuais masculinos é positiva, pois possibilita a convivência com a diversidade, tornando as turmas mais ricas, ao mesmo tempo em que eles(as) não percebem atitudes intolerantes entre os(as) jovens.

Contraditoriamente, entre as meninas aparentemente lésbicas, por serem masculinizadas, as manifestações dos(as) jovens são bastante diferentes, ocorrendo intolerâncias, às vezes, expressadas. Como no caso de uma jovem que se vestia e se comportava de forma masculina, relatou um informante da área específica, que ela era aberta, extrovertida e brincalhona, mas a reação negativa do grupo a fez se fechar em si mesma, e, mesmo com as intervenções do educador, ela cedeu aos apelos do grupo, vestindo-se e se comportando de forma feminilizada. Essa reflexão é importante na medida em que os estudos apontam a existência de uma maior rejeição às ‘masculinizadas’ e ‘ativas’ em quase todas as idades e estratos sociais.

Ainda no campo da sexualidade, para alguns(mas) informantes, o gênero refere-se a uma multiplicidade de gêneros. Esse entendimento foi revelado quando uma educadora da área específica informou o número de jovens na sua turma: *“A primeira tinha 17 mulheres, dois homossexuais e um homem; na segunda, tinha 15 mulheres, um homossexual e dois homens”*. Aqui ela imprime um terceiro gênero, ou seja, o homossexual. Já um outro educador, do DPS, referiu-se ao homossexual – lésbicas, transexuais, travestis, *drag queen* – como terceiro gênero: *“Dentro dos homossexuais masculinos, existia o transexual, que é aquele transgênero que fez a cirurgia e mudou mesmo de gênero oficialmente”*.

As discussões sobre a homoafetividade, apontadas acima, levam a uma reflexão no que diz respeito à identidade de gênero. Observa-se, nas falas dos(as) educadores(as), o entendimento de que a homossexualidade é um terceiro gênero, confundindo-a dessa forma com orientação sexual. O que os estudos apontam é que existem dois grandes modelos de identidade de gênero – o masculino e o feminino – cuja associação entre expectativas e atributos difere culturalmente. Além disso, a sexualidade é apenas uma das variáveis que constituem a identidade de gênero. Existem ainda os papéis *de gênero*, ou seja, o que se espera ser representado a partir do sexo – macho ou fêmea (SAFFIOTI, 1999).

A partir dessa análise, é possível concluir que, no entendimento de uma parcela de educadores(as), gênero sozinho não se sustenta para assegurar uma transformação das relações de poder. Requer, dessa forma, um trabalho pedagógico bem mais complexo e que interfira diretamente nos produtos finais – vídeo, fotografia, design e computação gráfica, criados pelos(as) jovens. Mas, até que ponto esses entendimentos conseguem reverberar nessas produções finais, haja vista que os(as) educadores(as) da área técnica têm entendimentos limitantes que impossibilitam ações concretas que contribuam para a transformação das relações de poder?

3. Os entendimentos reverberam nas produções?

As análises que ora se apresentam são os resultados dos trabalhos que os(as) jovens produziram com a mediação dos(as) educadores(as) no manejo das linguagens de vídeo, fotografia, design e computação gráfica que o programa desenvolve, como também uma animação encontrada no blog da instituição. Esses artefatos foram imprescindíveis para perceber até que ponto os trabalhos e entendimentos dos(as) educadores(as) a respeito das categorias acima analisadas, conseguem reverberar nos produtos finais⁴.

4 Para fazer as análises dos vídeos, foram selecionados um curta intitulado “Pense diferente”, com duração em média de 08h00min’, visto na mostra pública, ocorrida em julho 2011. A revista analisada foi *Design como o quê?*, onde foi encontrado o trabalho conjunto de duas linguagens – design gráfico e fotografia. A animação foi a única publicação encontrada no *blog* da instituição e postada pelo educador em 25 de agosto de 2009, intitulada *Qualquer Nota*, de criação de Marcelo Mourão, com duração de 1 minuto e 42 segundos.

As relações homoafetivas são debatidas no curta *Pense Diferente* de aproximadamente dois minutos. Boa parte do tempo é para mostrar os dois jovens, uma mulher e um homem, cada um na sua casa, arrumando-se, dando a impressão de que ele(as) vão se encontrar. Quando já estão prontos, é visualizada uma praça pública deserta e os dois chegando em sentido oposto e se aproximando. Mas o esperado torna-se frustrante, na medida em que o encontro não acontece, eles se cruzam continuando cada um o seu caminho, sendo indiferentes um para com o outro, pois, na realidade, eles(as) eram estranhos(as). A cena mostra primeiro a menina chegando ao seu destino, que foi encontrar uma mulher mais velha, sua mãe, que se encontrava sentada em um banco da praça e que logo se levantou para abraçá-la. Em seguida, o vídeo mostra o jovem se aproximando do seu destino, onde se observa que à sua espera encontrava-se um outro jovem que, ao avistá-lo, sorri e os dois se abraçam, manifestando uma relação homoafetiva.

Nas cenas do curta, observa-se que os jovens gays apresentavam um estereótipo masculinizado, esclarecendo-se as suas identidades sexuais no final da cena. A identidade continuou camuflada quando o encontro ocorreu em espaço público, mas completamente deserto, representando o não “*sair do armário*”⁵.

Assim, o vídeo, ao mostrar uma identidade homossexual masculinizada, pode ser interpretado como uma reação contra a afeminação, mantendo dessa forma as estruturas das relações de gênero. Conforme Paula (2011), aceitar um homossexual, por ele estar adequadamente condizente com gestos e aparência masculinas, “[...] acaba impondo novos padrões de comportamento, o que significa, mais uma vez, o desprezo pelo papel passivo, considerado como feminino e inferior” (p.6). Portanto, pode-se concluir que esse modelo de homossexual masculinizado, apresentado na produção, reproduz atitudes heterossexistas de dominação masculina que acabam sendo opressivas, tanto para as mulheres quanto para os homossexuais.

5 A expressão “sair do armário” é amplamente utilizada pelo meio homossexual, para designar as pessoas que publicamente não assumem a sua identidade homossexual (N. A.).

A animação encontrada no blog da instituição é uma produção gráfica em preto e branco. Ela trata do processo de composição de uma música instrumental. Cada personagem que entra em cena surge com um tipo de som, feito pela própria voz ou com o uso de algum instrumento.

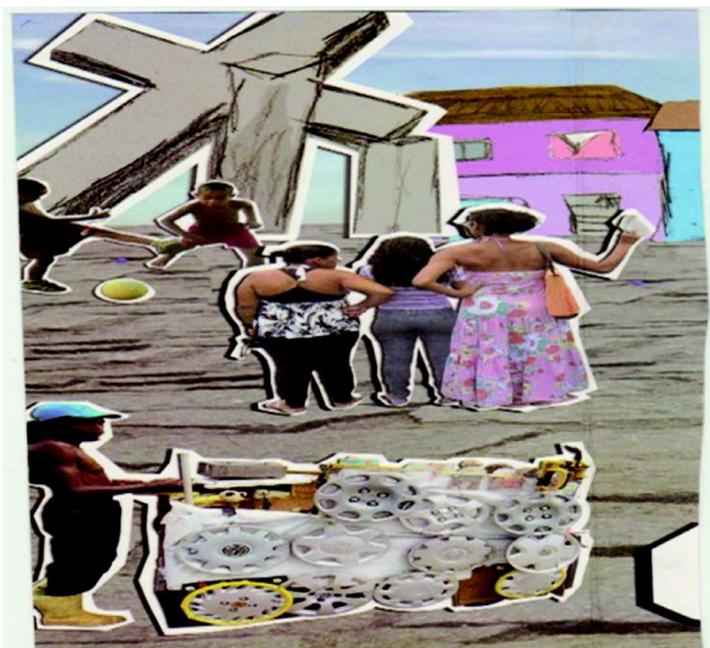


Os três fotogramas aqui analisados mostram o início da animação. No primeiro ainda não se ouve nenhum som. Observa-se a diferença gritante entre a menina e o menino, no que tange o aspecto físico e a expressão facial. A menina ingênua e o menino perverso. A desproporção fica mais evidente quando o menino levanta o braço para bater na menina, que reage com susto e emitindo um som. Som esse que inicia a composição da música escolhida pelo criador da animação. A cena inicial de violência contra a menina é repetida todas as vezes que um novo personagem (todos masculinos) entra em cena com a voz ou instrumento.

Por fim, as figuras revelam que as relações de gênero são naturalizadas, na medida em que os(as) personagens não veem de forma problematizada a violência sofrida pela menina. A assimetria sexual está presente nessa animação quando a força desproporcional do menino agride a menina. Não se observa que, diante do agressor, a menina manifeste nenhuma reação, não se protegendo, nem indo de encontro ao menino. Com os tapas no rosto, os fotogramas mostram uma das características da violência contra a mulher, geralmente os homens atingem mais essa parte do corpo, além dos seios. O vídeo, dessa forma, solidifica estereótipos machistas e sexistas, ao mesmo tempo em que as diferenças entre homem e mulher são claramente essencializadas e naturalizadas. Nessa perspectiva,

Saffioti (1999) analisa a violência contra a mulher, quando afirma que o poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens – sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder e convivem mal com a impotência.

Ao analisar as oitenta páginas da revista “*Design como o quê*”, as fotos apresentam uma presença marcante de pessoas negras, pois o local ambientado era popular, onde o número de negros(as) é bem maior com relação ao de brancos(as). Por outro lado, a presença de fotografias que retratam as mulheres é consideravelmente inferior ao dos homens e, algumas vezes, as mulheres estão de costas.



Para concluir, a revista não conseguiu imprimir nos seus textos e imagens os ensinamentos relatados por um dos educadores, que foi registrar em fotos as mulheres negras nas ruas. Esse trabalho pode até ter sido realizado, mas não aparece no produto final. Para que a revista

refletisse a ideia do educador, seria necessário visibilizar mais o número de mulheres negras, inserir suas histórias de vida, pensando na equidade de gênero.

As produções finais das linguagens acima refletem as relações de gênero dentro de uma perspectiva funcionalista, na medida em que mostram o cumprimento dos papéis de gênero sem problematizá-los nem colocar em cheque as relações de poder geradas pela assimetria de gênero, apesar de dois educadores(as) e a coordenadora pedagógica terem demonstrado um conhecimento e uma criticidade do que seja gênero e relações de gênero. A coordenadora, em especial, foi contundente em suas afirmativas e problematização da temática, trazendo para o debate aspectos relacionados à opressão da mulher e à desigualdade de gênero, construídas historicamente. Por outro lado, ela e mais um educador sabem que o espaço do programa, dentro de um contexto macrosocial, é muito irrisório, mas pode ser uma das diferenças no trabalho pedagógico da instituição.

É preciso que essa compreensão ecoe junto aos(às) educadores(as), pois estes(as) apresentaram, algumas vezes, um entendimento truncado ou simplificado sobre as categorias em análise. Essa tarefa vai implicar em resultados de trabalhos mais críticos, em que as mídias produzidas venham a desempenhar um papel educativo e pedagógico importantíssimo para a construção social e cultural das relações igualitárias de gênero, racial e sexual.

Conclusão

Tratando-se de ONGs não feministas, a importância de se trabalhar as categorias gênero, raça e sexualidade consiste no fato de que essas instituições atingem grupos sociais diferenciados, que se encontram, em sua grande maioria, sobre condições socioeconômicas e raciais desfavorecidas. E, pensando que essas organizações atuam no campo democrático de promoção da cidadania, recortes como gênero, raça e sexualidade não podem deixar de ser trabalhados, pois são fundantes na organização da nossa sociedade.

No que se refere ao programa aqui discutido, as peças produzidas não são meros resultados da técnica apreendida, mas de discussões e reflexões de temas trabalhados nas atividades educativas com a mediação dos(as) educadores(as), que por sua vez precisam ser mobilizadores(as) de conhecimentos e habilidades capazes de sensibilizar os(as) jovens para assumirem posturas críticas materializadas nas peças midiáticas. Mas é preciso afirmar que as peças analisadas não conseguiram refletir criticamente o poder nas relações de gênero e raciais. Porém, a questão da sexualidade teve uma certa criticidade, ao visibilizar, ainda que de forma leve, a possibilidade de relações homoafetivas.

Outro aspecto importante a se frisar é que o entendimento de gênero não é unânime entre os(as) informantes, bem como a questão da sexualidade, o que significa dizer que as discussões sobre as temáticas, dentro do programa, encontram-se sem a sintonia necessária para que reverbere com mais ênfase nas peças produzidas pelos(as) jovens.

Os(as) educadores(as), exercendo o papel de mediadores(as), são sujeitos indispensáveis para materializar, nas peças de comunicação, uma perspectiva crítica que possa transformar as relações de gênero e raciais. Essa é condição *sine qua non* para um programa que está inserido no campo democrático e de promoção da cidadania.

Por fim, deve-se avaliar e refletir, processualmente, até que ponto as ações desenvolvidas pela organização reforçam, diminuem ou mesmo eliminam as desigualdades de gênero e raciais. Isso porque as peças aqui analisadas encontram-se no campo que reforça as relações de gênero, raciais e sexuais como desiguais, na medida em que, ao mostrarem as relações de poder, não as problematizam no sentido de apontar sugestões de transformações.

As ONGs, sendo feministas ou não, precisam, ao inserir nos seus projetos político-pedagógicos as temáticas aqui analisadas, exercer o papel de promotoras dos direitos humanos e efetivamente contribuir para a transformação das relações desiguais e opressivas, avançando, assim, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

BANDEIRA, Lourdes. **Brasil:** fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Brasília, jan. 2005. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/integra_publ_lourdes_bandeira.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2010.

CAMURÇA, Sílvia. Sobre o problema das desigualdades de gênero no desenvolvimento e para a democracia. In: **Perspectivas de Gênero:** Debates e questões para as ONGs. Recife: Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. **Labrys**, estudos feministas / études féministes janeiro / julho 2005 - janvier / juillet 2005.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **As Organizações Não-Governamentais (ONGs) feministas brasileiras.** 2006. Disponível em: <<http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

PAULA, Paulo Sérgio Rodrigues de. **Identidade homossexual:** Questão de gênero. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br>>. Acesso em: 17 set. 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In.: COSTA, A. O.; BRUCHINI, C (orgs). **Uma questão de gênero.** RJ: Rosa dos Campos; São Paulo: F. C. Chagas, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paula: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Carmen. O caminho das pedras: Institucionalizar a dimensão de gênero nas organizações In: GOUVEIA, T.; SILVA, C.; LARANJEIRA, M. (Org.). **Ideias e dinâmicas:** gênero e desenvolvimento institucional. Recife. Edições SOS Corpo, 2007.

SILVA, Luciene Assunção. **Percepção de gênero e relações de gênero:**
O caso de uma ONG não feminista de Salvador/BA. 145 p. Dissertação
(Mestrado no PPGNEIM) Universidade Federal da Bahia, Salvador/Bahia.
Disponível em: [http://repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/6282/1/
Luciene.pdf](http://repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/6282/1/Luciene.pdf). Acesso em: 11 set 2014.

As imagens positivas de meninas e mulheres negras em livros infanto-juvenis hospedados no Programa “A cor da cultura”: “As tranças de Bintou” e “O Cabelo de Lelê”

*Ivonildes da Silva Fonseca*¹

*Danielli Rodrigues da Silva*²

*Dayana Paulino Santos*³

*Roberta Barbosa da Conceição*⁴

Introdução

Este trabalho apresenta a análise de duas obras literárias infanto-juvenis (“As tranças de Bintou” e o “Cabelo de Lelê”) que abordam a temática afro-brasileira, na perspectiva de valorização e disseminação de imagem positiva da mulher negra, para que haja uma quebra dos preconceitos e discriminações vigentes. Adota, como referencial legal, a Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em setembro de 2001, na cidade de Durban, África do Sul, e a Lei 10.639/03, que obriga o ensino da História da África e dos Africanos e da Cultura Afro-Brasileira nas escolas do país (BRASIL.MEC, 2003).

1 Professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III, Orientadora da Pesquisa PIBIC “Filhas e Netas de África: imagens de meninas e mulheres em livros divulgados no Programa A Cor da Cultura/ACDC”. vania_baiana@hotmail.com.

2 Graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III. danielli.r.s@hotmail.com

3 Graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III. dayanapaulino6@hotmail.com

4 Graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III. roberta-barbosa@hotmail.com.br

A Conferência de Durban, em razão da reunião de 170 países e da afirmação da existência do racismo no Brasil, provocou impactos nos discursos, gerou aumento de ânimo entre ativistas, pesquisadoras/es, professoras/es, fortalecendo ações e projetos formais e informais no cotidiano brasileiro, como apontam Sabóia e Porto (2001, p.5): “o impacto mais importante de Durban para o Brasil foi mesmo a mudança na percepção sobre a existência e as consequências do racismo no Brasil”. Já a Lei 10.639/03 reconhece a ausência de assuntos referentes à África e aos povos africanos e, também, a pouca visão positivadora da cultura afro-brasileira na sala de aula, o que obriga o ensino de conteúdos sobre a História africana e a cultura afro-brasileira nos componentes curriculares (BRASIL. MEC, 2003).

Orientada pela necessidade de ações educativas voltadas para as crianças negras e não negras, a pesquisa integrante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), intitulada “Filhas e Netas de África: imagens de meninas e mulheres em livros divulgados no Programa A Cor da Cultura/ACDC”, foi realizada com seleção de obras da literatura infanto-juvenil, cuja temática abordasse conteúdos afro-brasileiros, por considerá-los de grande relevância e eficácia no processo de formação das identidades e na formação de mentalidades sociais sem racismo. Assim, partiu-se do pressuposto definido por Mariosa e Reis (2011, p.7):

A literatura infantil pode influenciar de forma definitiva no processo de construção das identidades das crianças. A literatura serve, muitas vezes, como fonte de significados existenciais que poderão ser aplicados ao mundo real. Então, conforme Abramovich (1989), para que o indivíduo possa formar a sua própria identidade, ele precisa recriar a realidade e imaginá-la. E nisto a leitura de contos infantis tem contribuição fundamental [...].

Dessa forma, nessa proposta foram analisadas as narrativas presentes nos livros “*As tranças de Bintou*” e “*O cabelo de Lelê*”, com base no *corpus* teórico constituído pelos conceitos de embranquecimento (HOFBAUER, 2006), democracia racial (FERNANDES, 1989; GUIMARÃES, 2006), raça (TELLES, 2004), reconhecimento étnico (D’ADESKY, 1997); cultura

(GEERTZ, 2008) e interseccionalidade da discriminação de raça e gênero (CRENSHAW, 2002).

De acordo com o arsenal teórico citado, contextualizamos tanto o meio social e cultural das personagens femininas negras, quanto a estética indicada na narrativa, corroborando a compreensão acerca da hegemonia ou não do padrão estético eurocêntrico e da interseccionalidade de forma positiva.

As ideologias inferiorizantes como estratégias de dominação

É importante ressaltar que as ideologias que inferiorizam o povo negro, de modo geral, e as mulheres negras, em particular, são construções sociais. Recorrendo a Manoel Bonfim, citado por Hofbauer (2006, p. 238), pode-se afirmar que a “inferioridade racial [...] serve exclusivamente a um projeto político de dominação”, ou seja, essa suposta inferioridade, “exclusiva” à população negra, é resultado de uma montagem social que visa à superioridade da raça branca em detrimento das demais.

Esse projeto político de dominação refere-se ao desejo de grupos que, ao longo dos séculos, pretendiam “limpar” a sociedade em um processo chamado embranquecimento. Nesse processo, havia um direcionamento para o extermínio das raças ditas inferiores, através do cruzamento com brancos (embranquecimento biológico), ou pela aculturação (embranquecimento cultural). Porém, o branqueamento não deu certo, e a consequência foi um país miscigenado, para o qual foi criada a ideologia da mestiçagem e da democracia racial.

A ideologia da mestiçagem, todavia, é diluída no discurso porque na prática social as mestiças e os mestiços têm identificação como pessoas negras. Um exemplo dessa identificação encontra-se no extermínio da juventude negra em dias atuais, bem como em outros tipos de violências que acometem esse segmento populacional e que estão registrados em pesquisas, a exemplo do Retrato das desigualdades de gênero e raça” (2008) e dos mapas da violência, elaborados por Waiselfisz (2011; 2012).

Diante da criação e fortalecimento da democracia racial, Florestan Fernandes (1989, p. 13) afirma que “a democracia racial não só se arraigou. Ela

se tornou um *mores*, como dizem alguns sociólogos, algo intocável, a pedra de toque da ‘contribuição brasileira’ ao processo civilizatório da Humanidade”.

Nesta pesquisa, corrobora-se a citação de Fernandes porque a ideologia da democracia racial disseminou-se fortemente e é encontrada em dias atuais nas falas cotidianas, além de emprestar argumentos para as telenovelas, programas humorísticos e publicidade, dentre outras produções midiáticas. É uma ideologia que promove um “solo” e supostamente neste se instala com a compreensão de que há uma relação harmoniosa entre pessoas negras e não negras. E de forma mais perversa, o discurso da democracia racial forja uma explicação para a situação de desigualdade social e racial, atribuindo às pessoas negras a responsabilidade por estarem em situação de vulnerabilidade social.

Todavia, diversas pesquisas vêm questionando essa ideologia, inquirindo que, se houvesse realmente tal “democracia racial”, boa parte das pessoas negras não estaria em posição de vulnerabilidade social.

Na Conferência de Durban, em 2001, foi declarada a não existência da democracia racial:

Hoje, parece consensual nos círculos governamentais, sociais e acadêmicos formadores de opinião que o racismo e a intolerância persistem no Brasil e devem ser combatidos por meio de políticas específicas coordenadas. O mito da democracia racial perfeita caiu por terra, substituído pela possibilidade da democracia racial em construção (SABOIA; PORTO, 2001, p.25).

Esse quadro de vulnerabilidade social é detectado quando a comparação ocorre em todas as situações sociais citadas: mercado de trabalho, moradia, direito à escola, assistência hospitalar e inserção na vida política. Assim, Fernandes (1989, p.17) já afirmava que:

Tanto a estrutura ocupacional quanto a pirâmide educacional deixam uma participação ínfima para o negro e o mulato, assinalando uma quase exclusão e uma marginalização sistemática [...]. Os fatos – e não as hipóteses – confirmam

que o mito da democracia racial continua a retardar as mudanças estruturais.

Vale ressaltar que uma das estratégias de combate à democracia racial é a utilização da perspectiva multiculturalista emancipatória, pois há situações em que, segundo Guimarães (2006, p. 280), se “necessita reconhecer as novas identidades sociais baseadas na raça e na cultura, ou seja, os novos grupos sociais e atores políticos (os negros, os indígenas etc.)”. No que diz respeito ao combate ao preconceito e discriminações raciais, é preciso um trabalho voltado para a valorização da cultura negra, em seus diferentes aspectos e instituições sociais.

Guimarães se refere a dois conceitos distintos: o primeiro refere-se à raça que, de acordo com Edward Telles (2004), no Brasil, tem respaldo diretamente na cor da pele, no fenótipo do negro, mas é preciso ressaltar que a definição de raça não deve ser mantida no campo estritamente biológico; e o segundo conceito diz respeito à cultura que, na visão de Geertz (2008), é um emaranhado de “teias”, as quais foram tecidas pelo próprio ser humano, de forma contextualizada, dentro da qual há acontecimentos sociais, diferentes comportamentos e processos nas diversas instituições.

Cruzando conceitualmente a raça e a cultura, confirma-se a produção social de ideologias enquanto obra humana e, no âmbito étnico-racial, identifica-se uma especial incidência sobre a estética negra combinada com a questão de gênero.

Vale salientar que as mulheres negras sofrem preconceitos e discriminações de maneira interseccionalizada (raça e gênero). A discriminação, na linha de Crenshaw (2004), apresenta três tipos: discriminação contra grupos específicos, a mista ou composta e a estrutural. A discriminação contra grupos específicos “é um tipo de discriminação que procura mulheres específicas” [...] ; a discriminação composta “é o efeito combinado da discriminação racial e da discriminação de gênero”; o tipo estrutural ocorre quando “o peso combinado das estruturas de raça e das estruturas de gênero marginaliza as mulheres que estão na base” (CRENSHAW, 2004, p.12).

A interseccionalidade dos termos ganha adequação para a realidade social brasileira:

No caso do Brasil, o conceito adquire significado especial, pois as relações de gênero e raça, cada vez mais, são reconhecidas como estruturantes das desigualdades sociais. Uma compreensão desses processos que [se] inter-relacionam torna-se indispensável para uma melhor reflexão e atuação dos diversos segmentos da sociedade que buscam consolidar a democracia a partir da redução das desigualdades de gênero e raça (CRENSHAW, 2004, p.4).

A partir desse entendimento, é possível identificar os desdobramentos dessa interseção e como a mesma afeta a vida das mulheres negras, seja em violência doméstica, em utilizações do corpo da mulher para exploração nas mídias ou na situação de tráfico de pessoas: a mulher negra é sempre “a carne mais barata do mercado”, da forma como canta a intérprete brasileira Elza Soares (SEU JORGE; YUCA; CAPELLETTE,2002).

A imagem negativa que interseccionaliza gênero e raça foi construída histórica e socialmente, portanto, é de inestimável importância a análise sobre a representação negativa das meninas e mulheres negras em fontes literárias que serão trabalhadas com crianças, em especial, nos espaços escolares.

As imagens de meninas e mulheres negras nos livros

Com a prática da técnica da análise de conteúdo, segundo a ótica de Laurence Bardin (2011), que visa à descoberta do que está imiscuído em uma fala, no gesto, no cenário, na vestimenta, há a possibilidade de recortar os discursos presentes nas obras com relação às questões de raça e de gênero, identificando se os mesmos são positivos ou negativos para com as meninas ou mulheres negras.

“As tranças de Bintou”

Livro da autora Sylviane A. Diouf, publicado em 2005, “As tranças de Bintou” relata a história de uma menina negra, chamada Bintou, que sempre questionava o fato de não poder ter tranças, apenas usar birotos, conforme pode ser apreciado em uma das ilustrações do livro e no trecho: “Meu cabelo é curto e crespo. Meu cabelo é bobo e sem graça. Tudo que tenho são quatro birotos na cabeça” (DIOUF, 2005,p.3).

A partir das indagações de Bintou, quem analisa o livro percebe a importância dos limites construídos na sociedade, do repasse de normas e regras, sobretudo para as crianças, seres em desenvolvimento psíquico, social e cultural.



Figura 1: Ilustração dos biotes da menina no livro “As tranças de Bintou”.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=C8j2CqP8Lu0>

O livro, cujo texto verbal é acompanhado de ilustrações, demonstra que Bintou e sua família moravam em uma aldeia africana, usavam trajes com grafismos africanos, lindas túnicas, turbantes e colares. A aldeia tinha culinária bastante variada, a exemplo do que é citado: peixe, arroz, carneiro, bolinho de peixe com molho apimentado.

A autora investe na capacidade de sonhar das crianças, tornando a menina Bintou uma pessoa com perspectivas futuras, simbolizadas no sonho de ter tranças, penteado que, segundo a tradição da sua comunidade, era proibido às meninas, para não experimentarem as possibilidades de serem corrompidas com a vaidade e o egoísmo prematuros.

A partir da proibição do penteado na forma de cabelos trançados para crianças, identifica-se a cultura dos limites em respeito às fases do desenvolvimento humano, na perspectiva de gênero feminino. É a valorização e o respeito ao Tempo⁵, culminando na construção do tabu,

⁵ Na concepção do tempo existem diferenças culturais, portanto alerta-se sobre a necessidade da compreensão do Tempo na civilização africana e que nesta há interpretações diferentes, conforme as tradições culturais. O Tempo pode ser espiralado, cíclico, mítico, etc. Todavia, há no Brasil o legado africano da concepção de Tempo como uma Divindade. Nos candomblés de tradição lorubá, o Tempo é Orixá conhecido

que facilita a compreensão de que, por parte da comunidade, o período da infância feminina é dedicado às brincadeiras da idade e à aprendizagem dos valores da sociedade. Assim, percebem-se as várias fases do cuidado com a formação da criança, evidenciado na hierarquia pautada na cronologia da vida, representada no respeito à autoridade das pessoas com mais idade e na responsabilidade destas para com as crianças.

A aparição das personagens femininas no livro produz, durante toda a narrativa, o sentido de visibilidade positiva das meninas e das mulheres negras, e o cuidado com as crianças é praticado no sentido de que as experiências infantis não sejam poupadas ao ser humano em desenvolvimento, no caso a menina Bintou. O cuidado, processado em observância aos “momentos de transição”, é apreciado no livro na atitude corajosa de Bintou que, mesmo criança, arrisca-se para salvar dois garotos que estavam se afogando e os salva.

Por esse ato de bravura fica implícito que a menina estava na passagem da fase de criança para mocinha, do uso de birotos para o uso das tranças. Essa transição é mostrada com a pergunta: “Diga-nos o que você mais deseja?” E antes que ela respondesse, sua irmã Fatou diz: “Ela sonha com tranças”. E sua mãe fala: “Então você terá suas tranças”.

No dia seguinte, pela manhã, vovó Soukeye chama Bintou em seu quarto, passa um óleo perfumado em seus cabelos e refaz seus birotos, mas desta vez com lindos enfeites em forma de pássaros coloridos. Bintou fica muito feliz e satisfeita: “Eu sou Bintou. Meu cabelo é negro e brilhante. Meu cabelo é macio e bonito. Eu sou a menina dos pássaros no cabelo. O sol me segue e estou muito feliz”.

Para a discussão sobre a estética negra, o tratamento dispensado aos cabelos é pleno de significação positiva, pois qualifica o elemento (o cabelo) com os adjetivos: perfumado, brilhante, macio, bonito, confluindo para os momentos de felicidade de Bintou.

por Iroco, “mas seu culto é raro no Brasil” (PRANDI, 2001, p.21); no Candomblé Angola, da tradição Banta, o Tempo é um dos principais Nkisis (Divindades) e se chama Kitembo”. Ao “longo dos anos no Brasil, no caminhar do Candomblé até os dias atuais, foi popularmente chamado pelos adeptos como Tempo, pelo simples fato de ser responsável pelo ar e o vento, controlando o espaço de tempo que cada vida, seja animal, vegetal ou mineral, tem para nascer, crescer, reproduzir-se e morrer. É por isso que Kitembu, para alguns adeptos, tem ligação com os grãos, assim como a vida e a morte” (TATA KITALEHOXI, 2013, n.p.).

Aumentando a contextualização sócio-cultural para a(o) leitor(a), a autora ressalta aspectos da religiosidade com detalhes de uma cerimônia de batizado do irmão de Bintou, com apenas oito dias de nascido. Antes de começar a festa, sua tia, chamada Safi, raspou a cabeça dele para apresentá-lo a todos.

No contexto da religiosidade da comunidade africana, a cabeça é o centro das energias do corpo. Nessa estrutura religiosa tem lugar privilegiado a pessoa mais velha que, na função de liderança, desempenha algumas ações, a exemplo da reza que, na história, é feita no ouvido do bebê, invocando o nome que foi dado para ele (Abdou) e que, em seguida, será anunciado a todas as pessoas da comunidade seguindo o costume.

As sinalizações apresentadas para quem faz a leitura do livro remetem à compreensão de que se trata de uma comunidade africana, com a cultura nativa forte, nos mais diversos aspectos: vestimenta, adornos, penteados, conhecimentos passados de geração em geração, como o uso das tranças.

O fato de ter a pessoa mais velha liderando as cerimônias religiosas é exemplo do predomínio da identidade étnica dessa comunidade. De acordo com Nilma Lino Gomes (2012, p.41), a identidade “indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares, referências civilizatórias que marcam a condição humana”.

Portanto, fica explícito que a identidade étnica engloba os quesitos social, político e histórico. Dessa forma, a valorização da estética negra faz-se presente, enaltecendo tanto o fenótipo, quanto a cultura, a história, a sociedade como um todo.

Percebe-se, então, que o foco da narrativa centrado no fenótipo feminino negro, com ênfase no cabelo de Bintou, é um ato de enaltecimento da beleza do cabelo crespo, fato importante no combate às discriminações e preconceitos referentes às pessoas negras, dando relevo ao traço étnico que são os cabelos crespos. Em nenhum momento da história Bintou critica a textura do seu cabelo, apenas discorda do penteado, por admirar as tranças e não birotos.

São esses detalhes que fazem a diferença na análise e, a partir da análise de conteúdo, de acordo com Bardin (2011), vê-se que nos pequenos

gestos e falas é possível capturar questões cruciais, como o caso do cabelo. Se for feita uma leitura superficial, pode-se suscitar a interpretação de que Bintou não gosta do cabelo, mas analisando a fundo percebem-se aspectos imiscuídos entre uma cena e outra que promovem a quebra dessa interpretação. Logo na primeira página fica claro qual é o sonho da menina Bintou: “Meu nome é Bintou, e meu sonho é ter tranças”. Então, nota-se que a questão é em relação ao penteado, e não ao tipo de cabelo.

Dessa forma, a obra positiva a beleza negra, contribuindo com o rompimento de estereótipos negativos representados nas mais diferentes mídias e instituições. Sendo assim, esse livro torna-se um material pedagógico que pode contribuir para o enfraquecimento do racismo e discriminações raciais, até porque, segundo a visão de Jacques D’Adesky, o reconhecimento étnico “deve realizar-se tanto em nível individual quanto coletivo” (1997, p.167).

Na direção da afirmação de D’Adesky, pode-se considerar que o livro presta-se a essa irradiação de reconhecimento étnico e, quando trabalhado em sala de aula, a socialização ganha dimensão incalculável, cumprindo com o processo de reconhecimento coletivo, isto a partir da condução dada às atividades.

“O cabelo de Lelé”

“O cabelo de Lelé” é uma obra produzida por Valéria Belém, lançada no ano de 2012, que fala de uma menina que tem muita curiosidade em relação ao seu cabelo e vai em busca de respostas no livro intitulado “Países Africanos”. Lá, ela descobre uma diversidade de cabelos e passa a valorizar o seu.



Figura: As belezas dos cabelos.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=RriQiWMnDXU>

Lelê não gosta do que vê: “De onde vêm tantos cachinhos? Essa fala remete à constante pergunta da menina e a resposta ela encontra em um livro tipo enciclopédia que traz a história de todas as culturas. Assim, descobre sua história e a beleza da herança africana, principalmente os fios que estão em sua cabeça.

O livro começa com questionamentos importantes e retrata de forma objetiva a realidade das crianças na escola que, ao se depararem com outras crianças de culturas diferentes, cores da pele e texturas de cabelos diferentes, sentem estranhamentos que devem ser trabalhados no campo do respeito.

Os questionamentos que ganham centralidade no livro são: De onde vem meu cabelo? Por que o meu é diferente do coleguinha? Porque minha cor de pele é diferente do coleguinha? Perguntas que devem ser respondidas de forma a não criar preconceito ou sentimento de poder sobre o outro, e sim orgulho de suas origens e respeito às outras culturas.

Valéria Belém valorizou a estética negra feminina e, nesse processo, além de haver a elevação da autoestima da criança negra (que ao ler a obra sentirá orgulho de pertencer à cultura afro-brasileira), haverá o respeito das crianças não negras. Expandindo essa proposição, Horta (s.d., p. 6) afirma:

Desconhecendo parte de sua história na infância e não encontrando nela aspectos de semelhança, o futuro adulto terá, certamente, problemas com a sua afirmação como sujeito. Olhar-se-á ao espelho e não saberá reconhecer naquela imagem refletida o que ali é realmente seu, sendo assim a identidade estará perdida.

Desenhando o contexto social, fica registrado no livro que Lelê aparenta ser uma criança de classe social com maior poder aquisitivo, pois tem acesso aos estudos, um contato próximo com os livros e vai até a biblioteca com o objetivo de responder as suas dúvidas internas sobre sua origem e a dos cachos de seu cabelo. A motivação vem da constatação: “Toda pergunta exige resposta. Em um livro vou procurar! Pensa Lelê, no canto, a cismar” (BELÉM, 2012, p.11).

O comportamento de Lêle em relação aos livros ressalta uma valorização do gênero feminino, uma vez que, ao longo da história da formação da sociedade brasileira, a distância da figura feminina negra de determinados ambientes sociais é fato. Outro dado no livro acerca da valorização feminina reside na quantidade de personagens femininas existentes na historinha: ao todo, há quatro personagens e só um deles é do gênero masculino.

Ao descobrir os vários tipos de cabelos e a sua origem africana, ao conhecer a sua história, a personagem Lêle começa a se valorizar, o que fortalece seus laços de identidade étnica. Essa mudança é visibilizada com a personagem que se sentia triste com seu cabelo e, ao conhecer sua história e a dos seus antepassados, começa a sentir grande orgulho e pertencimento à cultura dos povos africanos.

Depois do Atlântico, a África chama e conta uma trama de sonhos e medos. De guerras e vidas e mortes no enredo. Também de amor no enrolado do cabelo. Puxado, armado, crescido, enfeitado, torcido, virado, batido, rodado. São tantos cabelos, tão lindos, tão belos! (BELÉM, 2012, p.14).

A obra enaltece a beleza negra feminina, bem como a diversidade de cabelo e, dessa forma, contribui para a desconstrução do racismo. A trama de “O cabelo de Lelê”, a partir da resignificação dada ao cabelo, oferece elementos para desmontar a nefasta expressão tão usada no Brasil: “cabelo ruim”. O tratamento qualificador do cabelo é um importante argumento para o enfraquecimento da ideologia do branqueamento que exalta a estética “branca” eurocêntrica.

Lelê gosta do que vê! Vai à vida, vai ao vento, brinca e solta o sentimento. Descobre a beleza de ser como é. Herança trocada no ventre da raça. Do pai, do avô, de além-mar até. O negro cabelo é pura magia (BELÉM, 2012, p.17).

Considerações finais

A partir do que foi analisado, pode-se afirmar que “*As tranças de Bintou*” e “*O cabelo de Lelê*” contribuem de maneira significativa no combate

ao preconceito e discriminações raciais. Em se tratando do que preconiza a lei 10.639/03, as narrativas trazem a valorização da identidade negra, nos mais diferentes aspectos: social, cultural, étnico e religioso, e elementos importantes para o trabalho acerca do continente africano.

Identifica-se, também, que as imagens femininas representadas nessas obras promovem a elevação da autoestima das personagens, o que pode ser transmitido às atrizes e aos atores sociais da vida real, contribuindo para a existência de pessoas negras autoafirmadas, mesmo vivendo em uma sociedade estruturada em classes sociais com acentuada desigualdade social. A alta autoestima é fundamental para a formação de pessoas capacitadas para desenvolver a crítica social e importante para que germinem propostas para as mudanças conceituais e reais do mundo.

A aceitação e a valorização do fenótipo negro e a centralidade da figura feminina são visíveis nas obras trabalhadas (*As tranças de Bintou* e *O cabelo de Lelé*) e isso favorece a formação de um olhar que interseccionaliza o gênero e a raça de forma positiva, conferindo às meninas ou mulheres negras um lugar social no qual há pertencimento ao grupo familiar, por exemplo, a visibilidade positiva para os traços identitários fenotípicos, o cabelo em especial. São dados que contribuem para a quebra de preconceitos e discriminações raciais para pessoas negras e não negras.

Os elementos das narrativas dos livros analisados, se trabalhados desde a infância, favorecerão a obtenção de resultados satisfatórios concernentes ao respeito humano por parte de todas as pessoas. Esse aspecto contribui para que as pessoas firmem o seu pertencimento étnico, corroborando a construção de uma sociedade que veja as meninas e as mulheres negras na perspectiva humanizante.

Se junto à construção de uma imagem positiva das meninas e mulheres negras houver uma sociedade politizada, no sentido de evidenciar a desigualdade social e a sua engrenagem e manutenção, a sociedade brasileira poderá vir a incrementar um processo de construção de uma real democracia racial.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. MEC. **Lei 10.639/03**, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lei10639.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2014.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 23 de jun de 2013.

_____. **Cruzamento: raça e gênero**. UNIFEM, 2004

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n19_20_p165.pdf. Acesso em: 02 fev. 2014.

FERNANDES, Florestan. **Significado do projeto do negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. Disponível em: http://identidadesculturas.files.wordpress.com/2011/05/geertz_clifford-_a_interpretac3a7c3a3o_das_culturas.pdf. Acesso em: 02 fev. 2014.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**, 2012 Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 2, nov. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a14v18n2.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2014.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HORTA, Marina Luiza. **Colorindo a história**: a literatura infantil afro-brasileira de Heloísa Pires de Lima. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/data1/autores/71/heloisacritica01.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.

MARIOSIA, Gilmara Santos; REIS, Maria da Glória dos. **A influência da literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças**. Londrina: Vagão, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/lettras/EL/vagao/EL8AArt06.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

PINHEIRO, Luana et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3ed. Brasília: IPEA/SPM/UNIFEM, 2008.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SABOIA, Gilberto Vergne; PORTO, Alexandre José Vidal. **A conferência mundial de Durban e o Brasil**, 2001. Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/DH-Portugues03.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

SEU JORGE; YUCA, Marcelo; CAPELLETTE, Wilson. **A Carne**. Interprete: Elza Soares, 2002. CD Do Cócix até o pescoço. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/elza-soares/a-carne.html>. Acesso em: 27 out. 2015

TATA KITALEHOXI. **Tempo !!! Deus Tempo !!! o Relógio do Tempo!!!** Cultura Bantu-Afro-Brasileira, 2013. Disponível em: <http://culturabantuafrobrasileira.blogspot.com.br/2013/04/tempo-deus-tempo-o-relogio-do-tempo.html>. Acesso em: 20 set. 2014.

TELLES, Edward E. **The Significance of Skin Color in Brazil**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004. Tradução de Ana Arruda Callado. Disponível em: <http://www.princeton.edu/sociology/faculty/telles/livro-O-Significado-da-Raca-na-Sociedade-Brasileira.pdf>. Acesso em: 02 de fev. de 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2011**. Os Jovens do Brasil. Brasília, Ministério da Justiça, Instituto Sangari, 2011. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. **Mapa da violência 2012**: os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 20 set. 2014.

Livros animados

DIOUF, Sylviane. A. **As tranças de Bintou**. São Paulo: Cosac Naify, 2005. Disponível em: <http://www.youtube.com>. Acesso em: 02 fev. 2014.

BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelê**. São Paulo: IBEP, 2012. Disponível em: <http://www.youtube.com>. Acesso em: 17 jul. 2014.

PARTE II

Gênero e política

“A Quebra do contrato social”: Mulheres negras na política do Recôncavo da Bahia

Elane Conceição Anias¹

Ana Paula Comin de Carvalho²

1. Introdução

O presente artigo faz parte da pesquisa que venho desenvolvendo para elaboração de minha dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa cuja temática abrange as relações raciais e de gênero na política partidária do poder executivo municipal no Recôncavo da Bahia.

A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa surge a partir da inquietação diante da observação da dinâmica das relações desiguais de gênero no contexto social local. De fato, uma das razões que determinaram a realização deste trabalho foi a omissão dos pleitos das mulheres negras, que muitas vezes não assumem um protagonismo.

Chamo a atenção para a expressão “quebra do contrato social”, expresso no título deste artigo. Arrisco-me a apontar a política institucional como um sítio masculino, que ainda se configura como um espaço

1 Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). elane.nis@gmail.com

2 Professora Adjunta de Antropologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professora Permanente dos Programas de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFRB e Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). apccarvalho36@yahoo.com.br

privilegiado de homens. No entanto, quando mulheres, e principalmente mulheres negras, adentram esse espaço, há uma quebra de hierarquias de gênero e raça. Assim, a pesquisa demarca a trajetória social e política de mulheres que ousaram e não aceitaram a condição preestabelecida pelo contrato social. De tal modo, se lançaram na política e foram disputar palmo a palmo uma cadeira no poder executivo enquanto prefeitas.

Na tentativa de lançar olhares sobre essas mulheres e as múltiplas realidades por elas vivenciadas, a pesquisa tem por objetivo analisar as diferentes trajetórias das mulheres que ocupam cargo como prefeitas no Recôncavo da Bahia, especificamente nos municípios de Governador Mangabeira, Maragogipe e São Francisco do Conde, na última eleição, gestão de 2012 a 2016. A partir de suas trajetórias de vida, pretende-se compreender como elas utilizam diferentes estratégias sociais, políticas, pessoais e culturais de inserção e ascensão na vida política, de maneira a compreender o itinerário e as posições ocupadas por essas mulheres que conseguiram chegar ao protagonismo dentro da política institucional.

O percurso das elaborações teóricas utilizadas para atingir os objetivos desta pesquisa firma-se em Gonzalez e Hasenbalg (1982), Costa (2011), e Phillips (1996), direcionando-os para tais categorias analíticas: gênero, raça, classe social, feminismo negro e política. Busca-se tratar tais categorias de forma interseccional, perspectiva que oferece distintas formas de articulação política e discursiva, no sentido de compreender como as desigualdades se apresentam de diferentes maneiras na vida dos sujeitos, o que se configura como uma importante forma de análise, pois, na medida em que essas categorias são agrupadas, percebe-se o surgimento de um novo sujeito, ou seja, nos são apresentados novos olhares para esse sujeito.

Para coleta de dados, optei pelo uso da trajetória de vida, procurando interferir o mínimo possível nos relatos, que ocorreram de forma espontânea. Essa abordagem permitiu que as entrevistadas pudessem fazer um resgate de suas experiências, percebendo suas trajetórias de vida em um campo permanente de mudanças. O percurso metodológico vem ao encontro da pesquisa que parte do pressuposto que dentro das histórias dessas mulheres – que tinham tudo para não pleitearem um cargo político, uma vez que

elas, de modo geral, e em especial as mulheres negras, enfrentam muitas dificuldades para adentrar o campo político e ocupar posições de destaque no seu interior – percalços resultantes da intersecção entre os marcadores sociais geram opressões e condições desfavoráveis às mulheres negras. Buscamos compreender como é que dentro de suas trajetórias vão se formado disposições para que elas assumam esse posicionamento, o de se candidatar ao cargo mais elevado dentro da política municipal. Isso em um contexto em que não há uma solidariedade ético-racial, o que torna sua inserção ainda mais difícil.

Sendo uma pesquisa que está em andamento, trago para o artigo apenas a trajetória de vida de uma das prefeitas, a qual intercalo com outros dados contidos em fontes referendadas em artigos científicos, bem como em revistas locais, reportagens, entrevistas publicadas e encontros, informações que trazem a experiência de mulheres que também estão presentes no cenário político baiano. Para este artigo me debruço sobre a trajetória de Rosamaria, pseudônimo adotado a fim de preservar a identidade da entrevistada, buscando entender a dinâmica dos marcadores sociais de gênero, raça, classe e outros em sua trajetória social e política.

2. As mulheres na política: participação e resistência

A participação das mulheres nas mais distintas esferas sociais é uma conquista recente. A figura da mulher trabalhadora situada em um espaço fora do domiciliar surge a partir do advento da revolução industrial, quando ela passa a se inserir no mercado de trabalho, lugar que era masculino por excelência.

Desde o surgimento do Movimento Sufragista³ até os dias atuais, a luta das mulheres sempre esteve ligada à sua incorporação na esfera pública da política e da vida social. De acordo com Hannah Arendt (2007), a política não serve apenas para dominar, mas serve principalmente para libertar e emancipar. De maneira que “o sentido da política é a liberdade”, a qual se baseia na convivência entre diferentes, na pluralidade de homens e mulheres.

3 Em 1910 é concebido o projeto para o voto feminino no Brasil, por meio de uma petição fundamentada no argumento da constitucionalidade do voto, porém foi indeferida (COSTA, 2011, p. 249-350).

Sobre a inserção das mulheres no sistema democrático representativo brasileiro, observa-se que em 1933 foi eleita a primeira deputada federal do País, Carlota de Queirós. Depois, só em 1979 foi eleita Eunice Michilles, a primeira senadora do país. Mais tarde, no ano de 1994, foi escolhida, pelo voto popular, a primeira mulher a chefiar um estado, Roseana Sarney, no Maranhão e, mais recentemente, em 2010, Dilma Rousseff tornou-se a primeira mulher a presidir o Brasil.

A partir desse quadro, observa-se que as mulheres só chegaram nos mais altos cargos na política brasileira muitos anos após a abolição das barreiras legais em 1932⁴. E, ao fazermos um recorte, as mulheres negras são ainda menos representadas na política, um fato considerável na medida em que, segundo dados do último censo do IBGE, 96,7 milhões, o equivalente a 50,7% da população, se auto declaram negros no Brasil.

Conforme salienta Costa (1998), a participação da mulher na atividade política sempre esteve limitada por ser uma atividade pública e, portanto, reconhecida socialmente como uma atividade masculina. Dentro da perspectiva simbólica, podemos observar, como afirmam Miguel e Biroli (2010), o caráter “masculino” da política.

Assim, através desta pesquisa, busca-se traçar o cenário da participação política feminina no Recôncavo da Bahia, compreendendo as percepções dos sujeitos acerca do *estar na política*, enquanto mulher negra no cargo máximo na esfera da política municipal e sua relação com a política partidária; e, ainda, quais são os caminhos trilhados para se chegar a esse universo e quais os percalços encontrados nessa trajetória.

Nesse sentido, é importante entender como tais mulheres estão inscritas nas estruturas sociais, pois elas estão inseridas em um contexto cultural que envolve além do gênero em si, questões de raça, pois ser mulher negra é diferente de ser mulher branca. Assim, as categorias se inter-relacionam gerando as clivagens entre classe, raça e gênero.

4 Ano em que o direito ao voto sem restrições foi garantido no Código Eleitoral brasileiro.

3. A teoria e a ótica das desigualdades de gênero e raça na esfera política

Um conceito que muito contribui para a análise sobre a mulher e a política é o conceito de gênero. O conceito de gênero é apreendido por pesquisadoras como Miriam Grossi (1998), Verena Stolcke (1991) e Sandra Azeredo (1994) como categoria analítica, que tem como intento lançar luz sobre as relações sociais entre homens e mulheres, dando destaque ao modo como as diferenças construídas socialmente resultam em critérios de distribuição de poder.

O conceito de gênero proposto por Joan Scott (1995), em seu clássico artigo “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”, publicado originalmente em 1986, define o gênero a partir da apreensão de duas proposições que estão intrinsecamente relacionadas: gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”; e gênero como “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (p.86).

Nesse mesmo sentido, para Michelle Rosaldo (1995), o gênero “deve ser entendido em termos político e social com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais, e particularmente de desigualdade social” (p.22). A partir de tais definições, compreendemos que as relações de gênero são construídas mediante processos históricos e culturais, em relações que refletem os papéis de gênero que marcam a maneira pela qual as relações de poder estabelecem uma série de desigualdades e hierarquias.

Em diversos aspectos da vida cotidiana, os privilégios que a identidade de gênero assegura ao homem aparecem, de certa forma, como algo natural. À mulher cabe menor remuneração por trabalho, maior participação e uso do tempo no que diz respeito à vida familiar e menor no que diz respeito ao lazer, até as dificuldades de acesso ao campo político. Como ressalta Bourdieu (2011), a divisão socialmente construída entre os sexos parece estar inscrita nas estruturas sociais, de tal maneira “em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes [...] que adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação” (p. 17).

O que se observa é que a lógica que rege o estabelecimento das instituições pressupõe uma dinâmica de manutenção, posições, reprodução de papéis e regras que resultam, em muitos casos, na exclusão de grupos menos privilegiados na sociedade. O exemplo está nas dinâmicas de como se apresentam as relações desiguais de gênero e raça no contexto social.

O estudo das relações sociais entre os gêneros tem adquirido, ao longo do tempo, destaque nos tópicos das pesquisas nas Ciências Sociais, pois enquanto “categoria analítica” tem possibilitado conhecer a dinâmica de formação, reprodução e transformações dessas relações. Contudo, Figueiredo (2008) afirma que a produção de conhecimento em relação a gênero e raça no Brasil ainda é bastante reduzida, fato que reflete na ausência da raça na maior parte dos estudos sobre mulher no Brasil.

No entanto, temos expoentes trabalhos, políticos e acadêmicos, que se voltam para enegrecer o feminismo brasileiro. Tais trabalhos denunciam a tripla opressão vivenciada pelas mulheres negras brasileiras, advinda da dominação de gênero, raça e classe, como González e Hasenbalg (1982), Carneiro (2002) e Bairros (1991). Da mesma forma, Ribeiro (1995), em um dossiê sobre as mulheres negras, revela a importância de entender as especificidades e as diferenças entre mulheres negras e brancas.

No âmbito da política, Anne Phillips (1996) tece críticas ao fato de a democracia liberal considerar que as pessoas têm igualdade de chances ao se candidatarem, desconsiderando as condições sociais, econômicas, raciais e de gênero, como se elas também não fossem determinantes nesse processo. O livro “Mulheres e negros na política: estudo exploratório eleitoral”, organizado por Rachel Meneguello (2012), traz a análise de dados a partir das categorias de gênero, classe e raça. O estudo buscou apreender alguns dos constrangimentos que condicionam a baixa presença de mulheres negras na esfera política. De acordo com a autora, na vida parlamentar, o preconceito aparece contra as mulheres, principalmente as negras. Muitas são tratadas com diferença, primeiro como mulher, na pouca importância dada às suas opiniões, e também por decorrência de um racismo velado, difícil de medir.

A vice-prefeita de Salvador, Célia Sacramento, em entrevista a um jornal de grande circulação na Bahia, conta que ao lançar sua candidatura

ouviu por parte de uma mídia racista, machista e preconceituosa questionamentos do tipo: “Será que a vice tem competência?”, uma conjectura que não atentava ao seu histórico dentro da vida política. Célia associa tal questão ao fato de ela ser uma mulher negra e ter ocupado um cargo de prestígio no cenário político na Bahia.

Refletindo que existem pressões diferenciadas a partir das identidades dos sujeitos, “ser mulher, negra e prefeita” de “ser mulher, branca e prefeita”, surgem pressões sobre a capacidade de gestão e de administração que vêm carregadas de outros estigmas. Segundo Avtar Brah (2006), é importante salientar que:

Tanto negros quanto brancos experimentam seu gênero, classe, sexualidade através da “raça”. A racialização da subjetividade branca não é muitas vezes manifestadamente clara para os grupos brancos, porque “branco” é um significado de dominância, mas isso não torna o processo de racialização menos significativo. É necessário, portanto, analisar que nos constroem como, digamos, “mulher branca”, “mulher negra”, como “homem branco”, “homem negro”. Tal desconstrução é necessária se quisermos decifrar como e por que os significados dessas palavras mudam de simples descrições a hierarquicamente organizadas em certas circunstâncias econômicas, políticas e culturais (BRAH, 2006, p. 345).

A implicação é que a cor traz em si marcas permeadas de hierarquias e desigualdades, e que isso pode refletir no campo da política, expressando as marcas de desigualdades de raça e de gênero. Em uma região que tem uma população que majoritariamente se auto declara negra, mas ocupa de maneira muito restrita ainda os cargos eletivos, ter mulheres negras prefeitas se constitui como um grande desafio e enfrentamento perante as bases da desigualdade, o que suscita algumas questões: Como explicar a acentuada desigualdade entre homens e mulheres no campo da participação política? Qual a importância de que mulheres negras ocupem esses espaços? O processo de construção da sua trajetória tem se dado por meio de uma construção afirmativa da identidade negra?

4. As mulheres no cenário da política baiana

Dados do Tribunal Superior Eleitoral⁵ sobre os resultados das eleições municipais de 2012 revelam em números percentuais que, no Estado da Bahia⁶, do total de 1.126 candidatos pela disputa ao cargo de prefeito, 86% (968) eram homens, com 36% eleitos. Dos 14% de mulheres, ou seja, 158, que tentaram se eleger, 16% conquistaram o mandato de prefeita. Assim, tanto os números percentuais quanto os números absolutos apontam que as candidatas estão em grande desvantagem diante dos candidatos.

Dos vinte municípios que compõem o Recôncavo da Bahia, sete deles tiveram uma mulher concorrendo ao cargo de prefeita, e em apenas três municípios elas conseguiram se eleger: Governador Mangabeira, Maragogipe e São Francisco do Conde. Em todos os municípios do Recôncavo, o número de candidatas eleitas é superior ao número de mulheres eleitas.

Um fato que chama atenção nos resultados estatísticos dessa última eleição é em relação à disparidade dos números de mulheres que se candidataram e que conseguiram se eleger como vereadoras nos municípios que compõem o Recôncavo. Dos 1.353 candidatos à vereança do sexo masculino, 198 foram eleitos, enquanto das 631 candidatas à vereança 27 foram eleitas – número total dos vinte municípios. A média de ocupação na câmara é de dez homens para uma mulher vereadora nesses municípios, chegando a ter quatro municípios sem uma representante feminina na câmara.

Cabe ressaltar que as eleições municipais de 2012 foram as primeiras após a vigência da Lei nº 12.034/2009, que estabeleceu a obrigatoriedade dos partidos ou coligações de preencherem o mínimo de 30% e o máximo de 70% com candidaturas de cada sexo. Um exemplo está no município de Sapeaçu, que apesar dos seus 61 anos de emancipação política, somente na última eleição de 2012 teve a primeira vereadora eleita, uma mulher que

5 Disponível em <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

6 A Bahia, que tem como capital a cidade de Salvador, está dividida em 417 municípios.

já tinha assumido o cargo de vice-prefeita e primeira dama do município, tendo uma trajetória considerada convencional na política brasileira, que se dá a partir da relação familiar. Segundo Miguel (2010), é nas regiões onde predominam os padrões da política tradicional, baseada no clientelismo e no familiarismo, que isto mais acontece. Conforme esclarece Costa (1998),

É na participação política da mulher nas estruturas formais do poder onde se mostram mais claramente as relações de dominação a que as mulheres estão submetidas e, quando essa atuação se dá no âmbito dos municípios, a dominação assume formas “mais extremadas” (COSTA, 1998, p.13).

A definição desse contexto deve-se ao fato de a grande maioria dos municípios do Nordeste, em especial os pequenos municípios da Bahia, ainda resguardarem a estrutura tradicional e os resquícios conservadores de ordem patriarcal. A Bahia, na primeira república brasileira, período entre 1889 e 1934, expressava-se pela política do coronelismo e das oligarquias. O coronel, figura de um homem poderoso, por possuir recursos estratégicos, exerce sobre a população domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política (CARVALHO, 1997). Segundo Pinheiro (1999), mesmo com a revolução de 1930 na Bahia, ainda continuariam a imperar os coronéis urbanos e rurais. O que se observa é que na política do interior da Bahia as práticas estão baseadas no sistema de trocas, de clientelismo, isto é, um sistema de dominação praticada por um determinado grupo dominante, geralmente exercido por homens, com a finalidade de manutenção do poder, através de práticas que historicamente ferem a democracia.

Em “As donas no poder: mulher e política na Bahia”, Alice Costa (1998) resgata o passado político da mulher baiana, trazendo uma discussão sobre a mulher e o espaço público, a construção do pensamento feminista sobre o “não poder” das mulheres, refletindo sobre o lugar da mulher no poder local, uma discussão que ainda hoje se encontra muito atual.

Meneguello (2012) aponta que a política tradicional e os entraves culturais se caracterizam como dificuldades de acesso das mulheres às instâncias de representação. E são relações que não acontecem somente no

Nordeste, onde se supõe que se concentram traços da política tradicional e familiar. Por exemplo, Marta Suplicy, apesar da imagem pública de destaque como mulher de televisão, entrou na política com o apoio de Eduardo Suplicy, seu esposo.

Miguel e Biroli (2010), em seu estudo sobre gênero e carreiras políticas, oferecem o mapeamento de algumas das principais vertentes da explicação da sub-representação política das mulheres e conclui que a presença reduzida delas e até mesmo a ausência de mulheres no campo político são uma reprodução das estruturas sociais que excluem as mulheres. Podemos exemplificar o cenário da política do Estado da Bahia, que até então não conseguiu eleger uma mulher para governar o estado. Como explica o autor supracitado, a participação das mulheres na política é limitada por fatores materiais e simbólicos, que prejudicam sua capacidade de postular candidaturas, reduzem a competitividade daquelas que se candidatam e atrapalham o avanço na carreira política daquelas que se elegem.

5. Em movimento: a mulher negra na política do Recôncavo da Bahia

A trajetória desta mulher revela que a participação na política partidária, inicialmente não foi uma escolha. Rosamaria tem 61 anos de idade, se auto declara negra, “negrona”. Filha de pais trabalhadores rurais, pobres, negros e analfabetos, nasceu e viveu sua infância no meio rural onde passou por situações de muita precariedade econômica. Seu pai abandonou a família quando ela ainda estava na barriga de sua mãe. Sozinha, sua mãe trabalhava para sustentar a família, que por diversas vezes passou fome. Sobre o matriarcado negro, Woortmann (1987) assinala que, desde o processo de pós-abolição, há uma predominância de famílias chefiadas por mulheres negras sozinhas, em decorrência, em muitos casos, de abandono do lar pelos companheiros.

Rosamaria é a caçula de três irmãos, e conta que dois dos seus irmãos logo cedo morreram devido a problemas com o alcoolismo. Ela fala de forma simples e conta que, por causa das condições precárias, teve pouco estudos: “tive a dificuldade de não consegui estudar, né? Não fiz nem

o segundo ano completo”, e assim sua trajetória escolar se limita ao ensino fundamental incompleto.

Diante das dificuldades, migra para a cidade em busca de emprego e foi trabalhar em “casa de família”. Desprovida de um nível maior de escolaridade, o trabalho doméstico foi uma das poucas alternativas para Rosamaria. Pacheco (2013, p. 112) analisa que o trabalho doméstico tem sido “historicamente e socialmente caracterizado como uma profissão exercida em sua maioria por mulheres (gênero) negras (raça) e pobres (classe)”, de modo que se tornam mulheres “invisíveis”, pois se trata de uma profissão socialmente desvalorizada.

Sua história com a política partidária tem início no ano de 1958, quando o partido do seu ex-patrão precisou que mulheres se afiliassem. Rosamaria revela que até então não tinha a menor pretensão de seguir carreira política: “eu nem sabia que iria concorrer, concorri às eleições pela necessidade para compor o partido”. De acordo com Clara Araujo (2001), existe uma cultura política que define os padrões da participação política por gênero. Para ela, a baixa participação das mulheres na política está para além do veto de gênero por parte dos partidos políticos, mas a resistência à figura feminina no âmbito da política partidária estaria intimamente ligada ao modelo político nacional, por questões de preconceito de gênero.

Para tanto, o reconhecimento da desigualdade na política tem conduzido à adoção de medidas de ação positiva, como a promoção de campanhas como “Mulher na Política”, que visa aumentar a representação feminina na política brasileira, valorizando a questão da igualdade de gênero, bem como a reformulação da Lei de Cotas nº 12.034, aprovada em 2009, em que a reserva de vagas para a participação feminina nos cargos passou a ser obrigatória.

Segundo Célia Pinto (2006), vale ressaltar que a adoção das cotas para as mulheres nos parlamentos é um fato que se deve à “força do movimento feminista”. Assim, a Legislação Eleitoral impõe que no mínimo 30% das candidaturas de partidos ou coligações sejam destinadas às mulheres, o que nem sempre é cumprido. Segundo dados publicados no Diário de Justiça da Bahia (2014), a maioria das coligações que se inscreveu para as eleições de

2014 na Bahia não conseguiu ou teve muita dificuldade para cumprir a cota mínima de 30% de mulheres candidatas, como prevê a Legislação Eleitoral.

Então, apesar de Rosamaria não ter sido uma figura muito conhecida socialmente antes das eleições, o seu ex-patrão a lançou como candidata a vereadora. Segundo seu depoimento: “o dinheiro para financiar a campanha nunca tive. Minha primeira eleição eu ganhei e não gastei nada. Se ninguém acreditava na minha candidatura, quem era que ia financiar?”. Assim mesmo, sem o apoio do partido em sua campanha, foi eleita para a 1ª Legislatura na Câmara com expressiva votação, cargo que ocupou por quatro mandatos. Ela associa o êxito na política ao fato de possuir uma trajetória de militância, constituída não por sua participação em organizações políticas, propriamente ditas, mas pelas suas ações coletivas realizadas, pois se mostrava sempre atuante nas questões coletivas.

Conforme declarou Célia Sacramento, o seu histórico na militância, advinda desde muito cedo da participação em associação de bairros, no movimento social e no movimento estudantil, também acabou direcionando-a para a política partidária. É interessante observar que na história das atuais prefeitas do Recôncavo, todas advêm de uma trajetória de vereança e trazem um *fato inédito na política partidária da região*, sendo as primeiras mulheres a assumirem a gestão dos respectivos municípios.

Assim, aplicando a análise da teoria de ação de Bourdieu ao mundo político, Miguel (2003) destaca a importância do capital político, uma espécie de capital simbólico: o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Rosamaria conta que encontrou bastantes dificuldades para apresentar sua candidatura:

Porque o racismo aqui supera. Tive dificuldade também pela maneira que concorri à eleição, com o neto da minha ex-patroa, que fui empregada doméstica durante o tempo de 18 anos. Então, isso foi um fato muito marcante que ele me chamava de negra preta do pé rachado, foi muito marcante... Foi tanto que na minha primeira eleição eu nem imaginava que iria ganhar porque eu não tinha coragem para sair pra pedir os votos, eu fiquei assim traumatizada. Quando fui candidata a prefeita em 2008 fui muito perseguida e sou

até hoje. Meu adversário no período de campanha dizia o seguinte: “vai deixar de votar em um doutor”, porque ele é advogado, “para votar num tolete de cocô”, ou coisas do tipo “você, pai que educa seus filhos, sai cedo para ir trabalhar, vai colocar um cheque em branco de 22 milhões na mão de uma analfabeta?” Aí aquilo ficou na minha cabeça, porque no fundo, no fundo, eu achava que ele estava certo.

Tal relato traz as lembranças de algumas situações em que vivenciou o preconceito racial por conta da aparência, cor da pele, tipo de cabelo e também pela condição de classe e escolaridade, que demonstram como raça, gênero e classe se entremeiam em sua história. Rosamaria atualmente revela novas representações ou ressignificações acerca das categorias sociais de gênero e raça, categorias de diferenciação que agora são exaltadas por ser uma mulher negra na política.

É interessante observar que Rosamaria adota um discurso positivo sobre ser negra, que perpassa a afirmação da ideia de cidadania e de uma identidade negra. Segundo Pereira (2001), o discurso sobre uma consciência negra na sociedade brasileira se deu devido à recente junção entre ações e debates dos setores do movimento e iniciativas implementadas pelo governo. Assim, para ela:

Ser uma mulher negra para mim é muito importante porque, eu volto a te dizer, eu me assumo, eu gosto de ser o que eu sou. As mulheres precisam concorrer, se aproximar mais da política, perder o medo e participar da política, pois no dia em que nós ocuparmos 30% das vagas, nós vamos reivindicar 50%, mas agora não podemos reivindicar 50% porque não estamos preenchendo nem 20%. E no dia em que nós conseguirmos ter 30% lá, você vai ver que o nosso Brasil vai ter uma grande mudança, uma grande diferença.

Assim, sobre suas percepções políticas das relações de gênero, a entrevistada acredita que as mulheres têm receio de se expor e participar de atos decisórios. Segundo Rosamaria, quando você assume uma vida pública, principalmente como prefeita, está exposta a qualquer tipo de julgamento e por conta disso as mulheres se preservam. Outro elemento

significativo em sua narrativa é em relação a sua percepção sobre a presença das mulheres na política: “são pouquíssimas as mulheres negras e até mesmo homens negros que estão nos espaços de primeiro escalão; infelizmente, isso ainda é um fato presente em nossa realidade”. Lélia Gonzalez, em 1982, já afirmava que os espaços destinados à população negra são os de subcidadania (GONZALEZ; HASENBALG, 1982), constatação que ainda tem ressonância nos dias atuais. O que se observa é que ainda existe uma ordem incontestável: homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra, ou seja, a “dupla desvantagem” das mulheres negras sobre as mais diversas oportunidades e chances na dinâmica eleitoral.

6. Algumas considerações

A partir do que já foi pesquisado, percebemos que a todo tempo a questão de gênero perpassa o âmbito social. Ao acompanhar a ação política dessas mulheres, fica claro que elas estão ocupando um espaço que já é pensado para os homens, desde o simples direito à fala, até as circunstâncias de como elas são eleitas, por exemplo, sem o devido financiamento dos partidos.

A história de Rosamaria torna-se ímpar no momento em que ela deixa de ser uma empregada doméstica, servente e invisível, de quem ninguém se dava conta de sua história, feição e dramas, e concorre a um cargo de prestígio dentro estrutura social hierárquica, classista e tradicional da política no Recôncavo da Bahia.

Adentramos sua experiência de vida na tentativa de obter compreensão sobre os diferentes questionamentos propostos pela pesquisa. A partir de elementos de vida singular, um percurso político foi se costurando. *Habitus* equivale ao sistema de disposições que são adquiridas em meio às relações sociais. Para Bourdieu (1996) a construção do *habitus* vai além do indivíduo, diz respeito às estruturas relacionais nas quais eles estão inseridos, possibilitando a compreensão tanto de sua posição num campo, quanto de seu conjunto de capitais. Vimos como suas escolhas individuais estruturadas por vários marcadores sociais combinados a partir do gênero, da raça, e da classe, além das relações familiares, formaram

elementos estruturadores da trajetória social e política de Rosamaria – uma história que, embora tenha suas singularidades, cruza-se com outras histórias semelhantes e diferentes da sua.

Há muito o que ser estudado sobre a presença das mulheres nos espaços políticos e de decisão. Enquanto questão social é extremamente pertinente investigar a participação feminina e negra na política em âmbito municipal na região do Recôncavo, não só porque tradicionalmente a política não é lugar das mulheres, mesmo a política enquanto categoria ampliada, mas porque a população negra dificilmente se vê representada nas instâncias de poder, mesmo numa região majoritariamente negra.

Referências

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Santa Catarina, nº.1, vol. 09, p. 231-252, 2001.

ARENDET, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

AZEREDO, Sandra Maria da Mata. Teorizando sobre Gênero e Relações Raciais. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, Santa Catarina, nº especial, p. 203-216, 1994.

BAIRROS, Luiza. **Mulher negra: reforço da subordinação. Desigualdade racial no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 5 ed. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. Campinas, São Paulo, n.26, p. 329-376, 2006.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 176-193.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Rio de Janeiro: Dados, n. 02, v. 40, p. 225-255, 1997.

COSTA, Ana Alice. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Salvador. NEIM-UFBA: Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

_____. A política de cotas na América Latina: as mulheres e dilemas da democracia. In: **Gênero, mulheres e feminismo**. Salvador, Bahia, Coleção Baianas, NEIM/UFBA, 2011, p.189-219.

FIGUEIREDO, Angela. Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (orgs.). **Raça: Novas Perspectivas Antropológicas**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 237-255.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982 (Coleção 2 Pontos).

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, Santa Catarina, PPGAS/UFSC, p. 01-15, n. 24,1998.

MENEGUELLO, Rachel. **Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros**. Campinas, São Paulo: UNICAMP/CESOP, 2012.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, Paraná, n. 20, p. 115-134, junho de 2003.

_____. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, Paraná, n. 36, vol. 18, p. 25-49, jun. de 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, Santa Catarina. n° 3, vol.18, p.653- 678, set-dez de 2010.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: EDUFBA, 2013.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Cultura de Consciência Negra**: Pensando a construção da identidade nacional e da democracia no Brasil. Dissertação de mestrado em Educação. Rio de Janeiro, UERJ, 2001, 187 páginas.

PHILLIPS, Anne. ¿Deben las feministas abandonar la democracia liberal? In: CASTELLS, Carme. **Perspectivas feministas en teoría política**. Barcelona: Paidós, 1996. p. 80-98.

PINHEIRO, Israel de Oliveira. A política na Bahia: Atraso e personalismo. **Ideação**, Feira de Santana, Bahia, n. 4, p. 47-78, jul/dez de 1999.

PINTO, Céli Regina Jardim. Política de Cotas. In: ANASTASIA, Fatima; AVRITZER, Leonardo (orgs). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte e Brasília: Ed. UFMG e PNUD, 2006, p. 103-106.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, n. 2, v. 3, p. 446-457, 1995.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. **Horizontes Antropológicos**, Gênero, ano 1, n° 1, p.11-36, 1995.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria Útil de Análise Histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul/dez de 1995, p 71-99.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para
etnicidade? **Estudo Afro-Asiático**, (20), Junho de 1991, p. 101-119.

WOORTMANN, Klaas. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo
Brasileiro, 1987.

Relações de gênero no horário eleitoral de João Pessoa: imagem e discurso de Estela Bezerra¹

Jéssica Feijó²

Gloria Rabay³

1. Introdução: gênero e política

Historicamente, ser mulher é estar ausente da esfera pública e estar submissa na esfera privada à figura masculina mais próxima, ou seja, na história em geral, ser mulher é ser carente de autonomia e de poder⁴. A elas foram associados os afazeres domésticos, a responsabilidade com a educação dos filhos e o bem-estar do marido e de toda a família; e características como a gentileza, a fragilidade, a obediência e a fidelidade, por exemplo.

A convicção de que à mulher cabem a *casa*, os *cuidados* com a família e a esfera privada, e ao homem cabem a *rua*⁵ e as *responsabilidades*

1 Este artigo apresenta dados parciais da Pesquisa As paraibanas no poder municipal de 2013 a 2016, realizada com o apoio do CNPq, no âmbito da Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA N° 32/2012.

2 Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero – Nipam/UFPB. j.feijo@outlook.com

3 Doutora em Ciências Sociais. Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero – Nipam/UFPB. gloria.rabay@gmail.com

4 Sobre pessoas “carentes de poder”, ler YOUNG I. M. La justicia y la política de la diferencia. Madrid: Cátedra/Instituto de la Mujer de la Universidade de Valencia, 2000, p. 99.

5 Aqui elucida-se “casa” e “rua” como duas categorias sociológicas, como bem apontado por Damatta (1997), necessárias para entender a sociedade brasileira como um todo. Assim como o autor, nos apropriamos dos termos como “um conceito que pretende dar conta daquilo que uma sociedade pensa e assim institui como um código de valores e ideias (...) e também para traduzir aquilo que a *sociedade vive* faz concretamente – o seu sistema de ação que é referido e embestado nos seus valores” (p. 14).

no espaço público é uma construção social arbitrária, mas foi perpetuada há tanto tempo ao ponto de ser considerada “natural”. Como afirma Bourdieu (2012), as estruturas da divisão sexual do trabalho e da vivência em sociedade sofreram uma “des-historização e eternização” (p. 5) e estariam aparentemente “na ordem das coisas”. Estariam “nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (p. 17). Esta performance de homens e mulheres corresponde a um intenso aprendizado sociocultural que se baseava na biologia para alimentar a submissão do sexo feminino e que ensinava – e ainda ensina – a agir conforme as prescrições para cada gênero.

Coube ao feminismo, enquanto movimento sociopolítico e pensamento teórico no século XX, uma das maiores revoluções da história ocidental, que deixou marcas profundas na sociedade contemporânea. Os movimentos feministas contestaram as relações de poder e lutaram pela emancipação da mulher legal e cotidianamente, dentro e fora de casa. Desde o direito ao voto, esta revolução modificou especialmente a forma de pensar a política e a ação das mulheres na vida pública, mas também na vida privada.

As mulheres conquistaram igualdade na Constituição Brasileira e fatias da sociedade até então só ocupadas por homens. Hoje elas são mais de um terço do mercado de trabalho e 51% do eleitorado brasileiro. Entretanto, as mulheres seguem, em geral, carentes de poder. Para Costa (2012), a dominação masculina ainda se expressa “nas dimensões sociais e pessoais a partir da capacidade de dar e tirar bens, status, prestígio, valor, espaço social, referência de sentido e até mesmo sentido à vida da maioria das mulheres” (p. 33). Elas dificilmente assumem o papel de “sujeito histórico e político” (p. 17). Alienadas do poder, seguem oprimidas das mais diversas formas, vítimas da injustiça social.

No ambiente político, a presença delas é mais costumeiramente associada a imagens de candidatas *frágeis demais para mandar* ou *fortes e duras*, e por assim dizer, *masculinizadas demais para serem respeitadas*, colocando em cheque a moral da mulher que circula no meio. A entrada das mulheres no campo político raramente é negada diretamente, mas o acesso não ocorre sem multa. Sempre vigiada e medida, a mulher

política jamais passa despercebida. Sua presença precisa ser justificada a todo o momento e com frequência sofre o que Bourdieu (2012) chama de “violência simbólica”, aquela “que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação” (p. 8-9).

Mais de 80 anos após a conquista do sufrágio universal, as brasileiras ainda contam com baixa representatividade em partidos e cargos políticos. No poder municipal, por exemplo, os melhores números passavam pouco de 15% dos eleitos de 2012. Na Paraíba, 120 mulheres concorreram à prefeitura, o que significa 20,7% dentre as 579 candidaturas, em 223 cidades diferentes. Ao final, 49 delas foram eleitas para 22% das administrações municipais do estado, demonstrando ainda o melhor percentual brasileiro em participação feminina, segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Quebrar o ciclo vicioso entre esse capital simbólico e o exercício do poder patriarcal em vigência é desestabilizar processos e estruturas que reproduzem a submissão da mulher. Para tanto, é indispensável o seu “empoderamento individual e coletivo: o desenvolvimento da autossuficiência e o exercício da força coletiva” (MEDEL-AÑONUEVO, 1997, apud RABAY; CARVALHO, 2010, p. 46).

Como advertem Miguel e Biroli (2011 apud MENDONÇA; AGANDO, 2011), a complexidade das hierarquias do campo político se relaciona aos “padrões de visibilidade nos meios de comunicação”. Para Mendonça e Ogando (2011), “o reforço midiático de estereótipos de gênero e a exclusão de mulheres do papel de sujeitos do discurso, bem como a sub-representação das mesmas de uma maneira geral [...] tanto refletem como promovem desigualdades existentes” (p. 4).

A percepção dessas questões reflete a necessidade de mais estudos sobre a temática política, mídia e a questão de gênero. Tal discussão se sobressaiu no Brasil a partir do pleito de 2010, quando Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (na época, PV) se destacaram ao lado do candidato José Serra (PSDB); com a posterior eleição da petista como primeira presidenta da república e o ressurgimento das duas concorrentes na campanha eleitoral de 2014 com reais chances de vitória. Constitui um dos objetivos deste trabalho trazer a questão para a campanha do município de João Pessoa em 2012, que

também recebeu influência da conjuntura nacional. Não obstante, o estudo observou a questão de gênero na única candidatura feminina com reais chances de vitória, Estela Bezerra (PSB), analisando a existência de discursos e uma imagem pública mantida no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) carregados de influências que vão além da esfera política.

Tendo em vista que os processos eleitorais são espaços de elaboração da representação política no sistema democrático brasileiro (BARREIRA, 1998), os discursos e imagens produzidos são dotados de valores e papéis sociais pertinentes ao seu contexto histórico, para induzir a legitimação de um sujeito no poder. Com essa perspectiva, é possível dizer que a campanha no HGPE também reflete “discursos e imagens sociais”. Debruçar-se sobre esses “discursos e imagens sociais” dentro da propaganda eleitoral da pleiteante é o principal objetivo deste texto. A partir de uma perspectiva teórica dos estudos sobre mulheres e feministas (BARREIRA, 1998; RABAY, 2008; MENDONÇA; OGANDO, 2011; COSTA, 2012), a pesquisa se realiza com o pressuposto de que a participação efetiva de qualquer mulher em um espaço tipicamente masculino, como a política, muda o cenário, a representação e a percepção, tanto de seus pares como do cidadão e da cidadã comuns.

Com uma biografia singular neste quesito, ligada ao movimento de mulheres na capital paraibana, é ainda mais perceptível a forma como a presença de Estela Bezerra interfere na construção da campanha eleitoral, como um todo, e na percepção do público pessoense sobre todo o quadro.

2. Conceitos chave e metodologia

É fácil lembrar os famigerados “carros de som” levando alto pelas ruas seus *jingles*, com lemas sobre “honestidade”, “trabalho” e “confiança”, trazendo e levando rastros de passeatas e discursos em praças públicas. É cada vez mais perceptível a forma como os meios de comunicação de massa se tornaram essenciais às estratégias de conquista do poder. É especialmente através deles que o político constrói e sedimenta perante o eleitor a imagem do candidato ideal, do candidato que o país, a cidade e/ou o indivíduo “precisam”. Para Gomes (2004, p. 60), “a comunicação e a cultura de massa foram deixando de ser ‘meios’ para se transformarem em ‘ambientes’ fundamentais para a

política contemporânea”, o que explica porque no Brasil de hoje a campanha eleitoral é medida em intensidade de exposição na mídia.

Nesse cenário, o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) é tratado pelo pleiteante com seriedade. Tido como um instrumento que pode otimizar as condições de vitória nas eleições, o guia eleitoral é alvo de alianças entre diferentes grupos políticos. Mesmo diante da nova realidade da internet, com sua potencialidade democrática de circulação da informação política online, a TV está longe de ser desprezada pela classe política. Aldé (2011) ressalta a preocupação em se entender as diversas tecnologias como:

[...] meios em permanente diálogo e atualização: a televisão, por exemplo, com suas gramáticas e rotinas profundamente arraigadas na cultura brasileira, estabelece padrões que estão presentes nas apropriações da internet. Cada novo aparato tecnológico – o computador pessoal, doméstico, no trabalho ou lan house; o onipresente celular – é incorporado a um cotidiano em que as pessoas convivem com hábitos de comunicação e quadros de referência anteriores e com novidades que se popularizam rapidamente. (p. 372-373)

Qualquer um pode ser surpreendido depois que começa a propaganda dos candidatos na televisão, no auge da campanha. Ela confere uma visibilidade ímpar aos políticos, sendo a forma mais abrangente de atingir a população e, frequentemente, referência para a campanha em outros veículos.

Singularidade do processo eleitoral brasileiro há 52 anos, o HGPE permitiu avanços democráticos relevantes, possibilitando uma redução na influência do dinheiro e das empresas de comunicação (MIGUEL, 2004). Contudo, permanecem entraves como a desigualdade nos recursos para a produção dos programas, problemas na distribuição de tempo entre os diversos candidatos e, “de acordo com uma crítica quase unânime, o predomínio das técnicas de marketing político tem pasteurizado o conteúdo eleitoral, comprometendo sua destinação inicial, que era gerar o debate político e esclarecer a cidadania” (p. 240-241).

Para se debruçar sobre o HGPE da eleição de 2012 ao executivo municipal de João Pessoa, o presente trabalho se guiou pela perspectiva

teórica da imagem pública e da análise do discurso. Como circunstância legítima de competição, onde dominam as indagações, a performance eleitoral produz encenações provisórias até que a ordem política instituída se estabeleça novamente ou se rompa de vez (BARREIRA, 2008).

A sociedade contemporânea desenvolveu a ideia de espaço público de tal forma, com suas próprias normas de funcionamento, que o “espaço/tempo social” passou a ser “habitado e vivenciado por imagens” (RUBIM, 1995, p. 124-125). Além das potencialidades das tecnologias vislumbradas, “as imagens visuais funcionam, neste contexto, simultaneamente, como receptáculos de algo mais essencial: as imagens sociais” (p. 125).

Nesse sentido, a imagem pública de um sujeito político é entendida como um “complexo de informações, noções, conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer, e que o caracterizam” (GOMES, 2004, p. 254). Construir semelhante imagem envolve a ativação de ritos, símbolos e discursos que instigam valores e papéis sociais pertinentes à dinâmica social, como a histórica divisão sexual do trabalho.

Para Orlandi (2009), o discurso não é tido de modo geral como a língua, tampouco assistemático, como a fala. “Ele tem a regularidade de uma prática, como as práticas sociais em geral” (p. 60). Tecido junto à imagem pública, a autora define o discurso como “efeito de sentido” (p. 60). Mais do que transmitir informações, seu papel é estabelecer “relação de sentidos [...] em um contexto social e histórico” (p. 60). Na propaganda política, por exemplo, a relação de sentidos criada entre político e eleitor constitui via de identificação e legitimação, ou negação, daquele com a versão de candidato ideal apresentada.

Já o modo de endereçamento de um produto de comunicação faz pressupor que o seu realizador tem em mente não apenas uma orientação em relação ao acontecimento, mas também uma orientação em relação ao receptor. Essa orientação para o receptor é exatamente o modo de endereçamento e é ele quem fornece grande parte do apelo televisivo (HARTLEY, 2001 apud MOTA GOMES, 2004).

Analisaram-se as produções do HGPE a fim de captar como a pleiteante Estela Bezerra – e toda a “instituição” que representa, partido e

coligação – atribuiu significados e qualificações a si mesma e ao seu entorno. Consideram-se aspectos tais como: a construção das falas reproduzidas pela candidata e seus apoiadores, o modo de endereçamento, ou seja, como se dirige ao público eleitor, o que contrapõe com a candidata nas imagens do programa e as características da roupa ou do cenário.

A seleção de falas mais representativas ponderou a conjuntura das eleições de 2012 e as percepções da candidata acerca das relações de gênero e do papel da mulher na sociedade, inclusive o interdito da homoafetividade, bem como o endereçamento direto às mulheres.

3. O HGPE de Estela Bezerra

Feitas algumas considerações teóricas, apresentam-se a seguir dados para nortear minimamente o contexto do pleito de 2012, em João Pessoa.

No primeiro turno das últimas eleições municipais, o HGPE televisivo dos candidatos à Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) foi ao ar de 21 de agosto até 4 de outubro, nos horários das 13h às 13h30 e 20h30 às 21h, às segundas, quartas e sextas feiras, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os programas da coligação “Pra Seguir em Frente” (PSB / PDT / PTN / DEM / PV / PRP / PSD / PCdoB) detinham 7 min 42’, o maior tempo de exposição e uma diferença de 42 segundos em relação ao concorrente Luciano Cartaxo, da coligação “Unidos por João Pessoa” (PT / PP / PRB / PPS). Entre reprises parciais ou totais, a candidata apresentou 19 produções. Cabe lembrar que vários segmentos dos programas eram remontados em edições seguintes, tecendo novos guias com algumas adaptações.⁶

A jornalista pessoense Estelizabeth Bezerra de Souza nasceu em 1967 e iniciou a vida pública, na década de 1990, no movimento popular de mulheres da capital. Participou de coletivos feministas pioneiros no estado e na defesa dos direitos da mulher nas últimas décadas, até ser indicada à Coordenadoria de Políticas para Mulheres do Município, em 2005, quando Ricardo Coutinho (PSB) assumiu a administração de João

⁶ O material audiovisual estudado esteve acessível, a partir da data de sua veiculação na TV, no canal oficial da candidata no site de compartilhamentos *YouTube*, sem modificações até a última atualização do trabalho, no dia 15 de novembro de 2015.

Pessoa. Ganhou mais notoriedade na mídia ao assumir posteriormente os cargos de Secretária da Transparência Pública e do Planejamento na gestão municipal, e ser indicada como candidata à prefeitura em 2012, pelo PSB. Até então, nunca tinha concorrido a um cargo eletivo.

Como esperado, o Horário Eleitoral dos candidatos segue a via “o mundo atual está ruim, mas ficará bom” ou a via “o mundo atual está bom e ficará ainda melhor” (FIGUEIREDO et al., 1998, p. 4), típico cenário dos guias de oposição e situação respectivamente. Conforme o autor, a retórica do HGPE tem argumentação de natureza ficcional, pois trata-se de uma versão do mundo atual que, além disso, não garante o futuro. Todavia, vale lembrar que cada campanha tem sua própria dinâmica, assim como cada uma das candidaturas, que “dialogam” entre si semana a semana.

No pleito de João Pessoa, deparamos com um entrave peculiar: de 2010 a 2012, o vice-prefeito eleito, Luciano Agra (PSB) estava à frente da PMJP, após a candidatura e eleição do prefeito, Ricardo Coutinho (PSB), ao Governo do Estado. O então gestor da cidade tinha pretensões de manter-se no cargo com o apoio do partido e do governador, mas suas pretensões foram frustradas na convenção do PSB, quando mais de 70% dos partidários escolheram Estela Bezerra, indicada pelo governador, como a candidata do partido.

Após polêmicas e debates diários na mídia sobre o “escanteio” político e a aptidão de Estela e Agra para a administração, o prefeito rebelou-se e saiu do PSB. Embora continue sem partido até o início de 2013, quando se filia ao Partido Ecológico Nacional (PEN), apoia o então candidato do PT, Luciano Cartaxo, e participa com entusiasmo da sua propaganda eleitoral. Esse rearranjo cria uma situação, na qual, dois candidatos disputam os créditos de um trabalho realizado no município, que goza de apoio popular. Lideradas por partidos tradicionalmente progressistas (PT e PSB), as duas legendas colocam-se lado a lado, procurando absorver os frutos da última gestão e culpando a concorrência pelos problemas administrativos. Enquanto isso, os outros dois principais candidatos, Cícero Lucena (PSDB) e José Maranhão (PMDB), concorrem pelo papel de “verdadeira oposição”.

Análise de caso

A apropriação do debate acerca das relações de gênero no guia eleitoral de Estela Bezerra (PSB) é sutil, simbólica, porém marcante, se comparada aos principais concorrentes. A referência é melhor percebida nos recursos visuais e clipes do que nas falas propriamente ditas. Em vinhetas, *jingles*, clipes e quadros emocionantes, a socialista projeta a imagem da “mulher que cuida” e da “mulher que trabalha com justiça”, como conota a alusão às “mãos” e ao “coração” repetidos nos *jingles* (por exemplo, Guia 01 Estela Bezerra 22/08/2012 1min45s - *jingle*).

Semelhante à postura elogiosa de Cartaxo sobre os trabalhos de Luciano Agra na PMJP, Estela atribui as melhorias na cidade ao projeto administrativo inaugurado por Ricardo Coutinho (PSB), de 2005 ao início de 2010.

Seu capital político advém dos trabalhos no movimento de mulheres da capital paraibana, da experiência como secretária na prefeitura do então governador Ricardo Coutinho, além do apoio do governador, que também divide o discurso com a candidata no HGPE.

Concorrendo ao seu primeiro cargo eletivo, Estela dedica relevante tempo a sua biografia pessoal e política. Entretanto, sua história e seu currículo vão sendo apresentados aos poucos, sem uma “biografia longa” percebida nos primeiros e últimos programas dos concorrentes. Entre a exaltação dos trabalhos realizados por Ricardo na prefeitura e no Governo do Estado e os compromissos futuros, o HGPE constrói um pouco a cada edição a resposta para a pergunta “quem é ela?” (por exemplo, Guia 01 Estela Bezerra 22/08/2012 1min50s – *jingle*).

Cada produção de Estela tece as mais diversas temáticas: saúde, habitação, turismo, educação, segurança, drogas, idosos, cultura, urbanização, mobilidade urbana, lazer, atletas, pessoas com deficiência física, desenvolvimento de bairros, infraestrutura, servidor público, oferta de empregos, micro e pequenas empresas, mulheres e jovens. São frequentes, ainda, falas de desqualificação dos concorrentes, especialmente em relação a Luciano, que disputa diretamente a atenção do mesmo público eleitor.

Neste caso, a biografia da pleiteante se confunde com a defesa de direitos da mulher e as lutas históricas do gênero. A candidata do PSB busca se

legitimar por meio de sua história de vida, com uma juventude popular e uma trajetória de militância pela garantia de direitos, fomentando a imagem de “batalhadora” com princípios e valores, de passado comum com o trabalhador brasileiro. Nesse sentido, como seus oponentes o fazem, também apresenta sua vida familiar para se identificar como a melhor escolha da população.⁷

Diante da conjuntura eleitoral de 2012 em João Pessoa, é preciso garantir que Estela Bezerra não ameça a moral da família paraibana. Para isso, a participação da família da candidata (pai, mãe, tia) no guia eleitoral é fundamental. É a família, num programa que tematiza o cuidado com o idoso, que pode testemunhar sobre os valores domésticos da candidata.

[Locutor, em off:] Há muito tempo, Estela é cuidadora de idosos. De sua mãe Orlandina, professora aposentada e antiga evangelizadora do bairro José Américo; do pai, o ex-jogador Cabo Garça, ponta direita do Botafogo e do Auto Esporte nos anos 40; e da tia Mena (Guia 10 Estela Bezerra 12/09/2012 1min20s).

[Aluilson de Souza, pai de Estela:] Estela teve de nós um princípio doméstico muito rígido, respeitando principalmente os idosos (Guia 10 Estela Bezerra 12/09/2012 1min20s)

Isso em contraposição à mãe de Luciano, Lúcia Cartaxo, que apresenta o filho como “um homem em primeiro lugar” (Guia 01 Luciano Cartaxo 22/08/2012 0min45s), uma fala bastante polemizada na cidade. Em outras campanhas, a palavra “homem” não soaria tão cheia de significados como em 2012. Apesar da maioria dos prefeitáveis não tocar no assunto da homoafetividade durante o HGPE e quase ignorar a temática oficial e publicamente, a notícia de uma pressuposta homossexualidade de Estela circulou na internet e nos bastidores da campanha. Tornando-se “arma” para os concorrentes, os boatos sobre a sexualidade da candidata acabaram sendo usados por militantes como forma de desacreditá-la.

Nesse sentido, as referências dos principais concorrentes tornam-se declarações de masculinidade/heterossexualidade frente ao “desvio” sexual

7 Souza (2010) discorre sobre a importância da família – principal grupo de sobrevivência – para a nova classe média brasileira, caracterizando “os batalhadores brasileiros”, fundamentais na mudança da economia e da sociedade nacional.

da socialista. A sequência do programa de Cartaxo, por exemplo, com ênfase na relação familiar, corrobora essa ideia. A produção constrói uma imagem de “candidato ideal” diretamente relacionada a uma performance de homem, o “homem de verdade”. Assim, reafirma qualidades cristalizadas pela história na sociedade do que seja o político, o *homem público*. Moldado por roupagem específica, recorre a valores tidos historicamente como naturais para desenhar o que seja um homem “de verdade” e retomar a “ordem das coisas” (BOURDIEU, 2012, p. 17).

Como dito anteriormente, a figura feminina de Estela na corrida eleitoral, que inclusive levanta a bandeira da luta pelos direitos da mulher, altera a percepção de políticos e eleitorado sobre todo o cenário. Dessa forma, alia-se a “uma simbologia que faz da moral e da sexualidade um dos referentes fundamentais da construção e ‘desconstrução’ da imagem pública” (BARREIRA, 2008, p. 30). Só por candidatar-se com reais chances de vitória, Estela torna-se um exemplo para as minorias sociais. É mais um passo para uma luta histórica. Mas acaba construindo um paradoxo, à medida que também se molda ao imaginário social sobre a qualidade que uma mulher tem de boa administradora do lar, sensível aos sofrimentos humanos. Rabay (2008, p. 190) coloca que qualquer pleiteante, ao subir nos palanques, busca apoio para suas candidaturas e propostas, pois precisa “conquistar ‘voz’, presença pública”.

Cabe lembrar uma espécie de “síndrome positiva da exclusão” (BARREIRA, 1998), recorrente em participações femininas, segundo a qual o numericamente inferior, no campo da política, é transformado em qualitativamente superior. Estela também se apropria da qualidade de “ser mulher” nesse sentido (a exemplo, no GUIA 01 Estela Bezerra 21/08/2012 05min02s). Mas projeta o atributo de “ser mulher” não apenas com os estigmas históricos de sensível, amorosa e cuidadora, sinais do “coração” de mulher. Suas “mãos” indicam seu trabalho e sua luta, desde cedo, crescendo por esforço próprio, como a “batalhadora brasileira”. O ponto de vista do dominante, sinalizado em “atos de reconhecimento, de submissão” (BOURDIEU, 2012, p. 22), é, neste caso, retomado e combatido. A propaganda alude à necessidade da presença feminina na política ao mesmo tempo em que constrói não apenas o ideal de candidata, mas o ideal de mulher, da “mulher de verdade”.

Apesar da produção socialista se aproximar em certos aspectos da petista, como a marca emotiva nos guias e a atenção dada ao público feminino, ela se diferencia na forma como faz a referência. Luciano, o “homem de verdade”, quer atender às necessidades delas também. Estela, a “mulher de verdade” é “sensível aos problemas da cidade como uma mulher [naturalmente] é aos problemas da família” – apresentação de Estela pelo locutor que se repetirá durante a campanha. Ela muito raramente fala às mulheres com vocativos diretos. Apesar de representá-las muito através de imagens, músicas e vozes, pouco distingue o sexo entre os eleitores. Até quando fala de filhos, lugar comum para o endereçamento de gênero, promete “maternidade e creches”, não “maternidade e creches para você, mãe”, como a eleitora e o eleitor ouvem vez ou outra dos outros candidatos: Cartaxo (PT), Maranhão (PMDB) e Cícero (PSDB).

Frisamos também que quando sua produção utiliza personagens femininas para falar de segurança, habitação, violência doméstica, por exemplo, as mulheres falam, quase sempre, do bem que foi feito a elas, e não aos filhos, pelas políticas do PSB. Outra característica dos programas de Estela é a quantidade e diversidade de imagens femininas. Mais do que representarem uma população diversa que será atendida, elas simbolizam sabedoria e forças que estarão presentes na gestão da candidata, como uma riqueza compartilhada entre as mulheres e absorvida por Estela, algo semelhante ao que a mãe de Cartaxo transmite ao público ao ressaltar que seu filho é um “homem”.

4. Considerações finais

O primeiro turno de 2012 resultou na vitória de Luciano Cartaxo e Cícero Lucena, com 38,32% (142.158) e 20,27% (75.170) dos votos válidos, respectivamente, segundo o TSE. Com uma disputa apertada até os últimos minutos de apuração, Estela Bezerra ficou em terceiro lugar por uma margem de 672 votos em relação à Cicero, recebendo 20,08% (74.498). Já o segundo turno, no dia 28 de outubro, tornou Cartaxo o novo prefeito de João Pessoa, por 68,13% (246.369) da preferência. Cícero obteve 115.369 votos, cerca de 31,87% dos votos.

A disputa acirrada à administração de João Pessoa, em 2012, trouxe quatro dos maiores partidos do país (PT, PMDB, PSDB e PSB) ao embate no HGPE, com discursos e imagens, promessas e garantias de obras e ações, mas também crenças, atitudes e valores que instigam conflitos e ambiguidades além da esfera política (BARREIRA, 2008), tensões estas que tocaram na questão de gênero. Cada legenda orquestrou persuasão e emoção para formar imagens da candidata e dos candidatos ideais, apresentando versões de “homens de verdade” e “mulher de verdade”.

Luciano Cartaxo e Estela Bezerra se colocaram em contraponto na disputa pelo mesmo eleitorado, com mais tempo no ar e programas mais dinâmicos e emocionantes. Cartaxo procura se legitimar através do discurso de um homem familiar, carinhoso, respeitoso, íntegro pessoal e politicamente, “um homem em primeiro lugar”, segundo a própria mãe. Em oposição, Estela cria uma identificação com o eleitor através de um passado comum de “batalhadora” e de luta nos movimentos populares. Íntegra, “educada com valores rígidos”, segundo o pai, apresenta a seu favor “as mãos e o coração de uma mulher”.

Principalmente nos primeiros guias percebemos uma apropriação do conceito de “homem” e de “mulher” construídos historicamente na sociedade Ocidental, colocando em dúvida ora a moral, ora o caráter de seus oponentes e reafirmando qualidades arbitrárias do que seja homem ou mulher. Apesar de moldados por roupagem diversa, ambos recorrem a valores tidos como naturais para desenhar o que seja um homem ou uma mulher “de verdade”.

Em relação à cidadã pessoense, nota-se uma representação ligada à preocupação com todos, mas também, especialmente na propaganda de Estela, uma cidadã que quer empregos, que quer combate à violência doméstica, ou seja, uma mulher que quer respeito e garantias para si mesma. É interessante atinar para a recorrência da personagem mulher mãe. Tida como “instituição” maior do cuidado e preocupação com a família e com os filhos, a imagem da revolta ou sofrimento de uma mãe apela ao imaginário coletivo como poucas. Elas aparecem no HGPE para falar principalmente dos problemas que atingem seus filhos – e não a elas

diretamente – na educação e na saúde, mas também na segurança pública, no desenvolvimento de empregos, no combate às drogas.

Assistir o HGPE das últimas eleições à PMJP também faz refletir que o homem da política assimilou à sua imagem pública qualidades historicamente atribuídas à mulher. Ironicamente, tais qualidades poderiam ser usadas para justificar o papel coadjuvante da mulher nos espaços de poder.

Muito além da defesa do “cabra macho, sim senhor”, essa “sensibilidade” associada aos candidatos masculinos mostra influências do populismo na política brasileira, ou, como alguns autores denominam essas versões mais recentes, o Lulismo, uma influência percebida na campanha da presidenta Dilma também, em 2010, nomeada por Miguel (2001 apud FREITAS, 2013) como “política maternal”, que aparece ao lado da “política de presença”. A simbiose entre a política maternal e a política de presença pode significar que os valores tidos como femininos estão conquistando prestígio a ponto de gerar mudanças na forma dos homens se apresentarem na política? Que as poucas mulheres no poder, ou aspirando a ele, estão influenciando mudanças de valores nestes postos?

Tais achados fazem pensar numa possível mudança na percepção geral coletiva acerca do cenário e de como devem ser os sujeitos no poder ou se trata de apenas um modismo? Possivelmente um e outro, mas afirmações assertivas demandam mais eleições e mais estudos.

Referências

ALDÉ, A. Cidadãos na Rede: Tipos de Internautas e sua Relação com a Informação Política Online. In: **Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura**, vol. 9 nº 3, 2011, p. 370-389. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5809/4258>. Acesso em: 23 jul. 2014.

BARREIRA, I. **Chuva de Papéis** - Ritos e Símbolos de Campanhas Eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BARREIRA, I (Org.). **Imagens Ritualizadas (Apresentação de Mulheres em Cenários Eleitorais)**. Fortaleza: CE: Universidade Federal do Ceará/ Funcap/CNPq-Pronex. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. 1998. Tradução Maria Helena Kühner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

COSTA, A. A. A. Reflexões acerca do poder, do patriarcado e da cidadania das mulheres. In: FERREIRA, M. M. (Org.). **Gênero, Política e Poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste brasileiro**. São Luís: EDUFMA, 2012, p. 15-44.

DAMATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

FIGUEIREDO, M. ALDÉ, A. DIAS, H. JORGE. V. **Estratégias de Persuasão em Eleições Majoritárias: Uma Proposta Metodológica para o Estudo de Propaganda Eleitoral**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1998. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5285&Itemid=360>. Acesso em: 20 jul. 2014.

FREITAS, V. G. Imagens de mulher e agenda de gênero na reta final da campanha da primeira presidenta do Brasil. In: **Revista Ártemis**, Vol. XVI n 1; ago-dez, 2013, p. 186-203. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/viewFile/17357/9871>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

MENDONÇA, R. F.; OGANDO, A. C. Discursos sobre o “feminino”: ética do cuidado e essencialismo estratégico nos programas do HGPE de Dilma. In: **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 35, Caxambu, 2011. Anais eletrônicos. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1078&Itemid=353. Acesso em: 02 dez. 2013.

MIGUEL, L. F. Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral. In: **Sociologias** [online]. Porto Alegre, 2004, n.11, p. 238-258. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a11.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

MOTA GOMES, I. M. Quem o Jornal do SBT pensa que somos? Modo de endereçamento no telejornalismo show. In: **Revista Famecos**, Porto Alegre, vol.1, nº 25, dez. 2004, p. 85-98. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/405/333>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

ORLANDI, E. P. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2009. (Coleção primeiros passos: 2ª ed.).

RABAY, G.; CARVALHO, M. E. P. **Mulher e política na Paraíba: histórias de vida e luta**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

RABAY, G. **Mulheres na Política e Autonomia**. Tese de doutorado PPGCS/UFRN Natal, Rio Grande do Norte, 2008.

RUBIM, A. A. C. Comunicação, política e sociabilidade contemporâneas. In: RUBIM, A. A. C. (org.) **Idade Mídia**. Salvador, Edufba, 1995, p.107-146.

SOUZA, J; O batalhador e sua família. In: SOUZA, J . (Org). **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p.123 - 148

YOUNG I. M. **La justicia y la política de la diferencia**. Madrid: Cátedra/ Instituto de la Mujer de la Universidade de Valencia, 2000.

Sites:

Tribunal Superior Eleitoral: <www.tse.jus.br>.

Estela Bezerra (canal Estela Bezerra): <<http://www.youtube.com/user/EstelizabelBezerra>>.

Feminismo na política: Reflexões sobre as plataformas das candidatas maranhenses nas eleições de 2014¹

Mary Ferreira²

1. Introdução

O movimento feminista no Brasil, através de suas diversas correntes, tem seu apogeu nos anos de 1970 e 1980, quando se articula através de diversas organizações de mulheres envolvidas na luta contra a ditadura, pelo retorno dos direitos civis e políticos e na luta pela democracia. Entre esses direitos se destacava a luta pela cidadania e dignidade das mulheres e, em especial, pela maior participação das mulheres nos espaços de decisão.

Considerado por muitos estudiosos como um dos movimentos mais revolucionários que emergiu em diversos continentes no Século XX, o movimento feminista conseguiu que grande parte de suas bandeiras fossem incorporadas e implementadas como políticas de estado na maioria das nações ocidentais, entre as quais o Brasil. Das políticas, destacam-se as de segurança pública, responsáveis pela criação de instrumentos legais que têm ampliado a consciência crítica e cidadã da sociedade em relação às mulheres, notadamente no que se refere ao combate à violência de gênero,

1 Este artigo foi construído a partir de dados colhidos na Pesquisa Mulheres política e poder no Maranhão: ação política de prefeitas e vereadoras e relações de gênero, financiada pelo CNPq/Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.

2 Professora Associada do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFM). Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Ex-Presidente da REDOR. mmulher13@hotmail.com.

e legislações no mundo do trabalho que garantiram igualdade de salários entre os gêneros.

No Brasil, as políticas públicas de combate à violência de gênero culminaram com a aprovação do Pacto Nacional de Combate à Violência contra a Mulher e dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres que, desde 2002, evidenciam mudanças na situação de subalternidade das mulheres brasileiras. Apesar das conquistas e dos avanços visíveis na luta das mulheres, observa-se que há setores que não acompanharam as mudanças, que mantêm estruturas ainda patriarcais; desses, destacam-se os setores da política, notadamente os partidos políticos, o que resulta na pouca presença de mulheres em cargos eletivos e cargos executivos nos âmbitos federal e estadual. Essa subrepresentação feminina coloca o Brasil como um dos países da América Latina com menor representação de mulheres no poder. A gravidade deste problema está ainda no fato de que, mesmo considerando que a Lei 9.504/97 assegura a reserva de 30% e 70% para cada gênero do número de candidaturas a que os partidos políticos e coligações têm direito, ainda assim as mulheres *não têm* conseguido superar a marca dos 11% nas eleições.

Para Clara Araújo (2005, p.19), “no cenário brasileiro, os partidos em geral vêm respondendo aquém das expectativas em relação ao processo interno que envolve a adoção das cotas”. Mesmo assim, a autora considera que “as cotas constituem hoje um dos principais emblemas de compromissos partidários para com as mulheres”.

A Lei favorece a presença das mulheres nas listas partidárias, porém, poucos partidos têm conseguido cumprir com esta legislação. Neste estudo nos propomos a apresentar alguns números referentes ao não cumprimento da Lei das Cotas e analisar o olhar das mulheres envolvidas nas campanhas sobre as bandeiras históricas defendidas pelos movimentos feministas e como estas têm sido traduzidas na ação política das campanhas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com dados coletados a partir de entrevistas com candidatas, a fim de avaliar como as bandeiras de luta historicamente defendidas pelos movimentos feministas estão sendo incorporadas às candidaturas das mulheres.

2. A ação do movimento feminista para a construção da igualdade de gênero

Os Movimentos Feministas no Brasil, desde as décadas de 1960 e 1970, lutam de forma efetiva para o aperfeiçoamento da democracia do Estado e da sociedade brasileira. Seu projeto de construção da igualdade de gênero e luta pela visibilidade das mulheres como sujeitos políticos e de direitos têm se efetivado em ações e embates políticos frente às organizações sociais, entre as quais a família, a igreja, os partidos políticos, o judiciário.

Da ação das militantes emergem os primeiros grupos feministas no Brasil, que se localizaram inicialmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Bahia, irradiando posteriormente para outros Estados do Norte, Nordeste e Sul. Os acontecimentos do Ano Internacional da Mulher, decretado pela Organização das Nações Unidas em 1975, abrem caminhos para refletir sobre as mulheres em variados contextos e ampliar a ação dos grupos pioneiros. Foi um ano marcante, pois possibilitou visibilizar a presença das mulheres e a necessidade de refletir seus problemas a partir delas próprias.

A partir de então, o que se observou foi a instauração de um debate político que definitivamente retirou o véu que mantinha as mulheres invisíveis. Foi possível perceber as inquietações das mulheres de todos os continentes: da Europa à África, da América Latina à Ásia, esse movimento foi capaz de promover uma revolução de ideias reconhecida por vários autores, a exemplo de Hobsbawm (1995), Bourdieu (1999), Santos (2001), Castells (1999).

No livro *a Era dos Extremos*, Eric Hobsbawm (1995, p. 307) enfatiza que: “são inegáveis os sinais de mudanças significativas, e até mesmo revolucionárias, nas expectativas das mulheres sobre elas mesmas, e nas expectativas do mundo sobre o lugar delas na sociedade”. Para esse autor, o movimento feminista suscitava questões de interesse de todas as mulheres:

[...] essas questões se tornaram urgentes questões à medida que a convulsão social que esboçamos gerava uma profunda, e muitas vezes súbita, revolução moral e cultural, uma dramática

transformação das convenções de comportamento social e pessoal. As mulheres foram cruciais nessa revolução cultural, que girou em torno das mudanças na família tradicional e nas atividades domésticas (HOBSBAWM, 1995, p. 313).

Ao analisar o impacto dos movimentos sociais, Castells (1999, p. 172) chama a atenção para o movimento feminista que trouxe “uma poderosa onda de choque: o questionamento da heterossexualidade como norma”. Suas características revolucionárias e transgressoras o tornaram “um movimento social transformador, que desafia o patriarcalismo ao mesmo tempo em que esclarece a diversidade das lutas femininas e seu multiculturalismo” (CASTELLS, 1999, p. 210).

Como se vê, a ação do movimento feminista é reconhecida pela sua capacidade de promover ideias que revolucionaram a cultura patriarcal em diferentes contextos. Para Casimiro (1999, p. 10), as ideias feministas vieram “perturbar a harmonia do saber – social, científico, político – caucionado pelo paradigma científico dominante, androcrático, ajudando a retirar o véu à neutralidade científica”.

A ação do movimento feminista é compreendida a partir de várias correntes de pensamento que, de uma forma ou de outra, estão sintonizadas em momentos históricos. Autoras como Saffiotti (1987), Scavone (2004), Ferreira (2007) reforçam essa ideia ao enfatizarem certa periodização modificada a partir da realidade de cada país, em função das conquistas e avanços políticos conquistados pelas mulheres. Mesmo assim, observa-se “certo consenso entre essas autoras na identificação das principais correntes que, em resumo, podemos agrupar: feminismo sufragista, feminismo da igualdade, feminismo socialista, feminismo radical e feminismo da diferença e da pluralidade”. (FERREIRA, 2011, p. 4).

No Brasil, o feminismo é visto como um movimento político que atua em diferentes campos. Sua ação efetiva na luta pela redemocratização do País e na luta pela igualdade de gênero é reconhecida pelo Estado e pela sociedade, fato consubstanciado na criação de órgãos de políticas de igualdade de gênero, que hoje são uma realidade em todos os estados da federação. Além disso, a elevação da Secretaria Nacional de Políticas

para as Mulheres, em 2002, ao status de Ministério contribuiu para que as políticas para as mulheres viessem a ter uma maior dimensão através de orçamentos mais condizentes com a realidade.

A ação do movimento feminista proporcionou, tanto na teoria como na prática, um debate político que favoreceu sua difusão em diferentes contextos. “Seu potencial profundamente subversivo, desestabilizador, crítico, intempestivo, assim como pela vontade que manifesta de tornar o mundo mais humano, livre e solidário, seguramente não apenas para as mulheres” (RAGO, 2004, p.36) fez desse movimento um espaço de denúncias das desigualdades de gênero, da condição de subalternidade das mulheres no mundo do trabalho e na política. Ao protagonizar diferentes ações políticas, o movimento feminista se tornou o porta-voz dos anseios de milhares de mulheres em todos os estados brasileiros onde foi se expandido. Sua ação se efetivou em várias frentes, que de um lado denunciavam as relações desiguais em que viviam as mulheres brasileiras, e de outro interferiam para que essas desigualdades fossem combatidas através de um conjunto de propostas encaminhadas em diferentes instâncias (federal, estadual e municipal) e em diferentes espaços (partidário, sindical), refletindo desejos e insatisfações das mulheres (FERREIRA, 2011).

Todo esse processo desencadeou a criação de Conselhos de Direitos das Mulheres, mecanismos institucionais de participação e controle social; a realização de Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres; a instalação de órgãos executivos e a implementação de Planos de Políticas para as Mulheres, nas esferas municipal, estadual e federal, responsáveis pela efetivação de direitos e mudanças nas relações sociais de gênero.

As mudanças são visíveis se considerarmos que as mulheres estão em maior número nos cursos superiores e, em termos de ocupação no mercado de trabalho, elas praticamente se igualaram aos homens. Porém, ao observar os dados com maior atenção, percebe-se que, embora próximos da igualdade numérica aos homens no mercado de trabalho, em termos salariais a diferença de rendimento é marcante. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE as mulheres recebem 73,8% dos

salários dos homens. Essa situação de desigualdade é ainda mais gritante quando analisamos a presença das mulheres em cargos de decisão, em especial os cargos legislativos e representativos.

3. Representação feminina e paridade: as dificuldades das mulheres em construir a igualdade nos Estados democráticos

Para compreender a exclusão das mulheres, é importante voltar o olhar para a organização da vida pública e da vida privada. No mundo público estão os detentores do poder, são eles que têm o domínio sobre a economia, sobre a política, sobre o Estado, sobre a vida social. O mundo público é o espaço do discurso, da fala, da interlocução. É nele que os homens demarcam seus domínios.

O mundo privado, por sua vez, é o local onde as mulheres exercem seus domínios (relativos). É lá que expressam desejos e inquietações, tanto nas conversas familiares como nos espaços eruditos, quando cantam, declamam, expõem ideias sobre fatos corriqueiros. É nesse local que realizam as atividades domésticas: cozinhar, passar, cuidar das crianças e dos idosos, onde dedicam grande parte de seu tempo – e muitas delas a maior parte. Este fato contribui para que as mulheres, em geral envolvidas com jornadas de trabalhos exaustivas, presas às tarefas domésticas, não tenham tempo para participar da vida pública. Sua presença ainda pouco representativa nos partidos, sindicatos e organizações políticas reflete o seu não reconhecimento como sujeito político.

É importante considerar que sua ausência retrata a visão patriarcal que prevalece nas organizações políticas, que não construíram formas de garantir a presença e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Para Ferreira (2004, p. 9):

A ausência das mulheres nesses espaços representativos da sociedade reflete na formação das mentalidades e no sentimento de inferioridade incorporado pela própria mulher e pelos demais sujeitos sociais. A partir desses espaços é possível perceber como essas distinções entre o que é “permitido” e o que é “negado”, que perpassam toda

a sociedade patriarcal, são invisíveis e fazem com que as mulheres encontrem dificuldades para romper com este “destino determinado” que as exclui de participar da vida pública.

Ao longo da construção da democracia no Brasil, as mulheres desenvolveram diversas estratégias de participação, desde a luta pelo sufrágio, no final do Século XIX – conquista que se efetivou em 1932, no governo de Getúlio Vargas – até o protagonismo de lutas intensas que perpassaram o Estado Novo, nas décadas de 1930 e 1940, intensificaram-se na luta contra a ditadura militar, durante as décadas de 1960 e 1970, e se massificaram nos anos de 1980, na luta pela redemocratização do país, que tinha como horizonte as eleições diretas, a liberdade de expressão e a liberdade de organização política.

No processo de redemocratização do Brasil, notadamente durante toda a década de 1980, a ação dos movimentos feministas foi expressiva no sentido de questionar e pressionar o Estado democrático que estava em construção. Dessas lutas, disputas e conquistas foi possível avançar na construção de estruturas públicas que possibilitaram visibilizar a luta das mulheres por direitos e igualdade, porém, em termos de direitos políticos, as conquistas foram ínfimas. Os dados da representação política das mulheres se mantêm praticamente inalterados nas últimas décadas. Somos pouco mais de dez por cento de mulheres nos cargos eletivos.

3.1 Representação das mulheres na política brasileira: dados para pensar a realidade

A X Conferência Mundial de Mulheres promovida pelas Nações Unidas – ONU ocorrida na China em 1995, trouxe para o debate político a desigualdade de gênero nos cargos de decisão. Na maioria dos países, as mulheres representavam pouco mais de 12% naquele momento. Esse problema levou as/os participantes a aprovar medidas e deliberar que a partir daquele ano todos os países membros das Nações Unidas deveriam criar mecanismos de construção da igualdade de gênero na política. As deliberações da X Conferência Mundial contribuíram para que em duas

décadas a representação feminina nos espaços de poder tenha se ampliado consideravelmente, conforme demonstram os indicadores na Suécia (45,8%), Finlândia (39,9%), Noruega (38,1%), Dinamarca (38%), Bélgica (36,3%), Espanha (35,4%) e Portugal (25%). (MORAES, et. al, 2014)

Essas mudanças também se efetivaram na África, em que se destaca Ruanda, com a maior representação feminina no mundo, com média de 52,5%, em seguida vem Moçambique, que é o 14º a nível mundial, com 39,2%; depois Timor-Leste (38%), África do Sul (36,8%), Angola (36,8%), Cabo Verde (20,8%) e São Tomé e Príncipe (18,2%). Todos superam o Brasil, que tem menos de 10% de mulheres no parlamento (MORAES *et al*, 2014).

Na América Latina, onde se destacam Costa Rica, com 37%, e Argentina, com 36,8% de mulheres no legislativo, o Brasil está nos últimos lugares, abaixo de países como Equador (25,5%), Peru (24,1%), Nicarágua (23,9%), Bolívia (20,4%), Chile (14,2%) e Uruguai (12,4%), onde a presença de mulheres em cargos de decisão se ampliou consideravelmente nos últimos dez anos. (MORAES *et al*, 2014).

Quadro I – REPRESENTAÇÃO FEMININA NO BRASIL – 1995-2015

| PERÍODO LEGISLATIVO | DEPUTADAS | DEPUTADOS | TOTAL |
|---------------------|-----------|-----------|-------|
| 2015-2018 | 51 | 462 | 513 |
| 2011/2014 | 45 | 468 | 513 |
| 2006/2010 | 45 | 468 | 513 |
| 2003/2006 | 42 | 471 | 513 |
| 1999/2002 | 28 | 485 | 513 |
| 1995/1998 | 34 | 479 | 513 |

Fonte: Pesquisa Mary Ferreira (2015)

Ao avaliar o número de mulheres eleitas na Câmara Federal no Brasil nos últimos 20 anos, poucas mudanças podem ser computadas, conforme o quadro I. Observamos que apenas 245 cadeiras foram ocupadas

por mulheres num universo de 3078, ou seja, o Brasil não conseguiu, como países da Europa, África e América Latina, elevar o número de mulheres em cargos de decisão.

Na última legislatura, São Paulo foi o estado que elegeu o maior número de deputadas federais (cinco deputadas). No Maranhão, assim como em grande parte dos demais estados, foi eleita apenas uma deputada federal. Ao refletir sobre esses dados, muitas questões vêm à tona buscando uma explicação plausível para o problema da sub-representação feminina. Por que, no Brasil, as desigualdades de gênero na esfera política são tão acentuadas?

Compreendemos a desigualdade como um conceito que se opõe ao de igualdade, que se subentende como inexistência de diferenças entre dois seres, independente do sexo. É uma categoria determinante para entender as diversas formas de subordinação a que determinados sujeitos estão submetidos, pois nesta categoria se imbricam outros conceitos tais como os de classe, raça, etnia e gênero. Ela possibilita compreender que a sociedade tem construído diversos mecanismos que inferiorizam os pobres, os negros e as mulheres.

É, portanto, um termo que nos permite entender que alguém é desigual em relação a outro em uma determinada situação ou contexto. Desse modo, podemos enfatizar, então, que as mulheres brasileiras são desiguais aos homens na esfera pública, em virtude de ainda não terem conseguido alcançar patamares que as igualem aos homens nos campos de decisão política.

Ao abordarmos a questão da igualdade, percebemos que, no mundo em que vivemos, não somos iguais. Alguns exemplos podem ser apresentados: não somos iguais no mundo do trabalho nem no mundo da política; e, com referência à classe social, não somos iguais porque uns podem ir ao teatro e outros não, uns andam de automóvel e outros de ônibus, uns têm três carros e outros somente uma bicicleta (FERREIRA, 2013).

E as desigualdades no mundo da política? Por que no Brasil poucas mulheres entram na política para concorrer a cargos eletivos? A partir da

compreensão sobre desigualdade de classe, observamos que, dela, outras desigualdades são decorrentes, como as desigualdades culturais. Estas, tão bem estudadas por Pierre Bourdieu (2003), são consideradas pontos demarcadores na compreensão da exclusão, e isso se percebe pela forma como mulheres e homens foram educados e socializados.

Para entender a desigualdade de gênero na política brasileira, há de se voltar o olhar para o processo educativo implantado no Brasil desde a República, que não se preocupou de pensar políticas educacionais que pudessem alterar a visão patriarcal da sociedade brasileira. A educação e a escola têm grande importância na naturalização dos processos de exclusão. Isso porque a educação é um ato político e seu fazer não é inócuo. Ao contrário, é comprometido e serve para formar a personalidade das pessoas, transmitir valores, determinar proibições, enfim, modelar a identidade. Por isso, a educação de gênero no Brasil deve ser repensada no sentido de desconstruir os modelos patriarcais ainda em voga no país.

A mentalidade patriarcal impregnada na cultura brasileira tem sido um dos fatores responsáveis pela subordinação das mulheres e sua invisibilidade política. Essa mentalidade patriarcal reforçada pelos estereótipos tem estigmatizado as mulheres de diversas formas: com a maternidade e fragilidade; por conta de sua forma de olhar o mundo por outros prismas e de se expressar; pelo tipo de atividade que desenvolvem para a qual, em geral, não é dado o devido valor e importância – fato que se reflete nos salários diferenciados ou nas profissões femininas desvalorizadas.

Os estereótipos, por sua vez, criaram dualidades que estigmatizaram mulheres e homens em modelos reforçados pela cultura patriarcal. São esses estigmas que as descaracterizam para a entrada na política, considerado um lugar de poder que se constitui por intermédio de disputas pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade de um grupo social.

Esse campo é entendido por Bourdieu (1989, p. 164), ao mesmo tempo, “como campo de forças e campo das lutas” e não está estanque em relação a outros campos, tendo em vista que os espaços de poder não estão isolados de outras esferas.

A transformação nessa área se efetiva, segundo Ferreira (2010), a partir do debate político, da ação, da pressão, da negociação, mediados pelo discurso onde as relações de poder e relações de gênero estão presentes como em um campo de disputas e, muitas vezes, como um “campo de batalha”, em que vencerão aqueles que melhor articularem os discursos e aqueles que têm melhor capacidade de negociar.

As mulheres, em geral, não são representadas como sujeitos autônomos, dotadas de qualidades e competências capazes de transformar os processos sociais. Nesse sentido, romper com as armadilhas da invisibilidade das mulheres no campo social e político tem sido uma preocupação dos estudos de gênero e feministas, por entender que as relações de poder se estabelecem entre as diferentes posições sociais que garantem suficiente força aos sujeitos da ação política.

Tais ações são consequências de suas vivências e práticas políticas, que não estão dissociadas das estruturas sociais construídas a partir das relações de poder e das relações de gênero que se estruturam na vida pública e privada, que geram e unificam as práticas a partir de ideologias impregnadas nos corpos, nas mentes e nas estruturas sociais. Essas ideologias se reproduzem na sociedade por meio da cultura e de vários mecanismos cotidianamente vivenciados por mulheres e homens, independentemente de sua classe social e etnia.

4. O olhar das mulheres candidatas e eleitas sobre o feminismo e as bandeiras feministas

É inegável a importância do feminismo para transformar as relações de gênero e de poder. O feminismo fundamentou-se em uma filosofia que buscou a ocupação de espaços públicos como estratégia de mudança das relações de gênero. A ocupação dos espaços públicos se justifica em virtude da necessidade de transformar as relações de poder e denunciar a situação de opressão que tem sujeito as mulheres durante séculos e que tornou invisíveis ações de rebeldia a qualquer tipo de ação política.

Para compreender as imbricações existentes entre gênero e poder, é importante demarcar gênero como categoria analítica que, por ser

relacional, atribui à construção social dos sexos biológicos uma dimensão cultural. Ao discutir as questões das mulheres como questões de gênero, desconstrói-se e desnaturaliza-se o sexo como determinista da opressão das mulheres para afirmar que a desigualdade e a opressão são construídas nas estruturas sociais que, ao longo da história, excluíram mulheres, negros, pobres e todos aqueles que não se enquadravam no mundo iluminado pela visão patriarcal.

A partir deste contexto, buscamos investigar as mulheres candidatas à Câmara Federal e Estadual maranhense, a fim de compreender os significados do feminismo para elas e se este movimento refletia de alguma forma em suas campanhas para que se pudesse avaliar até que ponto as questões de gênero estavam presentes em suas práticas políticas.

Ao questionar a então candidata pelo PPS Eliziane Gama, eleita deputada federal, sobre sua visão do feminismo, esta enfatizou que o considerava um movimento muito importante para o avanço e conquistas das mulheres. Esse movimento permitiu que as mulheres se emancipassem. Mas para a deputada é preciso ampliar mais essas conquistas:

Se analisarmos 40, 50, 100 anos atrás vamos perceber que nós evoluímos muito, mas se a gente pega, por exemplo, um recorte atual e faz um comparativo da mulher com o homem na política, por exemplo, vamos ver que ainda estamos muito aquém daquilo que a gente precisaria estar. Considero que as mulheres como movimento social é fundamental, mas não podemos mais nos fechar em nós. Precisamos entender que a conscientização não é pra dentro, a conscientização é pra fora, a conscientização é para o homem e esse é um pensamento que nós mulheres precisamos ter logo no primeiro momento, se a gente tem esse pensamento da amplitude, nós vamos conseguir sem sombra de dúvidas um resultado diferenciado (Candidata a Deputada Federal Eliziane Gama, 2014).

Observamos que a deputada tem plena clareza da importância do movimento feminista e de suas lutas e conquistas, porém considera que o movimento deve criar mecanismos para incluir os homens no processo de conscientização.

A candidata Valdimeire Melo Corrêa, pelo PDT, [não eleita] foi mais além ao falar do feminismo. Considerou de fundamental importância radicalizar as lutas feministas, como por exemplo:

[...] a luta pelo direito ao aborto legal, que querem cassar. Há propostas para isso, as propostas visam retirar mesmo os abortos cujas mulheres engravidaram em consequência de estupro. Eu acho um absurdo! A liberdade do corpo, como feminista que sou, defendo a igualdade de você ter uma vida sexual plena sem que os homens pensem que você é vagabunda por isso, mas uma liberdade sexual com responsabilidade, sem que nós mulheres possamos parecer com os homens. Liberdade sem nos confundir com vadias, isso sob hipótese alguma, mas uma liberdade de corpo responsável mesmo, em igualdade com os homens (Candidata a Deputada Federal Valdimeire Melo Corrêa, 2014).

Ao questionar sobre as bandeiras de luta que estariam defendendo em suas campanhas, em especial em defesa da igualdade de gênero, ou se conseguiam defender as bandeiras do feminismo em suas campanhas, as duas candidatas enfatizaram que suas bandeiras de luta em relação à mulher são criar políticas públicas que facilitem e viabilizem o tempo da mulher para participar da política.

[...] eu penso que os partidos políticos precisam desenvolver plataformas de formação de mulheres dentro do próprio partido para que a gente comece a ocupar esses espaços de poder e despontar na política. Uma plataforma que eu defendo para as mulheres é que o município crie estruturas de lavanderias públicas para que as mulheres tenham mais tempo na zona rural por exemplo. Também indico a criação de espaços de tecnologia, para que chegue até as mulheres. Quando eu falo em tecnologia estou falando de máquina de lavar, que lava e seca, de modo que a gente tenha tempo para participar dos movimentos políticos, a chegada de tecnologia tanto na utilidade doméstica, como de computadores, internet nas escolas. E também eu defendo, igualmente, que nas escolas seja inserida a disciplina que se volte de modo específico para despertar, desde a criança do primeiro grau, logo no início, a

importância de participar da política, e a importância que a mulher tem nesse campo de batalha (Candidata a Deputada Federal Eliziane Gama, 2014).

A deputada eleita Eliziane Gama enfatizou que o maior mote de sua campanha é o combate à violência de gênero, que em seu entendimento precisa ser prioridade nesse momento, pelo alto índice de violência contra a mulher. Os indicadores, segundo a deputada, mostram que mais de 50% das mulheres já sofreram algum tipo de violência. Desse modo, considera que é necessário que o problema seja mais focado e, por esta razão, este será o principal foco de seu mandato. Outro ponto mencionado pela deputada foi a questão da Lei Maria da Penha, que foi um divisor de águas na sociedade, mas considera que:

[...] as várias decisões judiciais que aconteceram ao longo da história, a partir da efetivação dessa lei, acabaram criando jurisprudência, que precisamos reformular para que possamos ter uma efetividade da aplicação dessa Lei. Vamos fazer um estudo imediato logo que chegarmos à Câmara Federal. Ao mesmo tempo, vamos trabalhar também com a questão de cotas. Ela é importante, é emergencial, ela precisa acontecer. Hoje no Brasil, por exemplo, nós temos o estabelecimento da cota de 30%, mas somos apenas 10% de mulheres participando. Precisamos trabalhar de forma paritária, eu vou defender a paridade estabelecendo cota de 50% para cada sexo pra ver se a gente consegue ampliar a participação das mulheres (Candidata a Deputada Federal Eliziane Gama, 2014).

A deputada mencionou ainda a necessidade de trabalhar a questão das campanhas educativas, para combater o preconceito contra as mulheres que acontece muitas vezes dentro de casa, às vezes pelo pai, pelo marido, pelo irmão, pelos homens que estão ao seu redor. E enfatiza:

Esse trabalho de conscientização também precisa acontecer, e eu vejo que o poder legislativo tem um papel fundamental e preponderante nesse debate. Em princípio eu coloco essas três bandeiras como uma ação mais imediata, mas eu acho, no meu

caso, como deputada federal, todas as minhas ações estarão sempre levando em consideração a questão da participação da mulher nas políticas públicas do País (Candidata a Deputada Federal Eliziane Gama, 2014).

5. Conclusões

Como se vê, as candidatas entrevistadas estão inteiradas das bandeiras do feminismo. Ambas têm propósitos e projetos de continuar trabalhando para que as questões de gênero possam ser vistas como questões políticas.

Mudar o quadro de representação política no Congresso Nacional e nos legislativos estaduais brasileiros é parte do projeto democrático. Essas mudanças garantem não somente justiça social e legitimidade do sistema político, mas também maior articulação dos interesses de mais da metade da população brasileira. Ao fazer parte do poder, as mulheres terão maior capacidade de interferir na raiz do domínio patriarcal na vida pública, o que certamente incidirá sobre a vida privada.

Para tanto, urge aprovar a Reforma Política que deverá incidir sobre o atual quadro partidário. Nessa reforma, vislumbram-se alterações substanciais que, se efetivadas, irão acelerar as mudanças que as mulheres almejam e que a sociedade precisa.

Superar a sub-representação da mulher na política brasileira e garantir a paridade entre os gêneros passa, obrigatoriamente, por mudanças no sistema político brasileiro, agregadas à implantação de um projeto de educação de gênero e implantação de uma política cultural que interfira nas estruturas no sentido de transformar as mentalidades conservadoras que, ao longo da história, têm subordinado as mulheres a papéis secundários.

Além disso, é importante ampliar os espaços de participação das mulheres no poder, tendo em vista que são as mulheres que articulam ações políticas em torno das lutas e reivindicações das mulheres. Vale destacar que mesmo sub-representadas, segundo Luiza Erundina (2008, p. 44):

As deputadas que compõem a bancada feminina atuam de forma unitária e cooperativa, sob a coordenação de um coletivo de parlamentares que representam as diferentes bancadas partidárias da Câmara dos Deputados. As iniciativas de cada deputada são apoiadas pelas outras companheiras, além de ações conjuntas em torno de propostas de interesse comum, que são encaminhadas suprapartidariamente pela bancada.

Essa consciência de gênero quando não é adquirida no processo eleitoral é incorporada nas articulações partidárias e em torno de projetos comuns de interesse das mulheres, fato considerado bastante relevante.

Referências

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. In: **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p.193-215, jun. 2005.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Pierre Bourdieu: Escritos de Educação**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.p.39-64.

CASIMIRO, Isabel Maria Alçada Padez Cortesão. **Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique**. Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia. Dissertação de Mestrado. Coimbra, 1999. 304 f.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ERUNDINA, Luiza. Mulher e política no parlamento. **Caderno de Crítica Feminista**, v. 2, n. 1, p. 40-47, dez./2008.

FERREIRA, Maria Mary. Relações de classe e gênero na escola: revisitando conceitos de igualdade, desigualdade, diferença, classe e gênero. In: **Revista tempos e Espaços em Educação**. Sergipe. Ed. UFS, V. 12, jul./dez. p.57-68, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/revtee/issue/current/showToc>. Acesso em: 12 set. 2014.

FERREIRA, Maria Mary. Feminismos no nordeste brasileiro: histórias, memórias e práticas políticas. **Revista de la Universidad Bolivariana**, v. 10, n. 10, 2011, p. 145-160. Disponível em: < <http://www.scielo.cl/pdf/polis/v10n28/art09.pdf> > Acesso 22 maio 2014.

_____. **Os Bastidores da Tribuna: mulher, política e poder no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2010.

_____. **As caetanas vão à luta: feminismos e políticas públicas no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2007.

_____. **Vereadoras e prefeitas maranhenses: ação política e gestão municipal com enfoque de gênero**. São Luís: EDUFMA, 2015

_____. Representação Feminina e construção da democracia no Brasil. In: **Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**, 8. Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Portugal, 16-18 set. 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/MaryFerreira.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2014.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORAES, Thiago Perez Bernardes de, et al. Mulheres, política e sub-representação: um estudo sobre a correlação entre qualidade da democracia, ideologia e mulheres nos Parlamentos. **Derecho y Cambio Social**. Disponível em: <http://www.derechoycambiosocial.com/revista036/MULHERES_POLITICA_E_SUB-REPRESENTACAO.Pdf>. Acesso em: 23 out. 2014.

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Cláudia de Lima, SCHMIDT, Simone Pereira (Org.). **Poéticas e políticas feministas**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2004.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica à razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida**: feminismo e Ciências Sociais. São Paulo: EDUNESP, 2004.

Mulher(es), história(s) e poder(es): versões da política¹

Maria Luzia Miranda Álvares²

1. Introdução: o olhar metodológico na história das paraenses no poder

A maioria dos estudos sobre as mulheres na política tem sido realizada por meio de análises dos dados agregados, exibindo-se os números absolutos e percentuais da presença delas nesse campo ainda incipiente quanto à participação e representação feminina em cargos decisórios. Ana Alice Costa (1998) inovou a sua abordagem ao utilizar entrevistas em profundidade extraindo subsídios para o reconhecimento dos antecedentes sociais das vereadoras e prefeitas baianas nos anos de 1982, 1988 e 1992, sendo seu estudo um dos pioneiros nesse aspecto que consiste em um olhar subjetivo sobre o percurso político das mulheres brasileiras na esfera do poder local. No enfoque recente de Rabay e Carvalho (2010) há uma avaliação seminal sobre a história de como essas mulheres chegaram a um

1 Este artigo tem base no Relatório Final do Projeto de Pesquisa “Mulheres na Política: Histórias de Percursos e de Práticas” – CNPq Processo nº 402518/2010-1, aprovado em maio de 2013. Na oportunidade, agradeço os recursos recebidos dessa agência financiadora. Agradeço também aos bolsistas do projeto: Carla Moreira, Thais Pinheiro, Manuela Rodrigues, Nilson Souza Filho, Thiago Paiva, Adson Pinheiro, Taritha Figueiredo e Benedito dos Santos, que percorreram rios e estradas nos municípios paraenses em busca dessas histórias singulares de mulheres na política. Parte deste texto foi apresentado no Encontro “Fazendo Gênero 10: Desafios Atuais dos Feminismos”, 2013.

2 Doutora em Ciência Política/IUPERJ. Docente voluntária da Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Faculdade de Ciências Sociais. Coordenadora do GEPEM/UFPa. luziamiranda@gmail.com.

cargo eletivo, entre a aprendizagem e o empoderamento. As autoras buscam demonstrar quais as vias de acesso que as mulheres na Paraíba desenvolvem no alcance de um cargo eletivo, numa área ainda marcada pelo sexismo. Para isso, foram a campo extrair os registros das histórias pessoais das “candidatas mais bem votadas nas eleições estaduais e federais de 1998, e as três novas deputadas estaduais eleitas em 2002, na Paraíba”, utilizando-se do recurso da história de vida e da entrevista autobiográfica. Por meio dessas versões, as autoras avaliaram as formas com que essas mulheres construíram as suas trajetórias pessoais para alcançarem a representação política.

Na pesquisa “Mulheres na Política: Histórias de Percursos e de Práticas” (ÁLVARES, 2010), da qual este artigo foi extraído, intentou-se analisar os antecedentes sociais de prefeitas e vereadoras eleitas em 2008, no Pará, como uma relevante contribuição aos referidos estudos, englobando a identificação de uma iniciação familiar, profissional ou política no processo de inserção na competição eleitoral, que levou essas mulheres aos cargos majoritários e proporcionais no âmbito municipal. Por outro lado, ao traçar um perfil dessas mulheres, com base nos cargos que elas assumiram, elaborou-se um quadro geral demonstrativo desse estudo de caso, com as variáveis de maior evidência extraídas das suas respectivas histórias de vida, cujos dados foram obtidos das análises das entrevistas³.

Nessa argumentação de que os números agrupados fragilizam o olhar para a constituição das personagens femininas no campo político, supôs-se que uma outra metodologia de abordagem empírica trouxesse maiores subsídios para o conhecimento do perfil mais substancial das mulheres que concorrem aos cargos eletivos. Pensou-se que, ao conhecer a história de vida dessas mulheres, seriam abertas outras vertentes de uma microhistória singular, apontando o percurso que elas fazem/faziam até a opção pela carreira política, analisando-se o papel delas enquanto indivíduos, a conjuntura em que conviveram com a família, os aspectos educacionais, culturais, sociais e políticos de seus relatos pessoais e de sua própria história. Com isso, houve comprometimento com uma vertente

3 As entrevistas foram devidamente autorizadas por meio de um termo de cessão de direitos de uso de entrevista gravada e imagens (fotos), assinado pelas entrevistadas.

metodológica, privilegiando as discussões em torno da nova epistemologia da ciência histórica, que desde o século XIX sofria críticas e pressões conforme se sustenta a emergência das ciências, e desabrigoando certas fontes antes hierarquizadas por se constituírem em critérios de verdade histórica, desconfiando e desqualificando outras metodologias aplicadas, que circunstanciavam análises de fatos políticos. Daí certo peso que a História carregou durante muito tempo de somente se preocupar com a interpretação do passado.

Ao fazer o recorte para o momento atual em que a história recente e o uso de testemunhos diretos de cidadãos e cidadãs têm a ver com a investigação dos fatos históricos, a *história do tempo presente* emerge como vetor de desenvolvimento de uma nova etapa dos estudos históricos, uma tecnologia metodológica que hoje favorece a interdisciplinaridade e a interligação com outras fontes, como o uso da história oral e da memória (não sem pressões, diga-se), vetores de análise sobre o tempo presente.

Diz Marieta de Moraes Ferreira (2002, p. 320) que:

O aprofundamento das discussões sobre as relações entre passado e presente na história, e o rompimento com a ideia que identificava objeto histórico e passado, definido como algo totalmente morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente, abriram novos caminhos para o estudo da história do século XX. Por sua vez, a expansão dos debates sobre a memória e suas relações com a história veio oferecer chaves para uma nova inteligibilidade do passado.

O novo olhar para o estudo da história recente carece, sem dúvida, de tecido metodológico com o uso de regras estabelecidas pela comunidade científica. Não é sair por aí com um gravador e recolher depoimentos orais sem um preparo condizente com o que será acolhido do relato individual ou coletivo, necessário ao tema da pesquisa, e dizer que é “científico”. Mas a história oral e a memória refletem hoje uma dimensão ímpar, estabelecendo contornos diversificados sobre uma base de dados estatísticos que um/a pesquisador/a extrai e considera irretocáveis, analisando determinados fatos.

No presente texto necessário se torna, também, a exposição do cenário quantitativo do eleitorado e das candidaturas para ter uma avaliação do quadro eleitoral no período estudado.

2. Configurando um cenário eleitoral

Nas eleições de 2008, o eleitorado paraense⁴ compunha-se de 4.515.590 de eleitores, sendo que 2.260.292 (50,06%) homens e 2.251.858 (49,87%) mulheres.

No quadro de filiados/as havia 65.534 cidadãos/ãs regularmente inscritos nas organizações partidárias do Estado, representando 1,45% do total do eleitorado, equivalendo a 0,83% e 0,61% de homens e mulheres respectivamente.

Conforme a Tabela 1, de 23,48% de mulheres candidatas ao parlamento municipal 12,79% foram eleitas. Às prefeituras concorrem e se elegendem, como se vê, muito mais homens.

Tabela 1: Distribuição das candidaturas e eleitos por sexo, cargo, situação. Pará, eleições 2008, 1^o e 2^o turnos

| UF | Cargo | M/cand | M/Eleitos | F/cand | F/Eleitos | Tot./ Eleit | Total/ Cand |
|----|----------|--------------------|-------------------|-------------------|-----------------|-------------|-------------|
| PA | PREFEITO | 414 (88,46%) | 132 (91,66) | 54 (11,53%) | 12* (8,33%) | 144 | 468 |
| PA | VEREADOR | 10.086 (76,52%) | 1.193 (87,20%) | 3.094 (23,48%) | 175 (12,79%) | 1.368 | 13.180 |

Fonte: TSE - Dados disponíveis em set/2010 no site www.tse.gov.br. Agregados pela autora.

*O registro do CFEMEA sobre as prefeitas eleitas no Pará difere deste, pois esse boletim refere 14 prefeitas eleitas (RANGEL, 2010). O fato se deve a que duas prefeitas foram cassadas havendo nova eleição sendo vencedores dois homens, então em 2008 o Pará elegeu 12 prefeitas.

⁴ Dados disponíveis em set./2010 no site do TSE referentes a julho/2008 (www.tse.gov.br).

A partir desta configuração eleitoral no Pará foi delineado o quadro da pesquisa a ser desenvolvida sobre o reconhecimento das mulheres na política e suas histórias e percursos de ativismo.

3. Trajetórias pessoais das mulheres nos depoimentos sobre histórias singulares

O estudo de caso com base nas histórias de vida extraídas de entrevistas em profundidade de 62 mulheres eleitas em 2008 aos cargos majoritários (9) e proporcionais (53) de 31 cidades paraenses favoreceu explorar as evidências da forma de elas transitarem em um espaço ainda pouco afeito a sua presença, apesar dos 82 anos de conquista do direito do voto feminino no Brasil, mas inferiu as dissensões partidárias que emergem nesses locais em intrigas paroquiais, e o formato das estratégias que são construídas para o alcance de êxitos eleitorais.

Este estudo obteve informações contributivas para a investigação, em dados pessoais, desse diálogo assimétrico entre o/a pesquisador/a e a interlocutora, acerca do saber, das crenças, da integração familiar, política e social, dos sentimentos, dos desejos e atitudes dessas mulheres, em vários campos de sua vivência. A partir dessas histórias que esquadrinharam fatos e versões sobre a situação político-partidária de mulheres no poder, foi possível elaborar um quadro geral do perfil dessas mulheres com determinantes das identidades de prefeitas e vereadoras paraenses entrevistadas.

Das 12 prefeitas eleitas, foram entrevistadas 9. E das 175 vereadoras eleitas foram entrevistadas 53, devido à metodologia de seleção de depoentes.

4. As arenas pessoal e política e os bastidores da competição eleitoral: fatos e versões

Nas versões das prefeitas e vereadoras paraenses eleitas em 2008, em histórias de vida ensejando sua biografia no processo de inserção na política local, não houve nenhum testemunho de que as metas das políticas

públicas para o crescimento do número de mulheres constituíssem um dos parâmetros de sua carreira nos espaços do poder local. Na verdade, o exposto pelas entrevistadas, de forma enfática, referiu-se aos mecanismos de transferência do capital político acumulado nas suas trajetórias, fossem estas familiares, profissionais e/ou políticas, para assumirem um cargo de liderança no partido e/ou no poder legislativo ou executivo. Nota-se, nessas narrativas, a inserção numa arena desafiadora, de certa forma contrária às representações femininas ainda subjugadas pelo sistema de dominação das relações de poder de gênero, aprendidas culturalmente. Por exemplo, veja-se a declaração da Prefeita de Santa Maria do Pará, Marifrança Oliveira (PP), sobre a atitude de cidadãos/ãs de sua cidade em torno do cargo que estava exercendo: “Já vencemos muitas barreiras como mulher, mas ainda há discriminação. (...) Até hoje dizem que quem manda [na prefeitura] é o meu marido”.

Outra declaração, da prefeita de Abaetetuba, Francinete Carvalho (PSDB), apreendeu o ranço do preconceito de pessoas da cidade, ao revelar:

Na verdade eles ainda esperavam que eu tivesse um marido que me acompanhasse nos eventos, o esposo da prefeita, mas eu resolvi lidar com a verdade, ao invés de manter um casamento de fachada, a qualquer custo. Resolvi dizer: eu sou uma mulher livre, independente. E no momento acho que a melhor opção para mim não é uma união estável, é ter um envolvimento com uma pessoa que eu amo, que eu gosto e que eu estou conhecendo ainda.

O caso da vereadora Maria do Socorro Cavalcante da Cunha (PSDB)⁵, de Breves, mostra as tendências do preconceito se evidenciar no espaço dos arranjos partidários, ao esclarecer o custo que teve que pagar por sua relação homoafetiva de 23 anos:

Ela [parceira] é de Portel e se criou em Belém, foi aprovada no concurso do IBGE e chegou a Breves, nos conhecemos e fomos morar juntas de uma hora para outra. (...)

⁵ Inicialmente foi filiada ao PP, mas em 2007, a convite de um líder partidário, Luís Rabelo, migrou para o PSDB.

Na eleição de 2004, quando o prefeito me convidou para ser vice, eu tinha muito cuidado com essa questão. E então ele falou: “Socorro tu vais...?” Eu disse: se o senhor me chamar aqui para discutir política educacional, vamos amanhecer, mas se me chamou para falar da minha vida pessoal, essa eu não discuto com o senhor, nem com ninguém! (...)

Então o Presidente da Câmara foi capaz de ir à Assembleia de Deus falar para o pastor [sobre o relacionamento com outra mulher]. E tentou minar, mas isso não fez efeito, fez um efeito contrário. (...)

O prefeito tinha muita vontade de me indicar, pois era um nome que corria na cidade. Ele me chamou, eu nunca contei para ela [a companheira], para não magoá-la, falou mesmo assim: “Poxa, Socorro se não fosse isso... eu te indicava”. Então eu fiz um escândalo... Mas quando ganhei a eleição, sendo a mais votada... pensa no arrependimento desse povo.

Se Francinete Carvalho, saindo de um casamento hetero, sentiu o peso de não ter um marido para apresentar ao eleitorado e foi reeleita, Maria do Socorro Cavalcante da Cunha tinha uma parceira, vivia num outro tipo de relação afetiva e foi proibida de concorrer pelo gestor que a queria candidata a vice na chapa dele. Ela concorreu, contudo, para uma vaga à câmara municipal e recebeu a maior votação dentre os concorrentes ao cargo. Na verdade, deve-se reconhecer, também, que os cargos ocupados por Socorro Cunha, na área da Educação, tendo sido Secretária de Educação e assumido outros postos de gestão nessa área, certamente renderam capital político significativo, prevalecendo a sua competência sobre a ideologia homofóbica.

Nas situações preconceituosas reveladas, há depoimentos que apontam para a relação afetiva desgastada, devido ao desencontro entre a função pública e política da mulher e as relações de gênero ainda prevalentes. A versão de Antônia Carvalho de Albuquerque, vereadora de Marabá, filiada ao PT, demonstra que não importa a ideologia do partido, se de esquerda ou direita, o que prevalece é a ideologia sexista:

A minha separação, apesar de eu ser casada com um companheiro de partido, foi porque ele era extremamente conservador em alguns aspectos. Ele queria que eu estivesse em casa na hora do almoço, mas eu estava na greve ou dando uma entrevista, ou numa daquelas confusões inerentes ao sindicato, aquelas articulações, aquela coisa toda. Então a minha vida dentro de casa se tornou um verdadeiro inferno do ponto de vista da convivência... (...) Sofria violência doméstica muito forte (...) não era só violência psicológica, era física... dentro do carro... quantas vezes a gente quase perde a direção trocando pancada... A violência chegou a um ponto que os meus filhos deitavam e ficavam observando se ouviam a minha voz (...). Toda vez que a gente deitava ele fazia uma avaliação do dia... que ele tinha chegado tal hora e eu não estava...

Os vínculos que as mulheres estabelecem com a sua comunidade se tornam maneiras de “fazer políticas”, segundo elas, comprometidas em assegurar benefícios ao conjunto de habitantes do seu lugar de moradia. Na história de vida de muitas prefeitas e vereadoras, é interessante anotar o meio de se tornarem sedutoras sem o peso da política como “politicagem”, como diz a paranaense Maria de Lourdes de Souza (DEM), nome de “guerra” Malu, residente em Belterra (PA), lavradora/verdureira/presidente comunitária, no terceiro mandato parlamentar – 2000/2004/2008 – e reeleita para o quarto em 2012.

Meu destaque foi oferecendo cheiro verde. “Quem quer o cheiro da Malu?” – uma forma de chamar a atenção. E como “a moça da verdura” fiquei conhecida, também, na comunidade, e veio a oportunidade de me tornar presidente [comunitária] (...). Eu fui eleita três vezes. (...) Construimos nossa igreja em tempo recorde: 42 dias, a igreja de São Pedro. (...) Então todo mundo começou a dizer: “Malu, entra [na política], nós estamos contigo! (...) se estás construindo alguma coisa conosco sem ter poder nenhum, imagine se um dia tiveres”. (...) Então eu entrei. (...) Minha primeira campanha eu fiz de pé, fiz de bicicleta, fiz de carona de madeiroiro. Vocês não sabem quantas caronas eu peguei na minha vida, só vivia na beira da estrada! Eu visitei, se não me falha a memória, 37 comunidades em cima de duas

rodas! (...) No primeiro pleito eu não concorri. Eu ajudei um amigo, mas na segunda legislatura eu entrei! E de lá para cá...

O percurso eleitoral de Malu está relacionado a dois níveis de trajetória pessoal – o profissional e o político. Quanto a sua admissão partidária, ela evidencia o convite dos professores Edwaldo Marques e Luciano ao PDT, o primeiro partido ao qual se filiou em 1998, e do deputado Lira Maia para filiar-se ao DEM, após 2006.

Então eu peguei a presidência do PDT, fundei o PDT Jovem, o PDT Mulher. Fizemos um trabalho bacana. Primeira eleição fui eleita pelo PDT, segunda eleição pelo mesmo partido. (...) Quando foi na terceira que foi quando me ludibriaram, 2006, me colocaram como candidata a Deputada Estadual, então pedi renúncia e saí do partido. Porque o Osmando Figueiredo [líder do PDT] deixou bem claro quando ele veio numa reunião aqui em Belterra: “Ou faz o que eu quero ou é convidada a se retirar!” Então me retirei. Os incomodados que se retiram, e eu estava me sentindo incomodada, me retirei.

O relacionamento com os familiares inseridos na política local tem beneficiado as formas de integração aos partidos de mulheres que aspiram a um cargo de representação parlamentar e/ou no executivo municipal. Mas não só essas evidências de aproximação bastam para o processo eleitoral. Sem dúvida, as relações familiares e o vínculo a pessoas conhecidas são apropriados para manter o percurso escolhido. Há também as maneiras de sensibilizar o eleitorado em forma de contatos pessoais e/ou assistenciais à população, convergindo para garantir o número de votos necessários a compor o quociente partidário e elegê-las.

A vereadora Edna Maria Canuto de Sá (PSB), natural de Caaporó, Mato Grosso do Sul, mas residente desde criança em Redenção (PA) e, depois, em Floresta do Araguaia (PA), especifica as maneiras de ser em uma cidade que começava a nascer e pela qual transferiu uma parte de sua história de vida.

Nós moramos em Redenção durante 13 anos, compramos uma terra aqui em Floresta do Araguaia, mudamos para cá. Quando

chegamos ainda não era emancipado, ainda pertencíamos à Conceição do Araguaia e a dificuldade era muita. Não tínhamos médicos no hospital, não tínhamos estrada, não tinha mercado, só uns dois comércios. Então ele [o marido] se envolveu muito para ajudar o município onde tínhamos terra que queríamos ver crescer junto com o município. Lutamos também pela emancipação de Floresta do Araguaia, porque lá em Redenção já tínhamos um conhecimento maior com outros políticos. O irmão dele [marido], Argemiro Gomes da Silva (PMDB), foi prefeito em Rio Maria por dois mandatos (1997 e 2000), foi vereador em Conceição do Araguaia, mas foi assassinado em Rio Maria.

Os contatos iniciais para inscrever-se na política eleitoral vieram da família do marido. Nesse relato de Edna Canuto de Sá revela-se o clima de violência dessa região, pois seu cunhado foi assassinado por vereadores de Rio Maria em plena campanha eleitoral, em agosto de 2008. Esse fato foi noticiado na imprensa paraense. Diz “O Diário do Pará”, sobre o caso:

O município do Sudeste do Pará é marcado pela violência, por mortes de encomenda e intensos conflitos pela posse da terra. Lá também foram assassinados o líder sindical João Canuto e seu filho, em 1985, bem como o presidente do mesmo sindicato, Expedito Ribeiro, em fevereiro de 1992.

É ainda a vereadora Edna Sá quem avalia o formato do ativismo comunitário aplicado por ela e pelo marido em Floresta do Araguaia, rendendo-lhes forte capital político. Na verdade, essas atividades evidenciam muito mais o assistencialismo que permeia os períodos de sedução ao eleitorado do que o envolvimento em movimentos sociais, como a própria Edna comenta:

Nós nunca estivemos envolvidos em movimentos, nunca fomos assim de participar de movimentos. Tínhamos amizade, mesmo, diretamente, com o político, com o prefeito, o vereador (...). Depois desse trabalho [de luta pela emancipação do município] ficamos muito conhecidos. Meu marido é dentista

prático, ele extraia dentes em várias regiões, em todos os colégios da região, mais de 10 mil pessoas foram beneficiadas. E nas viagens que fazíamos na zona rural eu trazia as crianças doentes, as gestantes, levando para minha casa (...) e muitas eu só trazia de volta quando o bebezinho já tinha um mês, quinze dias.

Os mecanismos de agregação da sociedade em torno da indicação de nomes para a representação política local também foi um forte meio de articulação e engajamento da comunidade favorável à Edna, cujo nome político na urna era Edna do Fernandão (seu marido):

Na época da campanha para eleger o primeiro prefeito de Floresta do Araguaia, o irmão dele [marido] saiu candidato, mas não se elegeu. Então na campanha seguinte criou-se um grupo de pessoas do bairro, representantes das pessoas que realmente tinham um interesse no crescimento do município para lançar um representante do setor onde eu morava. Disseram: vamos apoiar a dona Edna para representar essa parte da cidade que é a que eu moro até hoje. Fui candidata a vereadora pela primeira vez, não fui eleita, porque o nosso partido não teve coeficiente. Na eleição seguinte me candidatei novamente e fui eleita (...). Fiz um trabalho, na realidade, que eu já vinha fazendo há muito tempo, trabalho social, e fui vereadora quatro anos, e agora estou candidata à reeleição para ajudar o nosso município a continuar crescendo.

Entre a conjugação da vida privada (familiar) e a esfera pública, há um referencial significativo, mas não imperativo de mulheres na política. São trajetórias familiares que prosseguem na tradição e, às vezes, se mesclam com as duas outras formas de ascensão ao poder, a profissional e a política. Tanto entre as prefeitas, quanto entre as vereadoras paraenses deste estudo de caso, há ênfase sobre a situação familiar que Ana Alice Costa (1998) vislumbrou entre as parlamentares e prefeitas baianas do período de 1982-1992. No caso do Pará, há situações interessantes. Os vínculos criados com o eleitorado pela prefeita Élia Jacques Rodrigues (PMDB), de Peixe-Boi, foram devidos a sua atividade na assistência comunitária durante o cargo

do marido então prefeito, depois vice, e liderança política do lugar, mas houve uma linhagem influenciada pelos demais familiares.

Tio Preto foi vice-prefeito e foi prefeito e ficou dois mandatos, inclusive um mandato que foi prorrogado por mais dois anos. Então ele teve um mandato de seis anos e mais um de quatro anos; a esposa dele, que faleceu ano passado também foi vereadora e vice prefeita. Meu pai foi vereador, foi candidato a prefeito duas vezes, não conseguiu eleger-se, mas foi vereador, em dois ou três mandatos.

Para a vereadora Nailza Nascimento (PP), do Acará, o vínculo familiar vem da mãe que foi a primeira vereadora do município. Em Santo Antônio do Tauá, Joana Célia Monteiro (PSDB), ainda no primeiro mandato parlamentar, diz ter sido iniciada pelo marido que já exerceu dois mandatos para a Câmara Municipal.

Caso interessante é o de Raymunda Nonata Rocha Teixeira, cujo marido é pastor de uma igreja que agrega cerca de três mil pessoas, coordena outras 70 igrejas evangélicas, sendo ele o articulador da campanha política da esposa. Nesse caso, a linha familiar tende mais a uma intensa circulação do nome de Raymunda [codinome Ray] num ambiente religioso e de grande clientela, extraindo daí a base política que a elege. Não deixa de ser o uso da religião pela política. Ela já exerceu três mandatos, o primeiro pelo PMDB e as duas últimas legislaturas pelo PSDB, sendo reeleita para o quarto mandato nas eleições de 2012.

Em Altamira, a prefeita Odiléia Sampaio (PSDB) diz que embora seu marido seja filiado ao partido, nunca se lançou candidato, mas foi ele quem a filiou e a introduziu no meio político. A prefeita de Santarém, Maria do Carmo Martins Lima (PT), iniciou-se através do pai que foi prefeito por esse município e deputado estadual. Em São Sebastião de Boa Vista, Maria das Graças Costa Souza (PT), vereadora já no segundo mandato, diz que sua vida política tem forte vinculação com o marido que é prefeito do município. O caso de Julia Rosa, de Marabá (PDT), poderia inverter sua carreira política: seu pai era vereador, tendo sido perseguido, cassado e preso no golpe militar de 1964, pois fazia parte do PCB. A vereadora filiou-

se inicialmente ao PMDB e só mais tarde migrou para o partido atual, estando no segundo mandato.

A migração partidária e as denúncias de corrupção fazem parte da arena política e de bastidores na competição eleitoral que essas mulheres vivenciam. A troca de partido entre os parlamentares brasileiros eleitos tem sido um tema em estudos no Brasil, destacando-se as contribuições de Carlos Ranulfo de Melo (2000)⁶. Por esses estudos e pelos dados da pesquisa torna-se evidente que este fenômeno tem outra conotação quando os competidores estão num degrau anterior de acesso à cadeira parlamentar. No caso das entrevistadas paraenses, ao afirmarem que a motivação para o deslocamento pessoal de um partido para outro (ou outros)⁷, ao longo de sua trajetória política, deveu-se a conflitos internos e ideologia partidária, há uma razão muito forte nesse estágio da competição. Trata-se da demanda por determinados cargos eletivos entre os que estão interessados em competir e também entre os partidos que avaliam o potencial prospectivo dos “migrantes” para determinados cargos, expondo o jogo seletivo de candidaturas⁸. Esta situação força os prováveis competidores em fase de “migração” a obedecerem às regras eleitorais e partidárias que estipulam um período mínimo de permanência no novo partido – um ano antes das eleições – com a racionalidade das reacomodações sendo explicada, na formação da lista com as indicações dos lugares demandados, quer pela motivação pessoal do/a aspirante, quer pelo interesse do partido.

Dos 62 casos deste estudo, 11 mulheres trocaram quatro vezes de partido, seis estiveram filiadas em três e 24 em dois, por vários motivos, o que representa um número significativo de mudanças. Vinte e uma seguiram num mesmo partido, sendo que 15 estão no primeiro mandato e somente seis no segundo.

6 O autor procura explicar o motivo endêmico da mudança de partido no interior da Câmara dos Deputados, desde 1985, argumentando que este fato tende a ser “um comportamento racional para deputados preocupados com a sobrevivência política no contexto político e institucional pós-redemocratização” (MELO, 2000). André Marengo dos Santos (2000) também contribuiu para o estudo da migração partidária entre os parlamentares brasileiros desde 1946 a 1998.

7 Há casos de candidatas que já trocaram mais de quatro legendas.

8 Evidencia-se a fase do recrutamento do lado da oferta e da demanda partidária por um/a candidato/a.

A vereadora Julia Rosa (PDT) confessa simpatizar com os partidos de centro-esquerda, elegendo-se, pela primeira vez, pelo PMDB, vindo do MDB. Quando o PSDB foi criado, manifestando-se como um partido que queria romper com a estrutura de poder armada pelo PMDB, migrou mas o novo partido tornou-se para ela uma grande decepção. Então ela deixou o PSDB filiando-se ao PPS, que era o antigo PCB, partido do pai dela. Mas viu que deveria migrar novamente porque não sentiu muitas afinidades com o grupo local e, segundo ela, houve ainda um sério desentendimento que a deixou muito magoada. Então resolveu filiar-se ao PDT e nesse partido é a 3ª eleição que disputa um cargo:

É no PDT onde quero encerrar a minha trajetória, não penso mais em mudar de partido. Acho que temos que questionar, que brigar dentro da própria estrutura partidária para mudar as coisas, mas já passei muita decepção.

O processo de migração partidária não se dá por um único motivo, segundo as várias versões das mulheres entrevistadas. A vereadora Rosemeire Barbosa Pontes, de Curionópolis, foi filiada ao PL em 1988, no ano de emancipação da cidade, convidada pelo primeiro candidato a prefeito, Salatiel Almeida. Fez parte do grupo político para organizar a campanha do candidato e com isso ele se elegeu. Decepcionou-se com a má gestão dele, saiu do partido, sendo convidada a candidatar-se pelo PDT, filiando-se em 1997. Outra decepção levou-a a transferir-se para o PRP. Desfilou-se em seguida e ficou por muito tempo sem partido. Uma colega da Secretária de Educação seduziu-a para filiar-se ao PSDB, sendo eleita e exercendo já dois mandatos por esse partido.

Quanto às denúncias de corrupção envolvendo as mulheres na política, estas também fazem parte do percurso que elas constroem e, dos bastidores, se deslocam para a arena competitiva. A prefeita de Palestina do Pará, Maria Ribeiro da Silva (PSDB), quando pleiteava a reeleição em 2012, foi acusada por meio de um dossiê entregue por seus adversários à Procuradoria da República, contendo casos de nepotismo, superfaturamento na compra de gasolina, locação de veículos e pagamento indevido de diárias para funcionários. Alguns de seus auxiliares também

foram denunciados, assim como parte da família da prefeita, num esquema que estaria proporcionando enriquecimento ilícito. “Os familiares da prefeita vêm exibindo carros de luxo, fazendo festas constantemente, enquanto a população sofre com a falta de serviços básicos”, conforme referenciado em documentos encaminhados ao Ministério Público Federal por vereadores da cidade. Maria Ribeiro foi reeleita para o quadriênio 2012-2016. Mas, em 31 de janeiro de 2013, segundo o noticiário da imprensa, a justiça eleitoral de São João do Araguaia teria afastado do cargo a prefeita tucana reeleita com 2.338 votos (50,47%) pela Coligação “A vez do Povo Continua”, assumindo o presidente da Câmara Municipal.

O juiz Luciano Mendes Scaliza, da 57ª Zona Eleitoral, julgou procedente a representação eleitoral formulada pela Coligação Majoritária “Palestina de volta ao Progresso”, formada por PMDB, PT, PTB, PRP e PCdoB, contra a prefeita e reconheceu a prática de Condutas Vedadas aos agentes públicos em Campanhas eleitorais e captação ilícita de sufrágio, previstas, respectivamente, no par. 10º do art. 73, e do art. 41-A (duas vezes), todos da Lei 9.504/97, e forte no caput do citado art. 41-A e no par. 5º do art. 73, também da lei das eleições.

Segundo noticiário na imprensa, o TRE-PA deveria marcar novas eleições, uma vez que a prefeita cassada obteve votação superior a 50% dos votos válidos. Mas a essa sentença ainda caberia recurso⁹. Em uma pesquisa nos registros do TSE, relacionando eleições suplementares com o teor da cassação de Maria Ribeiro, verifica-se não haver nenhuma referência, em 10/04/2013, deduzindo-se que o recurso interposto pela coligação e o partido da prefeita eleita foi aprovado, negando-se provimento à denúncia contra ela. Todavia, uma atualização desta notícia foi registrada em junho/2013:

Na manhã desta terça-feira, 25, o pleno do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) confirmou a decisão do juiz Luciano Mendes Scaliza, da 57ª Zona Eleitoral, de cassar o mandato da prefeita

9 Esse noticiário foi postado pela Agência Araguaia CAPC em 9 de abril de 2012 em Bico do Papagaio, Pará. Cf. <http://www.folhadobico.com.br/04/2012>. Acessado em: 10 abr. 2013.

reeleita de Palestina do Pará, Maria Ribeiro da Silva (PSDB) e de sua vice Maria Liduína Pantoja. O TRE convocou nova eleição para prefeito no município. As acusações eram de condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais e captação ilícita de sufrágio.¹⁰

Destaca-se, por fim, que a interatividade de convivência entre as mulheres que escolheram a carreira política para suas atividades no cotidiano com a comunidade, deslocando-se do espaço privado da casa para o espaço num cargo público e político, diferencia-se dentre as da área rural. Odacy da Silva (PR), quase 70 anos, 20 como vereadora em cinco mandatos, na cidade de Peixe-Boi, diz que

(...) essa vida de político do interior é gostosa (...), lida-se com muita gente, cada pessoa é uma personalidade. (...)

Convivo com as pessoas dia-dia, elas vão à minha casa, tomam cafezinho, batem papo, visito umas comunidades como o Cedro. Como as chuvas estão muito fortes, as estradas estão horríveis, então há as reclamações das pessoas, trago o prefeito para ver, ouvir os reclamos do pessoal. Esse é o dia-a-dia da gente aqui. (...) O vereador é porta-voz do povo, acredito que em toda cidade ele tem mais aproximação que o prefeito. A minha casa é pública, todo mundo entra, faz as reclamações, é mais fácil que se aproximar do prefeito. E é esse o meu dia-dia.

A versão da parlamentar tem um aspecto que foi identificado em todos os casos estudados: há uma certa desmontagem da dicotomia sempre estudada sobre a situação das mulheres ao fixá-las no espaço privado, demonstrativo de sua exclusão do espaço público.

5. Considerações finais

Na verdade, foi observada, neste estudo de caso, a presença de situações que caracterizam um cruzamento entre essas duas áreas, nos limites de um confinamento entre a exploração da perspectiva eleitoral

¹⁰ Cf. <http://www.marabannoticias.com/noticias/politica/722-palestina-do-para-prefeita-maria-ribeiro-e-cassada>. Acessado em: 12 jun.2013.

de incluir o eleitorado como “um/a de nós” ao recebê-los/as na casa de moradia; e a criação de um *link* para o ativismo comunitário deslocado para o assistencialismo tendente a ser um meio de criar a sedução na sequência de integrar-se às necessidades da população e satisfazer as que são possíveis de realizar.

Dessa forma, conclui-se, apontando para uma atribuição recorrente sobre a elite política no poder: embora haja procedimentos que excedem o padrão tradicional das práticas políticas entre homens e mulheres, o jogo político-partidário e eleitoral reduz a visibilidade do diferencial entre eles e elas.

Referências

ÁLVARES, Maria Luzia M. **Mulheres na política**: histórias de percursos e de práticas. Projeto de Pesquisa CNPq 402518/2010-1. Belém: Universidade Federal do Pará, 2010.

COSTA, Ana Alice A. **As donas no poder**. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA, Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi 05**, Vol. 03, Julho-Dezembro de 2002, p. 314-332.

MELO, Carlos Ranulfo de. Por que mudam de partido os deputados brasileiros? **Teoria & Sociedade**. Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia. Belo Horizonte, out. 2000, n.6, p.122-77.

RABAY, Gloria; CARVALHO, Maria Eulina P. **Mulher e Política na Paraíba**. Histórias de vida e de luta. João Pessoa, Editora Universitária, UFPB, Assembleia Legislativa da Paraíba, 2010.

RANGEL, Patrícia. **Balanco das Eleições 2008** - Mulheres Candidatas e Eleitas. CFEMEA, 1/01/2010. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/>. Acessado em: 10 abr. 2013.

SANTOS, André Luiz Marengo dos. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente**: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2000.

A invisibilização das mulheres nas Relações Internacionais: um olhar a partir dos feminismos pós-coloniais

*Manuella Donato*¹

*Vico Melo*²

Introdução

O estudo e a formatação das relações internacionais passou a ter grande relevância no início do século XX, com a criação dos primeiros cursos universitários. Até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o seu estudo esteve a cargo de historiadores, juristas e diplomatas. Após a Primeira Guerra, as potências envolvidas perceberam a necessidade da criação de instituições de ensino e governamentais que entendessem a política internacional e os motivos que levam os países à guerra ou a paz.

Como nos ensina o teórico crítico das Relações Internacionais, Robert Cox (1986), toda teoria é sempre para alguém e com algum propósito, e o mesmo ocorre nesse campo de estudo. Apesar de sua variedade disciplinar e o diálogo com diversas áreas de conhecimento, a disciplina de Relações Internacionais consolidou-se tendo como fatores analíticos predominantes os conceitos de grandes poderes, hegemonias e economia política internacional numa perspectiva ocidental.

1 Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco e em Relações Internacionais pelo Institut Barcelona d'Estudis Internacionals. Professora na Faculdade Asces. manuodonato@gmail.com.

2 Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutorando em Pós-Colonialismos e Cidadania Global na Universidade de Coimbra. Professor na Faculdade Asces. vico_denis@hotmail.com.

Dessa maneira, a agenda de estudos internacionais constitui-se principalmente de temáticas relacionadas aos homens de Estado e às esferas políticas de caráter público, lugar tradicionalmente negado às mulheres. A invisibilização das mulheres como sujeitos das Relações Internacionais sustenta-se nos pilares coloniais da disciplina que é formulada principalmente nos grandes centros de poder.

Neste trabalho, pretendemos compreender a trajetória da produção teórica do feminismo nas Relações Internacionais e identificar as principais contribuições trazidas por tal corrente para a disciplina no que se refere à incorporação das mulheres e questões de gênero. Nesse sentido, buscamos identificar contribuições de perspectivas pós-coloniais, a fim de identificar desafios e possibilidades das diversas abordagens feministas para além das lentes ocidentais.

1. Incorporação dos estudos feministas às Relações Internacionais: duas gerações

É no contexto do pós-Guerra Fria que se identifica uma proliferação das abordagens feministas nas Relações Internacionais. Elas vão fazer parte do chamado terceiro debate³ e se unem às correntes pós-positivistas que propõem alternativas às análises realistas predominantes.

Tradicionalmente, o estudo das Relações Internacionais tem como foco as questões relacionadas à guerra e aos conflitos, à atuação da diplomacia e de governos, às leis e acordos internacionais oficiais, ao comércio e às negociações. Predominam os discursos de segurança e interesse nacional, e o uso de categorias como Estado, mercado e sistema afastam as referências às pessoas, ao papel que têm na realização da política, bem como nas diferentes formas pelas quais são afetadas.

Para Jacqui True (1996), a pouca atenção reservada às pessoas no estudo das Relações Internacionais configura-se numa irônica contradição,

3 Inicialmente chamado de debate entre racionalistas e reflexivistas, em discurso proferido por Robert Keohane na posse como presidente da *International Studies Association*, em 1988, foi, no ano seguinte, identificado como debate entre positivistas e pós-positivistas, em artigo de Yossef Lapid (1989), intitulado *The Third Debate: on the prospects of international theory in a post-positivist era* (O Terceiro Debate: sobre as perspectivas da teoria internacional em uma era pós-positivista).

tendo em vista que a disciplina nasce nos rastros da Primeira Guerra Mundial com uma preocupação normativa, a de prevenir a ocorrência de outras tragédias desse porte e de seus funestos efeitos sobre a humanidade. Assim, teria como finalidade a democratização da construção da política internacional e o empoderamento das pessoas como sujeitos das relações internacionais. Todavia, a disciplina vai se caracterizar pela impessoalidade, como a arena da *high politics*⁴ entre os Estados.

Nesse sentido, as abordagens pós-positivistas promovem uma mudança do enfoque exclusivo nas relações interestatais para análises mais abrangentes, que consideram uma maior diversidade de estruturas e atores transnacionais, e possibilidades de transformação na ordem mundial. As correntes feministas das Relações Internacionais trouxeram para o campo de estudo o conceito de gênero “como uma categoria empírica e uma ferramenta analítica relevante para analisar as relações de poder globais, bem como um ponto de partida normativo a partir do qual se constroem ordens mundiais alternativas” (TRUE, 1996, p. 231, tradução dos autores)⁵.

É a partir do conceito de gênero que as teorias feministas buscam estudar o papel de homens e mulheres nas sociedades e de que maneira são construídas as identidades masculinas e femininas. A forma “como pensamos ou não pensamos ou evitamos pensar sobre gênero” (FLAX apud SYLVESTER, 1996, p. 254, tradução dos autores)⁶ é central para as teorias feministas e será o ponto de partida para a análise feminista do sistema internacional e o estudo das Relações Internacionais.

A primeira geração de feministas nas Relações Internacionais se propôs a desafiar as bases de gênero implícitas nas quais se fundam a disciplina. As teóricas feministas buscaram mostrar que as estruturas, a história e o conhecimento sobre as relações internacionais são construídos a partir de uma certa perspectiva de gênero, à qual se relacionam o

4 De acordo com a Teoria Realista, as relações internacionais estão divididas entre a *high politics* (política de alta densidade), que seria basicamente referente a questões de segurança e de macroeconomia, e a *low politics* (política de baixa densidade), relacionada a questões sociais e domésticas.

5 No original: “as a relevant empirical category and theoretical tool for analysing global power relations as well as a normative standpoint from which to construct alternative world orders”.

6 No original: “how we think or do not think or avoid thinking about gender”.

estadocentrismo excludente e a natureza positivista da disciplina. Esse movimento teórico se dá no final da década de 1980 e integra o chamado terceiro debate, que questiona o foco ontológico e epistemológico tradicional das Relações Internacionais, e que tinha como principal alvo a corrente dominante nesse campo de estudo: o realismo.

Ao mesmo tempo em que se uniam aos esforços para desconstruir os discursos políticos predominantes, as feministas contribuíam para um entendimento mais abrangente e crítico das questões da política internacional. O ponto de partida de suas análises seria não as visões objetivas da teoria realista ou as lentes oficiais do *statesman* (chefe de estado), mas “embasadas em explicações nítidas de como mulheres de sociedades diferentes, muitas vezes desiguais, são usadas para sustentar os padrões mundiais que as feministas buscam transformar” (ENLOE, 1990, p. 18, tradução dos autores)⁷.

Em *Bananas, Beaches and Bases*, Cynthia Enloe (1990) destaca o papel das relações íntimas, identidades pessoais e vidas privadas na política internacional. Ela analisa o papel da política informal, muito menos transparente que a oficial e geralmente ignorada pelos trabalhos acadêmicos em Relações Internacionais. Esposas de diplomatas, trabalhadoras domésticas e ícones como Carmem Miranda são consideradas por Enloe em sua obra, para buscar compreender de que maneira o papel das mulheres influencia e é influenciado pela política mundial.

Essas mulheres não eram o tipo de atores internacionais que eu fui ensinada a levar a sério para tentar entender a política internacional. Porém quanto mais eu pensava sobre Pocahontas e Carmen Miranda, mais eu suspeitava que estava perdendo toda uma dimensão da política internacional – eu tinha um pressentimento de que as relações entre governos dependem não só de capital e armamento, mas também do controle de mulheres como símbolos, consumidoras, trabalhadoras e confortadoras emocionais. Eu também comecei a ver que marcas como Benetton e Chiquita Bacana são mais do que

⁷ No original: “rooted in clear explanations of how women from different, often unequal societies, are used to sustain the world patterns that feminists seek to change”.

meros veículos para tornar a política internacional relevante para os compradores de livros já afetados. Essas marcas, e esses processos pelos quais elas foram criadas, mercantilizadas e imbuídas de significado, expõem outra relação política internacional que é negligenciada. Aqui eu considero mulheres-consumidoras, tanto nos países industrializados como no Terceiro Mundo, como atores políticos globais. Além disso, como o turismo demonstra, as empresas e aliados governamentais estão comercializando coisas que geralmente não são pensadas como 'bens de consumo': praias típicas, a sexualidade das mulheres, o serviço de aeromoças. (ENLOE, 1990, p. XVII-XVII, tradução dos autores)⁸

Dessa maneira, por meio do olhar para as margens da política, as feministas contribuem para uma reinterpretação do poder e indicam que os estudiosos das Relações Internacionais têm, em grande medida, subestimado a difusão do poder e seu significado para a reprodução de uma ordem mundial hierárquica e desigual.

Entretanto, as diferenças ontológicas e epistemológicas das propostas teóricas feministas não são facilmente incorporadas pelas Relações Internacionais, e encontram dificuldades para adaptar-se às abordagens estadocêntricas e estruturais, bem como às metodologias utilizadas convencionalmente. Nesse sentido, é emblemático o artigo publicado em 1997 por J. Ann Tickner, intitulado *You Just Don't Understand: troubled engagements between feminists and IR theorists* (Você simplesmente não entende: relações entre feministas e teóricos das RI), em que a autora trata dos frequentes desentendimentos entre correntes feministas e tradicionais na área de Relações Internacionais (TICKNER, 1997).

8 No original: "These women were not the sorts of international actors I had been taught to take seriously when trying to make sense of world affairs. But the more I thought about Pocahontas and Carmen Miranda, the more I began to suspect that I had been missing an entire dimension of international politics – I got an inkling of how relations between governments depend not only on capital and weaponry, but also on the control of women as symbols, consumers, workers and emotional comforters. I also began to see that brand names like Benetton and Chiquita Bacana are more than merely vehicles for making international politics relevant to the already harried book-buyer. These logos, and the processes by which they have been created, marketed and assigned meaning, expose another neglected international political relationship. Here I consider women-as-consumers, in both industrialized and Third World countries, as global political actors. Furthermore, as tourism demonstrates, companies and their government allies are marketing things not usually thought of as 'consumer goods': typical beaches, women's sexuality, the service of flight attendants".

É, portanto, a partir dos avanços teóricos da primeira geração de feministas nas Relações Internacionais, que a segunda geração vai fortalecer e desenvolver a pesquisa empírica nesse campo de estudo. A categoria de gênero vai ser utilizada de forma analítica nos trabalhos de política externa, segurança e economia política internacional, bem como de outras questões pertinentes ao estudo da política global contemporânea. Dessa forma, as feministas possibilitam um suporte empírico para os desafios lançados pela primeira geração, posto que passam a demonstrar como as questões de gênero são relevantes para as relações internacionais.

2. Contribuições feministas ao estudo das Relações Internacionais

Fred Halliday (2007) nos ensina que, até o final dos anos 1980, havia uma certa “surdez” nas Relações Internacionais, no que se refere à importância que iam adquirindo as questões de gênero, em especial sobre o papel das mulheres, nas ciências sociais de forma geral. Ele lembra que os avanços ocorridos se relacionam diretamente com a ascensão dos movimentos de mulheres e feministas em algumas sociedades ocidentais.

Enquanto nas décadas de 1960 e 1970, a agenda do movimento feminista voltava-se para a participação política, a inclusão social e a cidadania como questões referentes ao âmbito doméstico do Estado, nos anos que seguem soma-se uma forte atuação do movimento de mulheres em âmbito internacional. O estabelecimento da Década das Nações Unidas para as Mulheres⁹ (1976–1985), bem como a realização das conferências internacionais¹⁰ promovidas pela Organização das Nações Unidas, configura-se como importante marco no posicionamento de questões de gênero na agenda internacional e de alguns Estados.

A influência da agenda feminista não se limita a incluir as questões referentes às mulheres nos estudos das ciências sociais, mas permite “um desenvolvimento significativo na agenda e nos conceitos estudados

9 A Resolução da Assembleia Geral da ONU que estabelece a Década das Nações Unidas para as Mulheres está disponível em: <<http://www.un-documents.net/a31r136.htm>>.

10 Entre 1975 e 1995 foram realizadas quatro Conferências das Nações Unidas sobre Mulheres: México (1975), Copenhaga (1980), Nairóbi (1985) e Pequim (1995).

em várias disciplinas acadêmicas” (HALLIDAY, 2007, p. 161). Entre as principais contribuições do pensamento feminista para o estudo das Relações Internacionais, identificamos a inclusão da categoria de gênero e de perspectivas metodológicas alternativas como fundamentais para repensar as questões da política internacional de formas mais amplas e críticas.

2.1 *Inclusão da categoria de gênero nos estudos sobre política internacional*

O conceito de gênero se refere às construções sociais que definem o masculino e o feminino e os papéis de homens e mulheres nas diferentes sociedades. A ideia ocidental hegemônica de masculinidade é associada, entre outras questões, à racionalidade e à autonomia, enquanto às mulheres associam-se características opostas, como emoção e fragilidade.

Comumente, essa concepção de gênero é entendida como inerente à natureza humana, e reproduz as relações de poder estabelecidas, quando transferida aos fenômenos sociais e políticos. De acordo com Joan Scott (apud TRUE, 1996, p. 236-237), “a oposição binária e o processo social das relações de gênero tem se tornado parte do significado de poder, e questionar ou alterar qualquer aspecto disso ameaça o sistema inteiro” (Tradução dos autores)¹¹.

No estudo das Relações Internacionais, o campo militar é bastante ilustrativo da reprodução das caracterizações de gênero hegemônicas. Os soldados são treinados para proteger especialmente mulheres e crianças e devem ter forte controle das dores físicas e das questões emocionais. A presença de homossexuais nas forças armadas é tema polêmico, como pudemos constatar durante o governo do presidente estadunidense Bill Clinton¹², em função da associação entre a orientação sexual e os papéis

11 No original: “*the binary opposition and the social process of gender relationships [have] both become part of the meaning of power itself [and] to question or alter any aspect of it, threatens the entire system*”.

12 Na campanha eleitoral para a presidência dos EUA de 1992, o candidato Bill Clinton defendeu a participação de homossexuais nas forças armadas, e enfrentou forte oposição de diversos setores. Quando eleito, a tentativa da Casa Branca de banir a proibição foi suprimida pela aprovação no Congresso do *Military Personnel Eligibility Act of 1993*, lei popularmente conhecida como *Don't Ask, Don't Tell*, que ‘permite’ que homens gays sirvam às forças armadas, contanto que não se pronunciem sobre sua identidade sexual. A lei foi revogada em 2010, com a assinatura, pelo presidente Barack Obama, do *Don't Ask Don't Tell Repeal Act*.

de gênero; os homens gays não teriam as características masculinas consideradas essenciais para a atuação militar e enfraqueceriam a efetividade das ações.

Para além das questões militares, os estudos feministas procuram mostrar que as relações internacionais são também determinadas por uma construção de gênero, o que inclui, além dos processos de militarização, as práticas da globalização capitalista e da soberania estatal.

Uma perspectiva de gênero nos permite discernir melhor entre os limites e as possibilidades do internacionalismo liberal, por meio da consideração de quão distante e de que maneiras os processos globais de difusão do capitalismo e da democracia são significativos para diferentes grupos de cidadãos, incluindo mulheres (TRUE, 1996, p. 247, tradução dos autores)¹³.

Do ponto de vista das relações de poder constituídas pelas estruturas patriarcais e dos simbolismos de gênero, as mulheres têm sido historicamente excluídas da vida política, e as relações internacionais baseiam-se em fronteiras de gênero que perpetuam, mais do que modificam, a construção das masculinidades por meio da dominação dos homens. No campo acadêmico, o foco é nas relações de conflito e anarquia, e nas estratégias estatais baseadas na competição e no medo. Os estudos sobre as ideias e as normas que sustentam a reprodução do sistema estatal são geralmente associados à *low politics* e ocupam um lugar secundário na disciplina.

Em grande medida, as mulheres têm sido invisibilizadas no campo das Relações Internacionais. São poucos os estudos da disciplina que tratam de suas vivências em diferentes sociedades, e sua presença entre os acadêmicos das Relações Internacionais não é maciçamente destacada. Isso ocorre não porque não sejam relevantes para a compreensão da política internacional, mas porque suas experiências não têm sido empiricamente

13 No original: "A gender perspective allows us to better discern both the limits and the possibilities of liberal internationalism by considering how far and in what ways the global processes of diffusing capitalism and democracy are meaningful for different groups of citizens, including women."

pesquisadas no contexto da política mundial. Essa exclusão acarreta uma visão parcial das questões estudadas e é problemática especialmente para uma disciplina cujas teorias dominantes se propõem a explicar a suposta realidade da política internacional.

2.2 *Perspectivas metodológicas alternativas*

Em 1998, como resposta ao artigo publicado no ano anterior por J. Ann Tickner (1997), Robert Keohane (1998) publica, na mesma revista, o trabalho *Beyond Dichotomy: conversations between IR and feminist theory* (Além da dicotomia: conversas entre RI e teoria feminista), em que ele desafia as feministas a apresentarem um programa de pesquisa utilizando “o método básico das ciências sociais [...] a melhor forma de convencer aqueles que não estão convencidos da validade da mensagem que as feministas buscam apresentar” (KEOHANE apud TICKNER, 2005, p. 2, tradução dos autores).¹⁴

Nos anos seguintes, a pesquisa empírica feminista em Relações Internacionais – que se firma a partir da década de 1990, no marco da segunda geração – continuou a se desenvolver. A maior parte dela não seguiu o caminho sugerido por Keohane de formulação e teste de hipóteses, mas utilizou uma variedade de métodos, boa parte dos quais se enquadram na classificação pós-positivista, reflexivista ou interpretativista. De acordo com Tickner (2005, p. 3):

o que faz a pesquisa feminista única, no entanto, é uma perspectiva metodológica distinta, que desafia fundamentalmente os vieses masculinos ou androcêntricos frequentemente não vistos na forma com que o conhecimento tem sido construído tradicionalmente em todas as disciplinas (Tradução dos autores)¹⁵.

14 No original: “the basic social science method [...] the best way to convince non-believers of the validity of the message that feminists are seeking to deliver”.

15 No original: “what makes feminist research unique, however, is a distinctive methodological perspective that fundamentally challenges the often unseen androcentric or masculine biases in the way that knowledge has traditionally been constructed in all the disciplines”.

Algumas acadêmicas feministas preferem falar de perspectiva epistemológica, em vez de metodologia, para referir-se aos objetivos de pesquisa, considerando que se orienta no sentido de questionar e desafiar o que se entende por conhecimento.

O que significa conhecer, quem pode conhecer, onde estão os/as conhecedores/as e o que as diferenças entre eles/as significam para os conhecimentos produzidos. Nós não queremos tyrannizar algumas pessoas enquanto emancipamos outras. Nós não queremos perceber, anunciar e analisar algumas atividades relevantes para as RI e falhar em considerar a saliência de outras. Nós, feministas, há muito tempo estamos preocupadas com a política de nossas teorias, mas agora a política de teorizar mulheres e homens e os lugares de gênero assumem importância primordial (SYLVESTER, 1996, p. 256-257, tradução dos autores)¹⁶.

Mais que uma produção voltada para o convencimento dos colegas da disciplina, como sugerido por Robert Keohane, boa parte das feministas buscam desafiar a construção de conhecimento tradicional e enfatizam a tensão gerada pelo fato de estarem, ao mesmo tempo, dentro e fora de uma disciplina. Assim como constroem conhecimento para além das estruturas disciplinares convencionais, também fazem uma crítica ao suposto universalismo de tais estruturas, que, na perspectiva feminista, se baseiam na vida dos homens e nas masculinidades hegemônicas.

Uma das estratégias metodológicas alternativas propostas pelas pesquisadoras feministas diz respeito à formulação das questões de pesquisas. Enquanto pode-se dizer que estariam de acordo com a máxima de que uma questão de pesquisa deve ser importante para o mundo real, estariam provavelmente em discordância com as teorias convencionais de Relações Internacionais sobre o que significa “importante” e mesmo “mundo real”. Desde sua fundação, as questões centrais na disciplina

16 No original: “*What it means to know, who may know, where knowers are located, and what the differences among them mean for the knowledges that result. We do not want to tyrannize some people while emancipating others. We do not want to notice and announce and analyze some activities relevant to IR and fail to consider the salience of others. Feminists have long concerned ourselves with the politics of our theories, but now the politics of theorizing women and men and the locations of gender assume primary importance*”.

referem-se tradicionalmente ao comportamento dos Estados, com especial atenção aos Estados centrais e às questões de segurança, dados em contexto de anarquia internacional. As feministas, em contrapartida, têm trazido novas questões e utilizado outras perspectivas metodológicas para respondê-las. Ainda que procurem entender o comportamento dos Estados, o fazem a partir do questionamento de por que, por exemplo, as mulheres detêm menos poder, em se tratando de política externa e militar em diferentes lugares do mundo. E isso se estende à situação política como um todo, bem como econômica e social.

Nesse sentido, as questões que são formuladas, e principalmente as que não são formuladas, são tão determinantes para a adequação da pesquisa quanto as respostas a que se chega. As feministas desafiam o padrão de questões causais e buscam questões mais constitutivas¹⁷. Estas, de forma geral, não podem ser respondidas adequadamente dentro da estrutura metodológica convencional. Por essa razão, se utilizam de orientações metodológicas hermenêuticas, narrativas históricas e estudos de caso, mais que de análises causais de entidades e relações sociais definidas.

Um importante compromisso da metodologia feminista é o de que o conhecimento deve ser construído de forma que seja útil para que as mulheres transformem as condições de opressão que enfrentam. Por isso buscam analisar os elementos que sustentam as desigualdades de gênero e desconstruir os conhecimentos de base androcêntrica, tomados em grande medida como o 'natural'. Assim, configura-se como uma característica da pesquisa feminista a utilização das experiências das mulheres em suas diversas realidades, em especial das mulheres marginalizadas, para a construção do conhecimento. Essas perspectivas ampliam a base de conhecimento, bem como proporcionam aspectos que são invisibilizados por abordagens mais ortodoxas de construção do conhecimento.

Tornar o invisível visível, trazer as margens para o centro, fazer do trivial importante, destacar as mulheres como atores

17 Tickner (2005) parte de uma explicação dada por Alexander Wendt para diferenciar as questões causais das constitutivas. As questões causais procuram explicar mudanças de alguma variável ou sistema, enquanto as questões constitutivas buscam entender como se constituem as propriedades de um sistema.

competentes, compreender as mulheres como sujeitos de seus próprios direitos em vez de objetos para os homens – tudo continua sendo elementos de pesquisa feminista (REINHARZ apud TICKNER, 2005, p. 7, tradução dos autores)¹⁸.

O papel das mulheres que atuam como trabalhadoras domésticas, por exemplo, tem sido em grande medida ignorado pelas análises econômicas convencionais e, em muitos casos, os dados nos quais é baseada a formulação de políticas públicas ignoram as situações dessas mulheres. A exploração sexual de mulheres como política de Estado e instrumento de guerra é objeto de alguns estudos feministas (MOON, 1997), que contribuem para uma redefinição do significado de segurança, no sentido de demonstrar que a segurança de uns se faz em detrimento da segurança de outros, e em grande medida, de outras.

Dessa maneira, o estudo de caso é muitas vezes a forma escolhida pelas feministas para desenvolver suas pesquisas. Isso porque estão preocupadas menos em analisar questões sobre as quais existam muitos dados e mais com as que não são analisadas em função da falta de dados. Por isso, boa parte de seus estudos tratam de temas convencionalmente pouco considerados em Relações Internacionais, na tentativa de “desfazer fronteiras epistemológicas construídas e práticas de coleta de dados sociais que ignoram ou silenciam vozes marginalizadas e falham em apresentar a mudança social em toda sua complexidade” (TICKNER, 2005, p.14, tradução dos autores).¹⁹

A opção pela objetividade faz parte da pesquisa feminista. Todavia, em contraponto às correntes metodológicas tradicionais nas Relações Internacionais, defendem que existe um elemento subjetivo em todas as pesquisas nas ciências sociais e que o seu reconhecimento é o que contribui para a objetividade das análises, e não a sua negação. As

18 No original: “*Making the invisible visible, bringing the margin to the center, rendering the trivial important, putting the spotlight on women as competent actors, understanding women as subjects in their own right rather than objects for men – all continue to be elements of feminists research*”.

19 No original: “*undo received epistemological boundaries and ‘social data’ collection practices that ignore or silence marginalized voices and fail to present social change in all its complexities*”.

experiências pessoais são consideradas, na pesquisa feminista, como uma contribuição importante na dialética entre pesquisador/a e pesquisado/a, e o processo de pesquisa contribui para a reflexão das relações de poder entre as diferentes esferas.

3. Um olhar pós-colonial à produção feminista nas Relações Internacionais

Para abranger a discussão da invisibilização de gênero nas relações internacionais, é importante resgatar os debates teóricos propostos pelo grupo latino-americano modernidade/colonialidade acerca da formação do contexto moderno/colonial e o processo de hierarquização do poder e da mulher como sujeito oculto. Como afirmam Santos e Meneses (2010), há um pensamento abissal, advindo da modernidade ocidental, que consiste

num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que o ‘outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente (...) A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha (SANTOS; MENESES, 2010, p. 31-32).

Esse predomínio na produção teórica pode ser compreendido pela colonialidade do saber/ser/poder²⁰ na política internacional, estabelecida com a modernidade/colonialidade²¹, a partir da expansão europeia dos

20 O termo se refere às conceituações feitas pelos grupos “modernidade/colonialidade”, descoloniais e autores latino-americanos, baseadas nas lógicas de opressão, repressão e despossessão promovidas pelo capitalismo, patriarcalismo, racismo e o sistema-mundo moderno. Dessa forma, colonialidade e colonialismo se diferenciam, mesmo que o colonialismo preceda a colonialidade (fundamentado na ideia de superioridade de um povo e/ou nação sobre outra), a colonialidade sobrevive ao colonialismo em suas diversas formas cotidianas. Para melhor entendimento, ver: Edgardo Lander (2005), Anibal Quijano (2010).

21 Aqui há uma junção em modernidade e colonialidade, baseada nas conceituações dos autores descoloniais de que há uma relação direta entre uma e outra, ou seja, a modernidade ocidental teve ao longo de sua constituição a co-presença da colonialidade. Para Mignolo (2011), não há modernidade sem colonialidade. Para maior aprofundamento, ver: Quijano (2010), Santos e Meneses (2010), Mignolo (2011).

séculos XV em diante. Dessa forma, devemos considerar os diferentes contextos vividos entre as sociedades do Sul global e do Norte global, em que foi infligido à primeira o colonialismo, com seu *modus operandi* opressivo e excludente.

A ascensão do modelo político, econômico, social, ideológico e cultural eurocêntrico se deu pela estruturação mundial das relações hierárquicas de poder – dentre os quais o patriarcalismo – e pelo epistemicídio²² (FONSECA; JERREMS, 2012). A hegemonia desse modelo se faz tão presente hoje nas academias, que o próprio estudo sobre os feminismos e seus impactos nas relações internacionais ainda são invisibilizados pelo que consideramos colonialidade do saber. Isto se percebe pela própria localização da produção do conhecimento e suas principais academias universitárias localizadas no Norte global, além da nítida colonialidade do saber nas academias universitárias no Sul global, que invisibilizam produções e saberes locais/regionais em detrimento do pensamento moderno ocidental.

Nesse sentido, falar de feminismo é ter em mente toda a sua variedade teórica, como também a produção de saberes a partir de diferentes contextos históricos, sociais, políticos e econômicos. Os feminismos pós-coloniais buscam e “exigem o diálogo e a criação de pontes a partir da consciência dessa mútua dependência” (NAVAZ; HERNANDEZ, 2008, p. 26, tradução dos autores).²³ O diálogo no sentido da não universalidade do feminismo como um único significado de luta, mas sim como uma forma dialógica entre diferentes formas de lutas e resistências.

Os feminismos liberais acabam caindo na lógica de uma luta universal, racionalizada e com uma missão civilizadora, que contribui para uma visão vitimizante das mulheres do Terceiro Mundo. Essa linha de pensamento advém do próprio liberalismo, com sua base principal no homem econômico/racional, transposto, então, para os contextos nacional

22 O epistemicídio passa pelo genocídio e negação de qualquer outra forma de conhecimento que não a europeia, sendo as demais formas de conhecimento consideradas impróprias, irrealis e não factíveis. Para melhor entendimento, ver: Santos e Meneses (2010).

23 No original: “*exigen el diálogo y la creación de puentes a partir de la conciencia de esta mutua dependencia*”.

e internacional. Tal perspectiva propõe-se a assegurar condições para o progresso contínuo e inevitável das sociedades humanas, e acredita que a razão humana leva à formulação de princípios que desembocam na auto-regulação e no equilíbrio – econômico, social e político – da sociedade. Equilíbrio baseado em uma auto-regulação e não em imposições regulatórias dos Estados, pois qualquer forma de intervenção na liberdade individual é vista como transgressora do progresso humano e do Estado.

Falar sobre as lutas diárias nas sociedades é dizer que não há uma teoria geral sobre essas lutas ou formas de combate nas estruturas patriarcais existentes. Muitas vezes agindo de forma imperial, os feminismos ocidentais cooptam certos pressupostos e impõem visões distorcidas sobre as mulheres nas “margens”, sobre o que expõe Lorde (1984, p. 67-68 apud NAVAZ; HERNANDEZ, 2008, p. 44):

Você se referia a mulheres não europeias em seu livro, mas só como vítimas... comecei a sentir minha história e meus ancestrais míticos distorcidos pela ausência de qualquer imagem das minhas deusas poderosas... então, há uma questão que surge na minha mente, Mary, será que você leu realmente em alguma ocasião o trabalho de mulheres negras? Você leu minhas palavras ou simplesmente folheou para retirar citações que achou que seriam valiosas para apoiar uma ideia pré-concebida sobre alguma antiga conexão entre nós?. (Tradução dos autores).²⁴

Falar de feminismos pós-coloniais é perceber toda a complexidade de fatores entrelaçados em noções como raça, etnia, classe, gênero e religião, somadas às experiências vivenciadas por mulheres invisibilizadas. As propostas de feminismos desde as margens buscam formas de se descolonizar, democratizar e criar alianças que possam apoiar processos emancipatórios das mulheres de comunidades desvalorizadas do Sul.

24 No original: “*Te referías a mujeres no-europeas en tu libro, pero sólo como víctimas... comencé a sentir mi historia y mi ancestros míticos distorsionados por la ausencia de cualquier imagen de mis diosas poderosas... así que, hay una cuestión que surge en mi mente, Mary, ¿has leído realmente en alguna ocasión el trabajo de mujeres negras? Has leído mis palabras, o simplemente las has ojeado para extraer citas que pensabas eran valiosas para apoyar una idea preconcebida sobre alguna antigua conexión entre nosotras?*”.

Portanto, um dos pressupostos de um feminismo descolonial é fazer frente à essencialização da cultura, à vitimização e ao racismo que negam o valor das histórias e experiências de vida das sociedades periféricas. Há que se reivindicar um sujeito com ativo posicionamento no embate com as estruturas opressivas, mas que não se traduza num sujeito preso a direções previamente estabelecidas, e sim em constante diálogo com outras formas de vivências e saberes, transformando o *status quo* hegemônico ocidental.

Considerações finais

Podemos perceber que o campo de estudo das Relações Internacionais, constituído como disciplina no início do século XX, segue a tendência da maioria absoluta dos campos do saber científico, que é a de exclusão e invisibilização das mulheres como produtoras de conhecimento. Por isso, o reconhecimento das contribuições feministas à ciência resulta de um trabalho árduo e uma longa trajetória de dedicação e luta, vinculada aos movimentos de mulheres e principalmente os movimentos feministas.

O próprio reconhecimento de certos tipos de saberes como científicos, em detrimento de outros aos quais tal valoração é negada, resulta de processos políticos que hierarquizam diferenças e experiências diversas. Nesse sistema político pautado na hierarquização de saberes, as mulheres, assim como as pessoas negras e pobres, ocupam a posição do Sul global, aqui entendido não como uma localidade geográfica, mas como lugar político ocupado em função de uma história de exploração e colonização do ser, do poder e do saber.

Dessa maneira, tal reflexão nos aponta alguns desafios no que se refere ao exercício de buscar compreender o lugar que ocupamos nesse sistema global de produção de conhecimento, a fim de entender em que medida integramos o Sul e reproduzimos o Norte; e, considerando que a ciência tem sido, ao longo da história, um dos pilares legitimadores das relações de poder hegemônicas, incluindo as relações de gênero, pensar sobre as estratégias que podemos utilizar para contribuir à incorporação de conhecimentos científicos contra-hegemônicos.

Referências

COX, Robert. *Social Forces, States and World Orders: beyond international relations theory*. In: KEOHANE, Robert. **Neorealism and Its Critics**. Nova York: Columbia University Press, 1986, pp. 204-254.

FONSECA, Melody; JERREMS, Ari. *Pensamiento Decolonial: una nueva apuesta en las relaciones internacionales?* **Relaciones Internacionales**, n. 19, p. 103-121, fev. 2012.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

KEOHANE, Robert. *Beyond Dichotomy: conversations between IR and feminist theory*. In: **International Studies Quarterly**, v. 42, p.193-197, 1998.

LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LAPID, Yossef. *The Third Debate: on the prospects of international theory in a post-positivist era*. **International Studies Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989.

MIGNOLO, Walter. **The Darker Side of Western Modernity: global futures, decolonial options**. Duke: Duke University Press, 2011.

MOON, Katharine. **Sex Among Allies: military prostitution In U.S.–Korea relations**. Nova York: Columbia University Press, 1997.

NAVAZ, Liliana Suárez; HERNANDEZ, Rosalva Aída. **Descolonizando el Feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. Lima: Rustica Hilo, 2008.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SYLVESTER, Christine. *The Contributions of Feminist Theory to International Relations*. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International Relations Theory: positivism and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p.254-278.

TICKNER, Joan Ann. *What Is Your Research Program? Some feminist answers to International Relations methodological questions*. In: **International Studies Quarterly**, v. 49, p. 1-21, 2005.

_____. *You Just Don't Understand: troubled engagements between feminists and IR theorists*. In: **International Studies Quarterly**, v. 41, p. 611-632, 1997.

TRUE, Jacqui. *Feminism*. In: BURCHILL, Scott et al. **Theories of International Relations**. 2. ed. Nova York: Palgrave, 1996, p. 213-234.

PARTE III

Gênero, Educação Superior e Trabalho

Política feminista y educación superior

Trinidad Donoso-Vázquez¹

“Pasamos nuestro tiempo en la burocratización de la universidad y lo restamos a la cuestión activista”
(Strathern, 2000).

Desde hace más de 30 años han ido surgiendo en los espacios universitarios proyectos relacionados con el cambio curricular sensible al género. Estas experiencias y los esfuerzos realizados para la transformación de la educación superior hacen que nos preguntemos: ¿es el presente, el futuro que imaginamos? (MORLEY, 2010).

¿Cómo se entrelazan la política feminista y la educación superior? El cambio curricular que esto conlleva es una transformación política de la sociedad. Transforma las conciencias de futuros profesionales y los hace permeables a las relaciones generizadas que van a encontrarse en los futuros puestos de trabajo. Cambiar el currículum de la educación superior desde una perspectiva de género tiene implicaciones sociales muy amplias.

La elección de enseñar un conjunto de valores, ideas, suposiciones e informaciones – y, al hacerlo, se omiten otros valores, otras ideas, otras suposiciones y otras informaciones – se convierte en un acto político.

Incluir a las mujeres como objeto y como sujeto del conocimiento, su historia, su genealogía, sus saberes, las perspectivas de sus miradas, es

¹ Professora Titular do Departamento de Métodos de Pesquisa e Diagnóstico na Educação e pesquisadora da temática da justiça de gênero na Universidade de Barcelona (UB), Espanha. Atualmente é Presidenta da Unidade de Igualdade da UB.

una especie de declaración política. Si las opciones elegidas para introducir en el currículum excluyen a la mitad de los seres humanos, como son las mujeres, también es una declaración política.

No debemos olvidar que la educación gobierna el destino de muchas personas y les ofrece una clase particular de futuro, con unas expectativas de realización profesional y unos logros determinados.

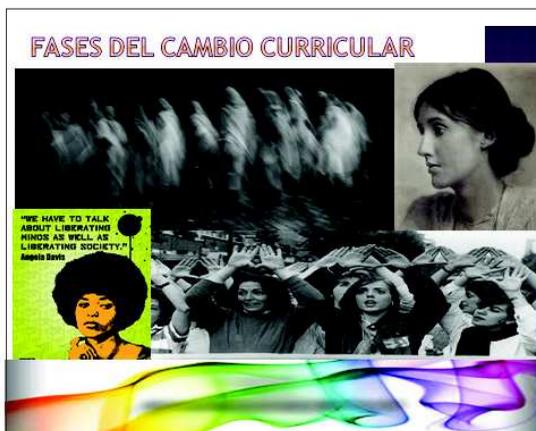
Todo esto requiere transformar las prácticas educativas en la universidad en una acción política.

Fases en la evolución del cambio curricular sensible al género

Catherine MacKinnon (1982) ha desarrollado el análisis en cinco fases que se han ido produciendo en un cambio curricular sensible al género.

Estas fases se relacionan con los patrones de pensamiento imperantes en el plan de estudios y su relación con la cultura dominante:

- Invisibles
- Excepcionales
- Problemáticas
- Creadoras
- Diversidad humana



MacKinnon (1982) llama a la primera fase en el plan de estudios “sin mujeres” (por ejemplo, “historia sin mujeres, “sociología sin mujeres”, o “literatura sin mujeres”). Sólo unas pocas elegidas son estudiadas en esta fase del plan de estudios, y se establecen normas altamente excluyentes de la excelencia. El plan de estudios está básicamente impregnado de la mirada de los hombres y, llegamos a pensar en ellos como ejemplos de lo mejor de la vida humana y el pensamiento. En este plan de estudios, los

estudiantes reproducen en sus psiques la vida y la ciencia como exclusiva de unos pocos ganadores y todos los demás como perdedores, de segunda categoría, o inexistentes.

La fase 2 del cambio curricular mantiene la misma visión del mundo de la fase 1, ya que las mujeres y algunas excepciones de otros grupos excluidos se añaden, pero sólo en los mismos términos de los privilegiados a los que ni la historia alterada puede dar la espalda. MacKinnon (1982) define esta fase como “la mujer en la historia”, “la mujer en la sociedad”, o “la mujer en la literatura”, para utilizar ejemplos de las disciplinas. En esta fase del plan de estudios se añaden las excluidas sólo como excepciones; sus experiencias y contribuciones todavía se miden a través de imágenes e ideas centradas en el hombre. Esta fase puede sugerir nuevas preguntas sobre materiales antiguos, como: ¿Cuáles son las imágenes de las mujeres en la llamada gran literatura? Además, esta fase plantea nuevas preguntas como: ¿Quiénes eran los novelistas hombres más vendidos del siglo XIX? Sin embargo, mientras que esta fase conduce a algún tipo de documentación de la experiencia de las mujeres, tiende a ver a algunas mujeres como excepciones a su tipo y nunca se imagina las mujeres y otras clases bajas como centrales o fundamentales para el cambio social y la continuidad.

MacKinnon (1982) llama a la tercera fase del cambio curricular “las mujeres como un problema, anomalía o ausencia”. En esta fase, se identifican las barreras que han excluido a tantas personas y aspectos de la vida de nuestros estudios, y reconocemos que, cuando se juzga por las normas androcéntricas, las mujeres y otros grupos excluidos no entran dentro de la mirada de la academia. Como resultado de esta fase se tiende a generar ira, pero también es la fase en la que los estudios feministas comienzan a desafiar los cánones de las disciplinas y tratar de redefinir los términos, paradigmas y métodos a través de los cuales toda la experiencia humana se entiende. Por lo tanto, conduce a un pensamiento más inclusivo en el que la clase, la raza, el género y la sexualidad se consideran fundamentales para la construcción del conocimiento y la experiencia humana. Por otra parte, reconocemos que los estudios inclusivos no se pueden realizar en las mismas condiciones que las anteriores, con lo que nos movemos hacia la fase 4: “mujeres en sus propios términos”.

La Fase 4 es ejemplificada por “la vida de las mujeres como la historia” o “las mujeres como sociedad”, hace que el centro de la afirmación de que las experiencias y perspectivas de las mujeres crean la historia, la sociedad y la cultura tanto como la hacen los de los hombres. Esta fase también se aparta de la misoginia de las tres primeras fases en las que las mujeres son totalmente invisibles o sólo se ven como excepcionales, víctimas, o problemáticas en relación con los grupos dominantes. En la fase 4 se abren las puertas a aspectos poco estudiados de la vida de los hombres, como su vida emocional, y otras actividades enriquecedoras se hacen visibles en esta fase. En la fase 4, los límites entre los profesores y las y los estudiantes, como la división entre el experto y el alumno, se descomponen, se evaporan. Profesorado y estudiantes tienen una nueva relación como sujetos de estudio. Esta fase también conduce a la búsqueda de nuevas y plurales fuentes de conocimiento.

La Fase 5 es más difícil de concebir, porque falta su realización, tanto en el plan de estudios como en nuestra conciencia. La autora imagina esta fase como una transformación radical de nuestra mente y de nuestro trabajo, se centra en lo que ella llama: “conciencia lateral”, adhesión a los demás y trabajar para la supervivencia de todos y de todas.

Schuster y Van Dyne (1984) agregan que los estudios de las mujeres son un desafío a las disciplinas y definen la última fase como inclusiva de la experiencia humana, se apropia de las experiencias de mujeres y hombres y de las generadas por la raza y la clase. La fase final de la transformación curricular, por lo tanto, estaría basada en las diferencias y la diversidad de la experiencia humana, la igualdad y la no generalización.

Integración-equilibrio

Los proyectos que se han diseñado para introducir la perspectiva de género en el currículum se han etiquetado de manera diversa, pero sobresalen los términos de integración y equilibrio (ANDERSEN, 1987). Con estas etiquetas existen problemas, ya que pueden implicar que el cambio curricular con perspectiva de género sigue algún patrón sencillo cuando, en realidad, los estudios de las mujeres no pueden simplemente ser asimilados en el plan de estudios tradicional o dominante.

La etiqueta de integración trivializa estos estudios, da a entender que las mujeres hemos estado “fuera de”, y ahora entramos “dentro”. El término implica que hay una corriente principal y que mediante la introducción de los estudios de las mujeres, no habrá cambios sustanciales en el plan dominante. Esto hace aparecer el trabajo de reconstrucción como un proceso rápido y sencillo, cuando en realidad los estudios de las mujeres basan su comprensión en el supuesto de que existen corrientes diversas y plurales de la experiencia de hombres y mujeres y que la reconstrucción es mucho más que un añadido de experiencias.

Los estudios feministas se basan en el supuesto de que la exclusión de las mujeres conduce a afirmaciones distorsionadas, parciales y falsas de la verdad.

El término equilibrio también es problemático ya que puede implicar que todas las perspectivas son igualmente precisas o significativas. Sin embargo, los puntos de vista racistas, o antisemitas, etnocéntricos, clasistas y sexistas, no son bienvenidos en unos estudios generizados. A menudo también, el término equilibrio hace referencia a análisis desapasionados, como si aquellos que están apasionadamente comprometidos con lo que estudian no pueden ser objetivos. Esto enmascara que la mayoría de los planes de estudios de la educación superior simplemente reflejan los valores y estructuras de la cultura dominante y pueden subestimar el poder de la educación para generar el cambio. Cabría preguntarse si es realista buscar un plan de estudios equilibrado en un mundo que está desequilibrado.

Engendrar las disciplinas

Por lo tanto no se trata de integrar o equilibrar, se trata de engendrar las disciplinas. Un currículum generizado propone la reconstrucción histórica de la experiencia de las mujeres y la construcción de nuevos conocimientos a partir de esta experiencia.



La característica androcéntrica del conocimiento científico (HARDING, 1996; HARAWAY 1995), sus enfoques dicotómicos y el pseudouniversalismo de sus planteamientos (PLATEAU, 1996) han sido ampliamente debatidos. La senda de la academia ha sido transitada por hombres, quienes consideraban qué era importante y relevante. Este hombre en abstracto ha establecido tanto la agenda de la investigación como los paradigmas que la sustentan.

¿Tienen las mujeres intereses diferentes por el hecho de ser mujer? Esta no es la cuestión que debe debatirse, sino reconocer que las mujeres han tenido y tienen una posición histórica y social diferente con unas tradiciones y roles y unas experiencias vitales que han sido olvidadas por la academia. Pocos estudios reaccionarán hoy día contra esta afirmación sabido que en el proceso epistemológico de las disciplinas el modelo ideológico basado en un abstracto universal masculino, blanco y occidental ha guiado prácticamente toda la producción de saber. La cuestión es cómo desembarazarse de esta tradición.

Para construir conocimiento nos basamos en teorías y hechos acumulados con anterioridad y en la realidad social de la cual se nutre el conocimiento para comprobar o elaborar nuevas teorías. Estos marcos teóricos deberían revisarse descontaminados de sesgos androcéntricos, y el análisis de la aproximación a la realidad social realizarse con un mirada a las diferencias que marcan el devenir de hombres y mujeres.

Cada disciplina debe hacer un ejercicio reflexivo para descubrir cómo desembarazarse de los vestigios hegemónicos que la han llevado a formular unas preguntas en lugar de otras, a acercarse a determinados problemas, a elegir procesos metodológicos, a incidir en secciones de la realidad. La lente de género permite revisar de una forma consciente las preguntas que se realizan, los temas que se eligen, aportaciones que se invisibilizan y ocultaciones que se producen. Como plantea Markowitz (2005) un profesor de economía puede enseñar macroeconomía como lo “dado” sin abordar la cuestión de por qué existe el capitalismo, su surgimiento y a quién beneficia o sobre quien ejerce una fuerza de opresión más considerable, hasta las repercusiones de este sistema en las diferencias generizadas de las personas.

Una teoría del conocimiento con perspectiva de género se articula como una teoría emancipadora. La comprensión de los fenómenos va pareja a la transformación de las reglas del juego, rompe las formas tradicionales para crear nuevos y ricos significados (HESSE-BIBER, 2011) con conciencia de la diferencia, del poder social y de la opresión científica. La investigación con perspectiva de género es aquella que ansía comprender los fenómenos que se dan, pero a su vez busca transformar la sociedad (MINER et al., 2011).

La adquisición del ejercicio profesional por parte del alumnado pasa por explicar la historia de la disciplina; esta historia incorpora las relaciones de cada profesional con otros agentes, aquellos a los que alude la profesión o quedan incluidos en su ámbito. Los estudiantes deben conocer las acciones profesionales y actitudes atravesadas por el género que se establecen en una profesión específica entre, por ejemplo, un profesor y su alumnado, el médico y su paciente, la persona especialista en ingeniería y su cliente etc. También han de conocer el desarrollo de un ámbito profesional en términos de relaciones de género: cuáles son las jerarquías profesionales generizadas, elementos de empleo-remuneración, equilibrio vida laboral-personal-familiar etc. Si estos elementos no se incorporan o se desconocen, la realidad sobre la que se aplica esa profesión queda amputada.

Por esto, varias voces hablan de la necesaria introducción de la competencia de género en los estudios de educación superior (IZQUIERDO et al, 2008; LARRAÑAGA et al, s/f). El proyecto *Gender Competence* – ligado en un primer momento a la universidad de Humboldt, Berlín, y que tiene como objetivo apoyar a las instituciones de la administración pública en el desarrollo de la política de igualdad de género y en la implementación de los temas de género de una manera transversal (*gender mainstreaming*) – define la competencia de género como la capacidad de las personas para reconocer las perspectivas de género en sus campos de trabajo. Al igual que otras competencias, la competencia de género está formada por elementos actitudinales, cognitivos y de habilidades. Esto requiere sensibilidad a las relaciones de género y las (potenciales) estructuras de discriminación, conocimientos sobre la complejidad de los temas de género en el ámbito específico de estudio y estrategias para aplicarla en el contexto de trabajo (DONOSO-VÁZQUEZ et al. 2014).

Peligros en la transformación de la práctica educativa generizada

Uno de los peligros que pueden darse en esta transformación es lo que Celia Amorós llama “entrar con cortesía”. Esto es, reformar sin desafiar las estructuras de conocimiento que operan sobre la base de la cultura androcéntrica dominante. Una parte del movimiento feminista comparte esta preocupación al considerar que el mensaje del movimiento puede ser sacrificado para hacerlo más aceptable.

Se acusa al movimiento feminista de “ideológico”, mientras que no se admite ni se cae en la cuenta de que los estudios basados en la cultura dominante también parten de una ideología – una ideología que se asume tácitamente, cuyos paradigmas son invisibles y de los que se participa de ellos inconscientemente.

Otro peligro con el que nos podemos encontrar es la aproximación al feminismo como una serie de conceptos elaborados para entender el mundo de otra manera, pero del que se ha eliminado la parte de transformación personal y social. Sin este elemento de cambio personal y social el feminismo pierde parte de su esencia. El feminismo aspira a subvertir el statu quo, a cambiar conciencias y transformar subjetividades. Si este enfoque se pierde en el intento de asumir una perspectiva de género en educación superior, habremos “muerto de éxito”.

Reacciones

Existe una especie de pánico en la feminización de la academia, más exactamente en la aparición y desarrollo de los estudios de mujeres. Se oyen discursos del tipo: “las feministas se están apoderando de la academia” y que este hecho es responsable en parte de la desestabilización de la sociedad y de la crisis de la masculinidad. Se ha acusado a la introducción masiva de los estudios de género de devaluar la academia. Se les ha acusado de insistir en puntos que son menos importantes que otras discriminaciones que sufren los seres humanos. Esto es una manera de enfrentar a grupos vulnerables entre sí y de entrar en el juego de comparar discriminaciones, un juego donde solo puede salir ganando los que siguen dominando. Ocultar este hecho hace aparecer a la clase dominante como víctima.

Estas reacciones las hemos intentado desarrollar en otros escritos. En ellos desarrollamos que las convulsiones sociales de la primera década del siglo XXI, entre las que cabe situar el atentado a las torres de Nueva York, fomentaron una rebelión simbólica para acabar con el sueño feminista. En su libro *hacia una nueva política sexual*, Rosa Cobo (2011) expone que en las tres últimas décadas se ha producido una reacción patriarcal insólita por su intensidad sistémica. Algunas de las causas de esta reacción son la globalización capitalista y el resurgimiento del feminismo radical que ha hecho avanzar considerablemente los derechos de las mujeres. Lorente (2009) también establece que la corriente que llama “postmachismo” comienza ya en los años ochenta del siglo pasado. Otras autoras (MENENDEZ, 2012) sitúan esta reacción contra la igualdad de hombres y mujeres en la primera década del siglo XXI, y las causas siguen apuntando a la crisis financiera como una de ellas y al contexto mundial neoconservador. Según Faludi (2009), posteriormente al atentado de las torres gemelas “cierta cantidad de medios anunciaron la muerte del feminismo” mientras se ofrecía abundante espacio mediático a las opiniones antifeministas más radicales (en MENENDEZ, 2012, p. 7). Otro factor relacionado con esta reacción patriarcal podría ser la pérdida de sentido crítico alrededor de los temas de género (EUROPEAN WOMEN’S LOBBY, 2010). Para este grupo de activistas la situación en los medios de comunicación es preocupante puesto que consideran que los temas de igualdad han empeorado (DONOSO-VÁZQUEZ y PRADO SOTO, 2014).

Las ganancias de una práctica educativa sensible al género

Los estudios de mujeres y una práctica pedagógica sensible al género tienen a su favor que no son tan atrincherados como otras disciplinas y que cuentan con una flexibilidad intelectual que actúa como motivación de la búsqueda intelectual.

Cassese, Bos y Duncan (2012) plantean estos estudios con una nueva riqueza intelectual relacionada con la diversidad y la inclusión y nuevos paradigmas de investigación, enseñanza y capacitación profesional.

En un estudio sobre los y las estudiantes que se habían especializado en estudios de género, Gabriele Griffin (2010) encontró que:

- a. el alumnado había encontrado empleo tan rápido o más rápido que otros egresados;
- b. evolucionaban más rápidamente en sus profesiones;
- c. tendían a elegir carreras menos convencionales y divergentes (es decir, crear sus propias empresas, trabajar en nuevas profesiones, etc.);
- d. tendían a actuar como agentes de cambio en su lugar de trabajo;
- e. integraban el aprendizaje académico en la experiencia personal;
- f. los estudios de género habían incrementado su autoestima;
- g. habían ampliado sus visiones del mundo.

Donoso et al (2014) se preguntan: ¿Cuál es el valor añadido de contemplar el enfoque de género en la Educación Superior?

Introducir la perspectiva de género en Educación Superior significa desarrollar una mirada crítica hacia las discriminaciones en el estudiantado universitario, extraer del alumnado la cosmovisión cultural de género-poder y adoptar una posición activa/participante con responsabilidad en los cambios sociales (GAY y KIRKLAND, 2003; MCLEOD, 1998). Esto implica un cambio en los procesos de enseñanza-aprendizaje, en los contenidos conceptuales sobre la relaciones de género, en conocimientos no sometidos a la distorsión sexista, en metodologías didácticas no sesgadas por el género, en la identificación de elementos culturales que tienden a la dominación, en estrategias didácticas para el cambio y en la deconstrucción de identidades atravesadas por el género (BOLAÑOS y JIMÉNEZ CORTÉS, 1996).

La apertura hacia una justicia de género puede dotar a la academia tanto de un instrumento para un enfoque intersectorial de las discriminaciones como de una nueva mirada a la política de la diferencia, con un efecto multiplicador en el cambio de actitudes hacia las discriminaciones, por lo tanto, aumentar la justicia social.

La perspectiva de género incrementa la dimensión social de la educación superior e incide en el papel de la ciencia en su compromiso con la autonomía, la dignidad y la justicia social.

En un estudio con alumnado universitario a través de diarios reflexivos del alumnado, Donoso-Vázquez y Velasco-Martínez (2013) establecieron los niveles de desarrollo de conciencia de género durante la realización de una asignatura de género. Mediante este análisis comprobamos cómo la conciencia del alumnado va sufriendo transformaciones que van más allá de su esfera personal para adentrarse en su esfera social, transformaciones que les llevan a desarrollar una conciencia crítica y a implicarse en los cambios sociales.

Primer nivel: Ceguera de género

El primer nivel de desarrollo de la conciencia de género está situado en la adquisición de elementos conceptuales que permiten dar nombre a nuevas realidades para el alumnado. Este “dar nombre” permite crear conocimiento nuevo y, aunque no conlleve siempre por sí mismo a un cambio de actitud, ni genera por sí mismo una activación de la perspectiva de género, es un paso previo fundamental para poder llegar a analizar críticamente la realidad.

Sólo conocía el machismo y me sonaba el sexismo, pero no sabía bien qué significaba cada término. Nunca me había planteado si estos actos de desprecio podían ser o no intencionados (M04).

Ha hecho que me replantee muchos de los pre-conceptos que tenía sobre la mujer y el mundo laboral. Encontré muy clarificador el hecho de distribuir las barreras para acceder al mercado laboral que experimenta la mujer (T01).

Está tan extendida la desinformación en cuánto a la perspectiva de género que entre el alumnado se encuentran testimonios que confiesan no haber tratado nunca estos temas:

Esta asignatura cuando la vi en el plan docente me sorprendió mucho que hubiera alguna así (T05).

La realidad demuestra que encontrar asignaturas que trabajen la perspectiva de género como uno de sus ejes centrales no es muy habitual

(GARCÍA-PÉREZ et al., 2011). En el grado de Pedagogía de la Universidad de Barcelona, la asignatura con la que se trabajó esta experiencia es la única específica de temas de género, y se ofrece como una asignatura optativa que resta a la elección del alumnado para poderla cursar.

Los estudios de Pedagogía deben tener un compromiso social muy fuerte y, por desgracia, el alumnado no tiene ni encuentra a lo largo del grado contenidos de género específicos dentro del currículo obligatorio. El alumnado dice que es la primera vez que trata estos temas, por lo tanto, no es que exista un rechazo a la temática, sino más bien un desconocimiento y desinformación, hecho que refuerza y perpetúa la idea esgrimida por Riley (2001), García-Pérez et al. (2011), Valcárcel (2008) y Ferrer et al. (2008), entre otros, de que la juventud es ciega delante de las discriminaciones de género y la construcción patriarcal de la sociedad.

Es la primera vez en toda mi escolaridad que he tratado temas relacionados con el género. No ha habido muchas clases, y ha sido una pena, pues considero que es una asignatura genial y que estos temas no se tratan en ninguna otra asignatura, a pesar de su importancia (M20).

Investigaciones como las de Bagard y Hyde (1991) también muestran como su alumnado, una vez finalizado el curso académico, se ha dotado de nuevos conocimientos que les permiten interpretar la realidad desde otra mirada desconocida hasta el momento. Estudios como el de García-Pérez et al. (2011, p. 22) encuentran que las modificaciones de su alumnado coinciden con este primer nivel de desarrollo de la conciencia de género; el dominio teórico-conceptual de conocimientos desconocidos anteriormente relacionados con la adquisición de una perspectiva de género. Pero critican que “sólo son abordados en el plan de estudios a voluntad libre del profesorado más sensibilizado”.

Así, las autoras Bagard y Hyde (1991) detectan cómo su alumnado universitario, al finalizar el curso, no sólo dispone de conocimientos para poner nombre a situaciones de discriminación por razón de género, sino que analiza la realidad desde una mirada más multidimensional y relativista, huyendo de las perspectivas excluyentes y discriminatorias. Es decir, que

disponen de una visión crítica de la realidad, pudiendo discernir en ella situaciones en las que se da una discriminación por razón de género. Este ejemplo también se da la muestra estudiada, encontrando que el alumnado ha adquirido una nueva mirada para analizar de manera crítica la realidad y los contextos en los cuales se mueve la persona.

Segundo nivel: Adquisición de herramientas y detección de discriminaciones

El segundo nivel de desarrollo es pasar de la adquisición de conceptos a una conciencia crítica, un cuestionamiento personal sobre la internalización y reproducción de estereotipos de género (GIRALDO; COLYAR, 2012),

Analizando los hechos he sabido que era violencia (machista), pero en su momento lo veía normal (T03).

Hasta el día que empecé “Orientación y género” nunca me había planteado la idea o situación de que yo a lo largo de mi vida había podido vivir una situación discriminatoria o de desigualdad entre hombre y mujer, pero a día de hoy, una vez cursada la asignatura, analizo todo mi pasado (M03).

El proceso de análisis introspectivo permite adquirir una conciencia crítica hacia las propias actuaciones y ser capaces de analizar las situaciones externas, como también encontró en sus resultados el estudio de García-Pérez et al. (2011, p. 22): “la capacidad de conocer, comprender y valorar la injusticia social y las desigualdades, elementos propios de la perspectiva de género”.

Ha sido una asignatura muy provechosa, ya que me ha hecho ponerme las “gafas lilas” que antes no tenía, haciendo que pueda estar alerta sobre cualquier acto de discriminación. Ahora soy más receptiva y crítica con estas situaciones, pues he sido “entrenada” para poder hacer frente a situaciones de género que me rodean (M16).

Estos fueran elementos también encontrados por Bagard y Hyde (1991) cuando en su presentación de resultados comentan que algunas alumnas se encontraban, al finalizar el curso de estudios de mujeres, en el tercer nivel de la escala de Downing y Roush (1985), que precisamente hace referencia a la capacitación para hacer análisis de la realidad desde una mirada que se acerca y pone en práctica la perspectiva de género.

Tercer nivel: Conciencia crítica

El tercer nivel de desarrollo es la predisposición para la acción a partir de este análisis crítico, como argumentan Colás Bravo y Jiménez Cortés (2006, p. 423). Es decir, "la «conciencia» fácilmente conduce a la reflexión sin acción. (...) La «conciencia crítica» facilita un análisis contextualizado de situaciones problemáticas, lo que permite a las personas transformar esa realidad. (...) La transformación, por lo tanto, proviene de una perspectiva crítica".

Una competencia que considero que durante toda la asignatura he puesto mucho en práctica ha sido la capacidad crítica y de reflexión, ya que sin ella no hubiera sido posible hacer un cambio de mentalidad como el que considero que he hecho. [...] Deseo que todo lo que he ido aprendiendo y mi progreso realizado a lo largo de la asignatura, tanto conceptual como espiritual, junto con el cambio de mirada por una más feminista, se vea reflejado en las diferentes situaciones del día a día (M03).

Cuarto nivel: Predisposición al cambio propio

Como vemos, la conciencia crítica es necesaria para fomentar la propia conciencia de género y al mismo tiempo comprometerse como agentes activos de la transformación de normas sociales (REBOLLO-CATALÁN et al. 2011).

Me di cuenta de cómo dentro del ámbito de la formación podemos introducir los conceptos más básicos de igualdad de género para promover el cambio de actitudes mediante ciertas estrategias y así transformar identidades. [...] hace que tengas

tus propios argumentos y, por lo tanto, tengas autocrítica para defender tus derechos y preocuparte por estos temas (M21).

Quinto nivel: Transformación del entorno

La formación en género, y sobre todo la formación para la capacitación en perspectiva de género, debería tener siempre como meta el cambio social, sobre todo en grados referentes al ámbito educativo. Coincidimos con García-Pérez et al. (2011, p. 22) al defender que en nuestro ámbito se debe asegurar el desarrollo de “competencias de aprendizaje de género para una auténtica transformación de la cultura de género en los escenarios educativos y contextos escolares que les toque en su labor profesional”.

A este nivel hace referencia la elaboración de propuestas de cambio en la propia vida y en los contextos del alumnado. El alumnado, a través de sus reflexiones, ha permitido constatar que ha dado este paso hacia la transformación de una sociedad que percibe como discriminatoria:

Pienso que esto es lo que le pasa a mucha gente, que están en contra del machismo, pero que no hacen nada para cambiarlo. [...] A mí me han motivado para participar de alguna manera en algún proyecto y ayudar a conseguir la igualdad (M14).

Siguiendo con el estudio de Bagard y Hyde (1991), éstos comprueban que las alumnas de su estudio llegan hasta el quinto estadio de desarrollo de Downing y Roush (1985), en el que se da un compromiso activo para la transformación de la sociedad, elemento que, como hemos justificado, también aparece en los comentarios de nuestros alumnos y alumnas:

Ahora sé que es un cambio difícil. Cambiar algo tan inmerso y tan implementado en nuestra sociedad no es una tarea que se haga de un día para el otro. Conlleva observación, reflexión y lo más difícil, aplicación en el día a día. [...] Alguien puede creer que cambiar e influir en mentalidades no es pedagógicamente correcto. Lo dejaré en <<potenciar la reflexión y el espíritu crítico>> (M10).

Una vez salía de la clase, tenía que dedicar un rato a reflexionar sobre alguno de los conceptos trabajados, ya que me creaban cierta angustia, es por eso que debatía con mis compañeros, amigos y familia muchas de las ideas trabajadas y así también complementaba mi razonamiento. Creo que el trabajo de la asignatura ha llegado más lejos que el propio alumnado, ya que tan solo un alumno que salga concienciado, y pueda transmitir sus inquietudes y debates a una pequeña parte de la sociedad, creará una cadena que poco a poco se irá tejiendo e irá creando una mayor conciencia de lo que queda por hacer (M20).

Este testimonio hace pensar en el papel diaspórico que el propio alumnado ha integrado al cursar una asignatura con contenidos de género. Este compromiso con la transformación de la sociedad va más allá del aula, hecho que también detectan Rebollo et al (2009, p. 271): “[Esta asignatura con contenidos de género] parece estimular acciones de transferencia que van más allá del contexto de la asignatura”.

El alumnado ha conocido una nueva realidad que ha provocado la recodificación de sus configuraciones mentales, provocando una observación y reflexión crítica de la misma y ha pretendido, por él mismo, cambiar su entorno. Con su nuevo rol de diáspora ha decidido voluntariamente hacer llegar el mensaje a su entorno (que espera que a su vez también difunda esta nueva perspectiva) para así conseguir una sociedad mejor.

En una mesa redonda sobre generizar la docencia expliqué para acabar el cuento del *vestido nuevo del emperador* como un ejemplo de lo que una práctica educativa feminista puede aportar a la academia: interpelar al poder, quizás sea una de sus grandes ganancias.

Para acabar: tres preguntas

¿Dónde están los hombres académicos?

Muchos académicos feministas se aproximan al movimiento como objeto de discurso, como una teoría que ha producido conceptos y visiones

diferentes de la realidad, y que debe ser estudiado. Sólo si estos académicos se vuelven plenamente conscientes de su participación activa y pasiva en los sistemas de género pueden hacer crítica feminista. De lo contrario, esta participación se convertirá en una observación de lo que “hacen las chicas”.

Su participación debe significar algo más que una toma de conciencia de estructuras y privilegios estructurados por género, debe incluir una participación en el cambio político para la liberación de la mujer.

¿Cómo contrarrestar la violencia hacia las mujeres?

En el estudio de Mala Htun y S. Laurel Weldon (2012), donde se analizan durante cuatro décadas un conjunto de datos sobre movimientos sociales y políticos y la situación de la violencia hacia las mujeres en los países, se muestra que la movilización feminista en la sociedad civil produce un impacto duradero en las políticas a través de la institucionalización de las ideas feministas. Los movimientos autónomos articulan las perspectivas sociales de los grupos marginados, transforman la práctica social, y cambian la opinión pública. Estos efectos de la organización autónoma son más importantes, en el análisis que realizan estas autoras, que la representación de las mujeres dentro del poder legislativo o el impacto de los partidos políticos. Parece ser que la sociedad civil tiene la llave en el tema de la violencia contra las mujeres.

¿Queremos recibir o reclamar la educación?

Adrienne Rich (1979), señaló el camino para el cambio curricular a través de estudios de la mujer. Ella distingue entre reclamar y recibir una educación. Recibir una educación es sólo “para entrar en posesión de, actuar como receptáculo o contenedor para; a aceptar como autoridad o verdad”, mientras que reclamar una educación es “considerarse el legítimo dueño. Rich dijo, que esto significa” negarse a dejar que los demás elaboren la forma de pensar, hablar, y nombrar para cada una.

Referencias

- ANDERSEN, Margaret L.. *Changing the Curriculum in Higher Education. Journal of Women in Culture and Society*, vol. 12, no. 2: 222-254, 1987.
- BAGARD, Adena; HYDE, Janet Shible. *Women's studies: A study of feminist identity development in women. Psychology of Women Quarterly*, 15 (2), 181-201, 1991.
- BOLAÑOS, Lucy Mar; JIMÉNEZ CORTÉS, Rocio . *La formación del profesorado en género. Revista de Investigación Educativa*, 25 (1), 77-98, 1996.
- CASSESE, Erin C.; BOS, Angela; DUNCAN, Lauren (2012). *Integrating Gender into the Political Science Core Curriculum. PS: Political Science & Politics*, 45(02), 238–243. doi:10.1017/S1049096512000042.
- COBO, Rosa. **Hacia una nueva política sexual**. La Catarata. Madrid, 2011.
- COLÁS BRAVO, Pilar; JIMÉNEZ CORTÉS, Rocío. Tipos de conciencia de género del profesorado en los contextos escolares. **Revista de Educación**, 340. Mayo-agosto, p. 415-444, 2006.
- DONOSO-VÁZQUEZ, Trinidad; VELASCO-MARTÍNEZ, Anna (2013). ¿Por qué una propuesta de formación en perspectiva de género en el ámbito universitario? **Profesorado Revista de currículum y formación del profesorado**, 17 (1), 71-88.
- DONOSO-VÁZQUEZ, Trinidad; MONTANÉ, Alejandra. CARVALHO, Maria Eulina P. Género y calidad en Educación Superior. **Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado**, 17 (3), 157-171. DOI: <http://dx.doi.org/10.6018/reifop.17.3.204121>, 2014.
- DONOSO-VÁZQUEZ, Trinidad; PRADO SOTO, Nieves Neomachismos en espacios virtuales. En Donoso-Vázquez, Trinidad (coordinadora) **Violencias de género 2.0**. Barcelona: Kit-book. <http://gredidona.blogspot.com.es/p/publicacions.html>, 2014.

DOWNING, Nancy E.; ROUSH, Kristin. L. . *From passive acceptance to active commitment: A model of feminist identity development for women. **The Counseling Psychologist***, 13, 695-709. 1985.

EUROPEAN WOMEN'S LOBBY **Towards a Strong Convention on All Forms of Male Violence against Women: Lobbying Kit.** Brussels: European Women's Lobby, 2010.

FALUDI, Susan . **La pesadilla terrorista: miedo y fantasía en estados unidos después del 11-s.** Madrid: Anagrama, 2009.

FERRER, Victoria. A.; BOSCH, Esperanza.; CAPILLA, G.; RAMIS, M. C.; GARCÍA, M. E. Los micromachismos o microviolencias en la relación de pareja: Una aproximación empírica. **Anales de Psicología**, 24 (2), 341-352, 2008.

GARCÍA-PÉREZ, Rafael; REBOLLO, Maria Angeles; VEGA, Luisa; BARRAGÁN-SÁNCHEZ, R.; BUZÓN, O.; PIEDRA, J. El patriarcado no es transparente: Competencias del profesorado para reconocer desigualdad. **Cultura y Educación**, 23(3), 385-397, 2011.

GAY, Geneva; KIRKLAND, Kipchoge. *Developing cultural critical consciousness and self-reflection in preservice teacher education. **Theory into Practice***, 42 (3), 181-187, 2003.

GIRALDO, Elisa; COLYAR, Julia *Dealing with gender in the classroom: A portrayed case study of four teachers. **International Journal of Inclusive Education***, 16(1), 25-38, 2012.

GRIFFIN, Gabriele. *Gender Studies as a Profession.* In: RIEGRAF, B.; AULENBACHER, B.; KIRSCH-AUWÄRTER, E.; MÜLLER, U. (2010). **Gender Change in Academia. Re-Mapping the Fields of Work, Knowledge, and Politics from a Gender Perspective.** Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften: 243-253, 2010.

HARAWAY, Donna **Ciencia, Cyborgs y mujeres**. La reinención de la naturaleza. Madrid: Cátedra, 1995.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Barcelona: Morata.

HESSE-BIBER, Sharlene Nagy (2011). **Handbook of Feminist Research: Theory and Praxis**, 2nd edition. Boston: Sage Publications, 1996.

HTUN, Mala; WELDON, S. Laurel. *The Civic Origins of Progressive Policy Change: Combating Violence against Women in Global Perspective, 1975–2005*. **American Political Science Review**. Vol. 106, No. 3, 548-569, 2012.

IZQUIERDO, Maria Jesus (Dir.); CANELLES, N.; COLLDEFONS, I.; DUARTE, I.; GUTIERREZOTERO, A.; MORA E.; PUIG, X. **Cuidado y provisión**: el sesgo de género en las prácticas universitarias y su impacto en la función socializadora de la universidad. Madrid: Ministerio de Igualdad. Instituto de la Mujer, 2008.

LARRAÑAGA, Elis; YUBERO, Santiago; TORRALBA, Eva; GUTIÉRREZ, Myriam **El estudio de género**. Una competencia transversal en la formación universitaria. Escuela universitaria de Trabajo Social. Universidad de Castilla la Mancha. (sin fecha). Recuperado de: <http://www.uclm.es/bits/sumario/81.asp>. Acceso en: 09 jan. 2014

LORENTE, Miguel “El Gobierno denuncia un movimiento que niega la desigualdad de la mujer”, en **El Mundo**, 2009 25/12/09. Disponible online en: <http://www.elmundo.es/elmundo/2009/12/25/espana/1261765714.html>.

MACKINNON, Catherine *Feminism, Marxism, Method, and the State: An Agenda for Theory*. **Signs: Journal of Women in Culture and Society** 7, no. 3 (Spring 1982): 515-44, esp. 537, 1982.

MARKOWITZ, Linda *Unmasking moral dichotomies: Can feminist pedagogy overcome student resistance?* **Gender and Education**, 17 (1), 39-55, 2005.

MCLEOD, Julie. *The promise of freedom and the regulation of gender-feminist pedagogy in the 1970s*. **Gender and Education**, 10, 4; 431-445, 1998.

MENÉNDEZ, Maria Isabel **El reto de la igualdad ante la opinión pública o cómo la prensa construye el neomachismo**. Actas IV Congreso Internacional Latina de Comunicación Social. Universidad de La Laguna., 2012. Disponible online en: http://www.revistalatinacs.org/12SLCS/2012_actas.html.

MINER, Kathi N. EPSTEIN, Toby; PESONEN, Amanda; ZURBRÜGG, Lauren. *Using Survey Research as a Quantitative Method for Feminist Social Change*. In HESSE-BIBER, S. (Ed.). **Handbook of Feminist Research: Theory and Praxis**: 2nd edition. p. 237-263. Boston: Sage Publications, 2011.

MORLEY, Louise *Hyper-Modernisation and Archaism: Women in Higher Education Internationally*. In RIEGRAF, B.; AULENBACHER, B.; KIRSCH-AUWÄRTER, E.; MÜLLER, U. (2010). **Gender Change in Academia. Re-Mapping the Fields of Work, Knowledge, and Politics from a Gender Perspective**. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften: 27-43, 2010.

PLATEAU, Nadine *La coeducación: un largo camino que recorrer*. En CLAIR, René (Ed.), **La formación científica de la mujer ¿Por qué hay tan pocas científicas?** (p. 61-70). Madrid: Los Libros de la Catarata, 1996.

REBOLLO-CATALÁN, Maria Angeles; GARCÍA-PÉREZ, Rafael; PIEDRA, J.; VEGA, Luisa. *Diagnóstico de la cultura de género en educación: Actitudes del profesorado hacia la igualdad*. **Revista de Educación**, 355, 521-546, 2011.

RICH, Adrienne. *Toward a Woman-centered University*. En **On Lies, Secrets, and Silence**. New York: W. W. Norton & Co, 1979.

RILEY, Sarah. *Maintaining male power: male constructions of "feminists" and "feminist values"*. **Feminism & Psychology**, 11 (1), 55-78, 2001.

SCHUSTER Marilyn R.; VAN DYNE Susan R. ***Women's Place in the Academy: Transforming the Liberal Arts Curriculum.*** Totowa, N.J.: Rowman and Allanheld, 1985.

VALCÁRCEL, Amelia **Feminismo en el mundo global.** Madrid: Cátedra, 2008.

Trayectorias académicas y profesionales de mujeres y hombres en España en un contexto de cambio

Lola Frutos Balibrea¹

1. El acceso gradual a la educación de las mujeres en igualdad con los hombres

Desde la entrada en la Modernidad el acceso a la educación en igualdad con el varón ha sido siempre una reivindicación de las mujeres ya que la nueva concepción ilustrada las excluía del discurso igualitario y establecía destinos contrarios para cada sexo: los varones tendrían acceso a los derechos individuales, incluido el de la educación, pero no así las mujeres, pues dada la ‘naturaleza’ de su condición femenina, su destino debía ser el ámbito privado, separado de una educación destinada a formar individuos autónomos, capaces de ejercer su ciudadanía en el espacio público.

El debate entre Mary Wallstonecraft con su maestro Juan Jacobo Rousseau inicia el *corpus* de la teoría feminista introduciendo argumentos sociohistóricos en la explicación de la configuración de las relaciones de género frente a la fundamentación que vinculaba a las mujeres con la naturaleza. Esta autora consideraba que a través de una educación adecuada y no ‘diferencial’ como la que establece Rousseau en los modelos respectivos - *Emilio* para hombres y *Sofía* para mujeres-, potenciaría en las mujeres sus capacidades intelectuales en equidad con los hombres.

¹ Profesora Titular de Sociología de la Universidad de Murcia, Dpto. Sociología y Trabajo Social. Profesora Titular de Sociología en la Universidad Complutense de Madrid (Comisión de Servicio). Dpto. Sociología VI lfb@um.es

Si bien las diferencias biológicas determinan quién da a luz los hijos, por sí solas no pueden explicar por qué las mujeres deben ser las encargadas y las únicas responsables de atender a los enfermos, a los niños, a la población dependiente, en general. Estos constructos sociohistóricos se asientan, como señala Carol Pateman (1995), en un 'contrato sexual' previo al 'contrato social', que establece como funciones propias de la condición femenina, la procreación y la ayuda mutua.

Históricamente, la incorporación de las mujeres al sistema educativo en España fue un proceso tardío y por etapas, puesto que, en un principio, ellas no tenían la obligación de ir a la escuela y, en un segundo momento, cuando se incorporaron a ella, se estableció un *currículum* diferenciado de los varones. Así pues, el primer paso fue lograr el reconocimiento de su derecho a la educación, el siguiente, fue conseguirla en el mismo grado y con igual contenido que los varones. El tercer paso, conseguir un rendimiento en el ejercicio profesional equivalente al de los varones por las aptitudes adquiridas –tanto en la educación formal como a través de la socialización recibida en ámbitos privados-, todavía no se ha alcanzado. Es éste un aspecto en el que, todavía hoy, hay muchas sombras, como comprobaremos al analizar los datos empíricos.

Precisamente, hay que buscar los antecedentes de la desigualdad de oportunidades profesionales para las mujeres, en la exclusión de éstas de la institución universitaria en el momento en el que se desarrolló el profesionalismo (siglos XVIII y XIX). Los varones, en su intento de asegurarse el poder de mercado y cierre ocupacional, movilizaron recursos de dominio basados tanto en la clase social como en el género; en este proceso, la universidad moderna fue considerada un lugar clave para la negociación de la exclusividad cognoscitiva en forma de educación y evaluación sistemática, pero no hay que olvidar que su estructura era patriarcal, y las mujeres en España estuvieron excluidas de ella hasta 1912.

2. Evolución del pensamiento socioeconómico sobre las relaciones de género desde los clásicos a los contemporáneos

Tanto la Sociología como la Economía al convertirse en disciplinas académicas y profesionales, desplazaron a la periferia a quienes defendían

la igualdad entre mujeres y hombres. En el caso de la Sociología, los autores más destacados, como Spencer, Weber, Durkheim, Parsons, respondieron de forma conservadora a la demanda igualitaria, posiblemente por el sexismo institucionalizado e implícito en la educación superior de la época. Así, Comte *naturaliza* las relaciones de género y considera que las tareas que realizan las mujeres en el ámbito doméstico son clave para el mantenimiento del orden social, contrastando con las consideraciones sociológicas de su contemporáneo Stuart Mill (1984, p. 276), ardiente defensor de la autonomía e independencia de las mujeres.

Durkheim al explicar el suicidio de las mujeres utiliza una argumentación no sociológica presentando a las mujeres como seres biológicos presociales no siendo fiel al espíritu de su propia obra, *Las reglas del método sociológico*.

Tanto el marxismo como el feminismo, desarrollan teorías de poder desde ópticas diferentes, pero no terminan por reconocer la integridad de cada teoría resaltando respectivamente la primacía del género o la clase y se achacan mutuamente el olvido de una de las partes.

Simmel, por su parte, reconoce el conflicto de género, pero lo resuelve en el terreno simbólico, revalorizando el ser femenino centripeto y semiobjetivado en el hogar, otorgando a las mujeres la posibilidad de una cultura propia en el espacio no ocupado por los hombres, sin cuestionar la realidad asimétrica y desigual de las relaciones entre mujeres y hombres (FRUTOS, 1999, p. 311).

En España, intelectuales como Ortega y Gasset rebaten a Simone de Beauvoir (1964) su visión histórica y sociológica de la mujer (“*la mujer no nace, se hace*”) y defienden la necesidad de la polaridad sexual para la sociedad.

Talcott Parsons (1951) desarrolla la idea de la complementariedad entre mujeres y hombres, defendiendo roles diferentes para cada sexo, pues si se situaran en el mismo nivel se pondría en peligro la familia y la sociedad. Su planteamiento es androcéntrico y fue muy criticado por las autoras feministas de los años sesenta como Betty Friedan (1965) y Kate

Millet (1971). Millet subraya la relación de dominación-subordinación inherente al sistema de género, al tiempo que señala dos rasgos básicos que han contribuido a su ocultación: su longevidad y su universalidad (es la desigualdad más antigua y se da en todas las sociedades).

Heidi Hartmann (1975) considera que la problemática planteada por el feminismo no puede ser considerada secundaria dentro del capitalismo ya que el patriarcado se establece como un conjunto de pactos interclasistas entre varones.

La Economía por su parte desarrolló el paradigma neoclásico que legitima la desigualdad social entre mujeres y hombres. Así, Gary Becker con la teoría del Capital Humano y la New Home Economics considera a las mujeres como esposas y madres dentro de una familia nuclear considerada una institución armoniosa, como trabajadoras menos productivas que los hombres en el trabajo de mercado y como dependientes económicamente de sus maridos, los cuales asumen el rol de *homo economicus*. Becker (1983) argumenta que el beneficio monetario de la educación universitaria para las mujeres no se estima por su nivel de retribución personal, sino por las retribuciones familiares. La llamada New Home Economics recurría a categorías de la economía neoclásica para analizar la división sexual del trabajo centrando su atención en aspectos demográficos, en determinantes de la participación laboral de las mujeres y en las estrategias de asignación del tiempo de trabajo asalariado, trabajo doméstico y ocio de los distintos componentes de la familia (BECKER, 1977,1985). De esta forma, lo que impulsaría a hombres y mujeres hacia el mercado de trabajo no serían factores sociales o culturales o de género sino las respectivas ventajas comparativas de los distintos miembros de la familia, respecto a quedarse en casa o salir al mercado y ganar un salario en función de la inversión en educación (coste de oportunidad). Estas teorías, si bien contribuyeron a situar el trabajo doméstico al mismo nivel conceptual que el trabajo de mercado, no explican las causas de la reproducción de la división sexual del trabajo, ni el extraordinario aumento de la participación femenina en la enseñanza superior, ni las diferencias salariales entre hombres y mujeres cuando, al menos en la actualidad, la inversión en educación superior de las mujeres es mayor que la de los varones en España (FRUTOS, 1997).

Las críticas a la teoría del capital humano son numerosas, como es el caso de las teorías de “las colas de empleo” (THUROW, 1983), que sitúan a los individuos en el mercado de trabajo a partir de características personales, rasgos que son utilizados por el empresario para saber la inversión que será necesaria para preparar a una persona en el desempeño del puesto de trabajo. Otra crítica procede de los teóricos de “la segmentación del mercado de trabajo” (PIORE, 1983; DOERINGER Y PIORE, 1985), que tienen en cuenta la pluralidad de marcos de contratación en el mercado. Cada mercado se caracteriza por un conjunto de barreras que limitan el acceso a los mismos y los diferencia de otros mercados diferentes. Los procesos de segmentación tienden a reproducir las desiguales condiciones de partida, y en muchos casos, las potencia. Según los teóricos del mercado dual, la colocación de las mujeres en los trabajos del *segmento secundario* se debía a características individuales “femeninas”, derivadas de su papel en la reproducción social. Así, su supuesta orientación hacia la familia tendría un correlato con su falta de interés en la formación y en la promoción, en su falta de ambición salarial y en su desinterés en la organización colectiva, características propias de los trabajos del sector primario².

Los análisis marxistas (BRAVERMAN, 1983; EDWARDS, 1983; BOWLES; GINTIS, 1985), a pesar de sus diferencias en otros planos, comparten con las teorías del mercado dual muchos de sus supuestos. En efecto, las mujeres, a causa de su posición en la familia, eran consideradas como ‘ejército de reserva’ y su inserción laboral en determinados sectores específicos, como señaló Verónica Beechy (1977, 1978 y 1994), contribuiría con el paso del tiempo a la feminización de determinados sectores productivos, produciéndose mercados internos o trabajos ‘pink collar’.

Así pues, el trabajo femenino, tanto en la teoría del Capital Humano como en la de la Segmentación de los Mercados y en el Marxismo,

2 M. Piore (1983), R. Edwards *et al.* (1982), R. D. Barron y G.M. Norris (1976) hicieron una aplicación de esta teoría a la segregación sexual del mercado de trabajo.

El mercado secundario se caracteriza por malas condiciones laborales, escaso salario, entradas y salidas en el paro y escasa movilidad social ascendente frente al sector primario cuyos rasgos son: buenas condiciones laborales, movilidad profesional ascendente, reconocimiento y buenos salarios. La población activa no se reparte por igual, sino que en el secundarios están sobrerrepresentadas las mujeres, los inmigrantes, y los que no cuentan con cualificación educativa.

se considera no cualificado, débil y marginal, a causa de partir de la consideración de la neutralidad sexual del mercado de trabajo, además de creer que las competencias se adquirirían sólo a través de los circuitos “formales”, sin tener en cuenta que los factores sociales juegan un papel clave en la construcción de la cualificación.

En ruptura con estos paradigmas se han realizado investigaciones que demuestran que las mujeres no pueden ser reducidas a un mercado único, ni asociadas de manera simplista sólo a segmentos secundarios, pues en muchos sectores las profesiones femeninas muestran rasgos propios del sector primario.

En este sentido, la aportación de “la teoría de las relaciones sociales de género” reconoce la necesidad de analizar conjuntamente el subsistema familiar y el de empleo, el de conjugar una sociología estructural con una sociología estratégica de los agentes sociales que otorga un papel importante a lo simbólico y a la subjetividad individual en la reproducción de las relaciones sociales de hombres y mujeres (COMBES; HAICAULT, 1994).

En los últimos años, los estudios sociológicos, tal y como señala Cristina Borderías (2003, p. 85), apuntan hacia una revalorización del trabajo femenino relacionándolo con fenómenos como la terciarización de la economía, el desarrollo de los trabajos de servicios y de cuidados y los nuevos sectores comunicativos propios del modelo postfordista³.

Un elemento esencial es la satisfacción de las necesidades básicas de subsistencia y la calidad de vida de las personas. El desarrollo de la economía feminista sigue un proceso no lineal de continua crítica reconstrucción y elaboración. Tiene un inicio, pero no un punto final de llegada. Cuenta con una amplia temática y aunque, no existe un lenguaje analítico común, sí hay una práctica compartida de valorar la experiencia de las mujeres como sujeto de cambio.

3 En la abundante literatura existente sobre la feminización del trabajo, en el modelo postfordista, se pone el acento en aspectos diferentes; por un lado se resalta el aspecto de la feminización de sectores económicos con efectos positivos para las mujeres, pero también el de la extensión de la inestabilidad y la precariedad hacia la mano de obra masculina.

3. Los estudios actuales sobre educación superior y empleo

En la actualidad, la cuestión de la transición de la educación al mercado de trabajo viene recibiendo una especial atención por parte de diversos organismos internacionales como la OCDE⁴ y, en general, la importancia que la Unión Europea ha otorgado a este campo ha motivado que Eurostat promoviera la recogida de información específica para avanzar en el conocimiento empírico de esa realidad.

Además, en los últimos años son abundantes los trabajos desarrollados por investigadores sociales en torno al tema de la transición de la educación a la vida laboral, tanto de manera general (SHAVIT; MÜLLER, 1998; STERN; WAGNER, 1999) como específicamente referida a los titulados superiores (KIVINEN, 1997; TEICHLER, 1998).

Estos estudios impulsan también, la investigación teórica y algunos, como Hannan et al. (1996), señalan dimensiones clave a investigar, el contexto, que incluye los factores demográficos y el marco político; el sistema educativo y su interconexión con el mercado laboral; el proceso de transición en sí mismo, cuyo análisis se centra en la duración de las transiciones, y presta atención a variables relevantes como son el abandono del hogar de la familia de origen, la adquisición de independencia, etc., así como los resultados de los procesos de transición, que en la mayor parte de las veces se han centrado en los logros con relación al empleo.

Paul Ryan (1999) también subraya que los patrones de transición deberían incluir como dimensiones básicas la duración de la transición, el nivel de empleo y desempleo, la calidad del empleo, el papel de la educación y las desigualdades sociales. Entre estas últimas se encuentran las desigualdades de género, además de las de clase social. Este autor considera que el deterioro de la posición de los jóvenes en el mercado de trabajo a lo largo de los últimos años ha afectado especialmente a las mujeres.

4 La OCDE impulsó un estudio temático sobre la transición de la educación inicial a la vida laboral a mediados de los años noventa (*OECD Thematic Review of the Transition from Initial Education to Working Life*); en 1999, promovió la conferencia *Preparing Youth for the 21st Century*, y en el año 2000 se celebró una segunda conferencia en torno a este tema bajo el título *Making Transition Work. Final Conference on the Transition from Initial Education to Working Life*.

En España, desde los años setenta y ochenta hay una preocupación creciente de la investigación social por el acceso al empleo de los universitarios⁵.

A partir de la década de los noventa muchas universidades emprenden recogidas de datos para investigaciones acerca del rendimiento que sus egresados obtienen de sus títulos, observando lo ocurrido con determinadas promociones tiempo después de su graduación (MASJUAN et al, 1996, 2002).

El análisis llevado a cabo por Sáez, Rey, (2000:106-08), basado en egresados en 1997 en la UAM en 12 carreras, comprueba que la titulación es el principal factor explicativo del éxito laboral de los universitarios.

No obstante, la mayoría de estos trabajos no incluyen un amplio análisis de las diferencias entre mujeres y varones, fundamentalmente debido a las limitaciones muestrales.

Hay otros estudios que recurren al seguimiento de los individuos en la Encuesta de Población Activa (EPA) enlazada (Albert et al., 2000: 42-44). Este recurso permite analizar cuál es la situación de quienes son definidos como estudiantes en un momento determinado, en los cinco trimestres siguientes, y estimar, para quienes han dejado de ser estudiantes, las variables asociadas al hecho de encontrarse en una situación de ocupación, paro o inactividad. Este tipo de trabajo permite abordar el tratamiento diferenciado de hombres y mujeres. También hay otros estudios, como los de Marta Ibáñez (1999), sobre los procesos de inserción laboral que otorgan relevancia al sistema de género.

Un estudio que ha recogido y analizado información sobre la inserción laboral de la educación superior en once países europeos –incluida España- es el llamado proyecto CHEERS (Careers after Higher Education: a European Research Study) cuyos resultados han sido presentados en nuestro país por José García Montalvo (2001), sin que las diferencias asociados al sistema sexo-género hayan recibido un análisis con detenimiento.

5 Así el informe de Jaime Martín Moreno y Amando de Miguel (1979) analiza la oferta y la demanda de licenciados y concluye que el desajuste existente no se debe tanto a la explosión del número de graduados universitarios, sino más bien a factores de índole económica, por la incapacidad de la economía española para absorber el crecimiento de la formación de la población activa. Desde la década de los ochenta se suceden los estudios para abordar el tema, procedentes de la propia administración, que busca mitigar el problema del desempleo universitario.

Otros estudios hacen referencia a los conceptos de itinerarios y trayectorias, para destacar la dimensión del proceso de acceso al mercado de trabajo, condicionado por la estructura, frente al enfoque económico tradicional que habla de las carreras como procesos de ajuste entre el esfuerzo individual en un contexto de competencia (GARCÍA BLANCO; GUTIÉRREZ, 1996; GUTIÉRREZ, 1997).

Así mismo son numerosos los estudios sobre la movilidad a lo largo de la vida laboral, en función del nivel educativo. Ejemplos son los de Andrés (1991), los de Sánchez, Peraita, y Huguet, (1995) o los de Toharia (2001), en los que subrayan que a mayor nivel educativo hay una mayor probabilidad de movilidad laboral.

Referido exclusivamente a los egresados de la universidad, es el proyecto de investigación 'Trayectorias académicas y laborales de los egresados en tres universidades: Santiago, UNED y Murcia: diferencias de género' (FRUTOS BALIBREA, (coord.), 2003), del que extraeremos algunos datos relevantes con relación al primer empleo en la última parte de este trabajo (FRUTOS BALIBREA, 2004).

4. Expansión de la educación superior y su proceso de feminización en el contexto europeo

En perspectiva diacrónica, las tendencias que se han dibujado en la UE en los últimos 25 años del siglo XX indican que si bien el volumen del alumnado se ha más que duplicado, el volumen de mujeres en la educación superior se ha multiplicado por tres. Los países donde el crecimiento ha sido más acentuado coinciden con aquellos donde los procesos de incorporación de amplios segmentos de sucesivas cohortes a la educación superior comienzan más tardíamente, esto es, en Grecia, Irlanda, España y Portugal, países, por otra parte, que son los que registran los mayores aumentos en el número de mujeres, ya que el alumnado femenino se ha multiplicado por 5 en Irlanda y Portugal y casi en la misma proporción en Grecia y España. Por el contrario, el crecimiento –tanto global como del número de mujeres- ha sido menos intenso en Bélgica, Dinamarca, Francia, Italia, Holanda y Alemania.

Si observamos las cifras para el conjunto de la UE (cuadro 1) en el curso 1970-71, sólo 15 de cada cien personas accedían al nivel superior del sistema educativo. Por países, los valores más elevados –por encima del 18%- correspondían a Francia, Dinamarca, Holanda y Suecia, mientras que sólo en España y Portugal la tasa global se situaba por debajo del 10% (8,7% para España).

Veinte años después, en el curso 90-91, la tasa bruta de participación en la educación superior en los países de la UE es del 35,4%; en ese curso en España es del 36,7%, quedando Finlandia en el extremo con casi un 50%, y en el otro extremo Portugal, con un 23,2%.

Cuadro 1: Evolución de la tasa bruta de participación en la educación superior en los países de la UE, por sexo.1970-71/ 1999-2000.

| PAÍSES | Curso 70-71 | | | Curso 90-91 | | | Curso 99-2000 | | |
|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------|-------------|-------------|
| | Total | Mujer | Hombre | Total | Mujer | Hombre | Total | Mujer | Hombre |
| SUECIA | 21,8 | 18,9 | 24,6 | 32,0 | 35,3 | 28,9 | 66,3 | 79,1 | 54,2 |
| DINAMARCA | 18,9 | 14,2 | 23,2 | 36,5 | 39,0 | 34,1 | 56,1 | 65,2 | 47,4 |
| FINLANDIA | 13,1 | 13,0 | 13,2 | 48,9 | 52,1 | 45,9 | 83,8 | 91,9 | 76,0 |
| ITALIA | 16,7 | 12,8 | 20,5 | 32,1 | 31,1 | 33,1 | 46,6 | 52,8 | 40,7 |
| BÉLGICA | 17,0 | 12,6 | 21,3 | 40,2 | 39,6 | 40,7 | 57,0 | 60,6 | 53,5 |
| HOLANDA | 19,6 | 11,1 | 27,6 | 39,8 | 36,1 | 43,5 | 52,2 | 53,2 | 51,1 |
| REINO UNIDO | 14,4 | 9,8 | 18,9 | 30,2 | 29,4 | 30,9 | 57,8 | 64,2 | 51,8 |
| GRECIA | 13,1 | 8,5 | 17,4 | 36,1 | 35,8 | 36,3 | 54,7 | 56,2 | 53,2 |
| IRLANDA | 11,9 | 8,3 | 15,3 | 29,3 | 27,7 | 30,8 | 46,4 | 51,4 | 41,6 |
| ALEMANIA | 12,0 | 7,2 | 16,6 | 35,2 | 32,8 | 37,4 | 56,2 | 58,8 | 53,6 |
| PORTUGAL | 6,6 | 5,8 | 7,3 | 23,2 | 26,1 | 20,3 | 47,1 | 53,9 | 40,4 |
| ESPAÑA | 8,7 | 4,7 | 12,6 | 36,7 | 38,3 | 35,1 | 57,6 | 62,3 | 53,0 |
| FRANCIA | 18,8 | - | - | 39,6 | 42,8 | 36,6 | 52,5 | 58,1 | 47,2 |
| TOTAL U. EUROPEA | 14,8 | 10,6 | 18,2 | 35,4 | 35,9 | 34,9 | 62,4 | 62,1 | 51,1 |

Fuente: Elaboración propia, a partir de UNESCO, Institute for Statistics, 2002.

En el curso 1999-2000, la tasa bruta de participación es ya del 62,4%, cuarenta y siete puntos más que en el curso de 1970-71. Es espectacular el incremento de la tasa en España –57,6%–, si bien Finlandia sigue situándose muy lejos de la media, con una tasa de casi el 84%.

Ahora bien, estas tendencias descritas resultan de evoluciones –y de situaciones de partida– muy dispares para hombres y mujeres, como se advierte al observar las tasas desagregadas por sexo. Así, vemos que para el curso 1970-71 los valores medios de participación en la educación superior para la población femenina y masculina son del 10% y 18% respectivamente. Sólo Finlandia presenta valores similares para hombres y mujeres, produciéndose las mayores diferencias en el acceso al nivel superior del sistema educativo por sexo en España, Holanda y Grecia, donde la participación masculina duplica ampliamente– en algunos casos triplica– la de las mujeres.

En el curso 1999-2000, el porcentaje de la población femenina es 10 puntos más elevado que el de los varones en la mayoría de los países de la UE. No obstante hay notables diferencias entre países: así en Suecia se da un mayor *gap sexual*, pues hay casi 25 puntos de diferencia entre sexos.

En la actualidad el nivel de formación de la población adulta en España según la estructura de edad es mucho mejor en la población joven de 25 a 34 años que en la de más edad de 55 a 65 años (cuadro 2). En el año 2013, los resultados medios de España en la enseñanza superior alcanzan un porcentaje del 41,1% en la población joven y tan sólo la mitad en la población de 55-64 años (20,2%). Si lo comparamos con el resto de niveles de estudio es destacable que si bien España mantiene una población joven con mayores niveles de formación en los jóvenes (23,74%) que en en la población de más edad (17,2%), se produce el fenómeno de jóvenes de 25 a 34 años con estudios solo obligatorios (27,6%) o incluso menos (7,6%) en la primera etapa de E. Secundaria.

Cuadro 2. Nivel de formación de la población adulta en España, 2013

| Inferior a 1ª etapa E. Secundaria | | | 1ªEtapa E. Secundaria | | | 2ªEtapa E. Secundaria | | | E. Superior y Doctorado | | |
|--------------------------------------|---------------|---------------|--------------------------|---------------|---------------|--------------------------|---------------|---------------|----------------------------|---------------|---------------|
| 25-64 años | 25-34 años | 55-64 años | 25-64 años | 25-34 años | 55-64 años | 25-64 años | 25-34 años | 55-64 años | 25-64 años | 25-34 años | 55-64 años |
| 15,2 | 7,6 | 36,5 | 29,4 | 27,6 | 26,2 | 21,7 | 23,7 | 17,2 | 33,7 | 41,1 | 20,2 |

Fuente: MEC (2015): *Las cifras de la Educación en España. Datos e indicadores. Curso 2012-13.* Indicador A12

5. La educación universitaria en España y la diferente elección de estudios de mujeres y hombres

En España se ha producido a lo largo del siglo XX un intenso crecimiento del alumnado universitario pues, según el Consejo de Universidades, en el curso 2000-01 el volumen de alumnos triplicaba el existente en 1975-76 y se había multiplicado por diez respecto al curso 1950-51, produciéndose el mayor salto en los años sesenta.

Respecto a la presencia femenina, en el curso 1975-76 suponía el 37%; sin embargo, para el curso 1980-1981 alcanzaba el 44% y, a comienzo de los noventa, las mujeres eran ya el 51% del alumnado universitario. Esta proporción ha seguido creciendo de manera que en el curso 2000-01, el 52,7% del alumnado eran mujeres. No obstante, se da una diferencia entre sexos con relación al nivel superior, pues aunque la paridad se alcanza a mitad de los años ochenta, en el curso 1990-91, las mujeres superan a los varones en las carreras de ciclo largo, mientras que en las de ciclo corto su presencia relativa (48%) es menor que en el curso 1985-86. En las titulaciones de mayor duración la presencia femenina ha seguido aumentando en la década de los noventa hasta alcanzar el 55% en el curso 2000-01, mientras que en las de ciclo corto se ha mantenido en proporciones similares, en torno al 50%.

Se da una notable asimetría entre mujeres y hombres en lo que se refiere a la distribución por ramas de enseñanza (gráfico 1).

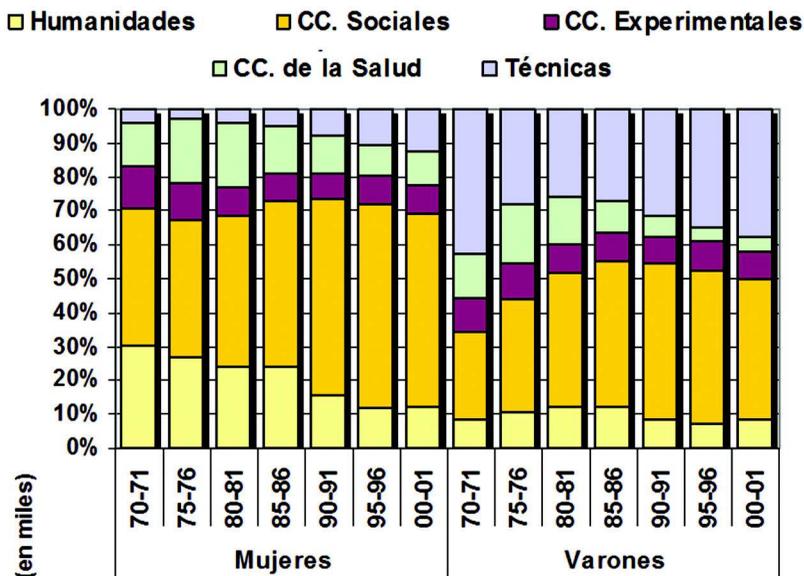


Gráfico 1. Evolución de la distribución porcentual del alumnado matriculado por ramas de enseñanza, según sexo.

Fuente: Elaboración propia a partir del Consejo de Coordinación Universitaria (2002), Consejo de Universidades (1995, 1990 y 1989a) y MEC (1983).

Así vemos que la situación de partida para mujeres y hombres es tremendamente desigual, pues en el curso 1970-71 apenas 5 de cada 100 universitarias cursan carreras técnicas, frente a más de cuatro de cada diez varones, y las ramas de Humanidades y Ciencias Sociales concentran al 70% de las mujeres matriculadas en la universidad, frente a una tercera parte de los hombres.

A través del tiempo se observa que el peso de las Humanidades se va reduciendo, mientras que se incrementa el de las Ciencias Sociales, de tal forma que en el curso 2000-01 estas dos ramas agrupan a una proporción de alumnas muy similar a la que representaban treinta años antes.

Por otro lado, es reseñable el lento incremento del porcentaje de mujeres que se matriculan en titulaciones técnicas, pues en el curso 90-91 todavía es inferior al 10%.

6. Rendimiento de los títulos en perspectiva comparada, a partir de resultados de encuesta⁶

Con el objetivo de establecer comparaciones entre hombres y mujeres respecto a su inserción laboral aportamos resultados de la encuesta a egresados realizada en tres universidades bien distintas: Santiago, UNED y Murcia, que recoge una muestra de 900 entrevistas a mujeres y hombres por partes iguales, titulados de las universidades a lo largo de la década de los noventa.

Un 80,6% tiene empleo (84,7% de varones frente a un 76,6 % de mujeres). El desempleo afecta en mayor medida a las mujeres que a los hombres. Parece que ante la discriminación existente en el mercado de trabajo las mujeres hubieran decidido invertir en educación. De hecho, las mujeres inactivas por seguir estudiando superan en tres puntos a sus compañeros. Así mismo, ellas se ven más afectadas que ellos por las responsabilidades familiares.

Entendiendo como empleo significativo aquel que tiene al menos seis meses de duración y 20 horas de trabajo a la semana, resulta que el 70,6% de la muestra ha tenido un empleo de estas características y el resto no (29,4%). Las diferencias entre hombres y mujeres vistas globalmente no son muy grandes, sin embargo la combinación de sexo y titulación introduce importantes cambios:

Los estudios de Informática son los que presentan un mayor rendimiento para las mujeres, pues un 96% ha encontrado empleo de estas características y sorprende que sobrepase en 8 puntos a los varones. Física también presenta elevados rendimientos: un 84% de tituladas y un 82%

⁶ Lola Frutos Balibrea (Investigadora Principal): *Diferencias de género en el alumnado egresado de la universidad y su inserción laboral (itinerarios académicos y laborales de mujeres y hombres). Estudio comparativo de la Universidad de Murcia, UNED y Santiago de Compostela*. Proyecto de investigación de I+D+I. Duración 2 años. Esta investigación incorpora una encuesta realizada en las tres universidades sobre una muestra de 300 entrevistas por cada universidad (900 en total) que corresponden a tres titulaciones. El criterio de selección de titulaciones ha sido su estructura por sexo: una titulación *feminizada* (si tenía más del 60% de mujeres); *masculinizada* (60% de varones) o *equilibrada*. Las carreras elegidas han sido las siguientes: en Murcia (Química, Derecho e Informática); en la UNED (Derecho, Química, Psicología); en Santiago de Compostela (Química, Pedagogía, Derecho). La composición sexual por titulación ha sido de 50 hombres y 50 mujeres. No todas las feminizadas correspondían a la misma titulación, sino que dependía de la Universidad. Así, Derecho está feminizada en Murcia y Santiago pero masculinizada en la UNED.

-en el caso de los varones- ha encontrado un primer empleo significativo. Pedagogía es una titulación muy feminizada que, sin embargo, emplea más a los varones (82%), pues sólo ocupa a 3 de cada 4 tituladas. Psicología emplea a un 64% de mujeres y a poco más de la mitad de los varones. Química tiene un rendimiento equilibrado por sexo y emplea a 3 de cada 4 licenciados, y por último, Derecho, presenta un mayor rendimiento para los varones, puesto que la brecha entre los dos sexos es de casi 10 puntos.

a) Tipo de ocupación conseguida

El tipo de ocupación en el primer empleo significativo pone de manifiesto que un 10,7% de titulados está ocupado en trabajos semicualificados o no cualificados, un 21,4%, como profesionales técnicos medios y un casi 68% en puestos acordes con la graduación superior, esto es, como licenciados, directores y gerentes. Si cruzamos esta información con el sexo de los titulados y con el tipo de carreras analizadas, resultan diferencias notables (cuadro 3):

En los niveles más bajos -trabajos semicualificados o no cualificados- observamos que más del 18% en el caso de las mujeres que han estudiado Psicología y Pedagogía tienen en su primer empleo este tipo de ocupación; proporción casi similar en el caso de los varones titulados en las mismas carreras (un punto menos). Sorprende que en la titulación de Derecho se dé una importante proporción de titulados en estos niveles bajos de ocupación, también por encima de la media tanto en mujeres (15%), como en hombres (casi 13%).

El grupo de profesionales y técnicos medios presenta diferencias notables entre sexos en una misma titulación: es el caso de Derecho, pues mientras que los varones suponen el 11,7%, las mujeres 15 puntos más (un 27,5%); o en Química donde el gap sexual es de diez puntos a favor de los varones. También los varones licenciados en Física e Informática presentan proporciones muy superiores en estas categorías medias que sus compañeras. Los títulos de Pedagogía y Psicología tienen aquí un mayor peso para ambos sexos y en ellos la brecha existente entre hombres y mujeres es menor.

Cuadro 3. Tipo de ocupación por titulaciones y sexo en el primer empleo

| | DERECHO | | FÍSICA | | INFORMÁTICA | | PEDAGOGÍA | | PSICOLOGÍA | | QUÍMICA | | |
|---|------------|------------|------------|------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | TOT. | HO | MU | HO | MU | HO | MU | HO | MU | HO | MU | HO | MU |
| Licenciados, Directores y gerentes | 67,9 | 75,5 | 57,5 | 70,7 | 85,7 | 79,5 | 89,6 | 43,9 | 48,6 | 42,9 | 40,6 | 68,0 | 80,8 |
| Profesionales y Técnicos medios | 21,4 | 11,7 | 27,5 | 22,0 | 9,5 | 18,2 | 8,3 | 39,0 | 32,4 | 39,3 | 40,6 | 22,7 | 12,3 |
| Trabajadores Semicualificados o no cualificados | 10,7 | 12,8 | 15,0 | 7,3 | 4,8 | 2,3 | 2,1 | 17,1 | 18,9 | 17,9 | 18,8 | 9,3 | 6,8 |
| TOTAL % | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| (N) | 635 | 94 | 80 | 41 | 42 | 44 | 48 | 41 | 37 | 28 | 32 | 75 | 73 |

Fuente: Elaboración propia. Encuesta sobre trayectorias laborales de titulados (Universidades de Santiago, UNED y Murcia, 2003).

El tipo de ocupación más rentable para las mujeres corresponde a las tituladas en Informática, pues un 89% de ellas ha obtenido un empleo situado en el escalón más alto (diez puntos más que los varones). El segundo título con rendimientos por encima de la media es el de Física, pues un 85% de ellas ha obtenido un puesto como licenciada, directiva o gerente; la tercera, ha sido Química ya que un 80% de ellas ha obtenido una ocupación en esta categoría. Destaca la brecha entre sexos en Derecho, pues las mujeres tienen 18 puntos menos que sus compañeros varones. Las carreras de Pedagogía y Psicología tienen una proporción muy inferior a la media en las categorías elevadas, propias de los titulados, y la diferencia entre sexos no es muy grande, aunque Pedagogía resulta un poco más favorable a las mujeres y Psicología a los varones.

b) La situación profesional

La situación en el mercado de trabajo de los titulados de la muestra presenta una distribución en la que el mayor peso –más de la mitad-, están ocupados como asalariados en la empresa privada. Pero este porcentaje se ve muy alterado según el sexo y la titulación. Así, en Informática tres de

cada cuatro mujeres están empleadas como asalariadas en el sector privado, que en porcentajes supone 20 puntos más que los varones. Otra carrera con una gran diferencia entre hombres y mujeres es Química, pues los varones sobrepasan el 69% y las mujeres se mantienen en proporciones similares a la media de ambos sexos para todas las titulaciones; Física presenta también una mayor proporción de asalariados varones (cinco puntos más que las mujeres). En Derecho la proporción de asalariados es mucho menor para ambos sexos; por último, en Pedagogía y Psicología se da una mayor proporción de mujeres que de varones, dándose una brecha, en el primer caso, de más de 15 puntos, y en el segundo, de 23 puntos a favor de ellas.

Con relación al trabajo como funcionario o asalariado en empresa pública, la proporción de titulados de ambos sexos es del 30%, si bien en todas las titulaciones –menos Informática, Pedagogía y Psicología– las mujeres presentan proporciones superiores a las de los varones en mayor o menor grado, en función de la titulación. Las más elevadas son las de las tituladas en Física (38%) y en Química (37%).

Todo lo contrario ocurre con el trabajo por cuenta propia: para ambos sexos supone un 13%, pero combinado por titulaciones y sexo resulta ser una opción claramente masculina, exceptuando Física en la que apenas se da (2,4% en ambos sexos) y Pedagogía. En Derecho se da una gran diferencia, pues los varones llegan al 37% en el ejercicio libre de la profesión en su primer empleo, mientras que sus compañeras optan a ello en menor medida (una de cada cuatro tituladas). En Informática y Psicología la brecha entre sexos es de 11 puntos a favor de los varones; en Química y Pedagogía los trabajadores por cuenta propia están en torno al 5% en ambos sexos.

c) La posición jerárquica

La posición jerárquica de los titulados en las empresas presenta una estructura diferente si se trata globalmente o por sexo. En el cuadro 4 vemos que la función directiva y la técnica

están más representadas en los varones que en las mujeres (seis puntos más); conforme bajamos en la línea de autoridad se va acortando la brecha: así en la función intermedia las mujeres presentan tres puntos más que los varones y en el caso de desempeñar una función subalterna las tituladas están mucho más representadas que sus compañeros varones (diez puntos porcentuales más).

Por titulaciones se repite este esquema: en el caso de la función directiva casi siempre hay una mayor proporción de varones, y las mayores diferencias entre sexos se dan en Psicología (doce puntos), y en Derecho e Informática (más de cinco puntos); en Pedagogía están casi igualados y en Química, las mujeres presentan dos puntos más que los varones en esta función.

Cuadro 4. Posición jerárquica en el primer empleo de los titulados universitarios, por sexo y titulación.

| POSICIÓN JERÁRQUICA | AMBOS SEXOS | | | DERECHO | | FÍSICA | | INFORMÁTICA | | PEDAGOGÍA | | PSICOLOGÍA | | QUÍMICA | |
|--|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | TOT. | HOM. | MUJ. | HO | MU | HO | MU | HO | MU | HO | MU | HO | MU | HO | MU |
| Directiva (da órdenes) | 16,2 | 18,9 | 13,5 | 39,4 | 30,0 | 2,4 | - | 11,4 | 6,3 | 9,8 | 8,1 | 24,0 | 12,5 | 9,3 | 11,0 |
| Técnica (con autoridad relativa) | 37,6 | 41,2 | 34,0 | 26,6 | 27,5 | 58,5 | 35,7 | 50,0 | 33,3 | 39,0 | 35,1 | 28,6 | 31,3 | 50,7 | 41,1 |
| Intermedia (recibe y da órdenes) | 21,6 | 20,1 | 23,1 | 21,3 | 17,5 | 17,1 | 28,6 | 9,1 | 20,8 | 22,0 | 32,4 | 25,0 | 25,0 | 24,0 | 21,9 |
| Subalterna (todos le mandan) | 24,6 | 19,8 | 29,5 | 12,8 | 25,0 | 22,0 | 35,7 | 29,5 | 39,6 | 29,3 | 24,3 | 21,4 | 31,3 | 16,0 | 26,0 |
| TOTAL | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| (N) | 635 | 323 | 312 | 94 | 80 | 41 | 42 | 44 | 48 | 41 | 37 | 28 | 32 | 75 | 73 |

Fuente: Elaboración propia. Encuesta sobre trayectorias laborales de titulados (Universidades de Santiago, UNED y Murcia, 2003).

Los titulados varones ocupados en una función técnica, tienen una mayor representación que las mujeres en las carreras de Física (más de veintidós puntos en porcentaje que sus compañeras); Informática (más de dieciséis puntos) y Química (más de nueve puntos). Las mujeres tituladas en Derecho, Psicología y Pedagogía están un poco más representadas que los varones en esta función. La posición intermedia presenta una brecha muy fuerte a favor de las mujeres en Física (28 puntos), seguida de Pedagogía e Informática (12 puntos); mientras que en Derecho las mujeres presentan 3,5 puntos menos que sus compañeros y en Psicología y Química están igualados. Por último en la posición subalterna las mujeres en todas las titulaciones están más representadas que los varones, siendo Física la carrera donde la brecha es mayor seguida de Derecho, Informática, Psicología, Química y por último Pedagogía.

d) El salario

La distribución del salario obtenido en el primer empleo significativo para ambos sexos presenta las mayores proporciones en los tramos comprendidos desde 600 a 1.800 euros (cuadro 5).

En la titulación de Derecho se da una relación inversa según el sexo, ya que en los primeros tramos correspondientes con los salarios más bajos -hasta los 900 euros-, la representación femenina es cinco puntos porcentuales más que la masculina; mientras que en los tramos más altos ocurre lo contrario, puesto que los varones presentan proporciones por encima del doble que las mujeres. Sólo en el tramo entre 900 y 1.200 euros, las licenciadas en Derecho tienen diez puntos más que los varones. En Física, en el tramo 1 apenas hay diferencias por sexo, pero en el segundo tramo -de 600 a 900 euros- hay una brecha de 13 puntos, situación que se repite en el siguiente tramo.

Cuadro 5. Salario en el primer empleo de los titulados universitarios, por sexo.

| SALARIO | Total | DERECHO | | FÍSICA | | INFORMÁTICA | | PEDAGOGÍA | | PSICOLOGÍA | | QUÍMICA | |
|-----------------------|-------|---------|------|--------|------|-------------|------|-----------|------|------------|------|---------|------|
| | | HO | MU | HO | MU | HO | MU | HO | MU | HO | MU | HO | MU |
| 600 euros o menos | 16,5 | 14,9 | 20,0 | 17,1 | 16,7 | 15,9 | 27,1 | 14,6 | 21,6 | 14,3 | 18,8 | 10,7 | 12,3 |
| De 601 a 900 euros | 24,4 | 14,9 | 20,0 | 22,0 | 35,7 | 20,5 | 25,0 | 24,4 | 32,4 | 21,4 | 25,0 | 26,7 | 32,9 |
| De 901 a 1200 euros | 23,3 | 22,3 | 32,5 | 31,7 | 19,0 | 31,8 | 27,1 | 22,0 | 24,3 | 10,7 | 15,6 | 17,3 | 19,2 |
| De 1201 a 1.800 euros | 23,6 | 24,5 | 10,0 | 24,4 | 26,2 | 27,3 | 14,6 | 26,8 | 21,6 | 28,6 | 31,3 | 30,7 | 26,0 |
| Más de 1.800 Euros | 7,6 | 16,0 | 7,5 | 2,4 | - | 4,5 | 4,2 | 4,9 | - | 17,9 | 3,1 | 10,7 | 8,2 |
| No sabe /no contesta | 4,6 | 7,4 | 10,0 | 2,4 | 2,4 | - | 2,1 | 7,3 | - | 7,1 | 6,3 | 4,0 | 1,4 |
| TOTAL | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| (N) | 635 | 94 | 80 | 41 | 42 | 44 | 48 | 41 | 37 | 28 | 32 | 75 | 73 |

Fuente: Elaboración propia. *Encuesta sobre trayectorias laborales de titulados* (Universidades de Santiago, UNED y Murcia, 2003).

En Informática, la desigualdad de salario para las mujeres es manifiesta, sobre todo en los salarios más bajos, mientras que en el tramo tercero –de 1200 a 1.800 euros–, la situación es inversa (los varones presentan trece puntos más que las mujeres). En el resto de las carreras, Pedagogía, Psicología y Química se mantiene el mismo modelo.

En síntesis, a través de los datos empíricos hemos observado un proceso de feminización con relación a la oferta de titulados en educación superior, si bien los varones obtienen en mayor proporción que las mujeres títulos que generan una mayor empleabilidad en el mercado de trabajo, como es el caso de las carreras técnicas. En este sentido, las mujeres graduadas en carreras masculinizadas obtienen ventaja a la hora de conseguir su primer empleo con relación a sus compañeras de otras titulaciones, como es el caso de Física o Informática.

Las características asociadas al primer empleo indican que, para ambos sexos, hay ocupaciones muy por debajo de la competencia adquirida en la universidad, fenómeno que podría indicar que el subempleo alcanza a todos los niveles del sistema educativo, si bien en algunas titulaciones la brecha entre mujeres y hombres es muy grande, incluso con los mismos títulos. La situación profesional refleja que la mayoría de titulados de ambos sexos están empleados como asalariados de la empresa privada; las mujeres están más representadas como funcionarias y los varones como empresarios o autónomos, si bien las diversas titulaciones introducen relevantes variaciones. La jerarquía en la empresa o en las instituciones sigue un modelo piramidal, en el que los titulados de ambos sexos tienen una mayor representación en la categoría de técnicos; pero conforme bajamos en la línea de autoridad, las tituladas están mucho más representadas que sus compañeros varones. En lo que se refiere al salario también podemos afirmar lo mismo: cuanto más alto es, la proporción de mujeres es menor.

De todo lo expuesto se deriva la necesidad de incorporar en la investigación sobre la educación superior y el empleo la perspectiva de género tanto en el lado teórico como en el empírico, ya que todas las ciencias en general y la sociología en particular, incorpora valores sociales en su proceso de elaboración, como hemos visto en la época de creación del profesionalismo.

7. El Mercado de Trabajo en España en un contexto de cambio: ¿cómo afecta la crisis económica a las trayectorias laborales de mujeres y hombres?

La Estrategia Europa 2020 literalmente propone tres prioridades para los próximos años: crecimiento inteligente, crecimiento sostenible y crecimiento integrador. Y el crecimiento integrador implica una economía con alto nivel de empleo que tenga cohesión social y territorial. El objetivo es lograr la creación de más y mejores empleos en los próximos años. Para ello, según dicha estrategia, es necesario promover y fomentar una mayor

flexibilización de las condiciones de trabajo (trabajo a tiempo parcial, trabajo desde casa pero no perjudicando a las mujeres con contratos de carácter ‘adscriptivo’), facilitando una mayor conciliación de la vida familiar y laboral, permitiendo más oportunidades para el aprendizaje permanente, lo que promoverá una mayor igualdad entre sexos y una mayor participación de la población en edad laboral para contribuir al crecimiento y a la cohesión social (INE, 2013).

Por consiguiente, uno de sus objetivos es incrementar la tasa de empleo hasta el 75% de la población europea de 20 a 64 años. Obviamente la crisis ha hecho estragos en este objetivo ya que si bien el mejor dato alcanzado tanto por España, como por la Región de Murcia, fue de un 69,5%, en 2007; nuestra realidad de hoy se acerca más a tiempo pretéritos, tal y como se manifiesta en el gráfico 2.

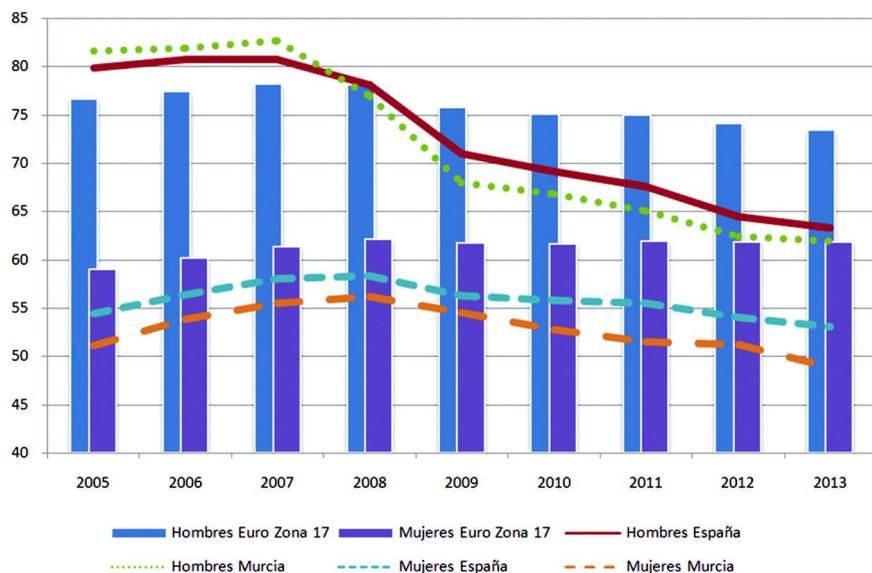


Gráfico 2. Tasas de empleo de la población de 20 a 64 años y sexo. Zona Euro 17, España y Murcia. 2005-2013

Fuente: EUROSTAT-Labour Force Survey (LFS)

Como podemos apreciar en el gráfico, se ha producido un importante descenso en la tasa de empleo de los hombres entre 2005 y 2007, cayendo entre 16 y 19 puntos porcentuales en el caso de los hombres de España y Murcia. El impacto de la crisis en el caso de los varones de la Eurozona, ha sido mucho más pequeña, tan sólo de 3 puntos porcentuales.

Por lo que se refiere a las mujeres europeas, éstas han incrementado casi en 3 puntos porcentuales su tasa de empleo, mientras que las mujeres españolas y murcianas han caído muy ligeramente en este período de tiempo, entre 1,3 y 2,2 puntos, respectivamente.

Si bien la tasa de empleo es significativamente menor en las mujeres que en los hombres, y este hecho es más acusado en el caso de las mujeres españolas y sobretodo murcianas, aparentemente el empleo femenino se caracteriza por ser anti-cíclico por lo que les permite soportar mejor los vaivenes de la economía y del mercado laboral.

Es interesante destacar que los cambios debidos a la crisis económica han significado una alteración de la brecha de género. Como se observa en el cuadro 6, aparentemente la brecha de género existente en la tasa de empleo (la diferencia entre la de hombres y la mujeres) se ha reducido notablemente en España y Murcia, sin embargo esconde una realidad que apunta a otra explicación: el estrechamiento de esta brecha de género se debe no a una mejora del empleo de las mujeres, sino a la importante caída del empleo entre los hombres, debido a la segregación por sectores de la ocupación. Cuando el paro ha afectado a los sectores masculinizados la brecha de género puede parecer más igualitaria cuando en realidad no lo es.

Cuadro 6. Brecha de género de las tasas de empleo de la población de 20 a 64 años. Zona Euro 17, España y Murcia. 2005-2013

| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|-------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Brecha de género Euro Zona 17 | 17,6 | 17,2 | 16,9 | 16 | 14,1 | 13,5 | 13,1 | 12,3 | 11,6 |
| Brecha de género España | 25,5 | 24,3 | 22,7 | 19,8 | 14,7 | 13,3 | 12,1 | 10,5 | 10,2 |
| Brecha de género Murcia | 30,5 | 28,1 | 27,2 | 20,7 | 13,5 | 14 | 13,5 | 11,2 | 13 |

Fuente: EUROSTAT-Labour Force Survey (LFS)

Por lo que se refiere a la tasa de paro se vuelven a mostrar las desigualdades de género de la sociedad española y murciana, y especialmente en esta última (gráfico 3).

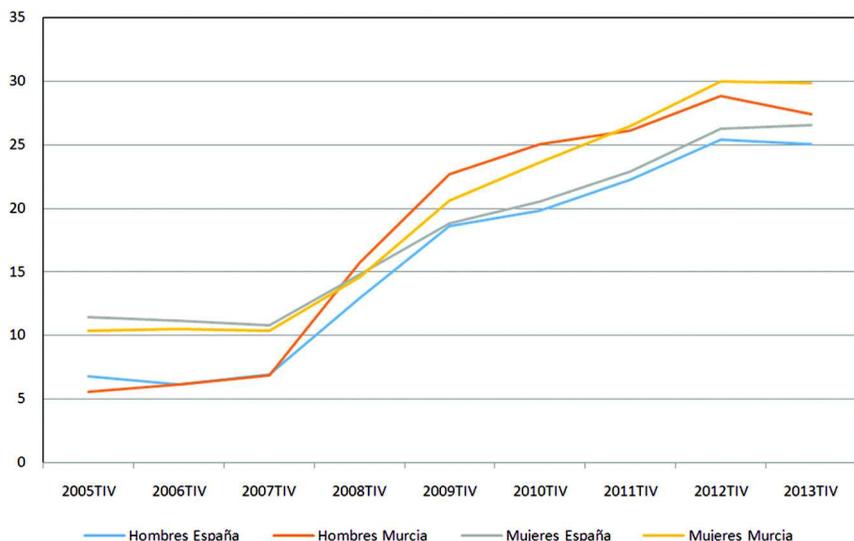


Gráfico 3. Tasas de paro por sexo. España y Murcia. 2005-2013. Trimestre IV (TIV)

Fuente: INE – Encuesta de Población Activa (EPA)

Comprobamos cómo las mujeres de la región han multiplicado por tres su tasa de paro, llegando al 30% en 2013, siendo el quinto dato más alto entre las diecisiete comunidades autónomas españolas. Los datos también nos demuestran que ha afectado más a la Región de Murcia que al conjunto nacional.

A pesar de estas cifras, se produce una mayor tolerancia social cuando se trata de mujeres, porque no hay demasiada conciencia sobre el riesgo de exclusión que a ellas les supone el no tener empleo. Por grupos de edad la brecha de género es muy acentuada entre los menores de 20 años y en edades centrales comprendidas entre los 25-54 años, y es menor en el grupo comprendido entre 20-24 años.

Otro ejemplo de discriminación del mercado laboral que sufren las mujeres es la distribución de los tipos de jornada en la población ocupada.

Con la crisis se han flexibilizado los tiempos de trabajo sin que se haya tenido en cuenta la cuestión de género. A menudo se ha planteado la cuestión de la flexibilidad como un factor explicativo de la situación de las mujeres en el mercado laboral, como si ellas estuvieran predispuestas a ser contratadas por el empleador a tiempo parcial de forma voluntaria. Otras veces se presenta como una medida adecuada de integración femenina en el mercado laboral.

Como se manifiesta en el siguiente cuadro hay dos fenómenos que destacan: el primero se refiere al incremento del uso por parte de los empleadores de la jornada a tiempo parcial⁷. El segundo se centra en la enorme diferencia existente entre hombres y mujeres en el uso de la jornada a tiempo parcial. El 28,6% de las mujeres murcianas ocupadas tienen un empleo con un contrato a tiempo parcial, y tan sólo el 9,2% de los hombres.

Cuadro 7. Porcentaje de Ocupados por tipo de jornada y sexo. Trimestre IV (TIV)

| | | 2005 TIV | 2006 TIV | 2007 TIV | 2008 TIV | 2009 TIV | 2010 TIV | 2011 TIV | 2012 TIV | 2013 TIV |
|-------------------|-------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Hombres España | JTC ¹ | 95,6 | 95,8 | 96,1 | 95,6 | 94,7 | 94,5 | 94,1 | 93,2 | 92 |
| | JTP ² | 4,4 | 4,2 | 3,9 | 4,4 | 5,3 | 5,5 | 5,9 | 6,8 | 8 |
| Hombres Murcia | JTC | 96 | 94,9 | 96 | 95,5 | 95,7 | 94,1 | 93,1 | 90,6 | 90,8 |
| | JTP | 4 | 5,1 | 4 | 4,5 | 4,3 | 5,9 | 6,9 | 9,4 | 9,2 |
| Mujeres España | JTC | 77,3 | 77,5 | 78 | 77,4 | 77,3 | 77,2 | 77,2 | 75 | 74,3 |
| | JTP | 22,7 | 22,5 | 22 | 22,6 | 22,7 | 22,8 | 22,8 | 25 | 25,7 |
| Mujeres Murcia | JTC | 76,8 | 73,4 | 77,8 | 77,2 | 78,2 | 78 | 74,8 | 73,1 | 71,4 |
| | JTP | 23,2 | 26,6 | 22,2 | 22,8 | 21,8 | 22 | 25,2 | 26,9 | 28,6 |

Fuente: INE – Encuesta de Población Activa (EPA)

Como conclusión final, señalamos que la crisis económica actual revela tres pautas que se han visto con anterioridad en otras crisis:

⁷ En algunos casos en este fenómeno se esconde una parte de la economía sumergida. Se tiende a reducir el tipo de jornada para así disminuir las cotizaciones a la Seguridad Social, al tiempo que se mantiene la jornada laboral completa; bien manteniendo el salario y pagando una parte en negro, bien simplemente, y en el peor de los casos, exigiendo al empleado o empleada el mantenimiento de la jornada completa y recortando el salario.

“La primera es que de las crisis se sale con una intensificación del trabajo de las mujeres, incluyendo el trabajo remunerado y sobre todo, de el no remunerado. La segunda que tras la crisis, el empleo masculino se recupera siempre antes que el femenino y éste último acaba siempre aún más precarizado que cuando se inicia la crisis; y la tercera, que de las crisis se sale con retrocesos en los avances en igualdad conseguidos en épocas de bonanza en lo relativo a la regulación, las políticas de igualdad y las reglas de juego en general” (GÁLVEZ y Rodríguez, 2011, p. 114). En este contexto las trayectorias profesionales para ambos sexos se verán afectadas aumentando la proporción de subempleo de los titulados, especialmente en el caso de las mujeres.

Referências

ALBERT, C. *La demanda de educación superior en España: 1977-1994*. Salamanca, Centro de Investigación y Documentación Educativa (MEC), 1998.

JUÁREZ, J.P.; SÁNCHEZ, R.; TOHARIA, L. La transición de la escuela al mercado de trabajo en España: años noventa, *Papeles de Economía Española*, nº 86, 2000.

ANDRÉS, J. *El nivel de los estudios como factor explicativo del desempleo de los ingresos y de la movilidad laboral*, Madrid, CES, 1991.

BECKER, G.S. *Economics of Discrimination*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

_____. *El Capital Humano. Un análisis teórico y empírico referido fundamentalmente a la educación*, Madrid, Alianza, 1983.

_____. *Tratado sobre la familia*, Madrid: Alianza Universidad, 1985.

BEECHY, V. *Some Notes on Female Wage Labour in Capitalist Productions, Capital and Class*, nº3, London, 1977.

BEECHY, V. *Women and Productions: A Critical Analysis of Some Sociological Theories of Women's Work*, en KUHN, A. et al (eds): ***Feminism and materialism***, Londres: Routledge and Kegan Paul, 1978.

BEECHY, V. *Género y trabajo. Replanteamiento de la definición de trabajo* en BORDERÍAS, C.; CARRASCO, C.; ALEMANY, C. (comp.): ***Las mujeres y el trabajo. Rupturas conceptuales***, Barcelona: Icaria, 1994.

BORDERÍAS, C. *La feminización de los estudios sobre el trabajo de las mujeres: España en el contexto internacional (1969-2002)*, ***Sociología del trabajo***, nueva época, nº 48, 2003.

BOWLES, S.; GINTIS, H. ***La instrucción escolar en la América capitalista***. Madrid: siglo XXI, 1985.

BRAVERMAN, H. *Trabajo y fuerza de trabajo y La estructura de la clase trabajadora y sus ejércitos de reserva* en TOHARIA, L. (comp.): ***El mercado de Trabajo: teoría y aplicaciones***. Madrid: Alianza Universidad, 1983.

COMBES, D.; HAICAULT, M.: *Producción y reproducción, relaciones sociales de sexo y de clase*, en BORDERÍAS, C.; CARRASCO, C.; ALEMANY, C. ***Las mujeres y el trabajo. Rupturas conceptuales***. Barcelona: Icaria, 1994.

COMMISSION EUROPÉENNE. ***Les chiffres clés de l'éducation en Europe***, 2002.

CONSEJO DE COORDINACIÓN UNIVERSITARIA. ***Estadística universitaria***. Período 1994-2001. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2002.

CONSEJO DE UNIVERSIDADES. ***Anuarios de estadística universitaria***. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 1989, 1990, 1995.

DOERINGER, P. Y PIORE, M.J. ***Mercados internos de trabajo y análisis laboral***. Madrid: Ministerio de Trabajo y S. Social, 1985.

EDWARDS, R. *Las relaciones sociales de producción de la empresa y la estructura del Mercado de Trabajo*” en TOHARIA, L. (comp.): ***El mercado de Trabajo: teoría y aplicaciones***. Madrid: Alianza Universidad, 1983.

EDWARDS, R. *et al. Labour Market Segmentation*, Lexington, Mass: Lexington Books, 1982.

EUROPEAN COMMISSION. ***The Social Situation in Europe 2002***. Luxembourg: Official Publications of the European Communities, 2003.

FRUTOS BALIBREA, L. ***El acceso de las mujeres a la educación en la Región de Murcia***. Murcia: Universidad de Murcia, 1997.

_____. ***El empleo visible de las mujeres en la Región de Murcia (un análisis sociológico)***. Murcia: Consejo Económico y Social., 1997.

_____. *Mujeres, hombres y participación política. Buscando las diferencias*, **REIS**, nº 86, pp.307-329, 1999.

FRUTOS BALIBREA, L. *Educación Superior e inserción laboral desde la perspectiva de género en: Reflexiones Sociológicas* (pp.151-176), Madrid, CIS, 2004.

FRUTOS BALIBREA, L. *et al.* (Coordinadora e investigadora responsable) ***Diferencias de género en el alumnado egresado de la universidad y su inserción laboral*** (itinerarios académicos y laborales de mujeres y hombres). *Estudio comparativo de la Universidad de Murcia, UNED y Santiago de Compostela*. Proyecto de investigación de I+D+I. Inédito, 2003.

GÁLVEZ, L.; RODRÍGUEZ, P. ***La desigualdad de género en las crisis económicas***. *Investigaciones Feministas*, 2, 113-132, 2011.

GARCÍA BLANCO; GUTIÉRREZ R. “Inserción laboral y desigualdad en el mercado de trabajo: cuestiones teóricas”, **REIS**, nº75, 1996.

GARCÍA MONTALVO, J. ***Formación y empleo de los graduados de enseñanza superior en España y en Europa***, Instituto Valenciano de Investigaciones Económicas, Bancaja, 2001.

GUTIÉRREZ R. *Individualism and Collectivism in Human Resource Practices: Evidence from Three Case Studies*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 1997.

HANNAN, D.; RAFFE, D.; SMYTH, E. *Cross-National Research on School to Work Transitions: An Analytical Framework*. Prepared for the Transition Thematic Review, OECD, 1996.

HARTMANN, H. *Un matrimonio mal avenido: hacia una unión más progresiva entre feminismo y marxismo*, *Zona Abierta*, pp.85-114, 1975.

IBÁÑEZ PASCUAL, M. *Género y familia en la inserción laboral* Oviedo. Universidad de Oviedo, 1999.

INE. *Mujeres y hombres en España*. Madrid: Instituto Nacional de Estadística, 2013.

KIVINEN, O. *Graduate Credentials in a Changing Labour Market. Higher Education in Europe*, vol. 22, number 4, 1997.

MARTÍN MORENO, J. y DE MIGUEL, A. *Universidad fábrica de parados. Informe sociológico sobre las necesidades de graduados universitarios en España y sus perspectivas de empleo*, Barcelona, Vicens-Vives, 1979.

MASJUAN, J.M. *et al. La inserción profesional del nous titulats universitaris*. Barcelona: Institut de ciències de l'Educación de la UAB, 1996.

MILL, J.S. *The Subjection of Women*, Collected Works, vol.xxi, Toronto, University of Toronto Press, Routledge & Kegan Paul, 1984.

MEC *Las cifras de la Educación en España. Datos e indicadores*. Curso 2012-13, 2015.

MILLET, K. *Política sexual*. Valencia, Cátedra, 1970.

OECD *Education at a Glance (OECD Indicators)*. Paris: OCDE, 2002.

PARSONS, T. *et al. Towards a General Theory of Action*, Cambridge, Mass: Harvard Univ.Press, 1951.

- PATEMAN, C. *El contrato social*. Barcelona: Anthropos, 1995.
- PIORE, M.J. *Notas para una teoría de la estratificación del mercado de trabajo y El dualismo como respuesta al cambio y a la incertidumbre*, en TOHARIA, L. (1983): *El mercado de Trabajo: teoría y aplicaciones*, Madrid, Alianza Universidad, 1983.
- RYAN, P. *The School-to-Work Transition: Issues for Further Investigation*. Elaborado para Education and Training Division, DEELSA, OECD, Paris, 1999.
- SÁEZ FERNÁNDEZ, F.; REY BOULLON, R. *Formación y empleo*, Madrid, Visor Argenteria, 2000.
- SÁNCHEZ, M.; PERAITA, C.; HUGUET, A. *Análisis estructural de la movilidad ocupacional en España*. Valencia: Universitat de Valencia, 1995.
- SHAVIT, Y.; MÜLLER, W. (ed) *From School to Work. A Comparative Study of Educational Qualifications and Occupational Destinations*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- SHAVIT, Y.; BLOSSFELD, H.P. *Equalizing Educational Opportunity: Do Gender a Class Compete?* en ERIKSON, R.; JONSSON, J.O. (eds.): *Can Education Be Equalized?* Boulder: Westview Press, 1996.
- STERN, D. y WAGNER, D.A. *International Perspectives on the school-to-work transition*. Londres: Hampton Press, 1999.
- TEICHLER, U. *Graduate Employment: Challenges for Higher Education in the Twenty-First Century*. *Higher Education in Europe*, vol. 22, nº1, 1998.
- THUROW, L.C. *Un modelo de competencia en los puestos de trabajo* en PIORE, M. (ed.): *Paro e inflación*. Madrid: Alianza, 1983.
- TOHARIA, L. (comp.) *El mercado de Trabajo: teoría y aplicaciones*. Madrid: Alianza Universidad, 1983
- TOHARIA et al. *Flexibilidad, juventud y trayectorias laborales en el mercado de trabajo español*. Madrid: CIS, 2001.

Conquistas e desafios: a prática da equidade de gênero no mundo trabalho

Keila Sousa dos Santos Monteiro¹

Maria Helena Santana Cruz²

Esta comunicação resulta de uma pesquisa de Mestrado em Sociologia, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), concluída em 2013. Naquela ocasião, a partir de um conjunto de referências na área dos estudos de gênero e trabalho, indagou-se como as representações de gênero dos trabalhadores de um banco público influenciaram a implementação do Programa Pró-Equidade de Gênero (PPEG), no período 2005-2010. O campo empírico da pesquisa foi o banco *Âmbar*, cabendo ressaltar que esse nome é fictício para preservar o anonimato da organização.

Metodologicamente, optou-se pelo estudo de caso organizacional. A análise apoiou-se em cerca de quatro narrativas biográficas colhidas por meio de entrevistas semiestruturadas e em profundidade, com os trabalhadores do banco, sendo três mulheres e um homem. Destes, dois eram membros da Comissão do PPEG em Sergipe, eleita em 2010, portanto estiveram inseridos nas atividades relacionadas ao Programa.

Para melhor compreensão, a comunicação está dividida em três partes, além da conclusão. A primeira e a segunda apresentam uma contextualização do Pró-Equidade de Gênero e do Banco *Âmbar*. Na

1 Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG/UFS). keilasdsm@gmail.com

2 Doutora em Educação. Professora emérita da Universidade Federal de Sergipe (UFS) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e Serviço Social (PROSS). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG/UFS). helenacruz@uol.com.br.

terceira, alguns fragmentos de depoimentos colhidos durante o trabalho de campo são discutidos à luz dos referenciais teóricos adotados.

O Programa Pró-Equidade de Gênero³

Desde o período da redemocratização do país, as feministas reivindicam respostas estatais para o problema social das desigualdades de gênero que reservam “às mulheres condições de trabalho inferiores àquelas oferecidas aos homens” (SORJ, 2004, p.144). Da articulação inicial do feminismo até a institucionalização da sua pauta reivindicatória, o percurso foi longo e pontuado por conflitos. No final da década de 1970, foram dados os primeiros passos desses novos atores políticos em busca da transformação das relações assimétricas entre homens e mulheres, além do combate à ditadura militar (PITANGUY, 2003).

A pressão exercida pelos movimentos feministas⁴, tanto no âmbito internacional quanto nacional, trouxe para o debate público, na esfera governamental, acadêmica, sindical, partidária, entre outras, as questões ligadas às discriminações e desigualdades pela ótica da categoria analítica gênero. Consequentemente, vieram à tona questões antes restritas à seara privada e naturalizadas por explicações baseadas em diferenças biológicas.

Após o reconhecimento estatal da relevância dessa demanda e com a institucionalização do movimento feminista nos últimos anos, esse tema ingressou na agenda governamental e culminou na elaboração de políticas que incorporaram a pauta reivindicatória feminista.

Nesse contexto, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Governo Federal criou o Programa Pró-Equidade de Gênero (PPEG), em 2005, baseado no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

³ Desde 2011, o programa passou a ser denominado Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Entretanto, a necessidade de limitar o objeto de pesquisa, já bastante complexo, impossibilitou ampliar o rol de categorias analíticas, e a dimensão raça não foi analisada na pesquisa dissertativa.

⁴ Nesta pesquisa, o movimento feminista é entendido como uma expressão de pontos de tensão dentro da sociedade, exigindo do Estado o reconhecimento e a efetivação de direitos. A expressão foi utilizada no plural porque são muitos os feminismos.

O objetivo do PPEG é fomentar a equidade de gênero no mundo do trabalho. Para tanto, as organizações participantes do Programa precisam desenvolver novas concepções e procedimentos na gestão de pessoas e na cultura organizacional, permeadas pela perspectiva de gênero. A introdução da categoria gênero conduz a uma nova leitura das relações sociais, assim como das normas, práticas, valores e costumes, nos quais estão edificadas as construções sociais que geram a subordinação da mulher.

Ao estimular a inclusão da perspectiva das relações de gênero nas “formas de gerir o trabalho” das organizações, pretende-se que sejam criados mecanismos que ampliem os direitos das mulheres através de ações modificadoras das práticas e das representações que produzem a segmentação ocupacional por gênero (CAPPELLIN, 2007, p.156).

Resumidamente, o Programa desenvolve-se em três etapas: adesão voluntária, monitoramento e avaliação. Na primeira, a organização preenche o Termo de Adesão, que é enviado à SPM. Na segunda etapa, a organização encaminha informações relevantes sobre o seu perfil e quadro funcional por meio da Ficha-Perfil⁵ para que a SPM forneça um diagnóstico das suas condições atuais. Por fim, na terceira etapa, a organização, com base nesse panorama, elabora um Plano de Ação para tentar resolver os problemas elencados, tendo como meta a promoção da equidade de gênero nas relações de trabalho.

Após um ano da assinatura do Plano de Ação, a organização passa por uma avaliação realizada pelo Comitê Pró-Equidade de Gênero, na qual é verificada a realização dos compromissos assumidos. Nesse percurso, a organização conta com o apoio dos especialistas em gênero e trabalho de instituições governamentais, organismos internacionais, organizações não governamentais e sociedade civil que compõem o Comitê Pró-Equidade de Gênero. Findo o ano, as organizações que cumpriram as metas acertadas recebem o Selo Pró-Equidade de Gênero (BRASIL– SPM, 2009).

Atualmente, o Programa está na quinta edição. O banco Âmbar recebeu o Selo Pró-Equidade de Gênero em todas as edições. O

5 A Ficha-Perfil é preenchida pela organização com os dados sobre o quadro dos trabalhadores (idade, sexo, cor/raça, escolaridade, distribuição dos cargos gerenciais por sexo etc.). Assim, é possível traçar um diagnóstico da organização e criar indicadores que revelam as assimetrias de gênero.

funcionamento do Programa requer a criação da Comissão Pró-Equidade de Gênero que irá disseminar as atividades e promover o envolvimento dos trabalhadores de cada região com as discussões e ações do PPEG. Devido ao grande tamanho do banco Âmbar, foram criadas 27 Comissões Regionais Pró-Equidade de Gênero, uma para cada estado do país. Foram realizadas eleições entre os trabalhadores para escolher os membros dessas comissões. A primeira eleição foi em 2008, com a participação de 23.000 trabalhadores que votaram em 770 candidatos e elegeram 258 membros; a segunda, contou com a participação de 492 candidatos, mais de 26.000 votantes, que elegeram 221 representantes para atuar nas comissões. Em Sergipe, essa comissão era originalmente composta por sete participantes em 2010, mas esse número foi reduzido para seis em virtude de uma desistência.

Uma das questões que norteou a pesquisa diz respeito à formação dessas comissões regionais no banco. Conforme o levantamento efetuado, tais comissões foram compostas por trabalhadores voluntários, eleitos pelos pares, sem a exigência de conhecimento específico sobre a temática de gênero no trabalho. Em função disso, surgiu o interesse em analisar como os trabalhadores envolvidos com os desdobramentos do PPEG no banco em Sergipe entenderam a temática introduzida pelo Programa.

É importante assinalar que as representações de gênero são aqui consideradas como representações sociais sobre a mulher e o homem, que ajudam a reproduzir e legitimar as desigualdades de gênero no trabalho, na medida em que influenciam as oportunidades de ascensão e as formas de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho (ABRAMO, 2007). Sob esse prisma, as desigualdades de gênero possuem como suporte as representações de gênero, isto é, as construções sociais dos gêneros, construções que irão determinar as posições ocupadas pelos homens e mulheres nas organizações, as proibições, os privilégios e as possibilidades de ascensão. De acordo com Abramo,

[..] no processo de reprodução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho incidem diversos fatores. Em primeiro lugar aqueles de caráter estrutural, vinculados aos determinantes mais gerais de uma *ordem de gênero* (que inclui não apenas o trabalho como também todas as

outras dimensões da vida social) e de uma divisão sexual do trabalho que, ao mesmo tempo em que conferem à mulher a função básica e primordial de **cuidar** do mundo privado e da esfera doméstica, atribuem a essa esfera um valor social inferior ao do mundo “público” e desconhecem por completo seu valor econômico. Isso, para as mulheres, não significa apenas uma limitação de tempo e recursos para investir em sua formação profissional e trabalho remunerado, como também está fortemente relacionado a uma subvalorização (econômica e social) do significado do seu trabalho e de seu papel na sociedade (ABRAMO, 2007, p.2, grifos da autora).

Nessa linha de argumentação, a autora salienta que as representações sociais sobre os homens e as mulheres no trabalho “[...] são elementos constitutivos dessa ordem de gênero, assim como do processo de reprodução das desigualdades que continuam sendo observadas e vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras [...]”, favorecendo a desvalorização do trabalho feminino e persistindo apesar da crescente escolarização e significativa participação das mulheres no mercado de trabalho (Idem, 2007, p.2).

A mesma autora prossegue esclarecendo que, construídas desde a socialização primária, antes da inserção da mulher e do homem no mercado de trabalho, essas representações são baseadas na separação entre o mundo familiar e o mundo produtivo, o privado e o público, bem como na ideia de que o primeiro é reduto das mulheres e o segundo, dos homens (Ibidem, 2007).

Como bem explica Bruschini (2000), subjacente às representações de gênero está:

a manutenção de um modelo de família patriarcal, segundo o qual cabem às mulheres as responsabilidades domésticas e socializadoras, bem como a persistência de uma identidade construída em torno do mundo doméstico, condicionam a participação feminina no mercado de trabalho a outros fatores além daqueles que se referem à sua qualificação e à oferta de emprego, como no caso dos homens. A constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais

limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como o estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, assim como a características do grupo familiar, como o ciclo de vida e a estrutura familiar. Fatores como esses afetam a participação feminina, mas não a masculina, no mercado de trabalho. O importante a reter é que o trabalho das mulheres não depende apenas da demanda do mercado e das suas necessidades e qualificações para atendê-la, mas decorre também de uma articulação complexa, e em permanente transformação, dos fatores mencionados (BRUSCHINI, 2000, p.16-17).

Essa análise de Bruschini (2000) sugere que o patriarcado ecoa com força na esfera privada e noutras esferas da vida social, como é o caso do trabalho, embora a família patriarcal⁶ progressivamente esteja perdendo espaço entre as configurações familiares.

Dito isso, na próxima seção será abordado, resumidamente, o contexto organizacional da pesquisa.

O Banco Âmbar

O Banco Âmbar faz parte do sistema bancário brasileiro desde 1861, quando foi fundado por Dom Pedro II, através do Decreto nº 2.723. No seu quadro funcional há trabalhadores concursados, trabalhadores incorporados do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH), além de um efetivo temporário composto por: estagiários, adolescentes/jovens aprendizes e prestadores de serviços, conforme demonstra a Tabela 1.

6 Para uma discussão aprofundada sobre a forte retração do patriarcado no século XX, que não significa a sua extinção, consultar Saffioti (2009), Therborn (2006) e Castells (1999).

Tabela 1: Total de trabalhadores(as) do Banco Âmbor

| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|---------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Empregados Concursados | 68.257 | 72.252 | 74.949 | 78.175 | 81.306 | 83.185 | 85.633 |
| Estagiários | 11.878 | 11.772 | 11.873 | 12.009 | 12.103 | 10.282 | 10.774 |
| Prestadores de Serviço | 16.951 | 12.820 | 10.456 | 28.549 | 26.358 | 25.239 | 31.766 |
| Adolescentes Aprendizizes | 3.125 | 3.600 | 3.638 | 3.710 | 3.736 | 3.695 | 1.710 |
| Jovens Aprendizizes | - | - | - | - | 147* | 685 | 1.072 |
| Total | 100.211 | 100.444 | 100.916 | 122.443 | 123.650 | 123.086 | 130.955 |

Fonte: Banco Âmbor

Na década de 1990, o Banco Âmbor, juntamente com todo setor bancário, passou pelo processo da reestruturação da produção que proporcionou intensa modernização tecnológica, responsável por transformações profundas nos “processos e rotinas de trabalho”, implicando, inclusive, “nas condições de trabalho, nas relações de produção e na capacidade de resistência dos trabalhadores” (ANTUNES, 2005, p. 40-41; JINKINGS, 1996, p. 11). Tais processos provocaram tanto o aumento da produtividade quanto a precarização do trabalho nos bancos.

Todavia, os bancos não foram os únicos afetados pela reestruturação da produção. Outros setores, como as telecomunicações e o industrial também foram reorganizados por conta das transformações no trabalho. No entanto, Druck (2002) salienta que a especificidade do setor bancário manifesta-se em uma das principais características do capitalismo mundial: o processo de financeirização da economia, caracterizado pela lógica financeira em detrimento da lógica produtiva.

A financeirização da economia e a internacionalização dos mercados financeiros, impulsionados pela informatização, influenciaram as formas de trabalho na sociedade ao impregnar as relações sociais com a volatilidade, a flexibilidade e a descartabilidade predominantes na lógica financeira (DRUCK, 2002).

Por conseguinte, a alteração da organização do mercado financeiro brasileiro, a partir do processo da internacionalização do capital⁷, resultou em privatizações, fusões e incorporações, destacando-se, nos últimos anos, os casos do Itaú com Unibanco, do Banco do Brasil com a Nossa Caixa e do Santander com o Real (DIEESE, 2011). Como exemplifica Antunes (2009), o número de bancários no país foi reduzido drasticamente, dos cerca de 800 mil bancários existentes na década de 1980, restaram cerca de 400 mil em 2005. Segundo o DIEESE (2011), em 2010, os cinco maiores bancos no Brasil (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, Santander) possuíam 454 mil bancários, porém esse número pode ser ainda menor, tendo em vista que os bancos não informam o número de empregados terceirizados.

Não obstante, o decréscimo na quantidade de bancários no mercado brasileiro continuamente, tem aumentado a incorporação da mulher nesse setor desde a década de 1990. Nesse sentido, o DIEESE registrou que a participação das mulheres no setor bancário entre 1986 a 1996 aumentou de 36% para 43% (ABREU; SORJ, 2002). Em 2008, segundo a FEBRABAN (2009), as mulheres representavam 48,4% do total de trabalhadores nos bancos e os homens, 51,6%⁸.

7 Trata-se de um novo regime de acumulação capitalista no qual há o predomínio da lucratividade do capital especulativo.

8 Em 2008, a FEBRABAN realizou a pesquisa Censo de Diversidade, com a participação de 17 bancos e mais de 200 mil pesquisados.

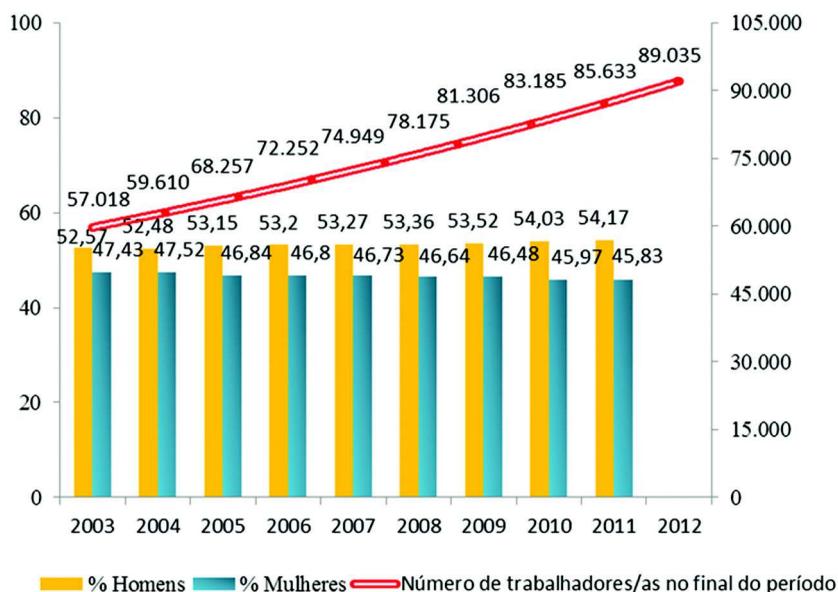


Gráfico 1: Trabalhadores do Banco Âmbar

Fonte: Banco Âmbar

Em relação à variável sexo, o Banco Âmbar era composto por 85.633 trabalhadores em 2011, sendo 39.246 do sexo feminino (45,83%) e 46.387 do sexo masculino (54,17%). Contrariando a tendência das décadas anteriores, pode-se observar no Gráfico 1 que o percentual de mulheres no banco teve uma ligeira redução de 1,6% de 2003 para 2011, quando passou de 47,43% para 45,83 %. Essa alta taxa de mulheres representa a intensificação do processo de feminização do trabalho nos bancos.

Algumas pesquisas (JINKINGS, 1996; SEGNINI, 1998; CRUZ, 2002) já analisaram o aumento da participação feminina no setor bancário, que decorreu da reestruturação produtiva conjugada com as transformações demográficas, culturais e sociais no final do século XX. Essas pesquisas salientaram que a maciça incorporação da mulher ao trabalho bancário (feminização do trabalho) coincidiu com a precarização do setor, revelada na intensificação do ritmo do trabalho, na terceirização, nas jornadas parciais, no aumento das demissões.

De acordo com Jinkings (1996), a presença da mulher no trabalho bancário, no Brasil, remonta à década de 1930. O ingresso ocorria através de concurso público nos bancos estatais ou por seleção direta nos departamentos de pessoal nos bancos privados, conforme os critérios de cada um. Nessa época, o trabalho bancário era quase exclusivamente masculino. Havia uma divisão sexual do trabalho na qual as poucas mulheres contratadas desempenhavam “[...] tarefas específicas, como recepcionistas, bibliotecárias, telefonistas ou faxineiras, posteriormente como auxiliares de escrita, recebendo salários muito abaixo dos valores médios da categoria” (JINKINGS, 1996, p.82).

Segnini (1998) acrescenta que os bancos transformaram-se em um “gueto” do trabalho feminino em diversos países a partir da década de 1960, quando houve o processo de racionalização e automatização do trabalho. Nesse período, a mulher já exercia atividades de atendimento ao público, tarefas repetitivas e fragmentadas, igualmente ao homem. No entanto, com o aumento das transações financeiras, como parte do processo de internacionalização do capital desencadeado diante do exaurimento do capitalismo baseado no padrão de produção fordista, as mulheres começaram a ingressar em maior número no trabalho bancário nas décadas de 1980 e seguintes (SEGNINI, 1998; ALVES, 2005). Com efeito, a divisão sexual do trabalho assumiu maior complexidade nos bancos, e o lugar da mulher foi marcado: o atendimento ao público nas agências.

Diante do exposto, passa-se agora à apresentação e discussão de alguns fragmentos de depoimentos colhidos durante o trabalho de campo.

Um olhar sobre o Programa Pró-Equidade de Gênero

A apresentação realizada a seguir foi elaborada a partir de informações colhidas durante 6 (seis) entrevistas. Para manter suas identidades em sigilo, os entrevistados receberam denominações fictícias, sendo T1 e T2 para os trabalhadores da Comissão do PPEG, e L1 e L2 para os demais entrevistados. Pelo mesmo motivo, o cargo na organização não foi mencionado.

| Quadro 1- Perfil dos entrevistados | | | | |
|---|-------------------------------------|------------------------------|------------------|------------------------------|
| Entrevistado | T1 | T2 | L1 | L2 |
| Sexo | Feminino | Masculino | Feminino | Feminino |
| Idade | 54 anos | 44 anos | 61 anos | 44 anos |
| Estado civil | Divorciada | Solteiro | Divorciada | Casada |
| N.º de filhos | Dois filhos | Sem filhos | Um filho | Três filhos |
| Escolaridade/Formação | Superior completo Proc. de dados | Superior completo Direito | 2º grau completo | Superior completo Direito |
| Tempo de serviço no banco | 22 anos | 22 anos | 26 anos | 23 anos |
| Função comissionada | Sim | Sim | Não | Sim |

Fonte: Dados coletados em entrevistas.

De início, as narrativas foram além do foco pré-definido no roteiro. A discussão sobre o Programa Pró-Equidade de Gênero foi abordada nas entrevistas, buscando captar a percepção dos entrevistados quanto às práticas de sensibilização voltadas para a equidade de gênero no banco, bem como à assimilação da temática do Programa. Sobre essas questões, os entrevistados revelaram certa insatisfação com a atuação, divulgação e continuidade do Programa no banco.

Na sequência, foram pontuados alguns fragmentos dos depoimentos coletados durante a pesquisa dissertativa. Nos discursos dos entrevistados, a discriminação de gênero foi um dos pontos que logo veio à tona, embora os relatos não trouxessem necessariamente essa denominação. Nos trechos a seguir, dois aspectos principais chamam a atenção. Em primeiro lugar, apenas uma das entrevistadas admitiu ter vivenciado ou assistido alguma situação discriminatória no tocante ao gênero no trabalho, o que pode sugerir a naturalização das discriminações pelos demais entrevistados e, também, pode sinalizar que os sujeitos discriminados, pelo receio de serem reconhecidos pelos outros membros do grupo como tais, raramente declaram ou denunciam situações desse tipo. Em segundo lugar, quando questionados sobre os processos de promoção funcional, os entrevistados

relataram situações nas quais identificaram a ocorrência de certa distinção seletiva, como pode ser observado no trecho abaixo:

*T1: As provas escritas que eu fiz, eu passei. ... antigamente, as funções não eram preenchidas por processos seletivos internos, o gerente que escolhia, se fazia prova ou se escolhia uma pessoa, né? (**Escolhia como?**) Escolhia! (com ar de riso e ênfase na fala). Aquela mais amiga, mais bonita (risos), o mais próximo, o mais inteligente, era escolhido assim. Como até hoje é, né? Que esse processo seletivo do banco, hoje em dia com essa, essa entrevista, vai tudo por água abaixo. Porque quando era por, por, prova, eu passava, quando tinha entrevista eu sempre ficava em segundo lugar (enquanto fala essa frase, bate na mesa). Sempre tinha pra ficar na minha frente fulano... Hoje eu sei por que é que ele sempre ficava na minha frente (rindo enquanto falava), e eu não entendia isso, né? Mas assim, sempre, sempre. Sempre era o amigo do rei. Não tem jeito, é até hoje isso.*

No relato acima, a entrevistada T1 refutou o discurso da igualdade de oportunidades propagado pelo Banco Âmbor ao revelar que, nos concursos internos, ou melhor, nos processos seletivos internos, para a promoção na carreira, prevalecem escolhas subjetivas em detrimento da meritocracia. Desse modo, o investimento das mulheres na educação formal é suplantado. No geral, a alta escolarização é a via de inserção da mulher no mercado de trabalho, porém esse atributo é descartado pela lógica seletiva que não privilegia a qualificação formal e a competência técnica.

Conforme afirmado anteriormente, o Banco Âmbor é uma empresa pública que admite os trabalhadores por meio de concurso público, e a ascensão às funções comissionadas ocorre por meio de Processo Seletivo Interno (PSI) ou por indicação direta, no caso de funções estratégicas situadas no topo da cadeia hierárquica, tais como assessor executivo, chefe de gabinete da presidência, consultor de dirigente, consultor jurídico, diretor executivo, gerente de clientes e negócios, gerente nacional. A adoção dos PSIs teve início em 2001, mas também havia seleção por meio da análise curricular e funcional. As formas de ingresso nas funções comissionadas eram bem diversificadas.

Com a utilização intensiva do PSI como instrumento natural de ascensão para quase todas as funções gratificadas, o Banco Âmbur buscou dar um caráter mais universalista ao processo de seleção interna. Geralmente, um PSI, que tem ampla divulgação na intranet (página eletrônica interna, do Banco), é composto pelas seguintes etapas: análise curricular (qualificação formal), análise funcional (“experiência”) e entrevista (denominada de avaliação de competência). Além disso, nessas etapas podem constar provas de conhecimento por escrito, cursos de formação e dinâmicas de grupo.

Dito isso, verifica-se que a seleção para o provimento das funções comissionadas no Banco Âmbur ocorre mediante o exame de critérios objetivos (análise curricular, análise funcional/comprovação da experiência, análise dos conhecimentos requisitados por meio de provas escritas, aprovação nos cursos de formação etc.) e critérios subjetivos (entrevista/análise de competências). Um ponto interessante levantado por T1 diz respeito às entrevistas realizadas nos PSI:

T1: Enquanto houver entrevista nos processos seletivos, não vai haver igualdade. [...] O povo diz que “Ah, mas por escrito você não conhece a pessoa”, mas entrevistando também não conhece. E por escrito você tá pelo menos, não, é a capacidade. Ela acertou mais pontos do que ele. Pronto. Aí você vai ver que vai aumentar o número [...].

No relato de T1, a entrevista é considerada uma barreira ao acesso das mulheres às funções de maior prestígio ou remuneração. De fato, as entrevistas têm caráter subjetivo e, sob o manto da subjetividade, podem emergir as representações de gênero estereotipadas, propagadas na cultura organizacional e que reforçam a segregação ocupacional por gênero. Por exemplo, a associação da mulher com os compromissos familiares têm reflexo no quesito disponibilidade para viajar ou mudar de cidade. Depois da adesão ao PPEG, as normas internas do banco foram modificadas no sentido de que as bancas de avaliação dos PSI tivessem mulheres na sua composição, a fim de trazer um olhar feminino às avaliações. No decorrer da pesquisa, observou-se que essa modificação tem o condão de orientação e não de regra obrigatória, além do mais, não há um mecanismo de verificação se a orientação está sendo seguida.

T1: *O negócio é tão subjetivo, quando eles escolhem é tão subjetivo. Por exemplo: ia ter uma viagem pra fazer uma força tarefa no Rio de Janeiro. Então eles já me chamaram já botando os dificultadores: mãe de família, se tem menino... E homem eles não chamaram assim. E pode saber, quando ele, ele me chamou é porque já chamou todos os homens que poderiam ir e eles não puderam, entendeu? Então assim, eles próprios veem a mulher como se ela fosse a mulher deles – “Se fosse a minha mulher... Ah, mas minha mulher tem meus filhos pra tomar conta. Minha mulher...”*

Sem abandonar a possibilidade das representações dos avaliadores constituírem um empecilho à promoção das mulheres, os dados do Banco Âmbar informam que são poucas as mulheres que se inscreveram nos PSIs para os cargos gerenciais e chefias de unidade. Um depoimento significativo a respeito dos processos seletivos foi o trazido por L2:

L2: Os PSI são recentes no banco, antes era indicação mesmo, e quase não existiam funções gratificadas em área-meio, e nas agências as funções eram em menor quantidade (só caixa, supervisor e gerente, quando muito avaliador de penhor). Hoje em dia é que tem esse monte de função gratificada, até em área meio. Acho que é pra compensar o salário.

Eu não me interessei muito em participar dos PSI porque sempre quis trabalhar seis horas. Eu não tinha pretensão de crescer porque queria estudar, mas é lógico que se tivesse uma oportunidade boa, eu aceitaria essa “ascensão” [...]

Como eu poderia ter uma jornada longa, integral, com três filhos pequenos, marido viajando, tendo mudado de cidade? No início, quando entrei no banco, eu só tinha hora para chegar. Foi um sufoco para conciliar com o curso de direito. Quando eu vim para área-meio dei graças a Deus! Os filhos consomem muito. O casamento consome muito. São famílias (sua e do cônjuge) também consomem muito. São tantas variáveis. É tudo muito complicado. Já vim grávida, com 6 meses de gravidez. As pessoas já me olhavam diferente pelo fato de estar grávida. Foram três licenças-maternidade. Imperdoável! Até surgiu uma oportunidade de crescimento, mas a função era de oito horas. Então, eu recusei. Não me

arrependo, não dava para conciliar mesmo, mas acho que isso pegou mal para mim, fiquei com o rótulo de maternal. Depois a unidade ganhou uma função de seis horas e não me ofereceram, só fiquei sabendo quando o colega novo chegou para trabalhar.

Esse relato de L2 converge com a pesquisa interna realizada pelo Âmbor em 2008 para saber os motivos da baixa participação das mulheres nos PSI para as funções de gestão/chefia, em que as respondentes justificaram o desinteresse em razão da jornada de oito horas ou mais, as responsabilidades do cargo e as viagens ou possíveis transferências de domicílio. As respondentes informaram que as mulheres vivenciam maior tensão para conciliar o trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo quando assumem funções gerenciais ou chefias.

Importa notar que o fato de L2 preferir a jornada parcial (seis horas) à jornada integral (oito horas), que permitia conciliar o trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo, acabou contribuindo para a construção de uma representação vinculada à maternidade e dissociada da imagem de mulher completamente à disposição do mercado de trabalho. Em 1993, Segnini (1998) já apontava, nos resultados de sua pesquisa, a situação do trabalho feminino em um banco estatal, em que as mulheres predominam no trabalho em tempo parcial no banco:

A inserção das mulheres de forma predominante no trabalho não comissionado, em tempo parcial, nas agências – “chão da fábrica” dos bancos – revela especificidades no uso da força de trabalho feminina, que podem ser resumidos em dois itens:

1. as mulheres vão ocupar sobretudo os postos de trabalho relacionados às operações simplificadas e repetitivas que os sistemas informatizados passaram a demandar, no contexto do aumento do volume do trabalho bancário, a partir da década de 60.

2. as mulheres bancárias são altamente escolarizadas, mais escolarizadas do que seus companheiros de trabalho; desta forma, detêm um significativo potencial para o desempenho destas tarefas que demandam muita responsabilidade e

atenção. No entanto, este diferencial educacional não é remunerado pelo banco, pois não é explicitada sua exigência para exercer as funções apontadas.

As mulheres possuem habilidades socialmente valorizadas que são incorporadas de forma naturalizada às operações cotidianas do trabalho, constituindo maior produtividade e redução salarial. Por isso, Segnini (1998) afirma que a feminização do trabalho bancário é marcada por uma ambiguidade: pode ser considerada uma conquista social das mulheres em busca de oportunidades iguais às vivenciadas pelos homens no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, é uma das formas de racionalização do trabalho que pretende intensificar a produtividade e reduzir os custos.

O relato de L2 revela que, além das escassas chances de promoção funcional, o medo de não ser capaz de atender as necessidades impostas pela configuração familiar suscitou sua autoexclusão de outras seleções no banco. Ao longo da sua trajetória profissional, L2 se autodiscriminou por se considerar incapaz de assumir tantos papéis sociais. Em outro trecho da entrevista, ela diz:

L2: Sempre ouvi da minha mãe que mulher tinha que conciliar atividades profissionais com o papel de mãe (criação de filhos), e isso sempre ficou na minha mente. Acho que isso influenciou muito todas as escolhas que fiz. No vestibular, por exemplo, achava que Medicina era uma profissão difícil para uma mulher conciliar com o lar. Hoje eu não penso mais assim.

Pode-se observar que o modelo homem/provedor e mulher/cuidadora, responsável pela esfera do lar, foi transposto para as escolhas profissionais, e para a imagem de L2 no trabalho. Cabe notar que, embora L2 fale que a jornada parcial possibilitou a conciliação família/trabalho, de certa forma a opção pela jornada parcial provocou a exclusão das possibilidades de ascensão no banco. Mesmo exercendo papéis simultâneos, sobressaiu, na forma como L2 passou a ser representada no trabalho, a opção pela maternidade. Tanto é assim que a entrevistada relatou que mais tarde, com os filhos maiores, participou de um processo seletivo no qual não foi selecionada sob o fundamento de que as atividades a serem desempenhadas, que incluíam viagens pela região metropolitana

de Aracaju, prejudicariam sua vida familiar. Ou seja, a condição de mãe não pesou apenas nas ausências por conta das licenças-maternidade, ficou atrelada, ainda que de forma velada, a sua imagem no trabalho. Sobre esse fato, L2 relatou que essa ponderação partiu de uma avaliadora, o que ilustra que o patriarcado sequer precisa dos homens para se perpetuar. Percebe-se, aqui, a persistência da ideia de que os cuidados são uma responsabilidade exclusiva das mulheres. Ao considerar que a reprodução social não é uma responsabilidade da sociedade, essa concepção dificulta o enfraquecimento da divisão social do trabalho tradicional, ou seja, fortalece a discriminação contra a mulher no trabalho. Contudo, é bom frisar que nem sempre a discriminação será provocada por estereótipos de gênero, mas poderá ser invocada para a manutenção de privilégios (CRUZ, 2008).

Ainda sobre a ascensão das mulheres, quando inquirida sobre as razões das mulheres não serem escolhidas nos processos seletivos, T1 disse:

*T1: Sabe por quê? Porque os homens saem pra beber, fazem amizades com eles, então eles são mais íntimos. Entra uma pessoa que você conhece, sua, sua, seu amigo, e outro que você não conhece e os dois são capazes, você vai escolher seu amigo. É natural. **(E a mulher não sai pra beber?)** Ela num sai pra beber. Porque ela tem um filho. Ela tem um marido pra chegar. Ela tem uma casa pra limpar, ela tem a terceira jornada de trabalho, né?*

Nessa fala, T1 reforçou o que foi dito anteriormente: o relacionamento com pessoas influentes, certas atitudes, comportamentos e valores enquadrados às qualificações sociais desejadas podem prevalecer diante da competência técnica requerida no desempenho da função. Nesse terreno, a mulher está em desvantagem. Pode-se inferir do depoimento de T1 que a escolaridade/qualificação e a competência de saber fazer as tarefas exigidas não são suficientes como estratégias de ascensão no banco; o que se passa nos bastidores pode ser determinante. As práticas comuns são as reuniões após a jornada de trabalho, as confraternizações, as atividades esportivas, eventos nos quais nem sempre as mulheres têm disponibilidade para participar. Além do mais, de acordo com a cultura do lugar, a participação das mulheres nesses eventos repercute negativamente na sua imagem.

Ao contrário de T1, para a entrevistada L1, a mulher não é preterida nos processos de ascensão funcional. No decorrer da entrevista, L1 trouxe um assunto novo: embora o foco da entrevista tivesse sido a diferenciação social por gênero, a entrevistada trouxe à baila um relato de constrangimentos que combinaram preconceitos de diversas ordens: raça/etnia, cor, escolaridade, gênero. Ao ser questionada se vivenciou no trabalho alguma situação de desigualdade ou de discriminação por ser mulher, a entrevistada L1 disse:

L1: Não, eu acho que a empresa, até por ser mulher, não há muita discriminação, não. Mas, já sofri discriminação por raça, já sofri discriminação por... é, é... escolaridade... por... nível, dizem, né? nível social, já. E já vi, também! (silêncio) Eu, particularmente, já sofri!

[...] Dentro da empresa, dentro da empresa! [...] Infelizmente eu não agi da maneira que tinha o direito de agir, de me defender. Foi um, uma situação que eu ... fiquei discriminada, engoli, e assunto encerrado! [...] Eu acho assim, que a discriminação, eu fui criada sem me incomodar com isso. Eu acho que isso não tem nada a ver comigo! O problema é das pessoas, não é meu! Então a atitude que eu tomei, foi a mesma! Pra mim não estava dizendo nada! [...] Eu nunca achei que o fato de eu ser negra era motivo pra alguém me rejeitar. [...] Naquela hora você se choca, você... se irrita, você é... mas...momentaneamente. Eu não assimilo isso não, sabe? E isso foi uma atitude explícita, né? Agora, existe aquela atitude discriminatória, que você sabe que existe, que está embutida, e uma série de outras atitudes. Essa porque foi dita em alto e bom tom! [...] Foi dita com todas as palavras que você podia imaginar! [...] Que eu não passava de uma negrinha! Fui colocada pra fora da sala (fala com a voz embargada e lágrimas nos olhos).

No mercado de trabalho, as desigualdades de gênero não seguem desacompanhadas de outras formas de diferenciação social relacionadas à idade, às condições socioeconômicas ou preconceitos de raça/etnia, cor, como se observa na fala de L1. Convém ressaltar que as noções de desigualdade, diferença, discriminação, preconceito, estereótipo, muitas vezes, são tidas como sinônimas pelos entrevistados.

Nos moldes da OIT⁹, para ser classificado como discriminatório, o tratamento de distinção deve estar relacionado à matéria de emprego ou profissão ou alteração da igualdade de oportunidades no trabalho. Por esse ângulo, a fala de L1 denota não um caso de discriminação, mas sim de preconceito. Se a palavra discriminação for tomada no sentido de distinção, L1 passou por uma situação discriminatória, que traz no cerne um preconceito.

Transpondo a reflexão acima para o relato de L1, percebe-se que a entrevistada foi alvo de injúria por preconceito racial/étnico. Atualmente, são raros os casos de discriminação direta no trabalho, mesmo porque essa conduta é proibida por lei. Na discriminação direta, regras, normas são instituídas claramente com o objetivo de excluir um grupo social, tendo como base, por exemplo, o gênero, a idade, a nacionalidade. No entanto, há outra forma de expressão da discriminação: a indireta, na qual as práticas excludentes, fundamentadas em ideias aparentemente neutras que se cristalizam na cultura organizacional, são toleradas pelo grupo ou organização, fazendo as diferenças se transformarem em desigualdades, seja por conta do gênero, da idade, da religião, da raça/etnia, etc.

Para concluir

Os resultados da pesquisa, fonte desta comunicação, permitem afirmar que os pesquisados, especialmente os membros da Comissão Pró-Equidade de Gênero de Sergipe, não tinham conhecimento da temática gênero dentro do que era prescrito pelos idealizadores do Programa. Apesar de o lançamento do PPEG ter sido bem divulgado internamente (foram veiculadas mensagens por e-mail, informações na intranet, página eletrônica interna do Banco), os entrevistados levantaram uma questão importante: a falta de continuidade na disseminação das diretrizes do Programa. Os participantes da Comissão falaram que o Programa “esfriou”, e os outros trabalhadores pouco sabiam da sua finalidade.

⁹ É oportuno esclarecer que, para a OIT, no art. 1º da Convenção nº111, o termo discriminação designa: a) toda a distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão; b) toda e qualquer distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão, que poderá ser especificada pelo Estado Membro interessado, depois de consultadas as organizações representativas de patrões e trabalhadores, quando estas existirem, e outros organismos adequados.

Os relatos apresentados apontam que a divulgação não se confunde com a assimilação. Comparando os materiais publicados pela SPM, o discurso do banco e dos entrevistados, percebe-se que não ficou claro o que seria feito concretamente com a adesão do banco ao PPEG.

Nesse sentido, é significativo o não envolvimento das chefias e gerências nas atividades de disseminação do Programa. Tal fato prejudicou, ainda, a disponibilidade dos trabalhadores para participarem da comissão, já que isso não era tido pelos gestores como trabalho efetivo. Além disso, outros fatores concorreram para dificultar a assimilação das concepções do Programa pelos entrevistados: a falta de preparação teórica para tratar o tema e a falta de tempo para se dedicarem às atividades.

Frente ao que foi apresentado e discutido, observa-se que a elaboração de indicadores de gênero foi um objetivo perseguido e alcançado. Embora os indicadores tenham revelado o que já era sabido, a elaboração e a divulgação foram fundamentais dentro da perspectiva do Programa de combater as desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

Referências

ABRAMO, Laís. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALVES, Ana Elizabeth Santos. **As atuais formas de disciplinamento do trabalho bancário.** Vitória da Conquista: Práxis Educacional, 2005, Vol. 1, n. 1 p. 93-110.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

_____. As formas diferenciadas da reestruturação produtiva e o mundo do trabalho no Brasil. In: **Revista Latino-americana de Estudios del Trabajo.** Número 21. 1º semestre 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Programa Pró-Equidade de Gênero:** Oportunidades iguais. Respeito às diferenças. 3ª Ed. (2009/2010). Brasília (DF), 2009. Disponível em: <[http://www.proequidadedegenero.net.br / arquivos_site/Programa2010.pdf](http://www.proequidadedegenero.net.br/arquivos_site/Programa2010.pdf)>. Acesso em: 19 nov. de 2009.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: Rocha, Maria Isabel Baltar da (org.) **Trabalho e Gênero:** mudanças, permanências e desafios. **São Paulo: Ed. 34, 2000.** Disponível em:< http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/trabalhogenero/TG_p13a58.pdf>.

CAPPELLIN, Paola. **Política de igualdade de oportunidades.** Interpelando as grandes empresas no Brasil. (Colóquio MAGE-FCC). In: Marché du travail et genre: comparaison France-Brésil, 2007, São Paulo. Les Documents de Travail de MAGE - Annales du Colloque Internationale. Paris : MAGE, 2007. v. 2008.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade:** A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, v.2, 1999.

CRUZ, Maria Helena Santana. Inovações tecnológicas e relações de gênero no setor de serviços financeiros bancários. **Revista do Mestrado em Educação**, UFS, v. 4, p. 131-144, jan./jun., 2002.

_____. Reflexões sobre gênero, direito e cidadania – Relação com o trabalho. **Revista Ciência & Trópico**, Recife, v.32, n. 1, p. 89-111, 2008.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **O desempenho dos bancos.** Nota Técnica N.º 97, Abril de 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notaTec97bancos.pdf>>. Acesso em: 20 maio de 2011.

DRUCK, M. G.; BARRETO, B.; GODINHO, L. F.; OLIVEIRA, L. P.; JESUS, S. C.; BARRETO, T. **Bancário: um emprego de múltiplos riscos.** Cadernos do CRH, Salvador, v. 37, p. 211-233, 2002.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN).

Relatório Anual 2009. Disponível em:http://www.febraban.org.br/p5a_52gt34++5cv8_4466+ff145afbb52ffrtg33fe36455li5411pp+e/sitefebraban/Febraban_completo.pdf>. Acesso em: 20 abr. de 2011.

JINKINGS, Nise. **O mister de fazer dinheiro:** automatização e subjetividade no trabalho bancário. São Paulo: Boitempo, 1996.

PITANGUY, Jacqueline. Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil. In: MONTAÑO, S.; PITANGUY, J.; LOBO, T. **As políticas públicas de gênero:** um modelo para armar – o caso do Brasil. Santiago: Cepal, jun. 2003.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Ontogênese e filogênese do gênero:** ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos e Ensaios / Ciências Sociais / FLACSO-Brasil – junho/2009.**

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **Mulheres no trabalho bancário.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SORJ, Bila; ABREU, Alice. O emprego feminino no setor bancário: inovações tecnológicas e práticas de estabilização. In: L. LAVINAS; F. LEON. (Org.). **Emprego feminino no Brasil:** mudanças institucionais e inserções no mercado de trabalho. 1ª ed. Santiago: Cepal, 2002.

SORJ, Bila. Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais? In: GODINHO, T. SILVEIRA, M. L. **Políticas públicas e igualdade de gênero.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher.

THERBORN, Goran. **Sexo e poder: a família no mundo, 1900 - 2000.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

A abordagem de gênero no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana/SE¹

Alfrancio Ferreira Dias²

1. Introdução

A educação é uma instância que sempre se fez presente nas discussões e nas visões feministas em todo o seu contexto histórico, através das reivindicações do acesso à escolarização, na busca pela qualificação profissional e, principalmente, pela busca de poder, pois o ponto inicial de pensar o trabalho docente é visto, aqui, como um espaço de uma vivência concreta de relações sociais. A educação é necessária para equalizar as condições de vida, as relações entre homens e mulheres e as diferenças, promovendo mobilidade social e melhor condição de vida (CRUZ, 2005). Contudo, cabe questionar como, no processo de ensino, homens e mulheres estão sendo influenciados pelo contexto e experiências escolares, a partir da internalização de valores sexistas incorporados à mentalidade nacional, tendo nos professores(as) um dos seus principais veiculadores e reprodutores.

É necessário que o(a) licenciando(a), no processo formativo, bem como os(as) educadores(as) que não tiveram acesso a essa temática tenham consciência da existência dessa prática para que possam exercer

1 Pesquisa financiada pelo CNPq, através da Chamada MCT/CNPq/MEC/CAPES nº 43/2013.

2 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG/UFS). diasalfrancio@hotmail.com

criticamente sua atividade, em especial, no que diz respeito à transformação do cotidiano da escola e ao questionamento das desigualdades de gênero. Nesse sentido, é fundamental o desenvolvimento de um trabalho de formação sobre as questões das relações de gênero, da desigualdade social e da necessidade de seguir uma pedagogia dentro de um compromisso pela transformação da condição feminina, com vistas a conscientizar graduandos(as) e professores(as) a terem com as crianças, jovens e adultos atitudes que não passem modelos sexistas, destinando a alunos e alunas as mesmas atividades ou cuidando para não reforçar por palavras e ações os modelos machistas.

Parte-se da premissa de que a universidade deve considerar a necessidade da participação ativa dos(as) licenciando(as) em sua própria formação, tomando a mediação para elaborar e concretizar estratégias e dispositivos para a construção de aulas mais eficazes e contextualizadas, fortalecendo os caminhos da profissionalização docente. Portanto, busca-se intensificar a tríade ensino, pesquisa e extensão, na docência universitária, a favor da aprendizagem significativa dos educandos, futuros egressos da graduação, como professores da educação básica. Nesse sentido, defende-se a relevância da opção do ensino com pesquisa, cujos estudos sugerem que a apropriação científica dos percursos de apreender a realidade possibilita mudanças nas relações com o mundo e com a sociedade.

Na Formação de Professores, a estrutura de práticas tradicionais, com características lineares, preestabelecidas por modelos canônicos prescritivos, em que o(a) estudante parte para as escolas para observar uma realidade que, posteriormente, irá reproduzir, mantém, assim, uma ordem que vigora indefinidamente e se perpetua nas práticas como docente. Do ponto de vista das abordagens dos estudos pós-críticos, a linguagem e os processos de significação influenciam a produção do conhecimento, focalizando nos aspectos da cultura, da diferença, das representações e dos discursos (SILVA, 2013). Destarte, ao assumir uma postura pós-crítica, espera-se contribuir para as discussões sobre as questões de gênero no campo da educação, problematizando as normatizações e as construções de ideias preestabelecidas para pensar uma formação cultural.

O conceito de gênero é compreendido, neste estudo, como um divisor de águas para outra fase distinta da primeira onda do feminismo e um anunciador, de certa forma, da valorização significativa do diferencialismo, da afirmação política das diferenças, dos processos identitários e de igualdades; ou seja, o conceito chama a atenção para a diversidade ou as diferenças dentro da diferença (DIAS, 2014). Nessa linha de reflexão, defende-se o gênero como uma categoria de análise histórico-cultural (LAURETIS, 1994), estabelecida pela experiência (THOMPSON, 1981; SCOTT, 1991), ou seja, como “um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 42). Assim, o gênero é visto como uma categoria explicativa para a análise histórico-cultural, pelo fato de que sua elaboração situa-se no conjunto das relações sociais, nas construções dessas relações e nos processos culturais vivenciados pela sociedade. Desse modo, as identificações de homens e mulheres são um produto das relações sociais. Acredita-se que o gênero se estabelece pelas experiências, pois é nos momentos cotidianos que as pessoas têm a tendência de expressar sua cultura.

A escola, como um espaço de sociabilidade, é pensada aqui, considerando-se três aspectos: como fonte de produção da realidade; como elemento de escolarização dos corpos; e como elemento de interações sociais que repercutem sobre seus conhecimentos, identificações e experiências dos agentes. Parte-se das relações que se estabelecem entre docente/aluno, docente/meio, docente/sociedade para entender os sentidos do aprender e do ensinar dos(as) docentes sobre os sentidos e significados da abordagem de gênero nas práticas pedagógicas.

A partir desse pressuposto, pretende-se refletir sobre os principais resultados da pesquisa intitulada “Introduzindo a perspectiva de gênero na formação docente para uma educação não discriminadora”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, de forma geral, pretendeu analisar como vem se dando a inclusão da perspectiva de gênero na formação inicial e continuada dos professores e professoras no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana/SE. Elegeu-se como objetivos específicos da pesquisa: analisar como professores e professoras traduzem políticas de equidade de

gênero em práticas pedagógicas não discriminatórias efetivas; conscientizar os(as) graduandos(as) e os(as) professores(as) da educação básica sobre sua importância enquanto agentes transformadores na sociedade e, em especial, nas relações de gênero; verificar se os(as) professores(as) do curso de Pedagogia entendem que a educação não é neutra e transmite valores que servem para reforçar desigualdades, como as de gênero; contribuir para o melhoramento das condições de formação e de capacitação dos(as) graduandos(as) e dos(as) professores(as) da educação básica para o desenvolvimento de uma educação não sexista; identificar, no contexto da investigação, atividades que estejam sendo desenvolvidas, que evidenciem a importância e a necessidade da igualdade de gênero no interior das escolas.

A opção metodológica recaiu na abordagem qualitativa, por considerar a necessidade de um conjunto de técnicas interpretativas para expressar o sentido dos fenômenos sociais e a compreensão dos significados das ações e relações humanas (DENZIN, 2006; MINÁYO, 1994). A pesquisa qualitativa está mais próxima das perspectivas de análise dos estudos culturais – as imagens de gênero se constituem como uma de suas vertentes analíticas – que mostram como as identidades masculinas e femininas são construídas dentro e fora do trabalho. Parte-se da premissa de que os estudos de gênero inserem-se no campo do multiculturalismo, tendo como pauta principal de discussão a ambiguidade da identidade/diferença. Entende-se que o reconhecimento da diferença e a realização da igualdade é que estão no centro das lutas emancipatórias de movimentos e grupos sociais, que reivindicam um novo ideal de cidadania e a construção de um multiculturalismo emancipatório.

A pesquisa de campo foi realizada na Universidade Federal de Sergipe, Campus Universitário Prof. Alberto de Carvalho, situado na cidade de Itabaiana/SE. Para coletar os dados foi aplicado aos(às) estudantes do curso de Pedagogia, do Departamento de Educação de Itabaiana/SE, um questionário eletrônico, a partir da ferramenta “google drive”.

A estratégia de coleta de dados ocorreu junto a 33 participantes (23 estudantes: 21 *mulheres* e 2 *homens*) do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Campus Itabaiana/

SE, e 10 professoras que atuam nos anos iniciais de duas escolas públicas da Rede Municipal de Itabaiana/SE. O acesso aos respondentes ocorreu em dois momentos: *no primeiro* momento, as(os) estudantes responderam um *questionário aberto eletrônico* (sem identificação), a partir da ferramenta “google drive”, sobre temas relacionados à introdução da abordagem de gênero e às formas pelas quais ele é representado, significado e experimentado nos conteúdos do curso. *No segundo momento*, realizaram-se sessões de *observação* durante o acompanhamento das *oficinas* do Projeto Educação e Diversidade de Gênero e Sexual, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), desenvolvido por licenciandos, visando a captar as experiências e posicionamentos das docentes em relação ao trabalho dos(as) alunos(as).

2. Discutindo alguns resultados

O Curso de Pedagogia do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho, sediado no Departamento de Educação (DEDI), tem atualmente 05 (cinco) turmas, com um total de 250 (duzentos e cinquenta) estudantes. O Departamento de Educação (DEDI) conta, atualmente, com 05 (cinco) grupos de pesquisas cadastrados no CNPq (GEPIADDE, GEADAS e GEPIPI), todos com projetos de pesquisas e/ou extensão em andamento. A equipe de professores e professoras do departamento é composta por 16 (dezesesseis) docentes efetivos, 14 (quatorze) doutores(as), 02 (duas) mestras e 02 (duas) professoras temporárias. O Departamento tem buscado consolidar esforços para a qualificação contínua do processo formativo do seu corpo discente, conforme as prerrogativas expostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores(as). Para isso, considera-se a necessária a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, prevendo a realização de atividades dessas múltiplas dimensões no seu Projeto Pedagógico, tais como atividades de iniciação à docência, monitoria, extensão, pesquisa, entre outras.

Em 2013, o DEDI elaborou o projeto para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, intitulado “Leitura, diversidade e ludicidade na formação docente: desafios para a educação”, por acreditar que

a formação docente implica em considerar a inter-relação dessa formação com temáticas atuais, tais como a diversidade e a inclusão (étnico-racial, de gênero e sexualidade, necessidades educacionais especiais), questões relativas à leitura, ao letramento e ao lúdico educativo, entre outras. Nesse contexto, considera-se a importância da inclusão dessas temáticas nas interações com o cotidiano escolar e suas práticas possibilitadas pelo desenvolvimento da formação teórica e prática, no qual se propõe o subprojeto do Curso de licenciatura em Pedagogia, estabelecendo a articulação entre os quatro eixos que compõem esse subprojeto, a saber: Diversidade e Educação; Leitura e Letramento; Formação de Professores e Professoras; e Lúdico Educativo. Salienta-se que todos os eixos propostos estão interdisciplinarmente implicados na formação docente, sendo esta o fio condutor desse subprojeto. Entretanto, no decorrer desta pesquisa, foram analisadas ações didáticas do eixo Diversidade e Educação.

No Eixo Diversidade e Educação, as ações buscaram articular o ensino à pesquisa e à extensão, na busca de superação de uma visão fragmentada da ação docente, com vistas a potencializar os alunos e demais participantes para ações que promovam mudanças, tanto na formação do aluno da escola básica, como nos licenciados formados pela Universidade, através de atividades teórico-práticas, divididas em módulos teóricos e práticos (Técnicas de dinâmicas de grupo na perspectiva de gênero). Pretendeu-se aproximar os estudantes da graduação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a escola e a comunidade de uma abordagem científica de análise e discussão do tema gênero, partindo das problemáticas sexistas, assim como das desigualdades de gênero. Assim, no Eixo Diversidade e Educação, tem-se a atuação de 3 docentes (2 mulheres e 1 homem), nas ações com 21 estudantes (19 mulheres e 2 homens). Foram analisados dez encontros teóricos sobre as temáticas de gênero, sexualidades e etnia; seis oficinas práticas sobre as temáticas de diversidade de gênero e sexual, bem como três intervenções em uma escola municipal rural do município de Itabaiana/SE.

A escolha dos participantes foi feita a partir da participação dos investigados no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do Curso de Pedagogia, pois todos(as) os(as) alunos(as) que participaram da ação de intervenção e da pesquisa estão vinculados ao

programa no projeto de Educação e Diversidade. Já a escolha dos(as) docentes participantes deu-se por sua atuação na instituição de ensino em que se desenvolveram as oficinas. Assim, inicialmente, procurou-se apresentar para todos os participantes da pesquisa os objetivos, metodologia e ações problematizadas com as temáticas do corpo, gênero e sexualidades.

A primeira impressão que se teve, ao dialogar com os participantes, foi a ausência de conhecimento sobre corpo, gênero e sexualidade. Muitos apontaram a ideia de corpo biológico, as representações de gênero ligadas ao binarismo homem/mulher e a sexualidade vinculada ao sexo e a doenças sexualmente transmissíveis. A partir desse contexto, começou-se a problematizar as significações que eles tinham sobre o termo gênero e diversidade sexual, por meio das sugestões individuais coletadas sem identificação, com a intenção de refletir durante os encontros sobre suas problemáticas, estereótipos, dúvidas e questionamentos.

Na abertura dessa parte do questionário eletrônico, os(as) estudantes foram perguntados sobre quais qualidades masculinas e femininas são valorizadas ou desvalorizadas em diferentes contextos sociais. Algumas narrativas, como as que seguem, expõem suas significações:

Qualidades femininas valorizadas: cozinhar, afeto, atenciosa, delicada; Qualidades femininas desvalorizadas: trabalha em casa e fora, guerreira, independente. Qualidades masculinas valorizadas: força, machismo, recebe o salário mais alto, autonomia para decisão; Qualidades masculinas desvalorizadas: cozinhar, tarefas domésticas, dançar, capacidade de liderança em detrimento pela cor (ALUNA 2).

O homem é valorizado pela força física e isso faz com que ele tenha uma sensação de ter mais poder que a mulher, já a mulher é vista como delicada e habilidosa, por isso se atribui a ela as tarefas domésticas e ainda desvalorizam essas tarefas dizendo que isso não é trabalho. Mas a sociedade está em processo de transformação e aos poucos os homens e mulheres vão tendo mais igualdade (ALUNO 9).

Há mais uma desvalorização, pelo fato da sociedade em diversos contextos ter a mania de diminuir a mulher e achar

que só o homem deve poder fazer algumas coisas. Sendo que a mulher tem a mesma capacidade e, às vezes, até melhor (ALUNA 10).

A característica de liderança dos homens e a sensibilidade da mulher (ALUNA 20).

Ao analisar as respostas dadas pelas estudantes, percebe-se que a grande maioria sente-se discriminada e sofre preconceito como sendo o sexo frágil, pois são caracterizadas dessa forma pela sociedade; algumas acham que, por serem mulheres, na sua carreira recebem salários menores do que os homens, que também sofrem preconceito pela raça, salários mais baixos; e que para a educação as mulheres são bem vistas como educadoras, pois acham que os homens não possuem as características de calma e fragilidade para educarem as crianças, esquecendo que o homem pode desenvolver um grau de respeito maior com os alunos do que as mulheres, ou seja, essa diferença pode ajudar a ter o respeito dos alunos. Os(as) entrevistados(as) acham que somente os homens possuem uma imagem de liderança, enquanto a mulher é desvalorizada mais uma vez pelo tom da pele, raça, aparência e condição social, o que remete a perceber ambiguidades e ambivalências, bem como positivities e negatividades nos depoimentos dos(as) participantes.

A abordagem de gênero na proposta de intervenção iniciou a partir da exibição do vídeo “Minha vida de João”, produzido em uma parceria das Organizações Não Governamentais (ONGs), Instituto Promundo (Rio de Janeiro), Instituto PAPAÍ (Recife), ECOS (São Paulo) e Salud y Género (México). O vídeo retrata a trajetória familiar, social, escolar e profissional de um garoto chamado João, que vivencia situações decorrentes de sua submissão a padrões e normatizações sociais, tais como condutas machistas, papéis sociais rígidos de gênero, violência entre homens, violência familiar, homofobia, gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis. Após um amplo debate coletivo, em que as opiniões foram bastante diversas, percebeu-se que os participantes da proposta de intervenção tentaram enquadrar ou aproximar as ações do personagem João às normas sociais do que é próprio para o masculino e para o feminino. O vídeo, que tinha uma

abordagem lúdica, apresenta a vivência de João em várias situações do seu desenvolvimento, a partir do desenho, com intervenção direta na história, por meio de uma borracha e um lápis, que apagava e reescrevia a história a todo momento. Nesse sentido, eram “apagados” atitudes/comportamentos/características de João pela borracha e eram “criadas” novas situações pelo lápis, deixando em evidência as “influências” (por meio de um lápis e uma borracha) que estimulam ou coíbem situações.

O lápis e a borracha representavam as normas, as atitudes e os comportamentos que a sociedade impõe para a figura masculina, aonde deve se comportar de tal maneira, sem fugir do padrão de masculinidade (ALUNA 15).

A borracha apagava todas as atitudes, características e comportamentos afeminados e criava comportamentos machistas (ALUNA 3).

Quando o João agia e se comportava de forma afeminada, a borracha apagava e, eram criadas pelo lápis comportamentos e objetos que eram postos nele, considerados padrões de masculinidade criados pela sociedade (sic) (ALUNA 19).

O vídeo contribui ainda mais para compreender que a sociedade, juntamente com nossa cultura, tem moldes próprios para a mulher e para o homem (ALUNA 9).

No debate realizado durante a oficina/intervenção, apareceram discursos dicotômicos, como certo/errado, pode/não pode, coisa de homem/coisa de mulher, nas falas e argumentos dos participantes, deixando claro que o “lápis” e a “borracha” representavam as “normatizações” que a sociedade impõe aos corpos masculinos e femininos, uma escolarização ou silenciamento, principalmente, porque o personagem João distanciava-se do padrão de masculinidade esperado pela cultura machista/sexista.

Em *Vigiar e punir*, Foucault (1987) contribuiu para explicar as relações de poder entre os gêneros no campo da educação, através da análise da conduta de meninos e meninas, professores e professoras, bem como a produção dos saberes sobre sexualidade e os corpos nos múltiplos processos educativos. Na perspectiva do autor, as instituições

escolares podem, em suas práticas cotidianas, criar mecanismos de controle disciplinador sobre o corpo, bem como outros mecanismos disciplinadores, como formas de poder simbólico (DIAS, 2014). No caso específico do vídeo, foi importante desestabilizar padrões para se pensar sobre as masculinidades e feminilidades. Ao desenvolver essa temática e trabalhar com o vídeo no 4º ano do ensino fundamental, também foi possível observar que os alunos tentavam identificar nas ações do João o que era próprio do menino e da menina, fazendo uma conexão com aquilo que lhes foi ensinado em casa pela família.

Algumas questões que foram trabalhadas no questionário aplicado com os(as) estudantes do curso participantes da proposta de intervenção merecem destaque, para que se possa refletir sobre alguns aspectos das representações e estereótipos de gênero. Das várias questões da pesquisa, destacam-se algumas que seguem na Tabela 1, que trata sobre as demarcações de gênero.

Tabela 1: Demarcações de gênero

| Questões | Sim | % | Às vezes | % | Não | % |
|---|-----|------|----------|------|-----|------|
| Compreendo que o preconceito de gênero é um problema da sociedade, e não do indivíduo? | 16 | 69,5 | 0 | 0 | 09 | 39,5 |
| Quando os(as) alunos(as) fazem piadas sexistas ou racistas, explico por que não são corretas? | 13 | 56,5 | 08 | 35 | 02 | 8,5 |
| Estou atento(a) ao fato de que muitas(os) meninas(os) têm uma imagem negativa do próprio corpo? | 16 | 69,5 | 04 | 17,5 | 03 | 13 |
| Tento reverter os estereótipos de gênero? | 10 | 43,4 | 06 | 26 | 07 | 30,6 |

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Conforme os dados das respostas dos participantes, pode-se perceber que há diversidade nos discursos e nos sentidos que atribuem à temática, na medida em que, dos 23 (vinte e três) participantes da pesquisa,

69,5% afirmam e 39,5% negam compreender que o preconceito de gênero é um problema da sociedade e não individual, cabendo dialogar sobre a necessidade de incluir ações que colaborem para o conhecimento e para a ampliação dos direitos. No que se refere às intervenções, quando os(as) alunos(as) fazem piadas sexistas ou racistas, se explicam por que não são corretas, 56,5% afirmaram que sim; 35% disseram que agem às vezes; e 8,5% afirmaram que não explicam e nem problematizam a questão. Sobre a imagem negativa do corpo, 69,5% afirmaram que estão atentos(as) ao fato de que muitas(os) meninas(os) têm uma imagem negativa do próprio corpo; 17,5% disseram que só às vezes verificam; e 13% afirmaram que não percebem essa questão. Segundo Meyer e Soares (2004), o corpo é imerso na cultura, e por ela interferido, redefinido, ressignificado pelas interferências que padronizam e potencializam a noção que se tem do sujeito. As respostas chamam a atenção para os discursos normativos que inculcam nos meninos e meninas, em homens e mulheres uma idealização e padronizações de corpos para serem “aceitos”. Por fim, ao questionamento se eles(as) tentam reverter os estereótipos de gênero nos seus processos de socialização, 43,4% dos participantes afirmaram que reverterem esses estereótipos; 26% disseram que só às vezes; e 30,6% relataram que não reverterem os estereótipos de gênero no seu cotidiano. Esse silenciamento pode estar vinculado ao fato de que na sociedade, ainda, há desconhecimento sobre a diversidade de gênero e sexual, refletindo diretamente na escola que, como produtora e reprodutora social, acaba criando forma de perpetuar concepções heteronormativas, reforçando, de forma sutil, o sexismo, as discriminações e os estereótipos (LOURO, 2010).

Sobre como vem se dando a inclusão da abordagem de gênero e sexualidade no Curso de Pedagogia, na perspectiva dos(as) estudantes, obteve-se vários depoimentos, alguns contraditórios, que expressam positivities e negatividades:

Atualmente, essa questão ainda está sendo lidada da mesma forma dos tempos anteriores, ou seja, ainda é uma questão de preconceito da sociedade, são poucos homens que queiram atuar nessa área (ALUNO 2).

Está sendo inserida nas disciplinas aos poucos, de forma clara e objetiva (ALUNA 3).

Pelo que tenho observado, quase nada de relevância (ALUNA 1).

A dominação de gênero é histórica. Gestores e educadores minimizam essas questões e parecem considerar as desigualdades de gênero como simples diferença a serem respeitadas ou toleradas (ALUNO 17).

Vem sendo incluído aos poucos, com muita dificuldade (ALUNA 7).

Acredita-se que as positivities e negatividades dos discursos podem ser influenciadas pelas vivências nas salas de aula e fora delas, visto que essas vivências são construídas em um campo plural, diverso e dinâmico, que possuem as mais variadas formas de aquisição. Assim, as falas dos(as) pesquisados(as) refletem o resultado da socialização da temática, a partir do contato com diversos docentes que possuem ou não familiaridade com as mesmas, tendenciando ao questionamento ou à reprodução de normatizações. Pode-se perceber, no discurso do aluno 17, por exemplo, não só que possui familiaridade com a temática, mas que a vivencia no seu cotidiano de trabalho como docente da educação há mais de 15 anos, quando reflete que essas questões nem sempre são trabalhadas na escola.

Na pesquisa, também foi possível perceber que as temáticas sobre gênero e sexualidades estão sendo inseridas nas disciplinas obrigatórias e optativas, nas atividades de pesquisa e extensão, bem como em eventos elaborados por docentes que estudaram ou estudam na pós-graduação e que desenvolvem pesquisas na área.

Vem sendo debatido o assunto em quase todas as disciplinas, para que um dia haja uma igualdade de gênero (ALUNA 3).

Na minha opinião, é aceita de forma não aparente, ou seja, camuflada (ALUNA 4).

Na minha opinião, vem se dando de uma forma muito lenta ainda, entre uma grande maioria dos alunos, infelizmente ainda há preconceito (ALUNA 8).

Está incluindo-se aos poucos com pesquisa em diversidade, disciplinas específicas (ALUNA 10).

Em algumas disciplinas, os professores falam do assunto, mais não é de forma aprofundada (ALUNA 15).

Acredito que precisa ser feito um trabalho mais conciso em relação a essa questão de incluir todos na visão que somos iguais e dotados de várias características em comum. Muitos se sentem excluídos se levarmos em conta o perfil, muitos se sentem ainda excluídos quem sabe pelo fato de ser trabalhado pouco essas questões no curso (ALUNA 19).

Na análise dos depoimentos, observa-se as diversas opiniões dos(as) estudantes. Essas opiniões divergentes mostram que, cada vez mais, o gênero vem ganhando espaço na produção do conhecimento e no curso pesquisado. Quando questionados sobre como professores e professoras do curso de Pedagogia da UFS traduziam políticas de igualdade de gênero em práticas pedagógicas não discriminatórias, obteve-se os seguintes relatos:

Que estejamos cientes que é preciso desconstruir o preconceito que as pessoas têm umas com as outras, que ao irmos lá fora como futuros Pedagogos que não reproduza isso também, mas que quebre com essas normas (ALUNA 8).

O ideal é abordar de forma natural incluindo esse tema nas atividades diárias dos alunos (ALUNA12).

Só na teoria (ALUNA 6).

São uns três professores que focam nessa temática. Elas/es conversam sobre culturas que temos que respeitar tanto a cultura, opção sexual e religião, e procurar entender o que fez a pessoas fazer tal escolha. (ALUNO 19).

O estudo de textos e o discurso dos professores são muitos mais frequentes do que dizer realmente como se deve agir e o que devemos fazer (ALUNA 15).

As narrativas acima demonstram que o curso de licenciatura está mais sensível para abordar a temática de gênero, desconstruindo significações e identificações de gênero fixas. É importante dizer que, como

as normatizações expressam-se nos discursos e nas ações docentes, nelas também se pode iniciar um processo de desconstrução de identidades fixas de gênero, sexual, raça e classe, a partir da reflexão sobre os próprios processos de construção das identidades/subjetividades e da experimentação e inclusão de novas ações transformadoras da realidade.

3. Algumas considerações finais

Com base nos dados, é possível inferir que a inclusão da abordagem de gênero mostra-se ainda distanciada da grande maioria do corpo docente. No curso de Pedagogia, apenas alguns poucos docentes problematizam, introduzem ou abordam de forma interdisciplinar os temas relacionados ao corpo, gênero e sexualidades, através de atividades de pesquisa, extensão e no currículo oculto.

A falta de familiaridade e de valorização das temáticas sobre gênero e sexualidades na formação docente, certamente, contribui para a reprodução de atitudes de intolerância às diferenças. O processo de socialização desenvolvido no cotidiano da instituição estudada ainda é, predominantemente, constituído como forma de reprodução de gênero normatizado, pensado para atender às características masculinas e femininas dos sujeitos que constituem o cotidiano investigado.

De forma geral, os resultados da pesquisa apontam para o início do desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo, no que se refere à educação não discriminadora, suas interfaces e perspectivas teórico-metodológicas; desenvolvimento teórico do(as) licenciandos(as) para que ele(as) se preparem para vivenciar práticas artístico-pedagógicas ressignificando a sua experiência discente.

Ao analisar as ações do projeto Educação e Diversidade, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), pôde-se perceber a importância da inclusão das temáticas de gênero e sexualidades na atual reformulação curricular do curso de Pedagogia, visto que essas temáticas ainda estão ausentes no currículo do curso, estando apenas nas discussões dos grupos de pesquisas, nos projetos de pesquisas e de extensão desenvolvidos pelos(as) professores e professoras, ou bianualmente, quando

acontece o Fórum Identidades e Alteridades, organizado pelo GEPIADDE (grupo de pesquisa que se volta para a discussão da formação docente para a diversidade).

Assim, a formação de professores e professoras, seja ela inicial ou continuada, constitui-se como um lócus privilegiado, não somente para refletir e discutir sobre essas questões, como para a criação e a implementação de propostas que possibilitem vislumbrar novos caminhos e avanços no que tange ao trato da diversidade de gênero e sexual no contexto escolar.

Referências

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, Gênero, Cidadania: Tradição e Modernidade**. São Cristóvão: UFS, 2005.

DENZIN, Norman K. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, Alfrancio Ferreira. **Representações Sociais de Gênero no Trabalho Docente: sentidos e significados atribuídos ao trabalho e a qualificação**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da punição**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

MINÁYO, M. C. de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

SCOTT, Joan. The evidence of experience. **Critical Inquiry**, n. 17, p. 773-779, 1991.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Sobre as autoras e os autores

Alfrancio Ferreira Dias

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG/UFS). diasalfrancio@hotmail.com

Ana Paula Comin de Carvalho

Professora Adjunta de Antropologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professora Permanente dos Programas de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFRB e Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). apccarvalho36@yahoo.com.br

Andréa Bandeira

Doutora (UFBA), Mestra (UFPE) e Bacharela em História (UFPE), Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco - UPE/FENSG. andreabasa2uol.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6933616999108163>. As beatas de Ibiapina: do mito à narrativa história: uma análise histórica usando a Abordagem de Gênero sobre o papel feminino nas Casas de Caridade do Padre Ibiapina (1860-1883). Dissertação. Recife: UFPE, 2003.

Danielli Rodrigues da Silva

Graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III. danielli.r.s@hotmail.com

Dayana Paulino Santos

Graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III. dayanapaulino6@hotmail.com

Denise M. Botelho

Professora Adjunta do departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde, vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UFRPE). denise@ded.ufrpe.br.

Elane Conceição Anias

Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). elane.nis@gmail.com

Francineide Marques da Conceição Santos

Especialista em História Social e Econômica do Brasil pela Universidade Federal da Bahia. franceneidemarques@gmail.com

Glória Rabay

Doutora em Ciências Sociais. Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero – Nipam/UFPB. gloria.rabay@gmail.com

Iraíldes Caldas Torres

Doutora em Ciências Sociais/Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-Doutorado na Université Lumière de Lyon 2, França. Professora associada da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). iraildes.caldas@gmail.com

Ivonildes da Silva Fonseca

Professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III, Orientadora da Pesquisa PIBIC “Filhas e Netas de África: imagens de meninas e mulheres em livros divulgados no Programa A Cor da Cultura/ACDC”. vania_baiana@hotmail.com.

Jéssica Feijó

Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero – Nipam/UFPB. j.feijo@outlook.com

Keila Sousa dos Santos Monteiro

Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPING/UFS). keilasm@gmail.com

Lola Frutos Balibrea

Doutora em Sociologia pela Universidade de Murcia (UMU). Professora Titular de Sociologia da UMU e da Universidade Complutense de Madrid (UCM). Coordenadora do Doutorado em 'Sociedade, Desenvolvimento e Relações Laborais'. Presidenta da Associação de Sociologia da Educação. lfb@um.es

Luciene Assunção da Silva

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - FFCH/UFBA. Instituição financiadora FAPESB. Professora Substituta da Universidade do Estado da Bahia. m2607@hotmail.com

Manuella Donato

Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco e em Relações Internacionais pelo Institut Barcelona d'Estudis Internacionals. Professora na Faculdade Asces. E-mail: manudonato@gmail.com.

Maria Eulina Pessoa de Carvalho

PhD em Currículo, política educacional e ensino. Professora Titular do Departamento de Habilitações Pedagógicas do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista de produtividade do CNPq. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero – Nipam/UFPB. mepcarv@gmail.com.

Maria Helena Santana Cruz

Doutora em Educação. Professora emérita da Universidade Federal de Sergipe (UFS) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e Serviço Social (PROSS). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG/UFS). helenacruz@uol.com.br.

Maria Luzia Miranda Álvares

Doutora em Ciência Política/IUPERJ. Docente voluntária da Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Faculdade de Ciências Sociais. Coordenadora do GEPem/Ufpa. luziamiranda@gmail.com.

Mary Ferreira

Professora Associada do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFM). Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Ex-Presidente da REDOR. mmulher13@hotmail.com.

Roberta Barbosa da Conceição

Graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Campus III. roberta-barbosa@hotmail.com.br

Trinidad Donoso-Vázquez

Professora Titular do Departamento de Métodos de Pesquisa e Diagnóstico na Educação e pesquisadora da temática da justiça de gênero na Universidade de Barcelona (UB), Espanha. Atualmente é Presidenta da Unidade de Igualdade da UB.

Valdenice José Raimundo

Doutora em Serviço Social. Professora da Universidade Católica. Pesquisa financiada pelo CNPq. valjrbr@yahoo.com.br

Vico Melo

Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutorando em Pós-Colonialismos e Cidadania Global na Universidade de Coimbra. Professor na Faculdade Asces. vico_denis@hotmail.com.

Título Entre Reflexões e Práticas Feministas
Organizadores Maria Helena Santana Cruz / Soraya Barreto Januário /
Imaria Eulina Pessoa de Carvalho
Projeto Gráfico Denise Simões
Capa Título: Entre Reflexões e Práticas Feministas
Revisão de Texto Amanda Martha Campos Scott

formato 15,5 x 22,0 cm
fontes Minion Pro, Swis 721 Cn BT

Oficina Gráfica | UFRPE

Nas sociedades contemporâneas, o debate sobre as questões de gênero ganhou evidente centralidade. Esta obra propõe reflexões sobre as dinâmicas e os arranjos das relações de gênero nas mais diversas instâncias sociais, tais como: Religião, Raça e Etnia, Política, Trabalho e Educação, que ganham significado pela cultura e são, continuamente, por ela alterados. Entre Reflexões e Práticas Feministas reúne dezesseis trabalhos de distintos campos disciplinares que contribuem para a construção de um campo de saber interseccional e plural. Assim, dá continuidade às reflexões sobre o papel central das relações de gênero na contemporaneidade, proposto pela coletânea “Estudos REDOR”, e se alinha à agenda feminista atual em prol da justiça de gênero.



REDOR



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



UFPE



UFRPE

978-85-415-0770-7



9 788541 507707